



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 14/2021-----

-----5ª Sessão ordinária de 2021 – 1º Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 22 de dezembro de 2021 -----

-----Aos Vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em sessão ordinária, realizada por videoconferência, emitida dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, excelentíssima senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvado por **Sheila Gassin Tomé**, Segunda-Secretária da Mesa. -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Abílio do Carmo Lima	Partido Socialista
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/ Nós Cidadãos/ Aliança)
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Ricardo Cândido	PAN
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Maria Manuela Santos Trigo	CHEGA
Carlos Alberto Osório	Partido Socialista
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Dário Reis	Partido Socialista
Joana Catarina Quintanova Sanches	CDU (PCP/PEV)
Raquel Bernardino	Partido Social Democrata
Maria da Luz Santana Nunes – Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Ivo Miguel Inácio Carvalho– Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes – Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Pedro Jorge Marques Moreira	1	22/12/21	Andreia Filipa de Sousa
PS	Carlos Alberto G. Café	1	22/12/21	Dário Reis
PSD	Cristina Velha	1	22/12/21	Raquel Bernardino
CDU	Lurdes Melo	1	22/12/21	Joana Quintanova
PAN	Daniela Duarte	1	22/12/21	Ricardo Cândido

----- A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Luis Manuel de Carvalho Carito	Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança)



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
------------------------------	--------------------------------------

-----Por parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não estiveram presentes: -----

Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes	Presidente – Partido Socialista
Filipe Mesquita Vital	Vereador – Partido Socialista
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador – CHEGA

-----Quando eram vinte e uma horas e nove minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **5ª Sessão Ordinária de 2021**, cumprimentando todos os presentes. -----

-----Em Seguida, começou por explicar que foi rececionada uma inscrição, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos.** -----

-----Ficou com o uso da palavra, o cidadão **Alfredo Gomes**, a quem foi concedido o uso da palavra, e que se passa a transcrever na íntegra: «Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Portimão,

-----Os abaixo assinados, moradores na Urbanização do Fojo e cidadãos portimonenses vêm pelo presente mostrar a sua indignação, a sua discordância e a sua preocupação face ao absurdo arquitetónico e urbanístico que esta a ser construído nesta urbanização. Numa zona, onde no presente já é muito difícil estacionar (veja-se, a noite, a quantidade de carros estacionados na berma da estrada, e estamos a falar da época baixa, pois no verão é o caos) esta em construção um prédio de 9 (nove) pisos, com 27 (vinte e sete) apartamentos, sem espaços de garagem. Um incauto poderia pensar que esta a viver nos anos 70/80 do século passado onde aberrações destas eram, infelizmente, muito comuns. Mas estamos a cinquenta anos de distância dessa época! Não teremos aprendido nada com os erros do passado? Perguntamo-nos como pode ser possível, a menos de cinquenta metros de um jardim de infância (o Jardim de Infância do Fojo] e num bairro residencial, ter sido permitido construir-se esta aberração? Não teve já o PDM deste município várias revisões depois dos anos 80? Não saberia quem permitiu e licenciou esta aberração, o mal que estava a fazer a cidade de Portimão e aos seus habitantes? Os munícipes votam para que o poder autárquico se preocupe com o seu bem-estar e os defenda, também, dos grandes grupos económicos, cujo objetivo é apenas o lucro selvagem. Os promotores de aberrações destas nunca virão viver nesta cidade e estão pouco importados com o bem-estar e a qualidade de Vida dos habitantes de Portimão. Assim, vimos solicitar o embargo desta obra e a revisão urgente do PDM do município, pois sabemos que, para além deste prédio, há nesta urbanização mais três lotes cujos alvarás permitem construções idênticas: nove pisos sem garagens. -----

Se estes lotes forem construídos, o Jardim de Infância do Fojo deixará de ter sol durante o inverno, dado que esta situado imediatamente a norte de um dos edifícios projetados. Acreditamos que a CMP não está interessada em reincidir nos erros do passado, hipotecando a qualidade de vida dos nossos vindouros. Construções desta natureza envergonham a nossa cidade e desacreditam as instituições.» -----

-----Em Seguida, informou que iriam entrar no período **Antes da Ordem do dia**, -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para explicar que são atos nulos praticados pelo grupo municipal denominado coligação Mais Feliz. São nulos porque a coligação em si não tem personalidade jurídica distinta dos partidos. Nós tínhamos um acordo autárquico em que a coligação tinha a vigência até dia 26 de setembro. Portanto, a coligação neste momento não tem personalidade jurídica própria, portanto está extinta e nós estamos aqui a criar um problema, inclusivamente na Assembleia Municipal nós estamos aqui a criar um problema gravíssimo, é que estamos aqui a praticar atos nulos. A Dra. Marta Caetano foi indigitada para a Assembleia Intermunicipal sob égide da coligação Portimão Mais Feliz e Portimão Mais Feliz não existe. Não só estamos a criar um problema nestas assembleias municipais, como estamos a criar um problema gravíssimo na Assembleia Intermunicipal, porque é um ato nulo e que pode ser invocável a todo o tempo. Portanto, considero que a Assembleia Municipal neste momento deverá tomar uma posição sobre este assunto, porque nós estamos a praticar sucessivamente atos administrativos nulos sob égide da denominação Portimão Mais Feliz, e o grupo municipal tem que tomar conhecimento, tem que tomar uma posição, e mais, eu solicito que seja dado conhecimento à Assembleia Intermunicipal desta situação. Eu tenho aqui o acordo que posso facultar à mesa, o acordo da coligação que diz que a coligação terminou no dia 26 de setembro de 2021. Portanto, não tem legitimidade para ser representada em qualquer Assembleia Municipal a partir de dia 26 e, portanto, tem que haver denominação sobre as siglas dos partidos. -----

-----Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, para explicar que essa questão foi suscitada junto do gabinete da Assembleia Municipal aquando do envio da ata de conferência de líderes, e foi respondido pela Mesa da Assembleia Municipal, que o conhecimento que a Mesa da Assembleia Municipal tem, é da sigla Portimão Mais Feliz com os partidos que a integram e, portanto, nos termos do regimento nós consideramos que essa designação está correta e, portanto, não temos evidência nem documento nenhum que diga que não e, portanto, para nós é Portimão Mais Feliz com integração dos partidos. -----

-----Interveio a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que tem o acordo autárquico concelhio que pode facultar à Mesa para ser lido e para tomarem posição sobre isto. A não ser que haja um novo acordo autárquico que tenha prorrogado o prazo da vigência da coligação Portimão Mais Feliz. -----

-----A Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, esclareceu que não tem condições para decidir sobre essa matéria neste momento. Ou fica para depois a análise, ou até discussão na conferência de líderes, dessa matéria, que é uma matéria interna da coligação. Pode ter relevância do ponto de vista legal, mas nós não conhecemos. Do ponto de vista regimental, nós fazemos a convocatória nos termos daquilo que nós temos conhecimento. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que está a colocar à disposição da Mesa o acordo autárquico concelhio,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sendo certo que requeiro que a mesa tenha conhecimento desse documento e tome posição sobre este acordo autárquico, porque caso contrário, todas as deliberações, todas as assembleias que foram realizadas e que estão sujeitas a assinatura da minha parte, eu não assino e voto. -----

-----A Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, questionou a senhora deputada qual seria o seu entendimento? É de que a coligação já não existe, ou de que o nome é que não pode ser utilizado? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que a coligação não existe, e como tal, como a coligação não existe, o nome não pode ser utilizado e muito menos chegar a uma Assembleia Intermunicipal, em que se decidem matérias importantíssimas, como a senhora deputada ter sido indigitada por Portimão Mais Feliz. Isto não pode acontecer, isto é um ato nulo. -----

-----A Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, esclareceu que só há nulidade se todos os deputados municipais tiverem esse conhecimento, e nós não temos. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que se pode arguir nulidade. É um ato administrativo, portanto requer à Mesa, e requer que a Mesa tome posição sobre este documento na presente ata. Porque eu não vou assinar atas com listas feitas para a AMAL e aprovadas com a coligação Portimão Mais Feliz. É nulo, a coligação Portimão Mais Feliz não tem personalidade independente dos partidos. -----

-----A Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, questionou se tem um documento? Se esse documento é oficial? Foi apresentado pelo tribunal? -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para explicar que é um acordo autárquico concelhio. É um documento celebrado entre a coligação Mais Feliz, e tenho também uma certidão do Tribunal. -----

-----A Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, pediu à deputada para dar entrada dos documentos na Mesa. Em seguida, referiu que a ata que iam votar era a ata da última sessão da Assembleia Municipal em novembro. Esta ata é uma ata com o relato dos assuntos que se passaram na última Assembleia, face ao conhecimento e à situação. É um documento com três ou quatro páginas assinado por quatro pessoas. É um documento mais extenso, uma certidão. Eu entendo que não temos condições para resolver esta questão neste momento aqui e, portanto, dará entrada, fará parte da ata como deu entrada, e depois oportunamente nos pronunciaremos sobre esta matéria. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que era só para dar dois pequenos esclarecimentos aqui à senhora deputada Independente que acabou de intervir acerca do assunto que foi aqui suscitado. O primeiro esclarecimento, é que nos termos regimentais qualquer grupo municipal adota a designação que bem entender, independentemente da vigência ou não dos acordos de coligação que sustentaram a eleição



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



dos membros desse grupo municipal. Aliás, o próprio regimento prevê a possibilidade de vários deputados que não tenham sido eleitos na mesma lista se agruparem no grupo municipal adotando a designação que bem entenderem, independentemente dos acordos de coligação que possam ter estado na origem da eleição, estarem em vigor ou não. Portanto, este era o primeiro esclarecimento. O segundo esclarecimento é mais de ordem prática, e eu que levo aqui alguns anos já de membro da Assembleia em vários mandatos, não me recordo - mas pode ser falha de memória minha e se for peço já desculpa - de alguma vez ter assinado atas nesta Assembleia. Falou-se aqui na assinatura de atas, eu não me recordo de ter assinado atas. As atas são votadas por quem esteve presente nas reuniões a que respeitam e, portanto, refletem aquilo que se passou nas reuniões. Não é necessário assinar atas, quando muito a senhora Presidente da Assembleia é que assinará, e os membros da mesa é que assinarão a ata. Os membros da Assembleia propriamente ditos, sejam de que grupo for, do Portimão Mais Feliz ou de outro qualquer, com mais ou menos felicidade, não assinam atas e, portanto, há aqui, se calhar, alguma confusão, talvez fruto de alguma inexperiência nestas coisas da Assembleia Municipal e, portanto, era só para dar este esclarecimento. Muito obrigado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que se quiser impugnar um ato administrativo que mostra que estamos a praticar atos administrativos, eu vou intentar qual é o interessado do ato administrativo. É a coligação Mais Feliz que não tem personalidade jurídica, independentemente dos partidos? Na intermunicipal é gravíssimo. Eu vou intentar contra quem no Tribunal de Loulé. Isto é básico no direito de procedimento administrativo. Qual é o sujeito a inquirir numa ação em que eu hei-de intentar numa ação contra outra de um ato administrativo praticado no âmbito da Assembleia Municipal com a denominação coligação Mais Feliz. -----

-----A Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, explicou que já percebeu qual é a situação, já tomámos conhecimento do documento, a Mesa não se vai pronunciar sobre esta matéria neste momento. Sabemos que do ponto de vista regimental, por uma análise muito rápida, a constituição de cada grupo municipal efetua-se mediante comunicação dirigida ao Presidente da Assembleia, assinada pelos membros que o compõem, indicando a sua designação, bem como a respetiva direção. Portanto, o que nós temos é uma intervenção da senhora deputada, temos a entrega de dois documentos, temos uma intervenção do senhor deputado sobre esta matéria e temos na ordem de trabalhos a ata para votar. A ata é um relato daquilo que se passou na última Assembleia face ao conhecimento que a Assembleia tem da designação do grupo municipal. Portanto, vamos votar nesse sentido, a senhora deputada fará o que entender, neste momento não podemos fazer mais nada. -----

-----**Apreciação e votação de Atas.** -----

-----**Ata nº 12/2021** – referente à 4ª sessão ordinária de 2021 – mandato 2017-2021 - Aprovada por unanimidade (não participaram na votação os deputados municipais que não estiveram presentes nessa reunião) -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----**Ata nº 13/2021** – referente à 9ª sessão extraordinária de 2021 – mandato 2021-2025 – Aprovada por maioria com 1 voto contra. (não participaram na votação os deputados municipais que não estiveram presentes nessa reunião) -----

-----Em seguida, informou que iria abrir o debate para a discussão e votação das **Moções/Propostas de Recomendação** apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, às **Moções/Propostas de Recomendação**, apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, à **Moção - Pela realização de uma cerimónia oficial da data do 25 de novembro, com o mesmo respeito e dignidade da celebração de outras datas com semelhante importância, como a do 25 de abril (subscrita pela Bancada CHEGA)**, cujo teor se transcreve na íntegra:« Em 25 de Novembro de 1975, o Regimento de Comandos da Amadora, apoiado por grupos organizados de civis e militares espalhados por todo o país, travaram aquela que foi uma tentativa de implementação de uma ditadura com contornos perigosos para a democracia defendida e que esteve na origem do 25 de Abril de 1974.-----Os valores de Abril sofreram ao longo de um ano um duro golpe que pela força, determinação e valentia demonstrada pelo Regimento de Comandos da Amadora e pelos seus apoiantes não vingou e felizmente para o nosso país, não poderia sequer ter vingado. Passados 46 anos, a data do 25 de novembro continua a ser ocultada da história de Portugal, facto esse que o CHEGA repudia. Devemos celebrar a história não apenas quando a mesma é associada ao partido A ou B. História é história e não pode ser apagada! Nós, assim como outras forças políticas, entendemos o 25 de Novembro como a reposição dos valores originais de Abril! Nesse sentido, os eleitos nesta Assembleia vêm propor a realização de uma cerimónia oficial da data do 25 de Novembro, com o mesmo respeito e dignidade da celebração de outras datas com semelhante importância, como a do 25 de Abril.-----

A ser aprovada, a presente moção deve ser remetida a:-----

Presidente da Câmara Municipal e respetivos vereadores. -----

Presidente da Assembleia Municipal e respetivos deputados Municipais. -----

Presidentes das Assembleias de Freguesias do Concelho. -----

Assembleias de Freguesias do Concelho. -----

Grupos Parlamentares na Assembleia da República. -----

Associação de Comandos.» -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o partido Chega vem apresentar uma moção, ou uma proposta de recomendação sobre o 25 de Novembro, que passo a ler: em 25 de novembro, o regimento de comandos da Amadora apoiado por grupos organizados de civis e militares espalhados por todo o país, travaram aquela que foi uma tentativa de implementação de uma ditadura com contornos perigosos para a democracia defendida e que esteve na origem do 25 de abril de 74. Os valores de abril sofreram ao longo de um ano um duro golpe, que pela força, determinação e valentia



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



demonstrada pelo regimento de comandos da Amadora e pelos seus apoiantes, não vingou, e felizmente para o nosso país não poderia sequer ter vingado. Passados quarenta e seis anos, a data do 25 de novembro continua a ser ocultada da história de Portugal. Facto esse que o Chega partido, repudia. Devemos celebrar a história não apenas quando a mesma é associada ao partido A, B ou C. A história é história e não pode ser apagada. Nós, assim como outras forças políticas, entendemos o 25 de novembro como a reposição dos valores originais de Abril. Nesse sentido, os eleitos nesta Assembleia vêm propor, a realização de uma cerimónia oficial na data de 25 de novembro, com o mesmo respeito e dignidade da celebração de outras datas com semelhante importância como o 25 de Abril. A ser aprovada, a presente moção deve ser remetida à senhora Presidente da Câmara Municipal, à senhora Presidente da Assembleia Municipal, ao senhor Presidente das assembleias de freguesia de concelho, assembleias de freguesia do concelho, grupos parlamentares na Assembleia da República e associação de comandos. Mais acrescento, que nós tivemos o 25 de abril que exterminou uma ditadura, e o 25 de novembro libertou-nos de outra. De maneira que gostaria de pôr à vossa apreciação e votação. Muito obrigado, tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada da CDU **Joana Catarina Quintanova Sanches**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o 25 de Abril, foi o momento mais luminoso da história do nosso país. É e continuará a ser, pois há um povo que luta, um povo que exalta aquela que é a maior conquista da nossa história coletiva. Esse é o papel da história, o do 25 de Abril, o de exaltação e de defesa. Ao 25 de Novembro restará o único lugar da história plausível, que é o do caixote do lixo da história. A data a que querem aqui dar relevo e numa ardilosa tentativa de reescrita da história, foi a data que culminou de muitos episódios contrarrevolucionários, golpe de direita e da extrema-direita, que incluiu atentados bombistas a mando daqueles que se sentiam mal e continuam a sentir com o 25 de Abril. Que atacou democratas e que queimou as sedes do Partido Comunista Português, que queriam e querem hoje o regresso ao passado. Os seus objetivos não foram alcançados e a prova é que o caminho de Abril prosseguiu com maior dificuldade, é certo, mas com a participação ativa das forças que desejavam conter. Votamos contra naturalmente esta moção. Esta data não merece respeito, nem dignidade, merece só e apenas repúdio, e estaremos cá hoje como sempre para defender a data que importa e a das suas conquistas, que é o do 25 de Abril. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que esta moção do Chega, esforça-se no fundo por fazer o quê? Esforça-se por glorificar, por exaltar o 25 de Novembro, no fundo acompanhando uma ação na qual estão presentes alguns partidos de direita. A questão que se coloca é, e óbvio que nós temos que saber ouvir, é basicamente esta. O estado deve ou não deve celebrar o 25 de Novembro. É esta a questão que o Chega coloca, não coloca na interrogativa obviamente, coloca na afirmativa. Muito bem, a esse respeito, nós comungamos, não apenas da justa referência a fazer aos líderes da operação militar do 25 de Novembro, Ramalho Eanes e Vasco Lourenço, como nos permitimos até plasmar aqui o seu pensamento quanto ao dito propósito da comemoração, e vejam só, indo ao encontro do pensamento de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Ramalho Eanes, o mesmo disse em 2015 em declarações à rádio televisão de Macau, e eu passo a citar, «que o 25 de Novembro foi um momento fraturante», entenda-se, e ele, Ramalho Eanes, entende que não devemos comemorar. Os momentos fraturantes não se comemoram, recordam-se e recordam-se apenas para refletir sobre eles. No caso do 25 de Novembro, nós deveríamos refletir porque é que nós portugueses com séculos de história, com uma unidade nacional feita de uma cultura distinta, profunda, chegámos àquela situação, porque é que nós chegámos à beira de uma guerra civil. Caríssimos membros desta Assembleia, também não será por mero acidente, ou por um prurido de ordem ideológica, que o militar Vasco Lourenço do grupo dos nove, é contra essas comemorações, tendo justificado a sua posição num texto que divulgou através da Associação 25 de Abril e que também passo a citar. «os acontecimentos, as datas que unem, devem ser objeto de comemoração, caso do 25 de Abril. Os acontecimentos e as datas que dividem, não o devem ser, mas apenas recordados para com eles aprendermos», ou seja, não há aqui um negligenciar a história, não há aqui um branqueamento da história. Há aqui inclusivamente uma opinião bastante clara no domínio pedagógico acerca daquilo que a história deve fazer por nós e também aquilo que nós devemos fazer pela história. Portanto, Vasco Lourenço também é contra justamente essas comemorações. Vamos ver, o 25 de Novembro, foi fundamental no evoluir dos acontecimentos pós-revolucionários? Foi sim, claramente, e não negligenciamos isso, mas datas que fazem sentido celebrar, são as datas de fundo nacionais, as datas de fundo nacionais da rutura, no fundo. Nesse sentido, nós entendemos que a data a celebrar é o 25 de Abril, é a data justamente em que nós nos sentimos representados, face à rutura com o regime anterior. Portanto, é a data fundo nacional da democracia, é aquela citada por Sophia de Mello Breyner, de «um dia inteiro e limpo». Então, qualquer celebração parcial de uma outra data, iria desvirtuar a lógica das coisas. Quando nós celebramos a implantação da República, note-se, nós não vamos celebrar os dias a seguir que foram mais ou menos importantes para a sua consolidação. Portanto, nós não temos pruridos indológicos relativamente ao 25 de Novembro. Então, o 25 de Abril não é apropriável por ninguém, isto é que é preciso que se saliente, porque muitas vezes a Esquerda tende demagogicamente a tentar hegemonizar a ideia de que o 25 de Novembro é pertença sua, o que não é facto, e consequentemente este 25 de Abril que nós entendemos como Abril, ele deve marcar todos e todas, à exceção obviamente dos saudosistas do passado claro está, porque esses nunca se identificarão com o vinte e cinco, mas sim com vinte e quatro. Portanto, não há da nossa parte nenhum prurido ideológico em relação ao 25 de Novembro, o 25 de Novembro está presente nas nossas mentes, no nosso saber histórico, faz parte da nossa história, mas nem todos os momentos históricos são para comemorar, obviamente, porque uns têm a importância da rutura e outros não. Disse, muito obrigado, é esta a posição do Partido Socialista a esta matéria. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e sobre esta matéria dar aqui duas notas. Em primeiro, que saliento parte importante daquilo que disse o deputado municipal Figueiredo Santos, que a história



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



tem vários momentos, e uns carecem de reflexão, outros de celebração, e acima de tudo a democracia possibilitou do 25 de Abril que tivéssemos disposições diferentes sobre cada uma das datas. A bancada do Partido Social Democrata entende que naturalmente há marcos históricos e de celebração. No entanto, aquilo que não podemos cingir, é que as gerações vindouras olhem para o 25 de Novembro, ou que olhem para os cartistas que defendiam a carta constitucional de 1826, ou para os vintistas que batalharam como sabem com D. Miguel e os miguelistas, agora alguns dirão como, mas aquilo que nós gostamos, está aqui um defensor de história que sabe do que eu estou a falar, é que as gerações vindouras tenham a possibilidade de confrontar a sua reflexão sobre aquilo que era e o que poderia ter sido, e nesse sentido, desafia a bancada do PSD, a que o Chega não olhe como uma celebração, mas que sim, o município de Portimão veja uma oportunidade numa data e que consiga refletir. Não olhamos e com todo o respeito e tenho muito até pela batalha pandémica que trava, pela deputada municipal Joana Sanches, que seja qualquer data o caixote do lixo, porque senão vamos entrar aqui em guerras ideológicas e a data em que o partido X nasceu, é um bocado... não vamos por aí. Todas carecem de reflexão e por isso a bancada do PSD gostaria que o Chega entendesse isto como um marco histórico que deve ser refletido. Vamos de encontro à bancada do Partido Socialista, as comemorações devem ser tidas de encontro àquilo que cada Executivo defende e, portanto, nesse sentido, salientar a importância da história, seja o 25 de Novembro, seja o 25 de Abril, seja os cartistas, os vintistas, seja aqueles que combateram com D. Miguel, ou seu irmão. Importa é que as gerações vindouras e em Portimão se possa debater história. Disse. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção - Pela realização de uma cerimónia oficial da data do 25 de novembro, com o mesmo respeito e dignidade da celebração de outras datas com semelhante importância, como a do 25 de abril (subscrita pela Bancada CHEGA) tendo sido obtido o seguinte resultado: -----**

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	3	2	0	0	0	1	6
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	0	0	0	0	5
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	2	1	1	0	19

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----**A Moção foi reprovada por maioria.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Moção - Dez anos depois a luta continua pelo fim das portagens na Via do Infante (subscrita pela bancada CDU (PCP/PEV, cujo teor se transcreve na íntegra: «Dez anos depois a luta continua pelo fim das portagens na Via do Infante. No dia 8 de dezembro, assinalaram-se**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



10 anos da imposição de portagens na Via do Infante. Foi um Governo PS/Sócrates, em 2010, que deliberou introduzir portagens em todas as concessões SCUT de norte a sul do País. -----

Foi o Governo do PSD e CDS que, em dezembro de 2011, concretizou esta medida na Via do Infante, contra a vontade dos trabalhadores e das populações do Algarve. Uma decisão que tendo sido confirmada nos anos seguintes por sucessivos governos do PSD/CDS e do PS, prejudicou gravemente a região, constituindo-se como um fator de extorsão da riqueza produzida na região, por parte do grupo económico que ficou com a concessão desta autoestrada. Dez anos de portagens que foram um fator de atraso ao desenvolvimento do Algarve de agravamento da sinistralidade - parte do tráfego foi desviado para a EN125 -, perda de competitividade por parte das empresas na região e de empobrecimento das populações. O facto desta autoestrada ter sido construída com dinheiros públicos e estar ao serviço da acumulação privada, torna ainda mais grave a conviência de sucessivos governos com esta situação. Ao longo dos anos, nem as populações, nem a CDU se conformaram com esta decisão. A intensa luta, denúncia e proposta que foi desenvolvida, obrigou os últimos Governos do PS a reduzirem o valor das portagens, como aliás ficou consagrado no último Orçamento do Estado para 2021, em que a redução para 50% do valor das portagens foi imposta contra a vontade do PS. -----

No entanto, os avanços que se alcançaram – os últimos entraram em vigor no passado dia 1 de julho – não resolveram em definitivo este problema. Apesar das sucessivas propostas, designadamente do PCP, no sentido da abolição imediata das portagens, PS, PSD e CDS, opuseram-se sempre à sua eliminação. Se o Algarve ainda hoje está confrontado com portagens na Via do Infante, é porque PS, PSD e CDS assim o quiseram, lembremos a última votação do género realizada no mês passado na Assembleia da República. Aos que não se cansam de acenar com as supostas virtudes das chamadas Parcerias Público Privadas, convidamos a colocarem os olhos na Via do Infante e na EN 125, cujas obras estão paradas com o Estado a pagar dezenas de milhões de euros à concessionária, e facilmente verificarão até onde a política de direita favorece os interesses dos grupos económicos em detrimento de toda uma região e da população que aqui vive e trabalha. -----

Reafirmando o seu compromisso com os trabalhadores e o Povo, a CDU sublinha que continuará a intervir até que as portagens na Via do Infante sejam abolidas e até que a EN 125 seja integralmente requalificada. -----

Assim, a eleita da CDU- Coligação Unitária Democrática na Assembleia Municipal de Portimão, reafirmam a necessidade da abolição imediata das portagens na Via do Infante, bem como, a requalificação integral da EN 125. Pelo exposto, a eleita da CDU mais uma vez propõe que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida a 22 de dezembro de 2021 delibere: -----

1. recomendar ao Governo que proceda à imediata abolição das portagens na Via do Infante, devolvendo esta importante infraestrutura rodoviária às populações e à região. -----
2. dar conhecimento desta deliberação ao Governo, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à comunicação social.» -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para informar que há conflito de interesses, eu trabalho numa empresa que é parceira em negócio com as concessionárias das portagens. Por isso, vou me ausentar da sala e não vou participar nesta votação.

----- Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada da CDU **Joana Catarina Quintanova Sanches**, defendemos a abolição das portagens da via do Infante, assim como está explanado na moção, porque consideramos que a cobrança das portagens é uma medida profundamente lesiva dos interesses gerais dos algarvios no que concerne à mobilidade dos cidadãos, da atividade económica, da região e do agravamento potencial, e é a realidade da sinistralidade rodoviária. De facto, a estrada nacional 125 não é alternativa como podemos comprovar, e não faz sentido honrar os utilizadores desta via. Por isso, a moção insta que se proceda imediatamente à abolição das portagens da via do Infante e devolvendo esta importante infraestrutura rodoviária às populações e ao Algarve. Obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que em relação a esta moção, antes de entrar no teor da mesma, quer alertar para o seguinte: a moção que chegou ao meu conhecimento, é uma moção sem estar assinada. Portanto, não há qualquer assinatura na referida moção. Há um e-mail, foi enviado a moção, não está assinada, como também não há qualquer anexo digital da assinatura. Isso provoca uma irregularidade do ato administrativo. Portanto, eu considero, apesar de ser um ato administrativo irregular e que nós também não estamos aqui a dificultar a situação, acho, considero que devia ser dada oportunidade à senhora deputada retificar pessoalmente, nesta Assembleia Municipal, a moção, porque a moção não está assinada, é falta de formalismo, há uma irregularidade. Eu não estou para criar qualquer problema, eu só estou é para o futuro, para que todas as moções apresentadas sejam assinadas, ou a moção, ou com assinatura digital, porque é um ato irregular. Antigamente se calhar a situação passava, agora não. Somos juristas, há imensos juristas aqui e eu não me sinto confortável de estar a votar uma moção quando eu sei que esta moção formalmente está irregular. Nós estamos aqui para servir o Município. --

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, esclareceu que as moções têm só o nome de quem as subscreveu, não têm a assinatura. Como sabe, depende da forma como elas entram. A assinatura é importante, não vamos agora discutir aqui questões. Nós vamos ver isso em termos de conferência de líderes, e obviamente se ela vier assinada não há discussão relativamente à questão da assinatura. Agora, também é verdade que é capaz de ser um uso aqui da casa se ter feito dessa forma e se aceitar e, portanto, pode ser perfeitamente corrigida essa situação. Eu dou-lhe o exemplo, como sabe, há aqui vários juristas, nós mandamos os documentos assinados, desde que tenha a assinatura certificada, a nossa como advogados não tem problema. Não tem a assinatura manual que era normal, tem a ver com a forma como elas são apresentadas. Há uma questão para mim que tem alguma relevância, que é, quando não se diz sequer o nome da pessoa e, portanto, quando não se indica o nome da pessoa, e eu ontem detetei isso na comunidade intermunicipal e eu acho que até



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



era uma do PSD, que nem sequer dizia quem é que subscrevia. Portanto, é uma questão de rigor formal. Pode ser a bancada toda, pode ser só uma ou duas pessoas. Portanto, por uma questão de clarificação, não me parece mal a sua intervenção relativamente a essa matéria, mas também acho que na política e nos órgãos políticos muitas vezes estabelecem-se «acordos de cavalheiros» na forma como as coisas são tramitadas. Até agora parece que não houve qualquer questão, porque senão o próprio gabinete de apoio tinha-me alertado para essa situação e parece que seria o hábito. Não ponho em questão que não tenha razão, no rigor do rigor, deveria ser subscrita e assinada, ou pelo menos indicada. Havemos de ver isso no próximo regimento e na alteração do regimento e verificaremos essas situações todas. Agora, não há dúvida que os grupos parlamentares apresentaram estas moções, porque eles estão aqui a votá-las, estão a discuti-las e estão a defendê-las. A questão do rigor que me está a colocar, nós veremos isso. Suscitou a questão e ela será apreciada. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que o rigor é legal. Nós estamos aqui todos, somos juristas, basta um ato nesta Assembleia municipal a retificar por parte de todos os deputados. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, que cumprimentou todos os presentes, em relação a esta moção da CDU, eu queria deixar aqui um esclarecimento. De facto, esta A22 bem como as outras SCUT, foram construídas com recurso aos fundos europeus, e foram construídas como um instrumento de coesão territorial, e hoje o que significa, é que são autoestradas que estão ao serviço do rentismo de algumas empresas. Nesse aspeto, o Bloco de Esquerda, irá acompanhar a moção da CDU. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, indo direto à moção, a bancada do PSD, de facto, subscreve vários pontos e premissas que aqui são escritas nesta proposta da CDU. No entanto, há que fazer um exercício de memória e para falarmos sobre esta matéria, podíamos recuar à implementação, mas isso já está plasmado na moção, dizer que temos que recuar a 2015. Em 2015, tivemos um candidato a primeiro-ministro que disse publicamente que era necessário rever todo o portajamento da A22, porque a 125 era um cemitério. Esse então candidato chamava-se António Costa, e na altura, os seus candidatos a deputados apresentaram com *outdoors*, portanto todos se recordam, a dizer menos cinquenta por cento nas portagens da A22. Todos estamos cientes que isto é factual e que é impossível ser desmentido aqui. Posteriormente, só setecentos e vinte dias depois, em julho de 2016, o Partido Socialista dos cinquenta por cento reduz quinze por cento, mas depois de dois aumentos nas tarifas. Isto faz-me lembrar um bocado o *Black Friday*. Portanto, primeiro aumentam os preços e depois dão dois descontos, foi o que o Partido Socialista fez, e mil oitocentos e vinte e cinco dias depois então, o Partido Socialista vê-se forçado com uma coligação negativa, proposta do deputado Cristóvão Norte e do PSD, subscrito e aprovado com a bancada do CDS, CDU e Bloco de Esquerda, a redução de cinquenta por cento a constar no orçamento de estado de 2021 nas portagens do Algarve. Portanto, mil oitocentos e vinte e cinco dias depois da proposta do PS. Chegamos hoje, dois



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mil cento e setenta e dois dias, ontem era cento e setenta e um, dizer que sabemos uma coisa, o Partido Socialista não sabe o que fazer às portagens da A22 e diz uma coisa e diz outra e anda meio perdido. Sabemos também que a nível regional, quer o PSD, o Bloco de Esquerda que passou efetivamente da teoria à prática, porque também aprovou orçamentos de estado, também subscreve esta medida, e sabemos que a CDU também trabalha no mesmo sentido. A proposta que deixamos à CDU é simples, que olhemos a nível regional. Não foi só a CDU e o Bloco de Esquerda, o PSD também factualmente trabalhou para esta descida, e desafiávamos que no ponto um, entendessem isto de âmbito regional e foram mais partidos que trabalharam. No ponto dois subscrevemos totalmente a requalificação da 125 e estamos disponíveis a votar favoravelmente. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, para dizer que em relação a isto, além daquilo que foi dito pelo deputado Carlos Martins, e pede desculpa, não tem a contabilização dos dias. Enfim, falhei nesse ponto, peço imensa desculpa, não consegui contar os dias, mas nós estamos disponíveis para votar favoravelmente a moção, desde que a proponente, ou quem está aqui a defender, uma vez que a deputada Lurdes Melo não está aqui presente, retifique aqui o último parágrafo da primeira página, onde se diz relativamente ao CDS, que sempre se opôs à sua eliminação. Ora, isto factualmente não é verdade, porque repetidas vezes, além da que foi já aqui referida, o CDS na Assembleia da República, também propôs a eliminação, ou pelo menos a redução das portagens. Portanto, o resto dos considerandos nós acompanhamo-los, se esta parte for retificada, nós votaremos favoravelmente. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente a esta proposta de moção ou de recomendação, porque diz moção, depois diz recomendação, da CDU, o PS entende aqui que é uma questão regional, apesar de todos os considerandos que foram feitos pelo Dr. Carlos Martins. De facto, há muito que se pugna pela abolição das portagens, a 125 não é uma via alternativa, nem se coaduna já com o tráfego que o Algarve tem, apesar da requalificação que tem vindo a ser feita, alguns pontos quentes de sinistralidade foram tentar ser abolidos, mas a sinistralidade continua. essa requalificação que tem sido feita torna a 125 muito mais lenta do que era antigamente, o que faz com que, realmente, a única alternativa para a população, para as empresas, para quem nos visita, seja a via do Infante, e é muito injusto que seja taxada, porque nós não temos alternativa nem se coaduna de todo, que sejamos taxados por ter que nos deslocar para seja onde for. Qualquer algarvio, qualquer pessoa que nos visita, qualquer empresa não tem alternativa e, portanto, nós vamos acompanhar a moção da CDU, votando favoravelmente. Nós sabemos que as descidas têm sido tímidas, elas têm sido aprovadas, mas têm sido tímidas e realmente pouco se notam. Sabemos também que como a moção pede que seja a abolição imediata, também não vai acontecer, mas nós acompanhamos e estamos de acordo com o que é aqui hoje proposto. Disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada da CDU **Joana Catarina Quintanova Sanches**, para responder ao pedido do deputado do CDS. Nós concordamos em retirar, com a ideia então que o CDS será favorável à abolição das portagens na via do Infante. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção - Dez anos depois a luta continua pelo fim das portagens na Via do Infante (subscrita pela bancada CDU (PCP/PEV** sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	1	1	1	1	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Moção foi aprovada por unanimidade.** -----

----- Não participou da discussão e votação o deputado Pedro Mota do BE. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate duas moções, uma apresentada pela bancada do Bloco de Esquerda e outra pela bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança), cujo teor se transcreve na íntegra: -----

Moção - Transmissão Online e disponibilização de áudio e vídeo das sessões da Assembleia Municipal de Portimão (subscrita pela bancada BE), cujo teor se transcreve na íntegra: «A Assembleia Municipal é um órgão deliberativo do Município e compete-lhe fiscalizar a ação do órgão executivo, aprovar os demais instrumentos normativos de planeamento e de gestão municipal, como exemplo o Orçamento para 2022, um documento estratégico de elevada importância para o município. As Assembleias Municipais, enquanto espaços de pluralidade de opinião, são na área geográfica dos municípios os órgãos por excelência da participação democrática dos munícipes. -----

A Assembleia Municipal deve recorrer às novas tecnologias para assim transmitir em direto todo o debate político nela existente, levando o mesmo aos nossos cidadãos, independentemente do local onde se encontram, promovendo novas dinâmicas de participação. Reconhecemos a responsabilidade de implementar e reforçar mecanismos que permitam aproximar os cidadãos do debate político, dos assuntos que são debatidos e votados nas suas reuniões, fomentando o envolvimento da comunidade nos processos de decisão política. -----

Numa época em que muito se fala do afastamento entre os eleitores e os eleitos, os membros desta casa devem ter audácia de levar o seu trabalho até aos seus eleitores. Estamos no momento certo de facilitar



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



o acesso dos meios de decisão, independentemente do cidadão estar disponível para assistir presencialmente a estas sessões. -----

E se estas sessões são públicas, devem ser tornadas realmente públicas, sem temor nem preconceitos. Os formatos dessa transmissão devem ficar disponibilizados para consulta no website da C.M.P., no separador já existente da Assembleia Municipal.-----

Hoje em dia consegue-se com um telemóvel e ligação à internet, onde se podem efetuar transmissões em directo para todo o mundo. Sem grandes custos consegue-se tornar esta proposta uma realidade. A pandemia da Covid – 19 trouxe-nos novas formas de trabalho, onde se podem realizar reuniões de diversa índole, mostrando-nos que podemos comunicar à distância e chegar a mais pessoas. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Portimão, reunida na 5ª sessão ordinária de 2021, no dia 22 de dezembro de 2021, delibera: -----

1. Transmitir as suas sessões, ordinárias e extraordinárias, em direto (online), através da internet ou de outro meio digital, nos formatos de vídeo e áudio, acessível a todos os cidadãos, utilizando para isso os meios técnicos do município; -----
2. Que as sessões da Assembleia Municipal possam ser transmitidas em directo por uma Rádio local que manifeste interesse para a respetiva transmissão; -----
3. Disponibilizar para consulta a qualquer cidadão o áudio e vídeo registados durante as suas sessões no website (o separador já existente da Assembleia Municipal), facebook e youtube do município, salvaguardando todos os direitos de imagem dos intervenientes e demais normas legais em vigor. -----
4. Diligenciar junto da Câmara Municipal para assegurar as condições necessárias para a implementação das propostas acima indicadas. -----

Os membros eleitos pelo Bloco de Esquerda.» -----

-----**Moção - Pela transmissão de som e imagem em direto das sessões da Assembleia Municipal (subscrita pela Bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança))**, cujo teor se transcreve na íntegra: « A sociedade portuguesa sofre, à semelhança de todos os países denominados civilizados, uma profunda crise de participação política, que tem inevitáveis e directos reflexos na fraca afluência aos actos de cariz político, como as eleições democráticas ou a presença em atos das estruturas eleitas. É, no nosso entender, consensual que há uma crise de participação democrática e que a mesma se acentua manifestamente nas camadas mais jovens da população. Uma das formas mais eficazes de resolver esta situação consiste numa aposta na aproximação das instituições aos cidadãos, através de um enriquecimento dos suportes através dos quais a maioria da população recebe a sua informação hoje em dia: os meios digitais. -----

Esses mesmos meios têm vindo a ser agilizados ao ponto de ser hoje extremamente fácil e acessível a transmissão em direto de eventos (basta ver os vários programas que tal permitem como o ustream, livestream, veetle ou até o próprio Facebook).-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Desta forma, cremos que a disponibilização das reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal em formato digital seja uma medida de valorização democrática importante, à semelhança daquilo que as Câmaras Municipais de Leiria, Guarda, Lisboa, Peniche, Almada, Celorico da Beira e muitas outras também fizeram. -----

Acresce que vivemos desde meados de Março de 2020 um período verdadeiramente excepcional em diversos domínios da nossa vida social, económica, cívica e política. A pandemia do vírus SARS-CoV-2 e as medidas que têm sido postas em prática para conter e mitigar o risco de contágio e propagação do vírus trouxeram-nos graves restrições à possibilidade de nos reunirmos, deslocar-nos e de participarmos em eventos públicos, sendo inegável que as medidas ainda em vigor, embora necessárias, restringem fortemente os direitos de participação e intervenção cívica em eventos políticos – como as sessões públicas da Assembleia Municipal – não sendo certamente por acaso que o número de munícipes permitido nas sessões é fortemente restringido.

Assim, e considerando que: -----

Uma moção semelhante já foi aprovada no mandato 2013/2017 (na 2ª Sessão Ordinária de 2014 da Assembleia Municipal de Portimão, realizada no dia 28 de abril de 2014, sob proposta do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda) mas que nada foi implementado; -----

Já no mandato anterior, uma moção idêntica referente às sessões de Câmara e proposta pelo vereador do CDS foi aprovada; -----

A 14 de novembro de 2014 já foi elaborado um estudo sobre o equipamento necessário, sendo referido pelos serviços técnicos da Câmara que tal despesa poderia ser feita por 200 euros; -----

A importância de que se reveste a implementação desta medida para os cidadãos do município, em particular para todos quantos não podem assistir às mesmas pelas mais diversas razões é enorme; ---

Este é um contributo importante para a transparência do exercício da democracia; -----

Esta medida é fundamental como uma das formas de aproximar os eleitores dos seus eleitos, promovendo assim democracia participativa; -----

Na actual conjuntura, em que pontificam medidas extremamente restritivas de combate à pandemia, a transmissão por via digital das sessões da Assembleia Municipal poderá ser uma forma de mitigar e combater também o cada vez maior distanciamento dos cidadãos em relação à causa pública, contribuindo ainda assim para que todos possam acompanhar em tempo real e sem interferência de terceiros, o que é discutido e votado na Assembleia Municipal de Portimão. -----

Os eleitos do Grupo Municipal da Coligação Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) (CDS-PP/ Nós, Cidadãos!/Aliança) propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 5ª Sessão Ordinária 2021, realizada em 20 de Dezembro, delibere que: -----

1) A transmissão de som e imagem em direto das sessões da Assembleia Municipal no site do Município e na página de Facebook seja iniciada até ao final do mês de janeiro de 2022; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



2) O Executivo Permanente seja exortado a que, no mais curto espaço de tempo, crie as condições indispensáveis para executar esta transmissão, podendo ser utilizado o mesmo equipamento para as sessões da Câmara e de Assembleia Municipal.»-----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, para dizer que a moção que trazem, é uma moção já muito bem conhecida aqui desta casa, já não é a primeira vez, já é um *retake* como diz aqui o amigo Caros, é um *retake*. É uma moção que diz respeito à transmissão online das assembleias municipais, acho que seria um instrumento importantíssimo para a transparência e para a democracia desta casa e neste sentido, nós apelamos de facto a que o PS esteja sensível. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, como disse o deputado Marco Pereira, esta moção já aqui veio várias vezes, não é nova. Houve decisão ou deliberação da Assembleia Municipal no mandato 2013/2017, no sentido de ser feita a transmissão online das assembleias, que nunca foi implementada, não percebemos bem porquê e de facto esta moção é cada vez mais atual por todos os motivos, mas especialmente neste momento de contexto atual com a crise pandémica, que não sabemos se iremos confinar brevemente, não sabemos inclusive se a próxima sessão desta Assembleia será presencial ou não. Sendo realizada online, os cidadãos estão impedidos de presenciar ou de assistir in loco à realização da Assembleia, aquilo que não nos parece de todo conveniente e aconselhável. Portanto, nesse sentido, vamos aqui propor uma vez mais que haja transmissão online das assembleias municipais. Por agora disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que em relação a esta moção, pelos mesmos motivos vai votar contra, porque considera que também não está assinada, portanto há uma irregularidade do ato, a não ser que haja a retificação e a confirmação nesta Assembleia Municipal. Caso contrário, eu não vou votar favoravelmente contra atos administrativos irregulares. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, sobre esta moção, de facto é como o colega deputado municipal Marco dizia, é um *take* de um *retake* do *take*, e eu não lhe vou chamar geringonça que teve uma conotação não muito favorável a algumas pessoas desta sala, mas é uma completa caranguejola em Portimão, porque conseguiu unir o PSD, o CDS, a CDU, o Bloco de Esquerda, é uma belíssima caranguejola. Com esta concordo, com outras não concordei, umas geringonças que existiram, mas portanto salientar a importância que hoje existe e dar uma nota que se queremos e que vivemos períodos de abstenção enormíssimas, não vou entrar aqui em comparativos com eleitores e abstencionistas, mas dizer que felizmente até temos, e hoje temos membros de juventudes partidários que são eleitos à Assembleia Municipal de partidos diferentes e que ainda bem que existem e que aqui estão, felizmente deixei de ser o elemento mais novo nesta sessão e nem sou o segundo mais novo sou mais que isso e a assistir também, e acho que aqui é um interesse



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que é suprapartidário. É conseguirmos fazer chegar mais longe do que esta sala, mais longe do que os partidos políticos e sobretudo às novas gerações e, portanto, o PSD subscreve na íntegra quer uma quer outra proposta, como já fizemos no passado e esperamos que desta vez o Partido Socialista seja conivente com as gerações vindouras e também com os jovens que defendem o seu partido na cidade e que consiga transmitir para fora aquilo que aqui fazemos. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que vem responder em nome do grupo do Partido Socialista à moção do Bloco de Esquerda, e ainda sobre a mesma matéria ao CDS, Nós aliança e Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança), sobre a questão da transmissão em direto online e disponibilização de áudio e vídeo das sessões da Assembleia Municipal de Portimão. A temática da gravação das sessões e o acesso e disponibilização das gravações bem como da sua qualificação como documento administrativo, tem de ser apreciada no seu conjunto e em conformidade com a legislação que rege este órgão autárquico. O regimento da Assembleia Municipal nada dispõe sobre as referidas gravações. Todos sabemos que tal transmissão poderá extrapolar os limites de um debate racional e político, e acatar por transmitir apenas e tão só opiniões ou estados emocionais que são improvisos, onde se fazem apreciações e/ou juízos de valor emitidos pelos oradores sobre a sua própria pessoa, ou sobre a pessoa de outros membros da Assembleia perfeitamente identificáveis. Ainda nesta ordem de ideias, os debates gravados podem, se descontextualizados, conter afirmações ou expressões pessoais proferidas por qualquer membro que poderão conduzir a interpretações erradas e dar origem a situações perigosamente sensíveis. Temos ainda dúvidas que a utilização das gravações para outros fins que não o da elaboração e conferência de atas, não careça de autorização expressa dos membros intervenientes nas sessões. Por outro lado, as gravações virão a ser ou não classificadas como documento administrativo e nessa medida terão de estar reguladas enquanto tal, estando no seu arquivo como o respetivo acesso aos mesmos. É certo que as sessões da Assembleia Municipal são públicas, as sessões são gravadas e qualquer munícipe tem a elas acesso, mas os meios de audiovisual têm um diferente impacto na sua publicidade. Defende o PS que a implementação da disponibilização online das assembleias municipais, deve ser tratada com cautela, em benefício do equilíbrio entre os valores da transparência, da espontaneidade, da participação democrática, da liberdade de expressão e da boa-fé. Que terá de passar necessariamente primeiro pela revisão do regimento. Assim vale dizer, que é inapropriado, porque não se trata de uma matéria relativa às competências da Assembleia, mas não só ao seu modo de funcionamento, isto é, de natureza puramente regimental, pelo que requer uma análise estruturada no âmbito de um trabalho de reforma regimental e não de uma proposta avulsa. É no contexto de um pensamento estruturado sobre o regimento da Assembleia que o PS está disponível para discutir a difusão dos trabalhos nas tecnologias da informação e comunicação. Esta matéria não se reveste de simplismo, dizendo respeito aos direitos, liberdades e garantias dos indivíduos, nomeadamente proteção de dados, e num órgão onde não intervêm apenas os



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



seus membros, mas também munícipes. Por isso, deve ser analisada no recato de uma comissão de revisão do regimento da Assembleia Municipal que consta da agenda de trabalhos de hoje. Remete-se, pois, o assunto para o espaço de análise próprio, e o PS vota não necessariamente contra o conteúdo da proposta, mas contra o espaço inapropriado desta discussão.-----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que gostaria apenas de lembrar o Partido Socialista da carta dos direitos humanos na era digital, aprovada no dia 17 de maio de 2021 e que entrou em vigor a 17 de julho de 2021, aprovado por unanimidade por todas as forças na Assembleia da República, onde no artigo sétimo, direitos de reunião, manifestação, associação e participação em ambiente digital, no ponto dois diz o seguinte: «os órgãos de soberania e de poder regional e local asseguram a possibilidade de exercício dos direitos de participação legalmente previstos através das plataformas digitais e outros meios digitais». O digníssimo público que aqui se encontra presente, encontra-se no seu direito legal de participação, não apenas na primeira intervenção, mas de acompanhar todo o desenvolvimento desses trabalhos. Enquadra-se dentro destes direitos de participação, no qual é obrigação como diz o próprio, dos órgãos de soberania e poder regional e local assegurar. Portanto, devem passar estas assembleias a serem transmitidas através de meio digital e por isso votaremos a favor. Só mais uma pequena nota. relativamente às dúvidas, relativamente à parte legal da reposição e dos direitos de imagem e todas as outras coisas, foram todas analisadas na Assembleia da República pelas entidades competentes e foi dado o parecer positivo, tal como foi aprovado por unanimidade. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que tinha três questões a lançar de cariz jurídico com base na posição do Partido Socialista, que em muito nos surpreende pela negativa. A primeira é, no último mandato, pergunto onde está no regimento que as conferências de líder pudessem ser realizadas em videoconferência. Segundo, as reuniões de Assembleia Municipal que fizemos, extraordinárias e ordinárias com votação nominal de pessoas, em que graças ao desempenho incrível dos funcionários do município conseguiram desenvolver a plataforma para votarmos, qual a legalidade jurídica do regimento sobre esta matéria, e a terceira é, as gravações cedidas no último mandato, que me digam onde está no regimento a legalidade daquelas que foram expostas durante quatro anos, das minhas e das dos mais membros enquanto gravação, porque também não constam no regimento. Disse. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, explicou que não pode responder relativamente a isso. Mas como sabe, há um estado de exceção e um estado de calamidade que provavelmente enquadraram essa situação que não está prevista no regimento, porque não foi prevista por ninguém, a pandemia e, portanto, provavelmente a resposta está aí, há enquadramento jurídico também relativamente a essa matéria. -----

Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, nesta matéria



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sejamos claros, precisos e concisos, porque aquilo que de pior nos pode acontecer, é que não sejamos capazes de entender as posições dos outros e que possamos cair num certo autismo a esse respeito. O Partido Socialista acabou de se pronunciar favoravelmente à questão, à matéria da introdução da difusão das novas tecnologias de informação, chamados TICS, no seio, note-se, de uma discussão estruturada que não avulsa e não se percebe qual é o vosso temor de revisão, ou seja, da atribuição desta matéria à comissão de acompanhamento e revisão do regimento. Nós estamos disponíveis para rever esta como outras matérias, e consequentemente não faz sentido que esta discussão tenha cabimento aqui de forma absolutamente casuística. Agora, é verdade que dita a história que o PS ao longo do anterior mandato, apresentou uma proposta de revisão do regimento, e a verdade é que a oposição tão desejosa, tão ansiosa, tão irrequieta, porque tínhamos um regimento ultrapassado, nada fez, mas rigorosamente nada fez pelo sentido da sua atualização. Isto é muito estranho! Qual é o problema, qual é a precipitação? O que é que está efetivamente aqui em causa, se nós estamos a garantir que esta temática tem cabimento no âmbito, justamente, da comissão de acompanhamento de revisão da atualização do regimento. Isto é incrível, a incapacidade que nós temos de nos fazermos ouvir uns aos outros. Eu, neste momento, realmente não tive capacidade para entender estas argumentações do PAN, quando a nossa posição foi esta, ou seja, o que é que o PAN faz. Sobrevoa uma matéria que diz respeito à revisão do regimento, ponto, é só isto. Nós estamos disponíveis para efetuar a revisão do regimento já. Não queremos, não aceitamos trabalhar assim desta forma. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, de facto, esta posição é tão previsível. Não foi defendida pelo excelentíssimo deputado Figueiredo Santos que eu muito estimo, mas poderia, porque quando nós estávamos a enviar esta recomendação, eu já estava a ouvir as palavras do excelentíssimo Figueiredo Santos na cabeça, porque esta argumentação... isto não é uma precipitação senhor deputado, isto vem desde 2013. Portanto, se o PS está disponível vote favoravelmente, pronto está aqui o repto, vote favoravelmente e depois fazemos a discussão que o senhor quer. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu queria começar por dizer que realmente a palavra autista fica aqui mal no debate, até porque o autismo é uma doença e, portanto, é despropositado, mas queria informar aqui a bancada do PS duas questões. A primeira questão, o PAN não propôs nada, as propostas que estão aqui em causa são de outras forças políticas. Segunda questão, o que está aqui na nossa proposta não é gravações, é transmitir em direto que é uma coisa completamente diferente. Portanto, ninguém vai selecionar as partes que interessam ou não. É transmitir tal qual está a acontecer em tempo real, e depois enfim, saudar a evolução aparente do Partido Socialista que no mandato anterior dizia que não, não há cá transmissões para ninguém, agora já diz que é para o regimento. Mas lamentar do mesmo passo que o Partido Socialista continue digitalmente confinado, porque vamos lá ver uma coisa, nós estamos a meio de uma pandemia, ou a dois terços de uma pandemia



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e ninguém sabe quando é que a pandemia vai acabar. Estamos em risco daqui a poucas semanas de voltar às reuniões por meios digitais e eu pergunto, a urgência senhor deputado é esta, é os munícipes que estão em causa nessa situação não podem assistir às assembleias municipais, é tão somente isto. Se o senhor não compreende isto, o senhor não compreende nada e não é uma preocupação só nossa. Eu tenho munícipes que me abordam diariamente na rua, a perguntar porque raio em Lagoa, em Silves, em Albufeira, em Loulé, em Tavira, em Faro, por esse país fora, os munícipes em casa podem assistir às reuniões da Assembleia Municipal e em Portimão não podem, e não acreditam quando eu digo que o PS não quer, mas essa é a verdade e está plasmada nas suas palavras aqui hoje e noutras intervenções, e se realmente não é verdade o que eu estou a dizer, o senhor deputado e a sua bancada têm bom remédio, é, independentemente à revisão do regimento, aprovarem aqui as moções hoje. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que o partido Chega é novo nesta discussão, mas por aquilo que já ouviu, já não é nova, não é? Já não é nova e acima de tudo eu continuo a ouvir palavras como autista e outras coisas que não se devem repetir, mas, no entanto, o maior exemplo de autismo é não querermos a transparência para quem nos representa, para quem nos elegeu e para quem nos colocou aqui nesta própria Assembleia. Não há maior ato de transparência se se quiser, seja ele quem for, de que bancada for, de que idealismo for, votará a favor deste ato. Portanto, o partido Chega acompanhará e votará a favor da transmissão. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que em relação ao senhor deputado Figueiredo Santos e ao Partido Socialista, apenas queria recordar que esta proposta já tinha por vós sido aprovada na anterior legislatura, não nesta, na outra ainda anterior, foi aprovada, não executaram. Na legislatura que transitou, o senhor refere que o regimento desta Assembleia não foi aprovado. O Partido Social Democrata, e todos os outros, não tem a maioria nesta Assembleia, portanto se ela não foi aprovada foi porque os senhores não a convocaram, não quiseram, e estamos a viver... Isto é verdade, o senhor não diga que é mentira porque é verdade e, portanto, isso não é verdade. Dizer que a transparência que existe, e se não houvesse medo da vossa parte em que os munícipes ouçam aquilo que nós temos a dizer, a oposição em geral e aquilo que os senhores combatem, as nossas posições é transmitir para que todos oiçam, principalmente num momento de pandemia, em que as pessoas que pretendem aqui estar, a ouvir para contar e para dizer, não estão porque não podem, e acima de tudo, neste momento, mais do que os outros quando não havia pandemia, é essencial que se faça. Não tenha medo, porque daqui a pouco o município de Portimão é o único que não transmite estas assembleias para o público. A Assembleia da República faz, a maioria dos municípios no Algarve faz e do país também. Não percebo qual é a vossa preocupação, e já agora aproveito esta situação de lhe dizer que o PDM desta cidade, também está à espera da vossa concordância para trazer a esta Assembleia e à aprovação. -----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Figueiredo Santos, para dizer que o Partido Socialista tem tido nesta matéria uma posição cautelosa. O Partido Socialista não tem que funcionar num quadro de mimetismo daquilo que façam em outros órgãos, e tem razões com certeza que demonstrou específicas, justamente para ter essa posição cautelosa, mas verdadeiramente o que é que está em causa. As sessões da Assembleia são gravadas e consequentemente é possível a qualquer munícipe, ouvir o que houver de conveniente nestas assembleias. Então verdadeiramente o que é que está aqui em causa. É a imagem, só a imagem. Esses aspetos têm naturalmente a sua importância, alteram, modificam a própria natureza da política, já o foi aqui demonstrado e já foi aqui aflorado pela minha camarada de partido. Todavia, independentemente disso, importa referir que o Partido Socialista, ao longo do mandato de quatro anos, foi o único com eleições recentes, com eleições recentes, é preciso que não esqueçamos. Foi o único partido que apresentou uma proposta de atualização do regimento, às quais os senhores não deram minimamente atenção, no sentido de proporem então a discussão dessa proposta. Essa proposta foi-vos apresentada, e façam favor de não fazer comentários, porque a minha honorabilidade pessoal não se permite esvaír-se e sobretudo nessas questões que respeitam à mentira ou à verdade. Não sejamos lineares, porque as questões que aqui estão em causa são mais complexas. Portanto, o Partido Socialista afirma que não está disponível para nesta sede, discutir esta matéria, mas sim para a fazer no contexto próprio de revisão do regimento. Portanto, não há da parte do Partido Socialista, garanto-vos isso, qualquer resistência à difusão dos meios de comunicação. Ela tem de ser objeto de regulação e consequentemente tem que ser pensada com cabeça, tronco e membros. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que agradece a explicação dada pelo deputado Figueiredo Santos. No entanto, vou ser obrigada a pedir que me esclareça porque eu de facto fiquei confusa. Portanto, eu penso que em 2013 o PS era favorável à transmissão, tanto que votou favoravelmente, no mandato anterior era contra e agora são favoráveis outra vez. parece-me que é isso, pronto. Fazendo aqui só um parênteses e vou ser muito rápida, relativamente à revisão do regimento no mandato anterior, senhor deputado, eu lembro-me que o senhor também integrou a comissão de revisão do regimento. Portanto, se essa comissão não reuniu mais vezes, ou se não produziu... -----Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que os mandatos terminaram. Eu sei que é importante a história, mas eu acho que há duas moções para este mandato, é fundamental a história, mas nós não podemos estar a decidir o que é que os outros mandatos fizeram ou deixaram de fazer. Há uma história, o regimento que temos é este, é o atual e a discussão que estamos a ter é destas moções que é muito atual. Já se percebeu qual é a posição de cada parte.

-----Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que pensa que agora perceberam a posição do PS, que faz depender a aprovação de prévia submissão ao regimento.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Deixo aqui um repto à bancada do PS, se efetivamente estão favoráveis, que votem então favoravelmente, uma vez que desta vez têm oportunidade neste momento. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que manterão a sua coerência. Nós votaremos contra, se porventura insistirem em avançar com esta proposta absolutamente descontextualizada, porque esta matéria é conexa com muitas outras no próprio regimento e, conseqüentemente, portanto, é uma questão de não aderirmos àquilo que é a vossa posição que eu já referi aqui, já foi objeto de apreciação, que é absolutamente solta, absolutamente casuística, que não faz sentido rigorosamente nenhum. Se há uma comissão que está prevista na agenda de trabalhos de hoje que seja formada, qual é o imperativo de nós estarmos a votar essa moção hoje, ou seja, os senhores não aceitam o quadro negocial em que se reflitam estas questões de forma séria e profunda. Querem o sim ou não. Não pode ser, esta é uma matéria demasiado séria para o sim ou não. Portanto, nós iremos votar desfavoravelmente se porventura não aceitar resolver esta matéria nesse âmbito. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção - Transmissão Online e disponibilização de áudio e vídeo das sessões da Assembleia Municipal de Portimão (subscrita pela bancada BE)** sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	1	1	0	14
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	1	16

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----**A Moção foi reprovada por maioria.**-----

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção - Pela transmissão de som e imagem em direto das sessões da Assembleia Municipal (subscrita pela Bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança))** sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	1	1	0	14
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS	15	0	0	0	0	0	0	1	16



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



CONTRA									
---------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----**A Moção foi reprovada por maioria.**-----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate **Moção - Por uma legislativa ganha (subscrita pela Bancada PPD/PSD)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «As portas do ato eleitoral de janeiro se 2022, augura-se o inicio de uma nova legislatura que ofereça ao Algarve o cumprimento das promessas adiadas nas anteriores duas legislaturas. Os algarvios têm assistido a manobras de ilusionismo que fazem esfumar compromissos inadiáveis, mas que continuam no limbo. Na saúde, 83.360 algarvios continuam sem médico de família atribuído a data de novembro passado, segundo o fidedigno Portal da Transparência do SNS. O Hospital Central do Algarve, continua enterrado em alguma gaveta do atual Governo, depois de ostensivamente esse mesmo Governo ter feito tabua rasa do estudo coordenado por Daniel Bessa que colocava este importantíssimo equipamento em 2ª prioridade nacional e optado por construir outros cinco hospitais país fora. -----

A ferrovia continua sem ser modernizada, metade do Algarve é elétrico e outra metade é poluidor... A linha passa ao largo do aeroporto e parece que ninguém percebe que o obvio: Tem que de lé parar e tem de haver intermodalidade. A linha ferroviária do nosso Algarve vê Espanha, mas tem medo de atravessar o Guadiana e ligar-nos a Europa. Ao mesmo tempo que o Governo viola a Lei aprovada pela Assembleia da República e faz malabarismos para não baixar as portagens da A22, a EN 125 não tem obra, degrada-se e vê morrer cidadãos enquanto os prazos e as burocracias servem de pretexto para não se gastar um cêntimo na sua requalificação. -----

O PRR prevê investimento para a água. Para acudir quando? Não há estratégia, não há ação para garantir o abastecimento ao consumo e para apoiar a crescente redinamização da agricultura —tão indispensável para a diversificação da economia regional. A mesma diversificação da nossa base produtiva, com a qual todos concordam em discurso, mas que apenas ocorre pela tenacidade da iniciativa privada que continua a espera — há mais de um ano — do prometido Plano específico para o Algarve, o "tal Plano" que vem acudir ao afundamento a que a pandemia nos levou por muito dependermos do turismo. Onde esta esse Plano? A única região do país que tem duas costas banhadas por diferentes mares não tem uma autoridade própria para gerir a sua atividade portuária. Subjugados a Sines, os portos do Algarve definham, sem estratégia, sem investimento e sem rumo. Na área comercial, novamente, o obvio seria termos portas abertas ao efervescente mercado de cruzeiros — fundamental, por exemplo, aqui ao lado em Málaga ou Cádiz e também na Madeira. Deveríamos ter ligações regulares em ferryboat, trans regionais (Madeira, Lisboa, Porto?) e transnacionais (Espanha, Marrocos, Canárias). Nas pescas, a desordem e a confusão reinam, sendo o mais recente episodio das licenças de pesca apenas um exemplo da incompetência. Não queremos mais uma legislatura perdida.»-----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



para dizer que, com esta moção, a bancada do PSD, sobretudo não ideologicamente, queria instar todos os partidos com responsabilidade aqui no município, mas a nível regional e nacional, a que olhássemos às vezes a propor propostas que sem alguns considerandos pudessem ser levadas de âmbito local e regional, e basta olharmos que, sendo nós uma região que é a segunda que tem maior poder de compra do país e que escuso de vender todas as potencialidades que tem a região e também a nossa cidade, olhamos e sabemos que hoje em dia temos ainda oitenta e três mil habitantes na nossa região sem médico de família. Que sabemos igualmente que a A22 como já falámos, é uma teoria do *Black Friday*, atua também dessa forma. A nível do PRR se olharmos e encurtando tempo, esperamos há três anos pelo plano hídrico, para sabermos o que podemos fazer numa região que tem apenas dois aquíferos e que vive em clara escassez de água, já e de futuro, mas olhando para a ferrovia, sabemos todos e somos todos do barlavento que segrega totalmente um barlavento e que o sotavento passa ali ao pé do aeroporto e depois fica ali a ver navios, e por falar em navios, também sabemos que olhamos para a porta de entrada por mar em Portimão do porto de cruzeiros e que temos a ligação de ferry Portimão Madeira, vimos que o governo não quis financiar esse serviço público, foi o governo regional da Madeira do Presidente regional Miguel Albuquerque a o fazer e, portanto, temos alguns temas estruturais que estão pendentes e por isso esta moção quer instar a que todos consigamos trabalhar de forma conjunta, e que alguns deles consigamos meter as siglas partidárias à parte. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada da CDU **Joana Catarina Quintanova Sanches**, para dizer que esta moção é puro exercício de demagogia, não é nada mais que isso, e realmente aqui no início diz, «às portas do ato eleitoral». Sim, está certo. Ó senhor deputado, então, mas existe algum partido que tenha maior responsabilidade sobre as consequências no serviço nacional de saúde, sobre a administração de portos do Algarve que não o PSD? E também alguma audácia aqui em vir instar os partidos num compromisso com a região do Algarve. O PCP há muito que está comprometido e tem apresentado soluções. Se o PSD na sua atividade na Assembleia da República as tivesse colhido, muitos dos problemas que vêm aqui configurados não existiriam. Obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para perguntar aos proponentes da moção, se, embora concordamos genericamente com os propósitos e saudamos estes propósitos que são nobres e ficam bem, é se os proponentes podem garantir que depois a direção nacional do PSD vai manter estes compromissos. Era só isso que gostávamos de saber. Obrigada. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção - Por uma legislativa ganha (subscrita pela Bancada PPD/PSD)**, sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
----------	----	-------------	-------	-------------------------	----	------------------	-----	--------------------------	-------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS A FAVOR	0	5	0	0	0	0	0	0	5
ABSTENÇÕES	0	0	3	2	0	0	0	0	5
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	2	1	1	1	20

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----**A Moção foi reprovada por maioria.**-----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate a **Proposta de Recomendação - Homenagem a José Saramago (subscrita pela Bancada CDU (PCP/PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Considerando os pressupostos a seguir enunciados, o representante da CDU na Assembleia Municipal de Portimão, vem apresentar a seguinte proposta de recomendação: -----

1. Em reunião realizada no dia 22 de outubro de 2019, a Comissão Municipal de Toponímia de Portimão aprovou, por unanimidade, a atribuição do nome de José Saramago – Prémio Nobel da Literatura de 1998 – a uma artéria do município de Portimão que corresponde à Estrada Municipal nº 531, entre a Rotunda Simão Bolivar e a Rotunda/ Cruzamento da Estrada da Torralta e Rua Manuel Soares de Campos.
2. No dia 20 de novembro de 2019 o executivo municipal de Portimão aprovou igualmente este desígnio.
3. No dia 19 de dezembro de 2019 foi apresentada, pelos eleitos da CDU - Coligação Democrática Unitária- PCP-PEV na Assembleia na 5ª sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Portimão e aprovada por unanimidade, uma Proposta de Recomendação para que a inauguração da placa com o nome de José Saramago, na artéria já definida pela Comissão Municipal de Toponímia e pela Câmara Municipal de Portimão, fizesse parte das atividades comemorativas do 25 de abril. -----
4. As comemorações do 25 de abril do ano de 2020 e 2021, devido ao confinamento em consequência da pandemia do COVID 19 e às restrições vigentes no concelho em 2021, foram comemoradas em casa, sendo exclusivamente transmitidas on line. -----
5. Ficou assim por satisfazer por parte da Câmara de Portimão esta recomendação. -----
6. Sucede que no dia 16 de novembro de 2022 assinala-se o Centenário do nascimento de José Saramago, cujas comemorações terão lugar em Portugal e noutros pontos do mundo, entre 16 de novembro de 2021 e 16 de novembro de 2022. -----
7. Celebra-se assim, o intelectual de abril que, muito jovem, iniciou a sua atividade antifascista, participando nas atividades de Resistência à ditadura. -----
8. Considerando que a colocação de placas denominadoras se devia revestir da solenidade que deriva do prestígio do homenageado, honrando simultaneamente o escritor e a Câmara Municipal de Portimão, o eleito da CDU – Coligação Democrática Unitária -PCP-PEV na Assembleia Municipal de Portimão, propõe recomendar ao executivo municipal de Portimão que tal acontecimento faça parte das atividades comemorativas do próximo aniversário do 25 de abril , integrando-se desta forma nas celebrações



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



do Centenário do seu nascimento e que para esse efeito se convide um representante da Fundação José Saramago.» -----

-----Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada da CDU **Joana Catarina Quintanova Sanches**, considerando toda a cronologia dos acontecimentos que estão descritos no texto da moção, penso que não seja necessário repetir, e considerando a data no próximo ano de comemoração do centenário de José Saramago e também o anterior acolhimento por parte desta proposta de vontade expressa pela Câmara Municipal e pela Assembleia, consideramos que é premente a concretização desta recomendação, de se se celebrar e homenagear o homem maior, um dos mais destacados intelectuais do Portugal de Abril e que se contribua para dar a conhecer o seu papel e divulgação de facto em torno da sua obra literária. Obrigada. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação - Homenagem a José Saramago (subscrita pela Bancada CDU (PCP/PEV))**, sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	2	2	1	1	0	21
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	0	0	0	0	5
VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	0	0	1	4

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----**A Proposta de Recomendação foi aprovada por maioria.** -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate a **Proposta de Recomendação - Diagnóstico do desempenho energético do território e adesão ao pacto de autarcas (subscrita pela bancada BE)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «A ambição e a determinação de Portugal para estar na vanguarda da transição energética materializa-se em metas ambiciosas para 2030, que foram definidas no âmbito no Plano Nacional de Energia-Clima para o horizonte 2021-2030, nomeadamente a de alcançar uma quota de 47 % de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final bruto em 2030. No âmbito do referido plano, a promoção e disseminação da produção descentralizada de eletricidade a partir de fontes renováveis de energia veio a merecer acrescida relevância, como um dos eixos a desenvolver, de forma a alcançar o objetivo essencial de reforço da produção de energia a partir de fontes renováveis e de redução de dependência energética do país. Alcançar uma quota de 47 % de renováveis no consumo final de energia implica que no setor elétrico as renováveis contribuam com pelo menos 80 % da produção de eletricidade. Neste sentido, o contributo da produção descentralizada - apenas possível através do regime



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



estatuído no decreto-lei nº 162/2019 será fundamental para alcançar este objetivo, pelo que a capacidade instalada, nomeadamente no solar, deverá atingir pelo menos 1 GW em 2030. ----- Este novo regime é criado numa lógica de complementaridade, de modo a assegurar o cumprimento das metas e objetivos de Portugal em matéria de energia e clima, através da combinação de instrumentos centralizados de promoção de energias limpas (por exemplo, leilões de capacidade) com processos descentralizados que, pela sua própria natureza, melhoram a coesão social e territorial, contribuindo para a redução das desigualdades atualmente existentes, nomeadamente através da criação de emprego e da melhoria da competitividade das empresas distribuídas no território nacional. Pretende-se, assim, garantir, por um lado, uma maior eficiência do ponto de vista energético e ambiental e, por outro lado, assegurar que tanto as oportunidades da transição energética como os custos do sistema elétrico nacional são partilhados, de forma justa e equitativa, por todos. A recente evolução tecnológica, nomeadamente em matéria de produção solar fotovoltaica, sistemas de aquecimento e arrefecimento, dispositivos de armazenamento de energia térmica e elétrica e mobilidade elétrica, assim como o advento da rede 5G, conduzem a uma alteração radical das condições técnicas e económicas de desenvolvimento do sistema elétrico. O presente decreto-lei (162/2019), dando cumprimento ao estabelecido na diretiva acima mencionada, visa promover e facilitar o autoconsumo de energia e as comunidades de energia renovável, eliminando obstáculos legais injustificados e criando condições para o estabelecimento de soluções inovadoras, tanto do ponto de vista económico como do ponto de vista social, baseadas no aproveitamento das novas oportunidades tecnológicas. Concretamente, o decreto-lei facilita a participação ativa na transição energética de empresas e de cidadãos interessados em investir, sem subsídios públicos, em recursos energéticos renováveis e distribuídos necessários à cobertura do respetivo consumo. Como país pioneiro, tanto em renováveis como em cidades inteligentes, interessado em colher os múltiplos benefícios da transição energética, nomeadamente através da criação de novas empresas com potencial exportador, Portugal precisa de acelerar agora a modernização do sistema elétrico nacional, adaptando consequentemente os instrumentos existentes de planeamento, operação e regulação. Essa adaptação, baseada na larga experiência nacional e internacional, entretanto acumulada, deverá ser feita nos próximos anos, beneficiando também do retorno de experiência que o presente decreto-lei vem proporcionar e orientando-se pelos princípios aqui consagrados. Assim, face ao exposto, a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 5ª sessão ordinária 2021, realizada a 22 de dezembro de 2021, delibera: -

- Recomendar à Câmara Municipal de Portimão que faça um diagnóstico do desempenho energético do seu território e caso ainda não o tenha feito propor a adesão ao Pacto de Autarcas. ----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.» -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, para dizer que foi estabelecida uma meta muito ambiciosa que entre 2021 e 2030, oitenta por cento da produção de energia fosse adquirida, ou fosse através de energias



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



limpas, energias renováveis. Nesse sentido, a moção do Bloco de Esquerda era para que a autarquia faça um diagnóstico de como é que nós estamos nessa meta, e caso não haja ainda a adesão ao pacto de autarcas que foi estabelecido nesta matéria. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que neste momento o trabalho já está a ser feito. Neste momento estamos com 187KW no PIC, é nos nossos edifícios o que já temos, e as escolas que passaram também para a autarquia, vamos já fazer um processo a partir de janeiro, para que também tenham painéis fotovoltaicos para a energia limpa, mas achamos muito bem esta moção, porque vamos continuar com este trabalho e é também neste sentido que queremos fazê-lo. Tenho dito, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Joaquim Paulino Pacheco Duarte**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que reduzir as emissões de CO2, aumentar a resiliência do território, adaptando-o aos impactos e alterações climáticas, bem como acompanhar os estudos e a informação necessária à monitorização desses impactos, devem constituir a preocupação de qualquer cidadão e particularmente daqueles que detêm responsabilidades políticas. Não é a primeira vez que o tema é debatido neste fórum. O mérito desta recomendação do Bloco de Esquerda, é relembrar a sua atualidade e da necessidade de uma permanente ação, no sentido de concertar a sua abordagem. A temática não tem passado ao lado do município, aliás a intervenção do senhor Vice-Presidente já esclareceu em certa medida essa questão. O problema tem merecido uma especial atenção dos vários intervenientes da nossa sociedade portimonense, em particular daqueles que mais sensibilizados se encontram para esta problemática. Os exemplos têm aparecido, oriundos quer do setor público como do privado e até do cooperativo. Nos últimos anos, a Câmara Municipal de Portimão, tem vindo a implementar a instalação de pequenos centros de produção de energia limpa, renovável, nas instalações municipais e constituiu compromisso eleitoral do Partido Socialista, a continuação dessas e de outras ações de produção de energia limpa. De uma forma geral, tem havido destes três setores que eu mencionei, um empenhamento no sentido de alterar as condições atuais, mas não queria deixar em branco a ação que a divisão de educação tem feito, no sentido de acompanhar as escolas, implementando e apoiando um conjunto de medidas junto dos jovens, que venham a ter reflexos no futuro. Muito obrigado. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação - Diagnóstico do desempenho energético do território e adesão ao pacto de autarcas (subscrita pela bancada BE)**, sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	0	1	0	28
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	1	0	0	1



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	1	1
-------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	----------

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----**A Proposta de Recomendação foi aprovada por maioria.**-----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate a **Proposta de Recomendação - Elaboração de um plano municipal de promoção e defesa do bem-estar animal (subscrita pela Bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança))**, cujo teor se transcreve na íntegra: « A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada pela UNESCO em sessão realizada em Bruxelas em 27 de Janeiro de 1978, consagra e reconhece a importância dos Direitos dos Animais, prevendo ainda um importante acervo de princípios inspiradores para a protecção dos animais;-----

-----Na senda de tal documento, a legislação nacional e as políticas públicas adoptadas pelas autoridades portuguesas têm sofrido uma considerável evolução nos anos mais recentes, correspondendo tal evolução à crescente preocupação dos portugueses com a problemática da causa animal;----- A nível local, a exemplo do que vem sendo posto em prática em inúmeros concelhos por esse país fora, urge adoptar um plano integrado para a promoção e defesa do bem-estar animal no concelho de Portimão, a ser elaborado em conjugação de esforços com a sociedade civil e com as associações de defesa dos animais, que preveja, entre outras medidas, as seguintes propostas:----- **Construção do Centro de Bem-Estar**

Animal em Portimão-----**Objetivos Gerais:** Criação de uma estrutura nova para substituir o atual Canil Municipal, com maior capacidade, um gatil, um consultório médico apetrechado, uma sala de cirurgia devidamente equipada para esterilizações, uma carrinha fechada para servir de ambulância animal e a contratação de um veterinário cirurgião e colaboradores que assegurem os turnos da noite.----- **Campanha de Esterilização de**

Cães e Gatos-----**Objetivos Gerais:** Execução da maior campanha pública de esterilização a nível nacional, com vista à esterilização de todos os animais errantes do concelho de Portimão, bem como dos animais de companhia dos cidadãos em situação de desemprego ou desfavorecimento social comprovado. -----**Mensalmente:** Campanhas de esterilização em parceria com os veterinários locais até à construção do Centro de Bem-Estar animal, data a partir da qual os veterinários municipais realizarão esterilizações de todos os animais errantes.-----

----- **Cheque Veterinário**-----

-----**Objetivos Gerais:** Disponibilização de um cheque veterinário às famílias carenciadas com vista à esterilização e tratamento dos seus animais de companhia.-----

Criação da Provedoria do Animal-----**Objetivos Gerais:** Nomeação de um Provedor Municipal, com o intuito de controlar as iniciativas no âmbito do bem-estar animal e zelar pela boa realização das



mesmas.-- **Gabinete para a denúncia dos maus tratos a animais**-----**Objetivos Gerais:** Ao abrigo da Provedoria do Animal, prevê-se a criação de uma valência para a centralização, encaminhamento e follow-up de todas as denúncias de maus tratos aos animais. -----

----- **Legalização da figura do "Cuidador de Colónias de Gatos"**-----**Objetivos Gerais:** Legalização da figura de "Cuidador", para conferir proteção jurídica aos cuidadores e às próprias colónias de gatos.-----

Abrigos para animais de rua-----**Objetivos Gerais:** Aquisição de 200 Casinhas de rua (aos serviços prisionais de Silves) e implementação das mesmas em locais identificados pelas associações e cuidadores das colónias, permitindo assim aumentar a oferta existente de abrigos para animais errantes, criando melhores condições através da colocação de painéis de rede (com porta e fechadura) para a proteção dos animais, cujo acesso só será possível pelas cuidadoras.-----

Banco de bens alimentares para animais de rua-----**Objetivos Gerais:** Colaboração com as associações para a criação de um banco de bens alimentares cujo destino é a oferta a pessoas carenciadas que detenham animais, ou para a alimentação de animais errantes ou em colónias.-----

Sede social para todas as associações de protecção animal-----**Objetivos Gerais:** Disponibilizar meios físicos a todas as associações de proteção animal legalizadas e sediadas em Portimão, que não possuem sede e cujos voluntários trabalham a partir de suas casas próprias, prevendo-se para tal, um imóvel camarário que será transformado e cedido temporariamente em forma de escritórios para que cada Associação disponha de uma sede para armazenagem dos seus equipamentos, com oferta de água e luz durante 4 anos.-----

Primeiro Censos de animais de companhia e animais em colónias-----**Objetivos Gerais:** Levantamento do número de animais de companhia e do número de animais a residir em colónias, cujas estatísticas servirão de base para o planeamento das ações e intervenções da Provedoria do Animal, com vista à erradicação futura de animais errantes.-----

Sinalização e Identificação das Colónias de Animais-----**Objetivos Gerais:** Aumentar a segurança dos animais das colónias, providenciando cada local com a devida sinalização informativa em Português e Inglês, identificando cada colónia e os respetivos cuidadores, impedindo que os turistas retirem animais dos seus habitats e os abandonem noutras locais da cidade.-----

Alteração ao Regulamento Municipal-----**Objetivos Gerais:**-----
Criação de incentivos para a adoção dos animais do canil, nomeadamente:-----

- Isenção da taxa de registo anual na Junta de Freguesia;-----
- Oferta da vacina da raiva (obrigatória por lei);-----



• Oferta do microchip.----- **Criação do Portal do Animal**-----Objetivos Gerais: Criação de um portal

que concentre e partilhe informação no âmbito do bem-estar animal, com oferta de Formação Profissional certificada para tutores de animais, permitindo transformar cães abandonados num ativo desejável, através do uso dos mesmos nas formações ministradas pelo Pedro Paiva, melhorando suas hipóteses de adoção. Simultaneamente aumenta as competências dos colaboradores do canil, e das voluntárias das associações sediadas em Portimão, através da oferta de 2 cursos de Monitor de Treino Canino e 2 cursos de TAA (terapias assistidas por animais). -----

-----Os eleitos do Grupo Municipal da **Coligação Portimão Mais Feliz (CDS-PP/ NÓS, CIDADÃOS! /ALIANÇA)** propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 5ª Sessão Ordinária 2021, realizada em 22 de Dezembro, delibere recomendar ao Executivo da Câmara Municipal de Portimão a elaboração urgente de um Plano Municipal de Promoção e Defesa do Bem-Estar Animal, que preveja, entre outras propostas, as que se deixaram identificadas.-----

----- Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que esta proposta de recomendação deriva do programa de campanha da coligação Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança), visa a elaboração de um plano municipal de promoção e defesa do bem-estar animal e, portanto, penso que todos os colegas da Assembleia têm a proposta de recomendação. Propomos a construção do centro de bem-estar animal em Portimão, uma campanha de esterilização de cães e gatos, cheque veterinário, criação da provedoria do animal, gabinete para a denúncia dos maus tratos a animais, legalização da figura do cuidador de colónias de gatos, construção de abrigos para animais de rua, disponibilização de banco de bens alimentares para animais de rua, uma sede social para todas as associações de proteção animal, a realização dos censos de animais de companhia e animais em colónias, a sinalização e identificação das colónias de animais, a alteração ao regulamento municipal, a criação do portal do animal. É isso. Disse. -----

----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que grandes coisas que estão aqui nesta moção já estão a ser executadas pelo Executivo, assim como o apoio, e não vamos esquecer as associações desta terra em prol dos animais, que tanto têm feito, até quando a Câmara esteve em crise, foram estas mesmas associações que apoiaram a Câmara e os animais. Neste momento, temos já a construção de um novo canil/gatil também. A nível das casas para os gatos, temos um protocolo com a cadeia de Silves e são estas casinhas, estas colónias que estão a ver aí, e é a cadeia de Silves que está a fazer, tendo um protocolo com a Câmara e que estão a ser colocadas. Portanto, grande parte desta preocupação, e aliás que não é a preocupação só do grupo Servir ou Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança), é a preocupação de muitos partidos que estão aqui e, portanto, é por isso que vamos dar continuidade ao nosso trabalho, e achamos nós que não vale apenas criar o plano municipal, porque este trabalho já está a ser bem feito



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pelas nossas associações e vamos continuar a trabalhar com as nossas associações. Portanto, é só e tenho dito, senhora Presidente. -----Pedi o uso da palavra, a deputada da bancada do PPD/PSD **Raquel Bernardino**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, seguindo o fairplay ou falta dele nesta Assembleia, a bancada do PSD, aproveita para felicitar a bancada da coligação Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) por esta iniciativa. A nossa felicitação parte da base de nos identificarmos, pois também apresentámos propostas neste âmbito da defesa e da proteção animal, e para nós, esta é uma causa bastante próxima e nossa amiga, embora com reticências a alguns dos pontos desta proposta, que consideramos não serem de fácil execução ou até um pouco utópicos, mas somos a favor. Salientamos também a importância para que o Executivo dê mais importância a esta temática, porque isto não é uma temática só da importância de quem tem animais. Isto é uma temática da importância de todos os munícipes e, portanto, não é só olhar para o lado e esperemos que este canil esteja feito em breve, porque o atual não tem condições. Obrigada. -----

Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, antes de mais e no seguimento da intervenção do PSD, congratular neste caso a coligação Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) ou o CDS e todos os restantes, pela apresentação da moção, é pena que a tenham colocado aqui toda de uma vez com todas as medidas de uma vez, porque certamente o PS fará aquilo que tem feito sempre, que vai ser chumbá-la, apesar de que reconhecemos que o Executivo tem feito um esforço em medidas avulsas na defesa animal e temos visto que este novo Executivo que foi eleito, tem tido essa vontade de pegar a defesa animal como sua também. Ainda bem e ainda bem que os restantes partidos assim também a adotam. Apesar de ter sido referida na apresentação, penso que não estava, pelo menos não identifiquei na moção, que fosse também elaborado o regulamento municipal de proteção, saúde e bem-estar animal, para que possa existir uma fiscalização do bem-estar animal no município de Portimão, porque sem este regulamento é impossível fazer qualquer controlo do bem-estar animal no nosso município, e efetivamente já existe, um regulamento de apascentamento, mas de bem-estar animal não existe no município e inste que o mesmo seja criado. Por in experiência e por ser a primeira vez que cá estamos, nesta primeira Assembleia não apresentamos nenhuma moção, mas apresentaremos no futuro moções neste sentido. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o Bloco de Esquerda também já apresentou várias moções neste sentido, o *dog* parque que ainda não foi feito, é como aquela de 2013 que foi aprovada e ainda não foi posta em prática, mas também o que falta aqui nesta moção e se calhar faltou nas outras moções que nós trouxemos aqui também, é a educação dos donos dos animais, ou seja, basta a gente passear no passadiço de Alvor e vê-se o que é que se encontra lá, ou seja, os animais andam lá a passear mas depois os dejetos ficam lá todos. Quem diz no passadiço de Alvor diz no passadiço da praia da Rocha, depois o cão não é de ninguém e o cão passa ao lado, e eu acho que aqui também faz parte da educação dos donos dos animais, para que nós



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



possamos passear nesses passadiços e noutras atividades que as pessoas possam fazer, que não tenha os dejetos dos animais ali por todos os passadiços que nós encontramos e caminhos que pudéssemos fazer desporto ou passear, mas nós vamos acompanhar esta moção. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, a Presidente da Junta de Freguesia de Portimão **Maria da Luz Santana**, eu só queria dizer uma coisa aqui nesta moção. Nós somos dos primeiros a estar na linha da frente a favor daquilo que é o bem-estar dos animais. Agora, criar aqui um plano municipal, achamos que nos estávamos a sobrepor àquilo que são as associações e todo o trabalho que elas têm feito. Achamos que continuando a apoiar as associações podemos contribuir para tudo, e mais a mais tudo aquilo que está aqui referenciado, já foi pela Câmara e pela Junta de Freguesia, a Junta de Freguesia então é daqueles parceiros que as associações têm sempre na primeira linha, e sabem que podem sempre contar connosco. Por isso é que nós não estamos muito de acordo com aquilo que aqui vêm solicitar, e por isso é que vamos votar contra, e na sequência daquilo que o senhor Vice-Presidente também já disse. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação a **Proposta de Recomendação - Elaboração de um plano municipal de promoção e defesa do bem-estar animal (subscrita pela Bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	0	1	0	13
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	1	0	1	17

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----**A Proposta de Recomendação foi reprovada por maioria.** -----

-----Terminada a apreciação das Moções e Propostas de recomendação, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o ponto 3) da ordem de trabalhos – **Apreciação da informação escrita apresentada pela Presidente da Câmara Municipal de Portimão** nos termos do artigo 25º, nº. 2, alínea C), da Lei 75/13 de 12 de setembro. -----

-----Pedi o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, como vossas excelências por maioria de razão saberão, o município de Portimão tem vindo a pautar a sua intervenção fortemente focalizada no combate à pandemia causada pela doença Covid-19, e pela promoção de políticas sociais e económicas no valor de oito milhões de euros, visando o apoio aos cidadãos e à economia local como exemplo que vou dar, entre outros. O hospital de campanha onde estiveram internados um total de cento e setenta pessoas, criação de um centro de vacinação em



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Portimão no dia 26 de abril, e em funcionamento até dia 19 de setembro, isto foi até novembro, neste momento já temos outro centro de vacinação aberto também. Aquisição de bens e serviços como ventiladores, máscaras e equipamentos de proteção individual, bem como materiais de desinfecção e limpeza. Criação de um fundo municipal de apoio empresarial num montante de dois milhões de euros, continuação de um fundo social de emergência municipal no montante de dois milhões de euros. Criámos pacotes de apoio quer ao comércio local, quer a artistas locais, onde já foram utilizados duzentos e cinquenta mil euros. Atribuição de quase duzentos cartões solidários para a aquisição de alimentos e outros bens de primeira necessidade. Aquisição de seiscentos e cinquenta *tablets* e quase quinhentos acessos à internet para apoiar o ensino à distância nas famílias mais desfavorecidas. Lançamento de contratos de programas extraordinários com o movimento associativo portimonense com o valor de um milhão de euros. Implementação de um serviço de entrega de refeições ao domicílio para apoiar os portimonenses durante o confinamento e aquisição e distribuição de dezoito mil refeições a pessoas em isolamento e seiscentos e trinta e cinco cabazes de alimentos. O nosso centro de vacinação desde 26 de abril em funcionamento, para terem ideia, foram feitas sessenta e três mil chamadas telefónicas para marcação de vacinas, foram enviados vinte e quatro mil SMS e foram mais de dezasseis mil agendamentos diretos. Quase dois mil atendimentos para apoio de auto agendamentos, quarenta transportes a utentes de mobilidade reduzida e trezentos transportes para o programa táxi vacina. Tudo isto foi efetuado com o apoio de mais de mil e duzentos profissionais que quero aqui felicitar, os serviços municipais, a administração regional de saúde, o CHUA e os bombeiros voluntários de Portimão, e o resultado final, foram aplicadas setenta e três mil vacinas. A reabertura do centro de vacinação desde o início, no parque de feiras e exposições, por forma a não prejudicar o desporto e a prática desportiva no nosso concelho. Pese embora os condicionalismos financeiros decorrentes da adoção destas medidas enunciadas e considerando que a gestão autárquica não se esgota na luta contra a pandemia, foi possível avançar com a concretização de diversos projetos que totalizam um investimento de onze milhões de euros, entre os quais gostaria de destacar, a reconversão da antiga lota que está em curso, a primeira fase de repavimentação da V6 que também está em curso, repavimentação da V5 entre a Penina e a Cruz da Parteira, requalificação do instituto de socorros a náufragos em Alvor e a construção da nova casa mortuária em Alvor. Construção de ossários e catacumbas no cemitério de Portimão e a empreitada de requalificação do passadiço da praia da Rocha que começou esta semana, e a eliminação também do mesmo passadiço. Mas não se esgotam aqui. Para 2022, após a incorporação do saldo de gerência orçamental de 2021, serão igualmente lançados outros projetos que significam o investimento aproximadamente de trinta milhões, e nomeadamente quero passar também a descrever: -----
-----A demolição dos edifícios localizados na rua Júdice Biker e o largo do Dique, dando lugar à construção de uma nova via rodoviária e melhorar lá a fluidez de trânsito; - Requalificação da zona envolvente da Igreja Matriz, bem como da antiga lota de Alvor; - A construção do novo centro de recolha animal, em que vão ser gastos oitocentos e cinquenta mil euros; - A construção de duzentos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



fogos de habitações a custos controlados no Vale Lagar; - Construção de um novo parque urbano junto ao mercado, e penso que este ano sairão as últimas quatro casas, quatro barracas que lá estão e que são as últimas quatro que falta retirar; - Requalificação também muito importante do parque da juventude. Como compreendem, o esforço da adoção destas medidas extraordinárias do combate à pandemia, acrescidos dos projetos ora enunciados, representam para um orçamento municipal, não teria sido possível sem o rigor extremo na gestão das contas públicas e o rigor o que deu, foi a baixa do IMI, de zero ponto quarenta e três para 2021, para zero ponto quarenta e dois para o ano 2022, o que significa um alívio para as famílias de um milhão e meio. Concessão do visto do tribunal de contas para a revisão do programa de ajustamento municipal no âmbito do FAM, contemplando uma redução da taxa de juro de um ponto setenta e cinco para zero ponto noventa e cinco. Estamos, pois, fortemente empenhados para com o fim, garantir a satisfação das necessidades das populações do nosso município, sem comprometer o futuro, conforme expressa na informação escrita apresentada pela senhora Presidente. Concluo, agradecendo sem exceção os diversos contributos prestados ao longo do ano, para que o nosso concelho possa, cada vez melhor, esperar continuar a contar com a colaboração institucional e a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes. Tenho dito, senhora Presidente. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, para dizer que vê na informação escrita a saída de trabalhadores. Mais uma vez, saíram doze trabalhadores, mas está a concurso novos doze, vamos ver o que vai surgir na próxima informação da Presidente, aqui está igualado, espero bem que continuem a contratar, porque as escolas é onde há mais défice de trabalhadores. Também vi aqui o fundo empresarial de dois milhões e o fundo social de dois milhões, mas mais uma vez, temos as reclamações que as pessoas concorrem e ficam de fora do fundo empresarial. Alerto também aqui para o endividamento, neste caso, o endividamento de trinta e três milhões que possam pedir mais empréstimos, ou outras mais, mas temos uma dívida total ainda de cento e dezanove milhões, continuo aqui a alertar para esta situação, e também aqui na página doze da informação da senhora Presidente, revejo que temos aqui o prazo médio de pagamentos, sei que no mês anterior não havia pagamentos em dívida, mas a última data que tenho aqui é 2019. Não sei porquê, mas gostaria de saber por que razão só temos aqui 2019, não temos o 2020 e o 2021. Também verifiquei na informação da senhora Presidente, que as bolsas de estudo, que só apareceram setenta e nove bolsas de estudo. Acho muito pouco, não sei se devia haver mais divulgação sobre as bolsas de estudo. Depois também temos os contratos de programa, temos aqui trezentos e vinte mil euros para o programa das AEC. Não sei, com um valor destes acho que era melhor passar para a contratação pública de efetivos para assumirem estes encargos. Também vejo aqui a Teia de Impulsos, oitenta e três mil euros, também para um projeto de vela, não sei, interagindo com as escolas, acho que são verbas muito acima para uma Câmara com um problema, com uma dívida tão grande. Também nas empreitadas, já vi que na página setenta e nove, nas empreitadas, já começa a haver muitos concursos públicos, mas ainda temos muitos ajustes diretos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e muitos também de consulta pública. Aqui é mais um alerta do Bloco de Esquerda para que haja mais concursos públicos e não tantos ajustes diretos e de consulta pública. Também vi aqui sobre as inoculações, e verifiquei que temos inoculações setenta e três mil, ou seja, foi duas inoculações por cada cidadão, e fica muito aquém dos munícipes que vivem em Portimão que são mais de cinquenta mil. Neste momento, fico-me por aqui, gostaria de ser esclarecido para alguns pontos que pus aqui em questão. --

-----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, a nível de contratos, queremos nós que as pessoas queiram vir trabalhar para a autarquia e na realidade, mesmo na educação, falta-nos ainda muito pessoal, mas também nos falta noutros setores e, portanto, o que queremos é abrir concursos para ver se as pessoas concorrem. A nível das bolsas de estudo, quem concorreu foram essas pessoas, mas depois passarei a palavra à senhora vereadora que está mais por dentro desse assunto. A nível das AECS, também é o apoio que temos dado, e é o que temos feito. Aliás, a Teia de Impulsos como frisou aí, tem sido um grande parceiro também no desporto para todos, e por isso também essas verbas com certeza, mas a senhora vereadora também explicará melhor. Quanto aos pagamentos em atraso, e isso sim, não havia pagamentos em atraso e é por isso que vê aí logo na alínea a seguir que no mês de novembro de 2021 não há registo de pagamentos em atraso e, portanto, os pagamentos não está nenhum em atraso. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente aos três assuntos que o deputado Pedro Mota colocou, bolsas de estudo. As bolsas de estudo, no ano passado tivemos cerca de cinquenta e cinco e fizemos uma aposta maior na sua divulgação este ano, pondo em mais locais, indo junto das associações de estudantes, para ver se este ano já tínhamos mais candidaturas. Apareceram setenta e nove, foram mais do que o ano passado, não sei se são as necessidades, julgo que não, algumas pessoas são capazes de ter alguma dificuldade nas questões de juntar e comprovar alguns dados, e depois se calhar, mas pronto não temos nota disso. Todas as que aparecem são analisadas, estamos na fase final de avaliação, na primeira reunião de Câmara de janeiro, deve ir a proposta de atribuição. Contratos de programa com as AECS. As AECS são implementadas, assim como prevê o decreto, não sei se é decreto, mas julgo que é decreto, não sei se é decreto se é portaria, daí a minha dúvida, pelas associações de pais e depois a verba é-nos dada a nós e o ministério da educação passa para nós, consoante o número de alunos e depois nós passamos para as associações de pais. Portanto, isso está previsto na lei, portanto não pode ser, não é realmente uma contratação pública. Nós fazemos depois, as associações de pais então fazem os protocolos, conforme cada associação de pais, faz com quem quiser, porque existem as atividades promotoras que são neste caso no nosso concelho, a Educar a Sorrir e os Tempos Brilhantes. Depois Teia de Impulsos, é o projeto EMA, foi um projeto, uma candidatura a fundos europeus, que é muito maior o valor do projeto, o projeto são cerca de duzentos mil euros se não me engano. Faltava ali alguma verba que não foi financiada da verba que não foi financiada, portanto nós só apoiámos em trinta por cento da verba não financiada. É um projeto que vai



da educação ambiental, que abrange todas as turmas de quinto, sexto e sétimo ano do concelho. Portanto, vai abranger um grande número de alunos. Portanto, não considerámos que a verba dada seja realmente muito grande, tendo em conta o impacto que vai ter que é muito grande, por isso é que cofinanciámos este projeto. Disse, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, bom, falou-se aqui de verbas grandes, tinha aqui várias questões e queria começar por uma questão relativamente a verbas também consideráveis. Fiquei surpreendidíssimo com o valor do ajuste direto que foi feito aqui a uma sociedade unipessoal para a animação de Natal, sessenta e sete mil e duzentos euros. É uma sociedade que dá pelo nome Carlos Manuel Pacheco Unipessoal LDA, e gostava que o Executivo explicasse a esta Assembleia qual foi o critério para a escolha do ajuste direto, embora no contrato esteja que foi por ausência de recursos próprios e a razão de ser deste valor, que me parece completamente anormal e despropositado. Depois, valores também ainda, penso que é na página sessenta e nove ou setenta da informação, fala-se aqui na criação do caderno de encargos para venda do terreno do Barranco do Rodrigo, mas depois não se dá esclarecimentos adicionais. Perguntava se é para vender todo o terreno, porque em tempos falou-se na criação de um parque verde ali naquele terreno, e já agora, porque têm sido incidência sobre esse terreno, em que pé é que está o litígio com o grupo Lena. Depois, valores mais uma vez. A dado passo da informação, fala-se em depósitos no banco da parte do município de vinte e cinco milhões e meio de euros. O que é que vai ser feito com esse dinheiro, ou vai continuar a render no banco? -----Uma questão que me tem

surpreendido também e a muitos munícipes de igual forma, é a obra que está a decorrer na V6 em Portimão. Não consegui entender, e pedia essa explicação ao Executivo, se se trata de uma repavimentação da via, ou conforme parece, se se trata de um aparelho de remendos. É porque inicialmente foi anunciado que era uma repavimentação de toda a extensão da via e neste momento o que está a haver são remendos excetuando as rotundas. Depois, outra questão que se prende com outra obra também que está a decorrer, que tem provocado enormes constrangimentos no acesso a Portimão, que é a da ponte nova, e eu questionava diretamente o Executivo, se foi consultado sobre o agendamento da obra e a forma como a obra está a ser feita. A ponte nova teve uma intervenção de grande monta aqui há três anos, penso eu, não houve necessidade de corte de via nem de circulação alternada, neste momento, está a haver, e enfim, aquilo tem sido um caos completo nos acessos a Portimão para fora e para dentro. Depois, para terminar, o ponto de situação de revisão do PDM, porque nas páginas sessenta e oito e sessenta e nove também se fala de alguns trabalhos, não se dá conta do ponto de situação, e senhor vereador Gambôa, aquele supermercado que está ali a ser terminado no Marachique, perguntava-lhe diretamente quais foram os critérios que nortearam o despacho que vossa excelência assinou, licenciando aquela obra, e concretamente se foi feito um estudo do impacto do tráfego automóvel naquela zona, porque o afluxo que vai haver de trânsito naquela zona será consideravelmente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



superior. Disse. -----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Peixinho Alambre Bila**, quanto à animação de natal, foi o Executivo que assim o entendeu e aliás a prova está à vista com a animação que temos tido em Portimão e também valorização do comércio local e, portanto, escolhemos por critérios materiais e foi isso que fizemos, e por isso o valor em causa é o mesmo valor que já temos gasto noutros anos com outras pessoas, e desta vez quisemos escolher então este projeto e foi este projeto, e até agora tem sido um projeto ganhador e vencedor e a prova vê-se nas pessoas que andam na rua do comércio e na zona da casa inglesa e no jardim Primeiro de Dezembro e, portanto, achamos que é um projeto ganhador e assim o vamos querer continuar. Quanto à ponte nova, as intervenções que estão a ser feitas, como sabe não tem a ver com a Câmara Municipal. O que foi dito, é o tempo que vai estar fechado e foi uma nota de imprensa que o município fez sair pelo tempo, não vai ser fechada na totalidade a estrada e é isso que tem estado a acontecer, também tenho passado lá algumas vezes. Agora aquelas manutenções têm que ser feitas e isso é o que nos dizem a nós e vamos ter que acreditar que assim vai continuar e vai ser até fevereiro. Felizmente as obras têm que ser feitas, eu sei que muito custa, mas nós no verão não podemos fazer obras. Quando chegarmos ao inverno também não convém fazer obras, mas estas manutenções têm que ser feitas. Na V6 o que está a ser feito, é um reforço das zonas que estão piores, para depois então levar a última camada de tapete, mas julgo que o engenheiro Gambôa poderá dar mais conhecimentos tanto neste assunto como nos outros assuntos do PDM. ----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Vasco Gambôa**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente à V6, a técnica que se vai ali usar foi remendar as partes que estavam mais danificadas e depois vai levar uma camada, eu agora não me lembro do termo técnico em português, é chamado *selary*, que é um tapete mais fino ali por cima que vai selar e, portanto, aquilo tem um tempo útil, pelo menos dez anos e, portanto, foi essa a opção em vez de ser a pavimentação completa da remoção do tapete todo. A base estava boa e está. A V6 já tem umas dezenas de anos e foi essa a opção na relação investimento de qualidade do produto final, foi isso que se optou por fazer, os técnicos, foi essa a decisão relativamente à V6. Relativamente ao PDM, continua em curso a revisão, está-se aqui a elaborar algumas peças, temos que levar até 31 de março à CCDR, temos que ter a primeira reunião, conferência de serviços na CCDR, como sabem e depois temos até ao final do ano. Deixem-me dar aqui uma nota sobre a questão do PDM. Não se trata nada de qualquer tipo de desculpa, mas isto às vezes andarmos aqui todos, e também não me vou desculpar com a questão de apenas estarem dois PDMS no Algarve revistos, mas a verdade é que quando andamos também muito à frente e com todas estas regras e vicissitudes que depois as entidades regionais colocam na revisão dos PDMS, isto não é por acaso que mais de metade do país não tem os PDMS revistos. Deixem-me também dizer que até agora e com tudo o que é um investimento em Portimão e a atração de Portimão para pessoas que queiram vir para cá residir e queiram vir cá investir, e os números do IMT assim o espelham e vamos a este género com sessenta por cento acima daquilo que foi a receita de IMT



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



do ano passado, não vejo aqui em momento nenhum que o PDM, apesar de, repito, é um documento estratégico para a evolução do concelho e por onde queremos ir, e muito nos últimos tempos, falado até fruto destes tempos de pandemia que nos vieram trazer ideias, que se calhar já queremos mais habitação individual, mais moradias unifamiliares do que habitações coletivas, queremos desenvolver outro tipo de atividades económicas e se calhar temos que criar espaços para isso e, portanto, realmente é um documento estratégico que podemos fazer evoluir o concelho para onde queremos e por outro tipo de atividades mais resilientes e menos sazonais, mas em todo o caso não se sente que o PDM, ou a falta da revisão, tenha agora trazido algum retrocesso ao concelho. Relativamente ao barranco do Rodrigo, sim, está a decorrer um estudo e esperamos que em janeiro, fevereiro, possa estar em condições de vir a esta Assembleia Municipal a proposta da hasta pública daquela propriedade. Basicamente o que se pretende fazer, é através da hasta pública e vem daquela propriedade, haver alguém que fique com a posição do município para executar o plano. Sobre a pergunta do processo com o grupo Lena, não tenho aqui os dados, mas o que me dizem é que neste momento não há nenhum constrangimento a esse nível que possa evitar fazer este procedimento. -----

-----Por fim, Intermarché, o Intermarché, aquela loja que está a ser feita ali está a ser feita ao abrigo de um plano e, portanto, existe uma rede viária no município que já previa passar ali, que este plano é um plano que já estava aprovado, portanto no plano já estavam contempladas estas vias e tudo o que pudesse ser construído naqueles terrenos com as capacidades de construção que ali estavam. Eu sei que sempre que se faz alguma coisa em Portimão do ponto de vista da rede viária se quer logo um estudo de tráfego, isto às vezes a gente pode matar uma formiga com um canhão, mas às vezes, se calhar, a formiga consegue fugir do canhão, não é, mas isso não é argumento, porque ao fazer a loja, aquilo está inserido num plano, o plano já prevê uma rede viária que abrange o concelho todo e que já foi estudada há muitos anos e que nós considerámos que ainda é viável e, portanto, que suporta perfeitamente todas as construções que possam ser feitas ali ao abrigo do plano. Obrigada, senhora Presidente. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer uma coisa sobre o barranco do Rodrigo. Nós também queremos o corredor verde e, portanto, o que vai ver não é o terreno todo, como nunca foi o terreno todo, mas vamos querer também o corredor verde ali naquele sítio. Portanto, que fique já aqui assinalado também que quando vier a esta Assembleia, terá também com o corredor verde. Tenho dito, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o Líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, naturalmente, em primeiro lugar e sendo recorrente, uma felicitação ao Executivo por trazer à Assembleia Municipal um conjunto de dados para termos acesso e que é sempre útil e que nunca é de mais felicitar de conferirem aos deputados municipais essas matérias. Uma segunda nota evidentemente e reiterando e no mesmo cumprimento de onda as palavras elogiosas do senhor Vice-Presidente, quer aos profissionais do município, bombeiros, ARS, CHUA, por todo o trabalho pandémico que têm desenvolvido e também outros profissionais não só os de saúde, lembro-me logo à cabeça os professores,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



todos e também salienta a bancada do PSD, o esforço que foi feito e creio que foi sempre aprovado por unanimidade em reuniões de Câmara, dos fundos municipais de apoio à emergência Covid e dos fundos de apoio social e, portanto, a bancada do PSD salienta a importância do trabalho que foi feito pelo Executivo, é um trabalho claramente suprapartidário, aqui não há PS e PSD, há portimonenses e há pessoas e, portanto, estamos completamente ao lado, e creio que todas as forças estão, do Executivo nesta matéria, neste trabalho, que infelizmente continua, com números que continuam preocupantes e a crescer e, portanto, desejamos a continuação de bom trabalho a todos aqueles que referi, não só aos mil e duzentos, ao Executivo nas suas funções e aos profissionais de saúde que estão a ser, e estão aqui profissionais de saúde, que estão a ser novamente bombardeados com mais trabalho e mais exigência nas suas vidas. -----

-----Tenho um conjunto, para esta primeira intervenção, de cinco questões, já ouvi aqui algumas que foram feitas a nível de obras, mas ia-me focar mais em questões estratégicas, dado que finalizámos um ciclo autárquico e iniciamos outro, dado que também finalizamos agora uma legislatura a nível de governo central e que é necessário termos a consciência de onde estamos e para onde vamos, e a primeira naturalmente, há pouco dizia, mas agora acreditem que é importante olharmos para isto sem demagogias ideológicas mas sobretudo construtivamente, é de facto a ligação do ferry Portimão-Madeira. Soubemos que houve uma ministra então, Ana Paula Vitorino, que entendeu que não devia haver o subsídio estatal para o financiamento deste serviço público, mas Portimão disse e tivemos uma concertação, é importante dizer isto, entre os partidos, foi aprovado aqui por unanimidade, a senhora Presidente de Câmara disponibilizou-se e bem a reunir com o primeiro-ministro, a ministra, o governo regional da Madeira e, portanto, acho que era um compromisso de todo o município, e agora acho que Portimão carece de respostas de Lisboa inclusive, não é daqui, e que entendamos isto no sentido fora das siglas partidárias e fora as quezílias que quem não gosta menos de laranja possa aqui ver, ou a direita, não é isso, é uma questão que todos subscrevemos e pergunto qual o ponto de situação, primeiro. A segunda nota, também é a ligação de ferry, é efetivamente Algarve, quer dizer Portimão-Marrocos, em virtude das comunicações não oficiais do município, mas outras que surgiram, algumas até, eu vou-lhes chamar internacionais, são sobre outro continente inclusive, a senhora Presidente de Câmara já se manifestou, mas perguntava ao senhor Vice-Presidente ou a qualquer um dos vereadores, em que ponto de situação está. -----

-----Outro assunto do dia, mas que aqui terei que ser taxativamente mais crítico, é a eletrificação da ferrovia. Foi anunciado pelo ministro Pedro Nuno Santos há duas semanas, o recomeço da eletrificação do troço Faro Vila real de Santo António. Acho muito bem, mas recorde e perguntava, o resto da ferrovia para cá e acho que aqui temos todos esse interesse e recordar que, e subscrevia as palavras de então de dezembro de 2016, quando foi anunciado que se iria concluir até ao quarto trimestre de 2020 e que digo isso num sentido que eu diria igual, a senhora Presidente de Câmara Isilda Gomes na altura dizia que estaria à espera, isto em 2016, em dezembro de 2020 com bandeirinhas para receber os comboios. Eu não estou aqui a fazer qualquer juízo de valor à afirmação, disse e quem tomara nós estarmos todos.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



O que é facto, é que estamos em dezembro de 2021. Já Pedro Marques pediu mobilidade para Bruxelas e tudo isso, que era o ministro que estava, de facto não teve muita felicidade no cargo, mas foi de facto promovido para Bruxelas, mas perguntava qual o ponto de situação, porque é efetivamente importante e que não olhemos isto como uma questiúncula que o PSD quer trazer a esta casa. é uma questão que eu creio ser permanente nas nossas vidas e qualquer pessoa sabe aquilo que fazemos, é Portimão Antunes, quem não sabe ainda a semana passada vi, e quer dizer, acho que é uma questão importante. Tinha ainda uma outra questão e agora emocionei-me com a viagem Portimão a Tunes, de certeza, fico muito emocionado sempre que vou, é uma viagem histórica, mas perguntava e aqui sei que é à senhora vereadora Teresa Mendes, a questão da carência habitacional, no seguinte: a informação escrita fala novamente nos fogos adquiridos, foi dito no final do mandato transato aquilo que ia ser feito e o plano que havia para os próximos anos e dado que fechámos um ciclo, perguntava com que números, se é possível que isto foi questionado por munícipes, se cifra a carência habitacional do concelho, se aumentou face aos números que tínhamos do quadriénio anterior, ou se não e se ainda está paginável com aquela habitação que vamos construir para suprimir aqueles que não têm habitação no nosso concelho e que vivem ainda essa dificuldade. Por fim, relativamente ao Vai e Vem, duas questões no mesmo ponto. a primeira é qual o ponto, porque entretanto tivemos eleições, parou, não era oportuno, mas qual o ponto da renegociação contratual e em que ponto está, e a segunda dito por vários munícipes, é se vamos ter o Vai e Vem de segunda a domingo, ou se vamos ter o Vai e Vem de segunda a sexta e ao sábado e domingo é só o Vai e Vai, porque não volta para as pessoas que o querem utilizar e, portanto, eram os cinco blocos de perguntas que tenho para já. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto ao ferry, acho que todos estamos de acordo e realmente não é bandeira partidária nenhuma, todos estamos de acordo que o ferry Portimão/Madeira era importantíssimo não só para o nosso concelho mas para todo o Algarve, e aliás até, permita-me dizer, até para os transportes quase do país, porque muita gente vinha cá a Portimão para levar mercadorias para a Madeira e, portanto, com isso, assim como a senhora Presidente disse que estará na primeira linha para tentar conseguir que o ferry volte para Portimão, o Executivo todo está empenhado também nisso. De Portimão/Marrocos, desconheço e, portanto, não vou comentar qualquer assunto do ferry Portimão/Marrocos. Quanto à eletrificação da linha, aquilo que já temos é o viaduto que vai passar quem vem da rua Infante D. Henrique, que é o projeto para ir dar até ao pé do parque de feiras e exposições ao pé do Portimão Arena. O concurso ficou deserto e vai ser lançado outro concurso e por isso no lado do sotavento já começaram com a obra, aqui para o barlavento ainda não. Quanto à habitação social, vou deixar para a minha colega e do Vai e Vem, amanhã vamos ter uma reunião extraordinária, porque temos que prorrogar o prazo para a entrega dos documentos do Vai e Vem, porque a empresa que irá concorrer ao Vai e Vem não entregou os prazos em tempo e então vamos prorrogar o prazo para dar tempo também para que haja este concurso. Não queremos parar o Vai e Vem e por isso vai amanhã também a reunião



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de Câmara para podermos por pelo menos mais seis meses até que seja feito todo este concurso, e é isto que vamos querer. Portanto, na realidade o Vai e Vem faz muita falta a Portimão, e também compreendo que muitas vezes se fala no fim-de-semana, mas o Vai e Vem quando muitas linhas foram cortadas ao domingo, era porque ninguém andava no Vai e Vem. Eu compreendo que há muitas pessoas que reclamam hoje, mas se calhar teremos que ir nesse caminho, teremos que ver com se calhar viaturas mais pequenas para conseguirmos ir buscar mais gente e neste caso, gente que está mais na periferia da nossa cidade, para poder também satisfazer estas pessoas, mas esta é uma preocupação também do Executivo e acho que é uma preocupação de todos os partidos também e nós não gostamos de servir mal as pessoas e, portanto, agora o que não podemos fazer, é voltar a gastar tanto dinheiro como gastávamos no Vai e Vem e, portanto, é isso que temos feito, é aqui ver com a qualidade preço o que é que conseguimos manter, e na realidade tem sido difícil, porque aquilo que temos protocolado com a frota azul não tem sido possível ir a todo o sítio ao sábado e domingo, mas vamos querer sim num novo concurso, a ver se alargamos mais as linhas para também satisfazer essa população. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente à habitação social, o diagnóstico, como sabemos, da estratégia local é de 2019, de lá para cá a nossa prioridade como todos também devem compreender, é o apoio direto às pessoas e não fizemos uma atualização do diagnóstico. Portanto, não lhe sei dizer ao dia de hoje se realmente aqueles números foram alterados ou não, embora saibamos de forma empírica que existe uma grande necessidade. Agora não sabemos é em termos de números, se existe um aumento dos números, porque tivemos outras prioridades e não fizemos realmente a atualização. No entanto, do concurso para habitação a custos controlados, não esgotámos as candidaturas, estávamos à espera de um grande número de candidaturas, não esgotámos, por isso acabámos por alargar o prazo e vamos fazer agora uma campanha mais direcionada para as pessoas por exemplo que têm o subsídio de arrendamento, que são à partida potenciais possíveis compradores e algumas pessoas do nosso parque habitacional que também entretanto reestruturaram a sua vida e têm capacidade para se candidatarem. Portanto, vamos ter esse cuidado, não o fizemos numa primeira fase, porque considerávamos e tendo em conta a necessidade do nosso diagnóstico, que iam aparecer muitas pessoas, mas na realidade acabaram por não aparecer e vamos alargar. Quanto ao diagnóstico, não está atualizado, portanto, os números que temos são aqueles, sendo que teremos que fazer agora, aliás temos reunião em janeiro com a empresa que colaborou conosco na elaboração da estratégia, precisamente para verificarmos algumas questões que precisam de ser atualizadas na estratégia. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, realmente tenho estado aqui a ouvir algumas intervenções e têm-me suscitado aqui algumas dúvidas, provavelmente por ser novo nesta casa também com certeza, e o Partido Chega como elemento novo nesta sociedade portimonense ao nível político, mas que se quer muito mais do que isso, acabo por me admirar de algumas questões e de algumas coisas que foram aqui ditas e suscitam-me algumas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



dúvidas. Dúvidas essas que eu se calhar humildemente e até partindo do pressuposto que desconheço algumas delas, mas faz-me alguma impressão, mais que não seja porque somos todos pagadores de impostos e como tal, há certas coisas que nos afetam, mas acima de tudo porque afetam quem nós representamos, isto para dizer o seguinte. Eu realmente fico triste quando oiço a intervenção do senhor vereador Álvaro Bila, apesar de obviamente não o conhecer, mas percebo a tristeza das suas palavras quando se refere, nomeadamente ao mapa de pessoal e ao facto de cada vez que se faz contratação, enfim, isto é sempre mais do mesmo, nós queremos as pessoas mas as pessoas não vêm, isto faz-me lembrar, com certeza os mais velhos que aqui estão lembram-se de uma novela que havia antigamente que era a Gabriela, e então havia o síndrome da Gabriela, eu nasci assim, eu fui assim e hei-de ser assim. Portanto, o senhor vereador Álvaro Bila dá-nos aqui um pouco esta retórica, que é pronto isto é mesmo assim, o pessoal não vem, mas a questão é exatamente esta, se o histórico nos diz que o pessoal não vem, que o pessoal não se sente atraído, o que é que o município de Portimão entende fazer e quais são as medidas, porque eu não vejo nenhuma relativamente a este problema, porque senão vamos fazer exatamente a mesma coisa que no passado, contratação externa, adjudicações diretas e outras coisas mais, e depois serão sempre os mesmos a pagar aos mesmos. Portanto, a questão que fica para já é esta. -----

-----Depois, outra questão é, e eu também acompanho aqui a intervenção do senhor deputado municipal Carlos Martins, naquilo que é enfim, no respeito que todos os profissionais de saúde e não só nos merecem desde sempre, inclusive na questão da pandemia, e eu por momentos pensei que ele se fosse referir à quantidade de pessoas, que parece que os dados recentes falam em mais de quinze mil pessoas em Portimão que não têm médico de família, mas afinal não, era mesmo só para dar os parabéns aos profissionais de saúde e dos quais merecem também o nosso respeito, mas acima de tudo, referisse que há mais de quinze mil pessoas em Portimão sem médico de família, há falta de meios, os processos são consecutivamente errados e eu oiço aqui obviamente tendo em conta aquilo que foi feito e que a senhora Presidente e a autarquia fizeram no pós durante a pandemia e os milhões que se gastaram. Eu percebo isso tudo, eu só não percebo é o vangloriar-se exatamente com essas medidas, que isto por momentos pensei que estava em propaganda eleitoral outra vez, ou em campanha eleitoral! É porque senão vejamos, a autarquia fez e muito bem e ainda bem que o fez, mas vir aqui dar esses dados como algo que não devesse fazer... é porque nós não nos podemos esquecer que nos últimos dez anos esta autarquia pagou mais de cinquenta milhões de euros de juro e segundo os últimos censos, daria qualquer coisa como oitocentos euros a cada munícipe em Portimão, só de juros de dívida. Portanto, se o fez ainda bem que o fez, estamos todos agradecidos, mas é preciso ter aqui outros dados em conta. Por outro lado, também tinha aqui esta questão que surgiu alguma curiosidade ao senhor deputado João Caetano, penso que é este o nome, a propósito do ajuste direto, e mais uma vez fico triste por aquilo que ouvi, ou seja, é um projeto ganhador o ajuste direto, quase setenta mil euros, e a medição da rentabilidade destes sessenta mil euros deste ajuste direto que foram aplicados, quais foram, porquê? Porque andavam



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



muitas pessoas na rua? É assim que se mede a rentabilidade dos investimentos da autarquia? Qual é a rentabilidade disto, gastou-se sessenta mil euros, investiu-se sessenta mil euros. Gastou-se ou investiu-se, e depois a medição é porque andam muitas pessoas na rua. Mas qual foi a significância disso para o comércio local, ou seja, precisamos de ter aqui algumas perspetivas e eu percebo que quem anda no setor privado há uns anos tem esta noção da rentabilidade, mas a rentabilidade aqui afeta quem aplica dinheiro e quanto é que nós temos de repor de cada euro investido e, portanto, deixo aqui mais esta reflexão, mais do que uma pergunta é uma pergunta retórica. Por outro lado, já várias pessoas abordaram aqui a questão do PDM, deste PDM. Também fico aqui um pouco triste e o partido Chega fica um pouco triste com certeza para não dizer outra coisa, de ouvir um vereador dizer que bom, afinal o PDM, se calhar ainda não revimos isto, mas ainda bem porque isto andar à frente da revisão do PDM, se calhar também não é assim muito bom. Eu percebo, especialmente se já tivessem existido três ou quatro revisões do PDM, mas este PDM que eu me lembre nunca foi revisto, e o senhor diz que este PDM é um elemento fundamental e estruturante para o município de Portimão, mas é a partir de agora, ou foi nos últimos anos, ou esquecem-se que estiveram na gestão desta autarquia durante anos e anos, e o que é que foi feito pelo PDM, para não falar em questões do urbanismo e planeamento, umas vezes planeia-se e depois urbaniza-se, outras vezes ordena-se e outras coisas parecidas, mas fica para outros quinhentos e, portanto, e por aqui fico com esta intervenção. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto ao mapa de pessoal, a autarquia paga aquilo que pode, que é a lei e, portanto, as pessoas não vêm concorrer, porque também os ordenados não são atrativos. É sem dúvida nenhuma, portanto, isto sabemos nós, portanto não é uma retórica, isto é mesmo assim. Quanto à parte, o senhor deputado também é de Portimão e acho que viu o centro da cidade definir e, portanto, devia estar era contente também em ver gente a voltar ao centro da cidade, que eu sei que o senhor deputado também é de Portimão. Portanto, fico contente em termos gente aqui de Portimão, e temos é que fazer projetos e melhorar a nossa zona do comércio local, mas também que vai ser o pulmão da nossa terra, porque antes foi e acho que deve voltar a sê-lo e, portanto, acho que o senhor deputado sabe muito bem, realmente como é que se mede isso, mas como é que se mede é muito difícil como é que se mede. Agora, para a autarquia é um orgulho ver, e este Executivo que muito tem feito para o centro não morrer e vai continuar a fazê-lo, e é por isso que eu disse isso e meço, porque vou medir porque todos os dias ando no centro e vejo, há muitos anos que não via um natal como vejo este em Portimão, e imagino como é que seria este ano se não fosse a pandemia e, portanto, isto a mim dá-me orgulho, a mim e ao Executivo, que estou aqui a representá-lo também e, portanto, tenho dito senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, para dizer que queria agradecer as explicações que o senhor Vice-Presidente deu em relação às obras na cidade e congratular-se com as mesmas porque são importantes. As intervenções são necessárias e são importantíssimas, mais a mais num quadro com uma conjuntura



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de eleições antecipadas e elas são fantásticas. Agora, o que eu solicitava é que de facto o Executivo fosse sensível aos portimonenses e não fizessem as suas obras todas assim de uma vez só, fizesse de uma forma faseada, porque senhor Vice-Presidente, hoje em dia, qualquer um de nós que se meta numa viatura para fazer um troço qualquer em Portimão é uma tortura, é um exercício de paciência, e depois saímos de Portimão e ainda levamos com a ponte Nova que também é outro exercício de paciência. Nesse aspeto, eu acho que é importantíssimo fazermos obras e fica muito bem aqui neste quadro de eleições, mas pedia alguma sensibilidade. No tocante ao Vai e Vem, eu compreendo que tenha que haver alguma parcimónia financeira de facto, mas o Vai e Vem é um instrumento importantíssimo da coesão social e é imperativo que haja. Senhor Vice-Presidente, nós não podemos vir dizer aqui, bom extinguimos carreiras porque não havia pessoas. Basta que uma pessoa precise para que essa carreira seja essencial, nós não podemos vir aqui dizer que extinguimos carreiras porque não havia procura, que isso é um não assunto, e eu acho que este contrato já está há muito tempo a ser revisto e eu acho que já peca por tardio. Muito obrigada. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, realmente contra as eleições, eu preferia que tivessem sido feitas antes das eleições autárquicas, ou que a obra já tivesse acabado do que estas eleições que vai dizer pouco para a autarquia. Agora uma coisa é bem certa, mesmo assim queríamos estar a fazer mais obras que os concursos ficarem desertos e, portanto, como é o parque da juventude que já devia estar feito, temos esta noção e agora também as empresas que cada vez temos mais dificuldade em que as empresas concorram e que os projetos possam avançar. Quanto ao Vai e Vem não temos dúvida nenhuma. Agora, também não podemos estar todos a pagar se uma pessoa precisa, portanto se uma pessoa precisa se calhar é melhor mandar lá um táxi e, portanto, é isso que eu disse ainda agora, temos que se calhar fazer algumas carreiras com viaturas mais pequenas para não estarmos a gastar o preço ao quilómetro daquilo que gastamos com o Vai e Vem. Tenho dito senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que o envelope financeiro relativo às transferências de competências do estado para o município, prevê o montante de doze ponto três milhões, que corresponde a dezasseis por cento da receita. A minha pergunta concreta, é uma vez que o município neste momento assumiu todas as competências que lhe foram transferidas, se o Executivo prevê que este montante seja suficiente para assegurar o exercício dessas competências e se está previsto algum reforço deste montante caso o valor não seja suficiente, ou se existe um plano B, se for necessário, portanto, algum valor adicional para se assegurar as competências. Outra questão que também já foi colocada aqui pelo Bloco de Esquerda, a nível dos CAFS e dos AECS. Portanto, a nível dos CAFS, não se diz os montantes da associação Ensinar a Sorrir e Tempos Brilhantes e solicito essa informação, e a nível dos AECS, fala-se que foram trezentos e vinte mil quatrocentos euros por entidades executoras, são as associações de pais. Eu gostaria que a senhora



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



vereadora concretizasse para quem é que este montante foi, já sabemos que foi canalizado para as associações de pais, mas depois posteriormente quais foram as associações beneficiadas. A nível da habitação a custos controlados e ao concurso que está a decorrer, diz a informação escrita que temos cento e vinte e uma candidaturas, penso que as previstas eram trezentos fogos, não era? Duzentos, pronto eram menos cem, portanto ainda temos aqui uma diferença de setenta e nove fogos. Pergunto eu, se não houver candidaturas, portanto se existirem fogos por adjudicar no final do concurso, o que é que a autarquia prevê fazer a esses fogos que não forem adquiridos aqui neste concurso. Mais duas questões, portanto, relativamente ao auditório, diz a informação escrita que já foi concluído o concurso público para as obras, foram feitas visitas ao local, foram feitas reuniões, certo é que as obras não arrancam, não é, passam os mandatos e de facto o auditório está ao abandono e gostaria de saber quando é que essa situação eventualmente será revertida, ou pelo menos se há uma data de previsão para o início das obras no auditório. Relativamente à informação escrita na parte da divisão jurídica, constato que o Executivo tinha aqui uma dívida relativa ao condomínio do edifício lote 43 A na Coca Maravilhas da fração B no valor de mil e setenta e sete euros e doze cêntimos, valor de condomínio que não foi pago e que deu origem a uma execução. Portanto, gostava de saber mais informações sobre isso, o que é que originou a falta de pagamento do município que terá gerado a execução, e por agora disse.

-----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que quanto ao financiamento das novas competências, é óbvio que vai havendo, que vão sendo lançados todos os valores para que se possa depois fazer nova negociação para que os valores sejam revistos, mas a minha colega já vai também na parte que é da educação falar. No entanto, vou-lhe ser franco, mas isso é um pensamento muito meu, que é, sendo as competências hoje da autarquia, a manutenção também tem de ser feita de maneira diferente, porque tanto nas escolas como nos centros de saúde, hoje as pessoas pedem com muito mais facilidade do que se fosse para pedirem ao governo e, portanto, as coisas vão ter que andar muito melhor e muito mais cuidadas também e é isso que também queremos. É estas as contas que queremos fazer, temos que ir fazer agora as manutenções todas para depois também pedirmos ao governo o reembolso desta verba, foi isso que eu disse. Quanto à habitação a custos controlados, a minha colega já disse aqui que vamos lançar uma campanha para ver se conseguimos para os fogos que faltam. Quanto ao auditório, está a ser feito um projeto para a reconversão do auditório na casa da juventude e, portanto, depois iremos apresentá-lo. -----Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, para falar sobre a transferência de competências nas três áreas, educação, social e saúde. Relativamente à educação fizemos a reunião esta semana da comissão de acompanhamento e os valores transferidos são os suficientes para assumirmos todas as competências que foram transferidas, portanto não há falta de valor, está de acordo, não há necessidade de retificação, tirando as AECS, que é necessário realmente para este ano letivo haver ali um acréscimo que vai ser transferido, vai ser acertado, todos os anos altera



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



por causa do número de alunos e dos transportes dos alunos com necessidades educativas especiais, que também é alterado anualmente consoante o número de alunos e esse valor é retificado, de resto está de acordo. Relativamente à saúde, fizemos a reunião de acompanhamento em novembro ainda, finais de novembro, os valores também estão adequados, exceto o necessário para as obras do DICAD, do centro de saúde e penso que é do centro de saúde de Alvor. No entanto, já foram os projetos e o levantamento foi feito dos valores necessários e irá ser feito um acordo interadministrativo para podermos ter esses valores, e estão acertados, vão ser transferidos. Relativamente à área social, também já houve a reunião prévia com a segurança social, vamos assumi-la e vai ser efetivada no dia 1 de abril de 2022. Os valores que nos vão passar, pois ainda não fizemos comissão de acompanhamento, portanto do levantamento que fizemos, parece-nos que são os corretos, mas não sabemos, só depois ao longo do próximo ano, 2022 é que serão feitas as reuniões da comissão de acompanhamento, para verificarmos se estão adequados ou não. Portanto, não posso dar nota. Relativamente às CAFS e às AECS. As CAFS não existem, existe o protocolo, mas depois não existe valor, porque há apenas cedência de espaço. Portanto, tem que haver protocolos porque há cedências de espaço e por isso não existe valor transferido. Quanto às entidades executoras e promotoras das AECS, a entidade executora são as associações de pais, as associações de pais das diferentes escolas, sendo que entre todas as associações de pais escolheram a Educar a Sorrir como entidade promotora. Portanto, no concelho todas têm a mesma entidade promotora, exceto as Vendas que têm Tempos Brilhantes. Portanto, todas as outras são a Educar a Sorrir. Custos controlados, o meu colega já disse, portanto se por acaso os fogos por qualquer motivo não forem atribuídos, serão depois adquiridos por nós, há alguns do Primeiro Direito e serão depois atribuídos, ou renda resolúvel, ou renda apoiada, depois iremos ver, mas eu penso que, entretanto, vão ser todos. O auditório, já disse. -----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que em relação ao condomínio do Coca Maravilhas vai ver e depois responderá porque não tem isso... -----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que queria também ser esclarecido por causa desta situação destas construções que está a haver no Fojo, porque é que estão a construir blocos de nove andares como foi dito aqui, sem garagem, gostaria também de ser esclarecido sobre esse ponto. Também gostava de ser esclarecido sobre a estrada de Alvor, onde vai haver o Intermarché, se vão fazer ali uma rotunda, o que é que vão fazer para aliviar ali o trânsito, porque já tem havido acidentes lá, por isso gostaria de saber o que é que vão fazer ali mais concretamente, e também sobre a ponte nova. Quando chegamos ali ao hospital, devia haver uma sinalética logo a informar que aquela obra se está a fazer ali, e íamos logo para a autoestrada. É chato ficar ali quarenta e cinco minutos, não é, ainda por cima na altura eu tinha que abrir uma loja e tinha a chave do cofre, foi muito desagradável. Acho que devia haver um aviso antes do início das obras para avisar as pessoas, para as pessoas poderem escolher se vão para um lado se vão para o outro. Depois



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



temos aqui os assuntos jurídicos também, que têm aqui uma situação dos espaços verdes com quatrocentos e seis mil euros que está aqui em litígio, e também outros espaços verdes com cento e vinte e seis mil euros. gostaria de saber se estas dívidas são deste Executivo, se são de Executivos anteriores a esta situação. Outra situação que eu queria dizer aqui também, era sobre a passadeira em frente à Teixeira Gomes, ali ao pé do antigo hospital. É uma passadeira que o Bloco de Esquerda fez questão de trazer várias moções aqui para ser feita, porque levou realmente muito tempo e até foi dito aqui pelo antigo Vice-Presidente, que não era possível fazer aquela, fizeram estudos que não era preciso fazer, mas ainda bem que fizeram e acho que essa passadeira devia ter o nome de Elvira Meco, que foi a nossa anterior deputada municipal que falou várias vezes dessa passadeira, eu acho que essa passadeira devia ter o nome de Elvira Meco e muito obrigado por terem posto aquela passadeira que realmente vai ajudar muito as pessoas que passam de cadeira de rodas e com carrinhos de bebé. Tenho dito. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quando pararem naquela passadeira já sabem que a culpa foi do Bloco de Esquerda e, portanto, não se esqueçam desta frase que foi aqui dita! Quanto aos espaços verdes, posso-lhe dizer que o contrato não tinha sido bem executado pela parte da empresa e é por isso que está em contencioso e, portanto, também lhe posso dizer que agora nos espaços verdes temos uma pessoa a avaliar se o trabalho é executado ou não. Quando não é, pois, vai ter que ir para o contencioso porque não vamos pagar trabalho que as empresas não fazem. De resto, vou passar ao senhor vereador João Gambôa. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Vasco Gambôa**, para explicar que em relação ao acesso ao Intermarché, vai haver uma viragem à esquerda quem vem de Alvor para ter acesso à loja, mas de qualquer maneira é uma situação temporária, pois está em curso e deverá começar ainda no decurso de 2022 a via que vai ligar a rotunda da Prainha à Pausa, a V13, aí vai surgir uma rotunda basicamente em frente à Pausa e, portanto, quando essa rotunda estiver feita deixa de haver viragens à esquerda e, portanto, para quem entrar na loja, tem sempre que ir à rotunda. Relativamente ao Fojo, o senhor que esteve aqui penso que já não está, o senhor esteve ao telefone comigo a semana passada, e é um problema que temos aqui em Portimão e que existe em todo o lado, que são os alvarás de loteamento mais antigos, e que são títulos que conferem direitos aos proprietários e que nem sequer com revisões de PDM se resolve e, portanto, o que temos estado a fazer, é sensibilizar os proprietários e arranjar alternativas para criar estacionamento e recentemente até se fez uma situação dessas na praia da Rocha para aquela última torre que foi construída, através da venda do subsolo para poder fazer estacionamento para os edifícios, e na praia da Rocha até foi uma solução que foi tratada há alguns anos atrás, e acho que ainda era o vereador Carito até que despoletou essa situação, e estamos a ver se aqui no Fojo as três torres que faltam se se consegue fazer um acordo e sensibilizar para que haja estacionamento no subsolo. Temos outras situações, outros loteamentos como por exemplo Horto



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



do Burro, onde param ali os Vai e Vem, e estamos a tentar sensibilizar os promotores, até porque os promotores também sabem que se os apartamentos tiverem estacionamento têm outro enquadramento no mercado. No entanto, temos este problema, não há forma de obrigar a fazer estacionamento, ou melhor, havia uma forma, era se a Câmara comprasse e tivesse dinheiro e tivesse recursos e comprava estes lotes todos. É evidente que isso não será a solução viável. De qualquer maneira, estamos muito atentos e estamos a tentar minimizar os impactos dessas construções. Obrigada, senhora Presidente. --

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que alguns esclarecimentos que queria pedir já foram registados pelas outras forças partidárias. Mas, entretanto, tenho aqui uma dúvida da intervenção do senhor vereador João Gambôa, nomeadamente o senhor João Gambôa, quando estava a esclarecer algumas questões apresentadas pelo grupo municipal, diz que não era hábito, ou dispensou o estudo prévio do tráfego para executar algumas obras. Agora, a questão que eu coloco, é o seguinte. A prática que tiveram até agora, até 2021 vão continuar a seguir? É porque isto estar a fazer obras sem estudos prévios, sem estudos de tráfego... parece que a livre iniciativa parte dos vereadores sem serem auxiliados de técnicos, técnicos que deem pareceres viáveis, se a obra em questão é viável, se é rentável e se corresponde realmente ao que é que o município necessita, e eu estou a falar nisto em relação a uma situação, também posso falar em relação a uma situação que é a aquisição no largo Primeiro de Dezembro daquelas casas para fluir o trânsito, para o trânsito/acessibilidade ser melhor. A minha questão é o seguinte, os senhores também estudaram, fizeram alguma encomenda de estudo, de tráfego, antes de adquirir aqueles imóveis? Portanto, qual é a função, têm a certeza que aquela obra vai solucionar o problema que os senhores apresentaram, a função da aquisição da obra, o objetivo da aquisição da obra? É que eu preocupa-me, sabe porquê? Porque durante estes anos o que eu vi, foi uma gestão corrente de um tapado, fazer atos isolados nesta cidade, e às vezes muitos sem estudos e depois de fazer, é que se vê e que se chega à conclusão que o que está executado não corresponde à realidade, ou não teve o resultado pretendido. Portanto, é isso que eu coloco à questão da mesa, é que se no futuro continuam, ou se acham, ou que consideram que essa atitude e a vossa prática resolve os problemas desta cidade. Outra questão que eu quero colocar, as obras que estão feitas, que estão a ser executadas e que foram executadas no vosso último mandato, nomeadamente das estradas, a recuperação de algumas vias, a questão que eu coloco é a seguinte, porque é que fizeram só no final do mandato quando os senhores tinham receita suficiente para fazer estas obras durante os quatro anos, porque é que deixaram passar quatro anos? Estas obras são obras de manutenção, não são inovação e a minha pergunta é esta, qual a causa? -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, qual a causa realmente, é que as empresas também não concorreram e muitos concursos ficam desertos, e depois os concursos são abertos de novo. Eu acho que ninguém queria mais terminar as obras antes das eleições, se calhar, que o PS e, portanto, acho que essa pergunta... pois,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nós gostávamos de as fazer logo. De resto, vou passar ali ao vereador João Gambôa para responder às outras questões. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Vasco Gambôa**, relativamente aos estudos, aquilo que eu ia dizer sobre os estudos de tráfego e relativamente às casas do largo do Dique, era que neste momento e como sabem está a ser feito um estudo de mobilidade geral para o município onde se vai fazer todo este enquadramento. Ao demolir aquelas casas e ao corrigir aquele triângulo em que permite sair da avenida Guanaré e do largo do Dique diretamente para aquela zona, atalhando aquele triângulo de ir ali à rotunda dos combatentes, acho que é de senso comum que nem sequer é preciso um estudo de tráfego muito elaborado para corrigir essas pequenas coisas. Eu já ouvi dizer que se devia ter feito um estudo de tráfego para colocar a passadeira ali da V6, eu acho que também é de bom senso, mas não ouvi ninguém a defender que para passar a V6 naquele sítio só havia um viaduto com degraus e ninguém teve a defender a mobilidade e, portanto, os estudos de tráfego fazem-se, e estão a ser feitos, está a ser feito o estudo de mobilidade de uma dimensão tal ao nível do concelho e ao nível macro para tomar as grandes decisões, e é aí que têm que ser feitos os estudos. Estas questões pontuais e por uma questão pontual destas ter que fazer um estudo, não me parece que seja aqui adequado. De qualquer maneira, aquilo foi previsto pelos técnicos para tentar reestabelecer aqueles conflitos que há ali naquela zona e para resolver os constrangimentos que aparecem, e bem sabem que aparecem para ir às passadeiras e por ali e, portanto, essa sim, nós temos uma estratégia e a estratégia está a ser tida em conta. O senhor Vice-Presidente já respondeu relativamente às obras, mas este mandato vai ser diferente, começamos o mandato com uma série de obras e, portanto, estão uma série de obras a arrancar para não se fazerem no último ano de mandato. Obrigada, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para pedir ao senhor vereador Gambôa que lhe esclareça o seguinte que ficou com algumas dúvidas sobre a sua intervenção, e isto a propósito ali da intervenção da senhora deputada Independente, Dra. Ângela. Então, os senhores quando tomam decisões, tomam baseadas em quê? Não se faz estudos de ajustes diretos no Natal, depois não se fazem grandes estudos de ajustes de, enfim, interferência sobre o ordenamento de circulação na cidade. Afinal os senhores tomam decisões baseadas em quê, em estratégias? O senhor disse agora, mas estratégias baseadas em quê? -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido** para dizer que tinha aqui algumas questões, na área ambiental, sei que é cara ao Presidente em exercício e que certamente poderá responder, ou posteriormente apresentar esses dados. Na informação apresentada, não consta qualquer informação relativamente aos animais do canil, nomeadamente neste período quantos animais foram recolhidos, quantos animais foram adotados dos existentes no próprio canil, quantos animais foram eutanasiados no canil devido a doenças ou outros. Portanto, esses dados não aparecem aqui e gostaríamos de os ter. Também gostaríamos de saber que quantidade de atos médico-



veterinários foram realizados no canil, se os foram. Depois, também questionar, é apresentada aqui a informação relativamente aos animais mortos recolhidos na via pública, em que o número parece-me que é relativamente diminuto, e dou um exemplo concreto que se passou comigo a semana passada. No sábado, houve uma gaivota que acabou por ser atropelada, uma situação que infelizmente é comum em Portimão devido ao número elevado de animais que temos desta espécie, e quando sujeito a, o que é que se faz ao animal que está no meio da via, primeiramente, retirei-o para o passeio, mas não queria deixar lá o animal, porque simplesmente pode vir uma criança, pode vir alguém a correr como o deputado Pedro Mota disse há pouco e tropeçar na gaivota. Portanto, seria ali uma situação sanitária que era necessário sanar. Entrei em contacto com a EMARP que me indicou que a Câmara Municipal faria essa recolha, mas que nem ao sábado nem ao domingo têm qualquer equipa para fazê-lo, pelo que o animal iria ficar no passeio até segunda-feira. Eu disse, bom, até segunda-feira não me parece que seja muito viável que isso aconteça. Portanto, tive que pegar eu no animal, ir colocá-lo numa ilha, porque não existia outra solução a não ser deixar o animal morto na via pública. Portanto, gostaria de questionar se existe essa solução, se isto é realmente assim como me foi informado através dos serviços, ou se existe uma outra forma, talvez não tenha conhecimento, de um outro serviço que devesse contactar. -----

-----Relativamente aos dados que aqui também são apresentados, as pessoas na situação de sem-abrigo apresentada que existe no nosso município, em concreto na freguesia de Portimão, cento e quarenta e nove pessoas na situação de sem-abrigo. A questão que faço, é quais é que são as estratégias do Executivo para a diminuição deste valor, sendo que no passado tivemos uma iniciativa no inverno para a recolha destas pessoas, ou que tivessem um local que se pudessem abrigar, especialmente na época do Inverno. Questionar se essa iniciativa será repetida novamente, e se essa iniciativa poderá ser prolongada ao longo do tempo e não apenas na altura do inverno. Também questionar relativamente aos valores que são apresentados a zero, nas freguesias de Alvor e da Mexilhoeira Grande. Relativamente à Mexilhoeira Grande, conheço vários casos de pessoas que vivem em situações que não são de sem-abrigo, mas praticamente são, em casas completamente sem qualquer tipo de condições, sem água, sem esgotos e que vivem praticamente como sem-abrigo, e a minha questão é se esta questão for em usar. Só uma última pergunta mesmo em finalização, e que passou, relativamente à construção de um novo CROA, se é possível dar o ponto de situação do concurso, se houve resposta e se será adjudicado ou se já está nesse caso e se existe já resolução para a realocação dos animais que existem atualmente no canil no decorrer da obra, porque nos últimos contactos não havia nenhuma situação. Obrigada. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que relativamente aos animais do canil, esses números não estão, mas vou solicitar ao veterinário municipal que tem lá esses dados e que podem constar também aqui neste relatório. Quanto ao fim-de-semana, realmente a recolha é feita de segunda a sexta-feira para animais mortos. O melhor será sempre ligar para a linha 24 porque ficará registada, porque a linha tem vinte e quatro horas por dia e é na central dos bombeiros que farão também a recolha na medida do possível



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ao fim-de-semana, não vai ser com a frequência logo e que às vezes se quer, mas farão também essa recolha, aliás os bombeiros fazem muitos serviços de recolha de gaiotas. Quanto aos sem-abrigo... as casas que não têm as condições e/ou as devidas condições, mas uma boa informação também, é que penso que amanhã, vai abrir o centro, também mais uma vez agora por causa do frio, vai ser na Santa Casa da Misericórdia de Portimão, e depois, temos muita dificuldade muitas vezes em tirar as pessoas da rua porque elas também não querem ir e quando se dá horários então, há muita gente desta que vive na rua porque é uma opção de vida e nós não as conseguimos tirar da rua, mas depois poderei passar à vereadora. Quanto ao centro de recolha animal, na realidade já concorreremos e depois também vai ser feito agora com que plano é que vamos pôr aqueles animais todos para que aquele terreno possa ser limpo. Como sabe, o que lá está não vai ficar e, portanto, os animais vão passar para o outro lado do canil, ao longo do muro, foi criada uma parte para os cães não estarem tanto em cativeiro, foi criada uma parte maior já para os animais estarem mais à solta e é para essa parte que à partida vão passar os animais para depois podemos fazer a obra. Obra essa que vai ter outra entrada, porque o canil não vai ficar com a entrada que hoje se entra pelo portão principal dos armazéns municipais, vai ser com uma entrada lateral junto aos prédios lá para trás. Já existe, agora vai ficar com dignidade para que os carros possam entrar também. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente à questão dos sem-abrigo, sim, estão cento e quarenta e nove. Estes cento e quarenta e nove já é à luz da nova regulação do que é um sem-abrigo, porque o sem-abrigo não é só aquele que nós vemos aí a pernoitar, ou debaixo de um vão das escadas. Portanto, existem pessoas que as casas não têm condições de habitabilidade que também são consideradas sem-abrigo, por isso é que o número é tão elevado. Independentemente disso, essas que vivem em condições indignas, estão consideradas na nossa estratégia local de habitação que são aquelas que depois serão as de Primeiro Direito, irão ter à partida, portanto, assim que conseguirmos ter as casas todas construídas, são as primeiras candidatas, não a estas agora dos custos controlados, mas às casas que vão ser construídas por nós. Depois, neste momento temos o projeto Legos e o projeto TMN, aliás que também vem aqui na informação escrita da senhora Presidente, para apoio para retirada das pessoas que vivem na rua, não estas que não tenham condições de habitabilidade, que vivem verdadeiramente na rua, no sentido de integrá-las e depois saírem da casa TMN. Portanto, existe aqui uma parceria entre o projeto TMN e Legos, em que se dá um apoio a estas pessoas, no sentido de integrá-las na sociedade. Depois, como já disse o senhor Vice-Presidente, vamos ter o apoio aos sem-abrigo agora entre dezembro, entre amanhã e o final de fevereiro. São situações temporárias, porque situações mais de longa duração, é o projeto TMN e também temos com o GRATO, uma casa de abrigo para senhoras. Pronto, além do TMN, temos a casa abrigo para senhoras, portanto, e, neste momento, são as respostas que a cidade tem para os sem-abrigo. Pois, os da Mexilhoeira, à partida deveriam estar, realmente aqui na grelha não está nenhum na Mexilhoeira, mas em princípio estarão nestes cento e quarenta e nove que são os que vivem em condições



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



indignas. De qualquer maneira, vou verificar se a grelha está mal construída, ou se na realidade eles não constam, mas vou verificar essa questão. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer que queria apenas fazer uma pergunta ao senhor Vice-Presidente, sobre as obras de demolição no largo do Dique. Obras essas que foram anunciadas na Assembleia Municipal anterior, não é nesta, mas numa igual no mandato anterior, que as obras se iriam iniciar entre julho e agosto. Não se iniciaram em julho, houve outra Assembleia que perguntei, a senhora Presidente da Câmara referiu de novo que essas obras se iriam iniciar o mais breve possível. Estamos em dezembro, o inverno vai passar e, portanto, eu gostava de perguntar ao senhor Vice-Presidente quando é que essas obras se realizam, ou estão à espera que o verão chegue? Eu penso que são obras que vão mexer com toda aquela zona envolvente emblemática de Portimão e, portanto, é uma preocupação constante dos munícipes e é uma preocupação constante nossa em saber quando é que as obras começam, porque elas já foram anunciadas N vezes, principalmente incorretamente nos meses de julho e agosto de 2021 e, portanto, isso está escrito em ata não podem dizer que é mentira. Obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para fazer uma simples intervenção. O senhor vereador João Gambôa, ainda há um bocado disse relativamente à questão do Intermarché, que o plano que vigora para aquela área, prevê uma via rodoviária. Realmente o plano prevê uma via rodoviária, o plano não previa era aquele uso que o senhor decidiu por despacho. O plano previa para aquela zona o uso habitacional, ou outro uso que não o estabelecimento de venda a retalho, e aquilo que eu lhe perguntei na intervenção anterior, era quais são os fundamentos da aprovação que o senhor fez no despacho daquela licença de obras, e foi isso que o senhor não respondeu e, portanto, como o senhor está muito tranquilo em relação àquilo que assinou, eu desafiava-o e lanço aqui o repto, de uma forma muito clara a vir aqui explicar à Assembleia numa próxima sessão, quais são os fundamentos dessa aprovação, porque isso é que era importante o senhor esclarecer, não é dizer que são precisos planos ou não são para tudo e por nada, porque realmente uma coisa era ter um uso habitacional aí naquele sítio e o uso que estava previsto no plano que é habitacional eventualmente não tinha grande impacto de trânsito, outra coisa completamente diferente, é ter um uso que não está previsto no plano e eu tenho muita curiosidade do ponto de vista técnico em ver o parecer jurídico que o senhor diz que tem para sustentar aquele uso que o senhor aprovou, e que, além do uso que não está previsto no plano, que é o comércio a retalho, ainda tem uma bomba de gasolina. Isso é que era importante o senhor explicar, como é que aprovou por um despacho seu que nem foi a reunião de Câmara, aquela obra com o uso que não está previsto no plano, com uma bomba de gasolina e os impactos que vai ter no trânsito, mas eu desafio-o, se o senhor está tão convicto, traga isso aqui a uma Assembleia Municipal, porque senão, se o senhor não tiver essa coragem do ponto de vista político, nós faremos o trabalho por si senhor vereador. Disse. ----- Ficou com o uso da palavra, o líder da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que só queria esclarecer dois pontos. Estávamos a falar do tráfego e estávamos a falar também sobre a situação das casas que estão em frente ao cemitério que estão quase a ser demolidas, vão sair dali e o espaço já está em obras, e agora a própria rua que está em frente aos bombeiros, vai haver algum alinhamento novo de tráfego, ou vão fazer uma rotunda ali também junto ao Pingo Doce, que há ali grandes problemas de trânsito. Queria saber se vai haver alguma intervenção ali naquele sítio. Outra situação que tenho aqui na página noventa e que tenho visto aqui também, isto tem um nome assim um bocado esquisito, é sistema GESCORP, e o que eu tenho estado a ver aqui e que não tinha visto e que me chamou muito a atenção, é que nestes três meses, houve aqui quatro tentativas de suicídio. É um problema que a cidade de Portimão tem, tem grandes falhas na política de saúde mental, e queria pôr isto aqui em debate, sobre o suicídio e também de agressões, e agora gostava de saber, não sei se é possível ou não, muitas destas agressões se é de violência doméstica. Fico-me por aqui. -----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto à rua dos bombeiros, não há estudo nenhum e vai continuar assim, o que vai levar ali a um jardim, naquele sítio onde vai ser a comunidade cigana e, portanto, é isso que está previsto para ali e é isso que temos previsto. Quanto ao largo do Dique, passaria então a palavra ao meu colega João Gambôa, que é ele que está com esse processo. -----Ficou com o uso da palavra, o vereador da Câmara Municipal **João Vasco Gambôa**, sobre o largo do Dique, realmente queríamos nós que as casas já estivessem demolidas, nesta primeira fase é só demolição das casas, mas só ainda não começaram e está previsto começar agora no início de janeiro, porque tratando-se da zona da muralha da cidade, não iríamos começar a obra sem termos o parecer da DRCA e da arqueologia, vai ter acompanhamento arqueológico, apesar de ser só demolição e à superfície e apesar de ter também a parte, o edifício tem estrutura que é uma estrutura nova, mas depois tem outra parte mais antiga e então o parecer já chegou, chegou há duas semanas e a obra terá início em janeiro. Só para terminar e porque às vezes quando se fazem os comentários, eu também posso dizer isto de outra forma. Senhor deputado João Caetano, utilizando o seu tom de voz, eu posso-lhe dizer que eu não preciso de ter coragem nenhuma para trazer cá projeto nenhum, vai consultar os projetos que quiser, e como não leu bem o plano, porque o plano estabelece que podem ser feitos estabelecimentos comerciais, empreendimentos turísticos, nem é habitação, portanto aquilo que lá está, está licenciado, porque os licenciamentos, eu tenho subdelegação da senhora Presidente para poder assinar e deferir esses licenciamentos e, portanto, o que está, está bem feito com base nos pareceres dos técnicos. Portanto, usando o mesmo seu tom de voz, eu não preciso de ter coragem nenhuma, o senhor é que realmente tem muita coragem com muita lata, para vir dizer e afirmar essas coisas assim, criando aqui uma suspeita de uma coisa qualquer. Portanto, isso comigo não acontece, portanto está bem licenciado e de acordo com o plano. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Não havendo mais intervenções, atendendo ao horário regimentalmente estabelecido, quando eram zero horas e quarenta e oito minutos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 1ª reunião da 5ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e um, realizada no dia vinte e dois de dezembro, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento. -----

-----2ª Reunião da 5ª Sessão ordinária de 2021 – 1ª Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 27 de dezembro de 2021 -----

-----Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em 2ª reunião da sessão ordinária, realizada por videoconferência, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, excelentíssima senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvado por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café** e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente Primeiro e Segunda Secretária da Mesa. ---

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Abílio do Carmo Lima	Partido Socialista
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nó Cidadãos/Aliança)
Cristina Maria de Sousa Velha	Partido Social Democrata
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Pedro Jorge Marques Moreira	Partido Socialista
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nó Cidadãos/Aliança)
Ricardo Cândido	PAN
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Maria Manuela Santos Trigo	CHEGA
Carlos Alberto Osório	Partido Socialista
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Pedro Purificação	CDU (PCP/PEV
Maria da Luz Santana Nunes – Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Ivo Miguel Inácio Carvalho– Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes – Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Joaquim Paulino	1	27/12/21	Andreia Filipa Muchacho de Sousa
CDU	Lurdes Melo	1	27/12/21	Joana Quintanova
CDU	Joana Quintanova	1	27/12/21	Pedro Purificação
PAN	Daniela Duarte	1	27/12/21	Ricardo Cândido

----- A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Luis Manuel de Carvalho Carito	Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata

-----Por parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não estiveram presentes: -----

Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes	Presidente – Partido Socialista
Filipe Mesquita Vital	Vereador – Partido Socialista
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA

-----Quando eram vinte e uma horas e dois minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta **a 2ª reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2021**, cumprimentando todos os presentes. -----

-----Em seguida, informou que iriam entrar na ordem de trabalhos, principiando com a apreciação do Ponto 4-a) Deliberar que os textos das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal sejam aprovados em minuta e assinados, adquirindo plena eficácia a partir desse momento. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para fazer uma interpelação à mesa, começando por cumprimentar todos os presentes e explicar que a sua questão é muito simples. É o facto de a mesa ter deliberado que a continuação da sessão, portanto que esta segunda reunião fosse por videoconferência. Eu, embora tenha recebido o despacho que foi enviado pelos serviços, datado de dia 23 de dezembro, entendo que de acordo com o que foi discutido e transmitido à mesa na conferência de líderes, por uma questão de cortesia, nem que fosse de cortesia e de respeito também pelo papel da conferência de líderes, a decisão, ou a deliberação neste caso, de fazer a reunião por este meio, devia ter sido precedida de modo e de certa maneira pela conferência de representantes, porque se a senhora Presidente bem se recorda, maioritariamente, não de forma unânime mas maioritariamente, os líderes de bancada pronunciaram-se no sentido de que as reuniões desta quinta Sessão Ordinária fossem presenciais, a não ser que houvesse aqui uma degradação do estado da pandemia, que eventualmente pudesse determinar uma alteração dessa deliberação. Ora, apesar das medidas que entretanto foram decretadas a semana passada, a verdade é que a situação, enfim, desde a passada quarta-feira e tanto quanto me é dado a perceber não se degradou de tal forma que justifique esta alteração, pelo menos sem que fosse ouvida a conferência de representantes, e como é público e notório, se podem decorrer tantos eventos nesta cidade e neste concelho de forma presencial e isso tem acontecido nas últimas semanas. Eu manifestamente não compreendo como é que de quarta-feira passada para hoje, passámos de uma reunião presencial para uma reunião por vídeo conferência sem que previamente os líderes de bancada tivessem oportunidade de se pronunciar sobre essa alteração e, portanto, neste sentido,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



perguntava a Vossa Excelência, e na sua pessoa à mesa, o porquê desta alteração sem que tivesse havido essa reunião da conferência de representantes. Muito obrigado. -----A senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, explicou que relativamente a essa matéria, a degradação da situação, tem a ver com o facto de nos dias 22 e 23 de dezembro, o Governo ter feito um aumento de restrições relativamente à questão do Covid, e no dia 23 publicou um outro diploma também, aumentando as restrições, e porque também em termos de Executivo há situações de Covid, entendi por uma questão de prevenção, e estando pelo meio o natal obviamente não houve tempo para fazer conferência de líderes, e a conferência de líderes eu a respeito, mas há alturas como foi o caso com o feriado do natal e penso que é claro o porque é que foi feita por videoconferência. Porque, efetivamente, degradou-se a situação, quer no município, quer a nível nacional e, portanto, há dois diplomas, um de 22 e outro de 23 de dezembro, e o despacho fundamentou-se precisamente nessa matéria. Portanto, é uma questão de prevenção e de saúde pública, tendo em conta a situação em que nós, devemos dizer até que o governo legislou até 9 de janeiro e neste momento há diplomas que já prolongou até final de março e, portanto, perante o agravamento da situação e a tomada de posição do próprio governo relativamente à Covid-19, a mesa entendeu da melhor forma, converter, digamos assim, a Assembleia Municipal em regime presencial para regime de videoconferência, e fica aqui a explicação. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para explicar que em relação a esta matéria e a este ponto, começa por dizer que estranhou a inclusão deste assunto, porque naquela minuta prévia que lhe foi fornecida na reunião de conferência de representantes, este assunto não constava do edital e da convocatória que discutiram nessa reunião. Ainda assim, percebendo a intenção da proposta que está em cima da mesa, eu creio que há aqui leituras diferentes daquilo que prevê a lei nesta matéria sobre o exarar em ata de forma genérica por minuta das deliberações da Assembleia. Entendimentos diferentes, neste caso da senhora Presidente e pelo menos o meu entendimento. Eu estive aqui a ler aquele documento que nos foi enviado para fundamentar essa proposta, e salvo melhor opinião, entendo que não é isto que a lei diz que vem aqui proposto. A lei permite que determinadas deliberações, de forma individualizada, sejam exaradas em minuta, aprovadas por minuta, melhor dizendo, de forma a tornar céleres as comunicações, nomeadamente quando acontece por exemplo com a deliberação que mais adiante iremos discutir e votar, que se prende com os impostos municipais, até aqui há um ano ou dois, havia um prazo para comunicar essa deliberação à autoridade tributária, e era necessário por uma questão de cumprimento do prazo muitas vezes agilizar essa comunicação, e aprovava-se quando se votava essa deliberação, que a mesma fosse aprovada em minuta, para quê, para que a comunicação fosse imediatamente feita à autoridade tributária e cumprindo o prazo. É um exemplo, haverá outros exemplos se calhar, situações idênticas. Ora, o que a lei prevê é exatamente isso, é que determinada deliberação da Assembleia, em concreto, possa ser aprovada por minuta, para permitir uma comunicação a entidades exteriores à



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mesma Assembleia, mais rápido, mais expedita e não ficar a aguardar pela aprovação da ata, que como sabemos demora sempre alguns meses. Por mais rápida e célere que seja a elaboração da ata, enfim, há sempre aqui uma demora. A proposta que a senhora Presidente aqui nos trouxe, segundo eu percebi e penso ter percebido bem, propõe que de uma forma genérica e mais abrangente, as deliberações sejam sempre aprovadas por minuta. Ora, isso não corresponde àquilo que está na lei, nomeadamente no CPA, no código de procedimento administrativo e, portanto, este entendimento que está aqui vertido na proposta, extravasa notoriamente aquilo que está previsto na lei, e mais, levanta aqui outras questões, que é, em determinadas deliberações em que não se põe essa questão de urgência na comunicação do teor da deliberação e que à partida, portanto, não haverá necessidade de haver essa comunicação tão célere, podem-se levantar aqui questões depois com a redação da ata, porque às vezes há questões e há ajustes na ata e no teor da deliberação que têm que ser feitos, e que não havendo a questão da urgência, podem compadecer-se com a elaboração da ata e eventuais retificações, ou contributos que os membros da Assembleia que participaram na discussão e votação queiram dar e, portanto, eu entendo salvo melhor opinião, isto é uma questão, digamos, eminentemente jurídica se quisermos, entendo que a proposta tal qual vem, além de não ter qualquer respaldo naquilo que a lei prevê, não tem sentido nenhum e, portanto, se e quando for necessário, e dou o exemplo da deliberação que vamos tomar daqui a pouco sobre a questão dos impostos municipais para o ano 2022, se e quando for necessário, a própria Assembleia no ato da discussão do ponto, pode deliberar que aquela deliberação seria aprovada por minuta. Era só isto, senhora Presidente. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, explicou ao deputado municipal João Caetano que respeita a sua posição. Como disse, há aqui uma divergência de fundo, o senhor deputado entende que teria que ser aprovada a ata em minuta caso a caso, e a ata em minuta pode ser aprovada para todos os pontos. Agora, obviamente que quando eu submeto essa apreciação, submeto não para todas as deliberações, isto é, não é necessário que se faça isso sempre, haverá sempre uma ata em minuta, ela pode não ser utilizada porque não é necessária, mas temos essa possibilidade de fazê-la sempre que for necessário transmitir uma determinada deliberação a um determinado órgão, seja ele qual for, ou da administração central. Portanto, os serviços do gabinete de apoio municipal farão sempre a ata em minuta, seja da aprovação das moções, seja de tudo, todos os assuntos. Aqueles que forem necessários enviar a ata em minuta, serão enviados, os que não forem necessários obviamente não é necessário, mas temos essa possibilidade, é uma questão de eficiência dos nossos trabalhos, de simplicidade e que a Assembleia Municipal possa rapidamente responder a situações não esporádicas, mas temos sempre a possibilidade da aprovação da ata em minuta. Dou o caso que foi feito e que é sempre feito, ainda na última reunião da comunidade intermunicipal isso assim aconteceu. O senhor Presidente, Dr. Águas da Cruz, disse estes assuntos serão todos aprovados em minuta, e o que é certo, é que ninguém se opôs e foram todos votados. Portanto, eu penso que é um preciosismo da sua parte entender que não tem respaldo legal. Há duas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



possibilidades, há a minuta em ata e há a minuta circunstanciada com todas as intervenções, esta Assembleia Municipal terá as duas, se assim for votado favoravelmente. Portanto, tem a possibilidade sempre que a Câmara Municipal necessite dessa deliberação, tem a minuta em ata, os senhores deputados terão todas as suas intervenções transcritas numa minuta a aprovar na Assembleia Municipal seguinte. Portanto, eu acho que a explicação está correta, há o respaldo legal para o efeito, e eu vou pôr esta proposta feita pela mesa à votação. -----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para responder àquilo que a senhora Presidente disse. Não havendo tempo atribuído para este ponto, parece-me que a mesa terá que permitir que o mesmo seja discutido. Eu quero responder a uma coisa que a senhora Presidente acabou de dizer que não é factual, senhora Presidente. A senhora acabou de me atribuir um entendimento que não é um preciosismo. Queria só responder a isso se me der licença, e respondo num minuto. Ora, a questão aqui não é um preciosismo e eu vou demonstrar porque é que não é um preciosismo, senhora Presidente. Aquilo que a lei diz, é muito simples. A lei refere expressamente o artigo trinta e quatro número quatro, que diz, nos casos em que o órgão assim o delibere, a ata é aprovada logo na reunião a que diga respeito, em minuta sintética, devendo depois ser transcrita com a maior concretização e novamente submetida à aprovação. É isto que a lei diz, *ipsis verbis*. Portanto, isto não é um preciosismo, isto é respeitar aquilo que a lei diz. A lei diz que a deliberação aprovada em reunião, deliberação ou deliberações, podem eventualmente ser aprovadas por minuta, desde que o órgão assim o manifeste, não é uma apreciação genérica para todas as deliberações em todas as reuniões, é isto que a lei diz. Portanto, isto não é um preciosismo, é interpretar convenientemente aquilo que está estabelecido na lei ou não. -----

-----A Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, explicou que percebeu o entendimento do deputado. Eu tenho outro entendimento que, desde que a Assembleia Municipal assim o entenda, pode fazer essa autorização para todas as assembleias, isto é, tal como existe na Câmara Municipal de Portimão, como nas outras câmaras, que se aprova no final de cada reunião de Câmara a ata em minuta, ela está aprovada sempre em minuta e, portanto, nada impede que assim seja. Na sua interpretação, em todas as assembleias, teria que vir um ponto da ordem de trabalhos para aprovar a ata em minuta no final, ou então, que o senhor Presidente ou a senhora Presidente submetessem no final dos trabalhos a aprovação da ata em minuta. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que já percebeu que é uma questão de interpretação e naturalmente surgem dúvidas, e entendo as do deputado municipal João Caetano, mas também entendo a sua exposição, assim como também entendi a exposição e há pouco citava na Assembleia Intermunicipal. No entanto, eu perguntava-lhe apenas e sei que se vai repetir, porque aquilo que me pareceu depois de ouvir, mas mais precisamente ouvir o deputado municipal João Caetano, que diz precisamente que este ponto quatro A, diz que passa a ser sempre por minuta, e eu pergunto-lhe se vem sessão a sessão? -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para explicar que a ideia não é vir sessão a sessão, porque vir a sessão a sessão, temos que no final de cada sessão perguntar aos senhores deputados essa questão, será aprovada e os senhores deputados aprovam ou não, sessão a sessão. Esta é uma questão de uma maior eficácia e de uma maior eficiência. Portanto, a Assembleia Municipal, os membros da Assembleia Municipal, têm capacidade para e têm autonomia para decidir desta forma e, portanto, eu acho que a lei não o proíbe, pelo contrário, quem permite sessão a sessão também permite de uma forma. Não permitiria se nós disséssemos assim, agora é tudo aprovado em minuta e a ata por transcrição não acontece. -----

-----O que nós vamos ter, é os dois tipos de atas. Um para poder resolver determinadas situações que seja necessário, que esteja aprovada a ata em minuta, porque senão vai depender do Presidente se lembrar ou não, ou da Presidente neste caso, se lembrar ou não no final de cada Assembleia perguntar se a ata pode ser aprovada em minuta, e eu penso que é muito mais eficiente e, sinceramente, não vejo qualquer problema do ponto de vista legal, senão também não teria posto. Percebo a intervenção do Dr. João Caetano, mas não vejo qualquer problema do ponto de vista jurídico relativamente a esta matéria.

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vai ser célere. Tudo o que seja para celeridade processual é de cumprir, e temos obrigação de cumprir, é dar-nos a faculdade de cumprirmos os prazos de procedimento administrativo, nomeadamente atas. As atas por vezes contêm deliberações que por vezes são irregulares e nós temos um prazo de noventa dias para regularizar essa irregularidade, junto do TAF de Loulé. Penso que tem toda a lógica a aprovação deste ponto proposto agora à aprovação da Assembleia Municipal. É eficiente, é célere e evita andarmos com atas depois para aprovar nas assembleias municipais e com prazos pendentes e com prazos a decorrer, e com o risco de os mesmos serem ultrapassados, porque o que me tenho apercebido no Executivo anterior, é que muitas deliberações, e algumas são irregulares, não são arguidas no prazo legal que são noventa dias e existe a sanção do ato. Portanto, nós estamos a trabalhar numa casa de democracia, temos regras e eu acho que tudo o que seja para tornar os atos eficazes e céleres, deverão ser votados a favor. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-a) Deliberar que os textos das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal sejam aprovados em minuta e assinados, adquirindo plena eficácia a partir desse momento**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	1	1	1	18
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	2	0	0	0	5



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS CONTRA	0	5	0	2	0	0	0	0	7
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	----------

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

----- **Foi aprovado, por maioria** que os textos das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal sejam aprovados em minuta e assinados, adquirindo plena eficácia a partir desse momento. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-b) Discussão e Votação dos documentos orçamentais e financeiros previsionais que englobam o Orçamento da Receita e Despesa Plurianual e as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2022-2026, nos termos da Proposta - Deliberação nº 923/21**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. --

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que sobre este ponto vai fazer um conjunto de considerandos e depois deixar as questões para outros elementos da sua bancada. Mas uma primeira que a mim profundamente preocupa, não é o facto de estarmos a míseros dias do término da possibilidade de aprovar um documento desta grandeza, porque isso parece já ser uma decisão mais política do que de calendário, e uma confiança grande que o Partido Socialista tem nestas matérias, como se vê inclusive, e naturalmente que todos temos direito a escolher o calendário que queremos para gozarmos um merecido descanso, mas há presenças em que alguns pontos de aprovação no município merecem presença obrigatória seja qual for o caso, e reparo que a senhora Presidente de Câmara não está aqui presente para falarmos de orçamento e de grandes opções do plano. É uma nota que tenho. Assim como um documento desta grandeza e tivemos uma sessão no dia 22, entendo toda a explicação que deu, mas se o calendário fosse de outra forma, poderíamos ter público a assistir, poderíamos ter órgãos de comunicação social a assistir, e assim fazemos a discussão daquilo que nos deve guiar no próximo ano, ou pelo menos deveria, mas já lá irei. A ser aqui, literalmente à porta fechada do escritório de casa de cada um e, isso não pode passar em claro porque é uma falha e uma lacuna que afeta todos e duvido muito que qualquer bom democrata aceite isto de ânimo leve e que não partilhe do mesmo pensamento que eu fiz, independentemente de ser de direita, de esquerda, ou de não ter qualquer ideologia definida, mas sobre este ponto dizer algumas notas. Em primeiro lugar, gostava de olhar para números e dizer e questões faremos, mas que olhando para as despesas que temos e as rubricas que aqui temos, ver que, por exemplo, a nível de eventos, entre 2021-2022, temos um aumento de duzentos e dezanove por cento naquilo que tivemos no ano anterior. Quando na parte orçamental para as famílias e na contingência que vivemos, passamos de meio milhão de euros para oitocentos mil, portanto sessenta por cento a mais para as famílias portimonenses, deixa-me algumas dúvidas e o PSD, a seguir há-de aflorar melhor forma outras, mas o estudo aprofundado de um documento desta grandeza ainda para mais sem termos a possibilidade da senhora Presidente de Câmara apresentar previamente as suas linhas gerais, porque começamos logo com a intervenção das outras bancadas, é outra questão que me



deixa às vezes estupefacto, e tenho alguma presença noutros concelhos e conheço a realidade de outras reuniões de Câmara e Assembleias Municipais, para dizer que acho que só em Portimão é que um líder de um Executivo camarário, nestes pontos, não se chega à frente, apresenta, diz quais as ideias e os projetos. Vou assumir que o silêncio demonstra muita coisa, mas olho e se olhar para números já cá voltarei, depois posso olhar para a questão das grandes opções do plano da Câmara, e atenção que sei que o Executivo camarário tem pessoas de grande capacidade de pensamento e de estratégia, mas olho e aquilo que qualquer pessoa vê, é um conjunto de obra prática e que os portimonenses muito precisam e que concordamos na generalidade com aquelas que lá estão. Mas ao mesmo tempo aquilo que suscita uma dúvida para quem gosta de pensar com planeamento, com estratégias, independentemente do projeto depois não ser o mais sufragado, o do Partido Socialista que o foi, a coisa que mais me apelou, foi quando vejo que vai haver um plano estratégico para a cidade inteligente 2026 e uma pessoa fica muito curiosa neste facto, procura qual a estratégia, qual o planeamento, já sei que repito terceira vez que não tenho aqui a líder de um Executivo camarário a explicar qual o projeto, e que não vai acontecer, não sei se algum dos senhores vereadores com pelouros o irá fazer, mas não encontro nada, não sei que estratégia se resume a obra, obra importante. Mas depois, ainda conseguimos vislumbrar algumas coisas que, bom isto também iremos questionar mais à ferente, mas a página vinte e três do orçamento fala a nível de financiamentos e fundos europeus, uma matéria que me é sensível a mim e a mais pessoas eleitas e diferentes partidos e qual não é o meu espanto quando é dito que é mais ou menos dez milhões de euros, mais ou menos constante todos os anos. Sem saber qual o *cluster*, quais as linhas, quais as candidaturas. Isto aqui, gostava tanto que o Executivo respondesse e pudéssemos debater esta matéria com cabeça, tronco e membros e ainda para mais quando há profissionais desta matéria, mas isto para dizer, isto não é muito aceitável e gostava muito que o Partido Socialista se chegasse à frente e viesse defender aquilo que aqui apresenta, mas para já e para apenas situar aquilo que iremos questionar, tenho dito com um profundo lamento do Partido Socialista não se chegar à frente e apresentar qual a sua ideia a nível orçamental, a nível de planeamento estratégico e de começarmos por todos os outros, mas repito já cá estive no mandato passado e só fui autarca nos últimos quatro anos, e já vi que é um hábito socialista em Portimão. Para já disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que começava pelo orçamento, sessenta e quatro milhões. Tenho que falar aqui do juro da dívida, que é uma dívida que vai ficar aqui por vinte e cinco anos, só de juros estão os três milhões e setecentos mil, conforme as vossas contas para os apartamentos T2, estes juros da dívida dava para fazer pelo menos trinta fogos bem necessários para o concelho de Portimão. Também o crescimento da despesa, que vai rondar por volta dos dez milhões, também temos o crescimento da receita através do IMT, ou seja, só crescimento através da construção como já foi dito aí, edifícios com nove andares sem garagens. É uma receita baseada no IMT e nas taxas de construção, e uma construção desenfreada. Como foi dito aqui já pelo anterior deputado, não há uma



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



estratégia política para a cidade, não vejo uma estratégia também ambiental para a cidade, não há uma estratégia também da parte do PS nesse campo das *smart cities*, e também vejo aqui contas da eletricidade de dois milhões e meio, vê-se pouco o investimento na iluminação em termos de leds e outras poupanças que se possam fazer na parte da eletricidade, mas depois também vamos às GOP, e nas GOP, como já foi dito várias vezes noutras sessões, até foi pelo deputado anterior, vários retakes, os takes repetem-se, ou seja, muitas das obras que estão aqui, os jardins, o cemitério, o parque da juventude, o parque ambiental do , eu nem sei que parque vai ser esse, gostaria que o senhor Vice-Presidente me explicasse que parque ambiental vai ser. É tudo para 2023, e depois se calhar para o próximo ano aparece um novo orçamento que passa para mais um ano, e estas obras vão-se passando, já há seis anos que anda assim e não se vê estas obras até ao fim. Aqui a V5 também da Penina, mais uma vez para 2023 e outras obras muito importantes para a cidade. Já que não têm uma estratégia, pelo menos que façam as obras, nem isso conseguem fazer e vão passando anos e anos e estes orçamentos vão perpetuando no tempo e isso não faz com que a cidade ande para a frente neste aspeto, em termos de condições e de estruturas que possam criar mais valor e mais qualidade de vida aos portimonenses. Vejo também aqui na ação social, também já foi dito que temos perto de novecentos mil euros, quer dizer, só no caso do desporto também baixou, quatrocentos e sessenta e oito mil euros e só nas situações de serviços culturais e religiosos, aumentou um milhão e oitocentos mil, ou seja, os serviços culturais, recreativos e religiosos têm mais de um milhão do que a ação social para quem precisa. Outra situação que vemos aqui, continuam aqui as empresas municipais, mas, já sabemos porquê, não vale apenas bater nesse assunto. Esse é um assunto que até poderá ser mais explicado mais à frente. As empresas municipais continuam aqui, e agora falo também aqui sobre a situação que temos do pavilhão Arade, em que situação está o pavilhão Arade, qual é a participação da Câmara Municipal nesse pavilhão, participação ou a dívida que a Câmara Municipal de Portimão tem com essa estrutura. Para já fico-me por aqui. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que realmente gostava de ter falado no início, não foi tão rápido a levantar a mão como alguns deputados e, portanto, não quer fugir a questão nenhuma não é seu apanágio e, portanto, muito obrigado por me dar a palavra, e respondendo já ao deputado Carlos Martins é isto, eu queria falar desde o início mas como estava com muita pressa em falar e, portanto, deixo que se quiserem façam logo as questões todas e eu poderei falar no fim e, portanto, vou passar então a explicar o que é que é para o orçamento e para as grandes opções do plano. A definição da política orçamental, é talvez um dos mais importantes objetivos políticos e assim o documento ora apresentado, inscreve-se no âmbito de um espaço temporal alargado, enquanto instrumento político e de gestão. O ano de 2021 à semelhança do ano 2020, foi fortemente marcado pela pandemia Covid-19 e as suas consequências quer no ponto de vista económico, quer no ponto de vista social. Não sendo possível prever para já o fim da crise pandémica, mantém-se um cenário de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



incerteza do ponto de vista económico e social para os próximos anos. Se na crise de 2013 o município tinha a sua capacidade de intervenção fortemente condicionada pela sua própria situação financeira, hoje e volvidos cinco anos após implementação do plano de ajustamento municipal, com o consequente equilíbrio das contas municipais, a autarquia pode e deve estabelecer como prioridades, o combate à pandemia, a proteção das pessoas, o apoio económico local. Neste sentido, o orçamento em apreço, prevê a manutenção de grande parte dos apoios que estiveram em vigor em 2021, nomeadamente, medidas de proteção social a todos, como um efeito direto da pandemia, ou das medidas de combate à sua propagação, perderam o emprego, sofreram as quebras abruptas de rendimento, como são exemplos o fundo de emergência social, entre outros. Medidas de proteção dos cidadãos de combate à pandemia com a testagem gratuita na cidade, a reabertura do centro de vacinação de Portimão e o reforço da participação na aquisição de medicamentos, na criação de serviços de acompanhamento psicológico das pessoas. Medidas de apoio à economia local, como são os exemplos, a programação da valorização do comércio local e o fundo de apoio empresarial de Portimão, e ainda a isenção e a redução de taxas e rendas municipais. Importa ter ainda presente que o orçamento agora em discussão, será incorporado o saldo de gerência relativo a 2021, que se estima com um intervalo entre os vinte a vinte e cinco milhões, que servirá para reforçar as rúbricas e/ou criar novas rúbricas que se entendam necessárias, nomeadamente, novas medidas de apoio à recuperação económica no âmbito da pandemia e a concretização de diversas obras prioritárias que se encontram neste momento em condições de serem executadas. Recente alteração legislativa, que permite que esta operação seja antecipada, permite a atualização deste instrumento de gestão para o início do ano económico, facilitando a sua execução. Não obstante, o orçamento do município para 2022 não se esgota no combate à pandemia e à proteção das famílias e empresas no concelho. Com efeito, o orçamento balizado pelos projetos que traduzem a visão do Executivo para o desenvolvimento do município após dois mandatos autárquicos, em que foi necessário sanear as contas públicas, e é muito claro que a sustentabilidade quer no combate à pandemia, quer na necessária proteção das pessoas, depende da capacidade de apoiarmos a economia e o emprego, com uma política económica e orçamental responsável fortemente cíclica e potenciadora do crescimento futuro. Em primeiro lugar, dando as condições de confiança na estabilidade fiscal para a fixação de população e atração de investidores. Neste âmbito, fruto de um bom desempenho financeiro nos últimos anos, foi possível ao município renegociar o plano de ajustamento municipal, o que permitirá, à semelhança do que ocorreu em 2021, um alívio das taxas relativas aos impostos municipais, nomeadamente, redução do IMI sobre prédios rústicos, prédios urbanos não avaliados à taxa de zero vírgula oito por cento, sobre os prédios urbanos avaliados há redução de um ponto percentual de zero vírgula quarenta e três para zero vírgula quarenta e dois por cento. Deverão ser majorados em trinta por cento da taxa aplicável a prédios degradados. O IMI familiar pretendendo uma redução de vinte, quarenta e setenta euros para as respetivas um, dois, três ou mais dependentes a cargo. Relativamente à participação variável no IRS dos sujeitos passivos com o domicílio fiscal no concelho de Portimão, foi



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



prevista a participação máxima de cinco por cento a ser arrecadada em 2022, referente aos rendimentos relativos ao ano 2021. Por último, e no que concerne à derrama, o lançamento para 2022 relativo ao presente ano, será de um ponto cinco por cento sobre o lucro tributável, sujeito a não isenção de impostos sobre o rendimento. Em segundo lugar, assegurando um crescimento robusto do investimento público mediante a concretização de um conjunto de investimentos, que se revestem de elevada rua Júdice Bicker e no largo do Dique, dando lugar a uma nova rua, a uma nova via rodoviária. Requalificação da zona envolvente à igreja matriz, bem como da antiga lota de Alvor. A construção de habitações a custos controlados em Vale de Lagar e a construção de um novo parque urbano junto ao mercado, e a requalificação do parque da juventude, são alguns exemplos. -----

Resumindo, é este um orçamento de combate à imprevisibilidade e como tal, um orçamento realista, rigoroso e que aposta na estabilidade, na confiança e no investimento, que pelas mais diversas razões têm sido sucessivamente adiados. Recuperada a credibilidade financeira e institucional do município, estamos apostados em melhorar a qualidade de vida dos portimonenses, mas no acompanhamento rigoroso da despesa, irá continuar a ser sempre uma prioridade. Será empenho deste Executivo, através da decisão política, que conduzirá a resultados expetáveis num futuro que pretendemos próximo, inserido num contexto de projetos estruturantes já anteriormente enunciados. Senhora Presidente, senhores deputados, a presente proposta de orçamento assenta em opções políticas claras e concretizam-se pela manutenção do equilíbrio das contas municipais, a manutenção da sustentabilidade estrutural, melhoramento das soluções básicas municipais, apetrechamento operacional dos equipamentos municipais e cumprimento da regra do equilíbrio orçamental. O orçamento da receita foi elaborado como tendo por base o princípio da prudência e a utilização do cálculo médio aritmético dos últimos vinte e quatro meses, justamente ao montante previsto para cada um dos exercícios económicos, bem como na revisão do programa de ajustamento municipal aprovado no início de 2021 pelas entidades competentes. Para o ano de 2022, as receitas correntes previstas são na ordem dos cinquenta e seis ponto um milhões de euros, representando um peso relativo de oitenta e seis ponto seis por cento relativamente às receitas totais previstas. Contudo, e face ao previsto para o ano 2021, prevê-se um decréscimo na receita corrente de quinhentos e onze ponto quatro mil euros, diretamente influenciados pelo efeito já das referidas baixas da taxa de IMI e a aplicação da taxa do IMI familiar. Por seu lado, as receitas de capital também apresentam um decréscimo de um ponto sete milhões de euros, quando comparado com o inicialmente previsto para 2021, essencialmente pela redução prevista na receita dos passivos financeiros. Relativamente às receitas de capital, estão previstos seis ponto um milhões de euros da comparticipação de fundos comunitários e/ou nacionais em projetos de investimento. Por outro lado, o orçamento da despesa prevista para 2022, situa-se nos sessenta e quatro ponto oito milhões de euros, repartidos entre despesa corrente, no valor de quarenta e seis ponto um milhões de euros, e um peso total de setenta e um ponto dois por cento na despesa total. Rúbricas de despesa de capital, atingem um montante de dezoito ponto sete milhões de euros e representam vinte e oito ponto oito do total



orçamentado. Por último, a esperança do saldo orçamental de 2021, compreendida entre o intervalo entre os vinte e os vinte e cinco milhões de euros, naturalmente irá influenciar a execução do orçamento para 2022. Relativamente às grandes opções do plano, ascendem a trinta e oito ponto seis milhões de euros, menos três ponto dois milhões de euros do que no ano 2021 e registam as seguintes distribuições:

- Funções gerais, treze ponto dois milhões de euros, inclui serviços administrativos, proteção civil e combate a incêndios;-----

- Funções sociais, catorze ponto nove milhões de euros, incluindo educação, segurança, ação social, habitação, ordenamento do território, resíduos sólidos e proteção do meio ambiente;-----

- Funções económicas, seis ponto dois milhões de euros, inclui os transportes, comunicações, indústria e energia;-----

- Outras funções, quatro ponto três milhões de euros, inclui operações da dívida da autarquia. -----

Assim sendo, as projeções efetuadas para a elaboração das demonstrações financeiras, cumpre-me realçar o melhoramento do ativo líquido em cerca de quinhentos e sessenta e seis ponto cinco mil euros, a melhoria do património líquido em cinco ponto quatro milhões de euros, e um decréscimo do passivo total em quatro ponto oito milhões de euros. -----

Em síntese, a proposta de orçamento para 2021, procura responder à escala da realidade do município aos objetivos definidos. Combater a pandemia mediante um esforço significativo dos mecanismos de prevenção, testagem e tratamento, e acompanhamento das pessoas diretamente afetadas. Proteger solidariamente aqueles que foram confrontados pelas consequências económicas e sociais da pandemia. Apoiar a economia e o emprego, reforçando a confiança e a estabilidade fiscal, para a fixação de população e atração de investidores, e é por isso que quero concluir reafirmando hoje aqui perante a Assembleia Municipal, o compromisso que selámos com os portimonenses nas eleições de setembro passado. Independentemente da situação pandémica, ou de ciclos económicos, temos ambições, projetos e vontade de avançar rumo a uma nova realidade, com sede da administração municipal que se quer ativa, interventiva, eficiente e eficaz. Muito obrigado, senhora Presidente, estou à disposição agora para as perguntas. -----

Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu queria começar por dizer, e ainda bem que falo agora depois do senhor Vice-Presidente, que esta intervenção que acabámos de ouvir, é talvez justificação mais eloquente da razão de ser porque é que o Partido Socialista não quer que estas sessões sejam transmitidas online. Porque aquilo que o senhor Vice-Presidente aqui nos trouxe, é de tal maneira confrangedor em relação à ausência de estratégia do Executivo, à ausência de ideias precisas, claras e concretas sobre aquilo que vai acontecer... -----

Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, para explicar que quem fez a convocatória, foi a mesa da Assembleia, não houve qualquer intervenção do Executivo municipal. Portanto, eu assumo as minhas responsabilidades, o Executivo assume as dele



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



relativamente ao orçamento e às grandes opções do plano, não há aqui uma via verde, uma conexão relativamente à tomada, cada um assume as suas responsabilidades, eu assumo as minhas e, portanto, o Executivo não tem nada a ver com o facto de ter sido presencial ou deixar de ser presencial. A competência é da mesa da Assembleia e está assumida. Agradeço que não faça juízos de valor desse tipo que não correspondem à verdade. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer à senhora Presidente que não foi isso que disse, a senhora não ouviu ou não percebeu aquilo que eu disse. Eu fiz uma intervenção concreta dizendo que aquilo que o senhor Vice-Presidente aqui nos trouxe, é um exemplo acabado da razão de ser destas assembleias presenciais ou não, não serem transmitidas online, porque o que o Partido Socialista não quer, é que os portimonenses assistam em direto, através da internet e do Facebook a esta pobreza confrangedora que foi aquilo que o senhor Vice-Presidente aqui nos trouxe, que é a ausência de estratégia, foi isso que eu disse. A senhora deve ter percebido, mas enfim às vezes dá jeito esse tipo de confusão também para depois interromper aqui o raciocínio. -----

-----Eu queria dizer uma coisa muito simples, ficamos sem saber qual é a estratégia, porque daquilo que o senhor Vice-Presidente aqui disse, parece que a visão, foi assim que foi designada, do Executivo são contas certas e é o cumprimento de regras orçamentais que decorrem da lei, que é o princípio da prudência e do equilíbrio orçamental, é esta a visão do Executivo. Ficamos sem saber como será aplicado o saldo de gerência de 2021, nomeadamente para que áreas da governação do concelho a que vão ser aplicados esses vinte e cinco milhões e meio e, portanto, este orçamento que aqui nos trazem, no fundo, é uma ficção, porque está dependente depois das opções que vão estar subjacentes à aplicação desse saldo de gerência, pode ser uma coisa que está aqui como pode ser outra completamente diferente, e era importantíssimo para que pudéssemos votar em consciência, que o Executivo dissesse aqui como é que pretende aplicar esse saldo de gerência, pelo menos em termos de prioridades de governação. ----

Depois, falou-se em manutenção de apoios a nível das famílias e das empresas. Bom, enfim, mal seria se não mantivessem. A questão aqui não é a manutenção, a questão aqui é com o reforço que se pedia e que se esperava, e foi nesse sentido também que nós quando fomos consultados sobre o orçamento, tivemos ocasião também de veicular essa nossa posição. O reforço que era fundamental, nomeadamente no apoio às famílias e no apoio às empresas, aos empresários do concelho, é demasiado leve, para não dizer simbólico confrontado com outras rúbricas orçamentais e, portanto, temos aqui um orçamento que é uma reprise daquilo que foi feito o ano passado para este ano, é um orçamento que continua refém daquilo que não sabemos como vai ser, ou seja, a evolução da pandemia e depois o investimento que vai ser feito ou não em determinadas obras, fruto da incorporação do saldo de gerência, e falando aqui da questão da estratégia, e esta parte é direcionada nomeadamente ao senhor vereador Gambôa, mais uma vez quando se diz que o PDM não tem qualquer interferência em termos de definição da estratégia



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de desenvolvimento e de inibição de empresários a investirem em Portimão, fica aqui patente que não só não temos PDM revisto, e isso já sabíamos, já sabemos há vários anos, como também não temos uma estratégia de desenvolvimento para o concelho. Eu não sei se o Executivo pretende fazer aqui um ajuste direto a alguma empresa para «comprar» uma estratégia já pré-feita, mas o que é certo, é que essa definição de estratégia, penso eu, deveria partir do Executivo e dos órgãos municipais, nomeadamente desta Assembleia também, porque o Executivo não a tem e nós olhando para as GOP, vemos aqui uma série de obras que são obras que são descontextualizadas, algumas que são manifestamente necessárias, não está em causa, mas de há muito tempo a esta parte, não são para o ano 2022 nem para este que está aqui a acabar e, portanto, já eram necessárias há três anos, ou há quatro, ou há cinco, ou há seis pelo menos, e o conjunto de obras que estão aqui projetadas, algumas já lançadas, outras em vias de ser lançadas, elas próprias não traduzem uma estratégia de desenvolvimento local e, portanto, não conseguimos saber da análise das GOP o que é que o Executivo pretende para a estratégia de desenvolvimento do concelho.-----

Depois, para terminar esta primeira intervenção, dizer o seguinte. A nível das despesas de capital, por exemplo, há aqui valores que têm que ser de alguma forma acautelados durante o ano 2022, o próprio documento da comissão executiva do FAM reflete isso. Eu gostava de saber como é que vão ser feitas essas medidas de contenção do aumento das despesas de capital, e depois também há aqui outras questões que se prendem com os famosos, já há famosos passivos contingentes e eu tive oportunidade de ver que o montante que está em provisão para aquela lista de processos judiciais que está ali elencada, no fundo ascende a mais ou menos o valor de um processo, ou seja, aquilo que está previsto em termos de provisões, se um processo de maior valor correr mal, chega apenas para esse processo e, portanto, eu gostava de saber como é que vão eventualmente depois contemplar esses montantes. Disse. -----

Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que queria começar por questionar o Executivo se fosse possível, que lhe explicassem algumas coisas. -----

Em matérias de despesas, vê-se aqui na rubrica dois ponto dois ponto dezasseis, eventos, que o ano passado teve uma dotação orçamental de duzentos e cinquenta mil quinhentos euros, passar para setecentos e noventa e nove mil euros, ou seja, uma variação de duzentos e dezanove por cento, assim como na rubrica publicidade, que passa de duzentos e treze mil euros, aproximadamente, para quase mil trezentos e dezanove euros. Gostava de saber o porquê deste aumento, como diria o senhor ex-ministro das finanças Vítor Gaspar, este brutal aumento da despesa. -----

Também a bancada do PSD ao analisar o orçamento, encontrou na divisão administração municipal a rubrica um ponto um ponto quatro ponto três, alterações facultativas do posicionamento remuneratório no montante de cem mil euros. Olhando para a rubrica um ponto um ponto quatro ponto um, pessoal dos quadros dessa divisão, a dotação é noventa mil euros. A pergunta que aqui se faz, é se tencionam passar os funcionários para o dobro do vencimento, uma vez que se o quadro é noventa mil euros e se



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



as alterações facultativas que o Executivo está a ponderar orçam cem mil euros, é só se passarem os vencimentos para o dobro. -----

Outra questão que eu gostava de ver esclarecida, é se na rúbrica transportes da divisão do departamento, melhor dizendo, do departamento de obras e de gestão de equipamentos, se na rúbrica transportes os dois milhões cento e cinco mil que aí estão plasmados, se é por causa do Vai e Vem, se abarcam o contrato do Vai e Vem ou não, e para esta primeira intervenção ficava-me por aqui. Obrigado. -----

Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, a nossa posição e antes de mais dizer dois ou três considerandos. Para já, acompanhamos também de certa forma o lamento do senhor deputado municipal Carlos Martins, quando se refere exatamente à não presença da senhora Presidente da Câmara Municipal nesta, eu diria quase Assembleia magna, não menosprezando com certeza o valor do senhor Vice-Presidente Álvaro Bila, mas é de relevar e de relevar também esta ausência, porque é certamente uma discussão que é importante e estrutural para os próximos anos no concelho. Muita coisa haveria por dizer relativamente a este orçamento, às GOP e mais uma série de questões. Para já, a dúvida situa-se em três ou quatro pontos fundamentais e um deles tem a ver exatamente com a questão dos saldos de gerência, e o que é que este plano pretende fazer exatamente com esse valor e de que modo o vai utilizar. Eu depois diria que um outro grande *I like* que conseguimos concluir deste programa, é que não se conhece o impacto do PDM em elaboração sobre o ordenamento e planificação das necessidades de investimento para o futuro. Sendo mais uma vez o PDM um documento estruturante para o concelho nos próximos anos, mais uma vez também não se conhece aqui o impacto desse mesmo documento e dessa mesma estratégia que advém deste elemento fundamental. -----

Depois, outro aspeto que para nós é de grande importância e o senhor Vice-Presidente Álvaro Bila falou aqui, e dos quais deixo já duas ou três perguntas. Uma delas, foi que ele refere que existem neste orçamento questões que se relacionam com a atração de investidores para o concelho. Eu pergunto onde é que eles estão e onde é que estão essas medidas que se referem exatamente a isso. -----

Depois, também se fala que existem medidas para apoiar e desenvolver o emprego. Eu pergunto quais, onde é que estão essas medidas e quais são essas medidas. -----

Depois por fim, fala-se também em condições fiscais e de atração para o próprio município, através destas mesmas condições fiscais. Eu pergunto mais uma vez quais são essas mesmas condições, e de que forma é que elas são tão relevantes para poder atrair mais pessoas para o município de Portimão. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que a minha intervenção pauta-se de uma forma muito simples, para complementar a visão da bancada, quando fazemos indicação de que em termos de visão e de estratégia, este orçamento podia ir muito mais longe, e queria começar por essa intervenção dizendo o seguinte e com bases, espero que todos já tenham visto, senão recomendo que façam favor, recomendo a todos que vejam um filme que está na Netflix



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



"Don't look up", não olhes para cima, que reporta a uma situação que define os dias que têm agora estado aqui na Assembleia que me parece que o mundo só se olha para cima ou para baixo. É o olha o mundo para cima, olha o mundo para baixo, o mundo para a frente, olha o mundo para os lados, com base em factualidade, em conhecimento e na minha experiência, e é isso que eu queria partilhar convosco, dizendo de partida que aquilo que está no orçamento, com certeza que está muito bem feito, mal seria em todos estes anos de liderança socialista que não soubessem fazer um excelente orçamento. Portanto, aquilo que está ali é um excelente orçamento. -----

Agora, no que respeita às grandes opções do plano, não é suficientemente estratégico, não tem visão e não está de acordo com aquilo que são os standards de uma cidade europeia de hoje e do futuro, e quero dizer isto no sentido muito construtivo, e por isso é que fui reportar ao filme que peço que vocês o vejam, que é não podemos só olhar para cima, ou para baixo como opção, não há só a tese e antítese. Há todo um conjunto de nuances e que todos os contributos devem ser ouvidos para que os municípios e quem está na liderança dos municípios com a validação dos cidadãos, ouvindo os outros, possam fazer ainda muito melhor. Nós fomos chamados pela senhora Presidente e pelo Executivo para dar os nossos contributos. Fizemos questão de demonstrar que nos nossos contributos era importante que o município, nesta visão até 2026, tivesse eixos estratégicos, que fossem eixos estratégicos de acordo com aquilo que são os standards e as indicações dos caminhos que a Europa por exemplo nos dá, e esses caminhos não estão aqui expressos. A senhora Presidente e bem, disse que as preocupações dela com a transição ecológica, com a transição tecnológica, com a transição ao nível daquilo que é a economia e a transição da circularidade, eram também preocupações do Executivo, e eu quero crer que sim e fiquei com plena convicção que sim, mas olhamos para aqui e nas grandes opções do plano está zero que tenha a ver com qualquer um destes assuntos, e dou só um exemplo porque o PSD, pelo menos eu sou independente da bancada do PSD, mas vou fazer questão de pautar as minhas intervenções com matéria para as intervenções e para as reuniões seguintes e, portanto, iremos fazer chegar ao devido tempo, ideias ainda mais concretas, e explico isto porquê. Porque por exemplo o programa do PSD quando falava destes eixos, quando tinha palavras da circularidade, ou da sustentabilidade, ou da tecnologia, estava imediatamente associado àquilo que se chama a ideia de execução, aquilo que seria a ideia para começar a executar o caminho. É óbvio que a resposta é muito simples, não foi um programa vencedor, sem dúvida. O programa vencedor também pôs palavras e disse que era inovadora, sustentável, disruptiva a cidade, tudo e mais alguma coisa, e depois chegamos às grandes opções do plano, até 2023, não tem nada de inovação, não tem nada de sustentabilidade e não tem nada de digitalização e de transição digital, e deveria e poderia e nós queremos que tenha. Infelizmente não vamos a tempo, nem sequer se calhar serão aceites qualquer uma das nossas sugestões, mas de qualquer das formas, quero deixar-vos aqui o exemplo claro e que tem a ver com aquilo que eu lhes disse que queria pautar as minhas intervenções, com conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Eu sou um dos experts da comissão europeia daquilo que se chamam projetos na *interview solution*, e aliás até posso-vos dizer que me foi atribuída a função de ser o responsável pelas soluções baseáveis na natureza que vai ser criado em cada um dos países, e eu vou ser responsável com mais uma equipa de pessoas, pelo *up* das *new interview solutions* da comissão europeia em Portugal e, portanto, muito bem colocado no orçamento, por exemplo, a criação de parques, dois parques pelo menos que ali estão referidos, mas queria só que vocês tivessem a noção de que criar parques urbanos não é uma estratégia de sustentabilidade, ou uma estratégia de regeneração urbana pela natureza. É muito mais do que isso, são intervenções muito mais aprofundadas que transformam as cidades e, portanto, o exemplo do que eu quero-lhes dar, do que eu acho que ali faz falta e que deveria estar, porque o que está, está muito bem, é se nós achamos que a nossa cidade quer ser uma cidade sustentável e quer ser uma cidade circular e quer ser uma cidade transitável a fazer a transição para o mundo da tecnologia e da digitalização, temos de começar a criar esses caminhos, e não é uma linha a dizer que se vai fazer o estudo e que se vai criar uma cidade inteligente, porque uma cidade inteligente hoje só o é se estiver debaixo desse chapéu a transição ecológica, transição digital, transição económica e, portanto, per si chamar que estamos a fazer um projeto da cidade inteligente, que não tem mais referência nenhuma, não é em si suficientemente estratégico para aquilo que a cidade de Portimão merece. Portanto, contem comigo, contem connosco, contem com a bancada para trabalhar para que Portimão faça o caminho certo para estar na ponta, naquilo que é o estado da arte das cidades europeias que estão nestas transições, e muitas coisas que estão a ser feitas não são casuísticas, são intervenções ligadas com aquilo que é a forma de gerir e muito bem e que faz falta aos cidadãos de Portimão. Portanto, mudarmos os candeeiros para candeeiros mais sustentáveis, em si não acarreta uma estratégia de uma visão circular, ou de economia circular, ou sustentável. Portanto, o que eu queria dizer de uma forma muito simples a vocês, é que a nossa opinião sobre aquilo que falámos com a senhora Presidente e que a senhora Presidente disse e bem, e eu acredito plenamente que é também a preocupação dela, não está expressa naquilo que são as grandes opções do plano apresentadas, não tem um indicador de onde é que estão os caminhos estratégicos para chegar a esta visão que se quer ter para a cidade. Disse. ----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que do deputado João Caetano, já estão habituados aos seus discursos e, portanto, nada já lhe surpreende. Queria dizer ao senhor deputado João Caetano, que o que está nas grandes opções do plano, são também aquilo que o PS propôs aos portimonenses e que foi ganhador em setembro e, portanto, é o que se lá reflete nas grandes opções do plano e também dizer já ao professor Américo, e agradecer a intervenção, que reconheço muito mérito naquilo que temos que fazer, temos que fazer muito mais e queremos também fazer muito mais para a sustentabilidade do nosso município e, portanto, futuramente estou disponível para falar com o professor Américo também, para chegarmos aqui de certeza a um acordo, porque acho que isto é o caminho que todos queremos. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Nas grandes opções do plano, como estava a dizer, são todas as que o PS propôs aos portimonenses, e o que vai ser o saldo de gerência, também o senhor deputado já sabe e muito bem que isso será discutido também em sede aqui de uma futura Assembleia Municipal e, portanto, ficaremos a aguardar, assim que o saldo de gerência possa ser transitado virá à Assembleia, mas também julgo que no nosso orçamento, os senhores deputados já veem aí muitas rúbricas que veem que não vamos conseguir fazer a obra com o que abrimos a rúbrica e, portanto, será com o saldo de gerência, e foi isso que eu disse na minha intervenção, mas que de certeza o senhor deputado João Caetano não quis ouvir, e foi isso que eu disse também, entre os vinte e os vinte e cinco milhões que é aquilo que prevemos, portanto será esse também para executar as obras que assim pretendemos. -----

Dizer também ao senhor deputado Pedro Mota, que da informação que tive, nós não devemos nada do pavilhão do Arade e, portanto, tive informação do técnico da autarquia, portanto pode ficar descansado que nós não devemos nada do pavilhão do Arade. -----

Quanto às despesas de publicidade e às despesas para os eventos. Ó senhores deputados, acho que todos devemos ter a noção que os anos de 2021 e 2020, por exemplo não existiram quase eventos nenhuns no tempo. Acho que temos que criar um programa cultural, e é isso que o Executivo PS também quer fazer e, portanto, foi por isso que as rúbricas foram alteradas. Acho que também faz falta termos cultura e temos que apoiar a cultura e temos que trazer mais cultura para a nossa terra. Das ações e das alterações facultativas, isso tem também a ver com as remunerações de toda a estrutura e tem a ver com o CIADAP, mas o Dr. Pedro Pereira está cá também, depois passarei a palavra se a senhora Presidente me der autorização. -----

Quanto aos dois milhões cento e cinco mil, na realidade tem a ver com o Vai e Vem, esperamos que seja muito menos, com o concurso que vamos abrir e, portanto, esperamos que o valor seja muito menos do que esse, mas tivemos que abrir com o valor que pudemos prever e com a tal majoração dos vinte e quatro meses.-----

Os saldos de gerência já falei também. O PDM é um assunto que não está agora aqui em cima da nossa mesa, e apoiar o investimento no espaço público, para nós é trazer também mais obras estruturantes e atrativas e traz o investimento e traz mais pessoas. Eu queria dizer que não foi por acaso que o nosso município subiu a barreira dos cinquenta mil habitantes, ou dos cinquenta mil recenseados, e é por isso que hoje a Assembleia tem muito mais gente e é por isso que o Executivo também tem nove elementos nisto, neste caso, porque aumentamos o número de habitantes na nossa terra e, portanto, senhora Presidente, vou-me ficar por aqui, mas se calhar passaria a palavra ao Dr. Pedro Pereira se me desse autorização para dar alguma mais informação que possa complementar aquilo que eu já disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Diretor de Departamento de Serviços de Suporte **Pedro Miguel Cunha Pereira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que em 2021 também foi previsto um valor para a alteração de posição remuneratória facultativa e não foi utilizada, tão pouco. Portanto, não há uma expectativa propriamente dita, mas há a possibilidade de assim se executar algum



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



valor nesta área. Contudo, essa posição, essas alterações decorrem sempre da autorização da Câmara Municipal e, portanto, para já para já, não há uma efetiva alteração de reposicionamento facultativo, mas pode haver essa hipótese. Eu só queria lembrar que em 2021, não houve qualquer alteração, apesar de estar previsto no orçamento, a execução foi zero. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que cumprimentou todos os presentes e começou por dizer que estava aqui ouvir e está assustada, completamente assustada, assustada depois daquilo que ouviu. Eu, da análise do orçamento municipal e dos documentos junto com a deliberação, verifico que se trata de um orçamento de gestão corrente, igual a tantos outros anteriores, não traz nada de novo. Muitas obras prometidas nos anos anteriores que ficaram por fazer e que são obras correntes, são obras de manutenção, não são obras de inovação e não são obras que trazem enriquecimento ao município, ou que provocam enriquecimento ao município. Mencionaram algumas obras de reabilitação, a obra de reabilitação do jardim, da antiga lota, entre outras, mas eu quero lembrar aqui que estas obras de reabilitação foram feitas, ou foram projetadas em 2016 no tempo em que o senhor vereador Pedro Xavier estava no Executivo e fez muito bem estas obras, e se não fosse aquele departamento, departamento esse que foi depois extinto e que foi integrado no DPTU, que não percebo porquê, porque até lá, antes deste vereador tomar posse naquele gabinete, muita coisa foi feita e muita coisa foi acionada. Parece que o município nessa altura soube recorrer a alguns fundos comunitários que estavam à disposição, no IFRRU, acho que era IFRRU naquela altura, salvo erro. Portanto, mencionar algumas obras de reabilitação, obras essas que estiveram paradas desde 2016 por inércia do Executivo, porque essas obras, mais de sessenta por cento dessas obras eram financiadas a fundo perdido. Eu penso que não serão um bom exemplo, isto é mais umas obras que ficaram na gaveta e que ficaram esquecidas desde 2016, algumas até 2021, e já vamos para 2022 e a reabilitação na área da igreja não está executada. -----

Depois começo a reler aqui a proposta do orçamento e vejo que existe uma despesa superior ao tal previsto no PAM para o exercício de 2022. Portanto, analisando bem este orçamento, despesa esta que é superada totalmente e é compensada pelo acréscimo de receitas, essencialmente originadas pelo aumento de taxas, multas e outras penalidades em cima dos munícipes. A minha questão é esta. Nós já estamos numa cidade completamente destruída, não há emprego, a média do salário mínimo em Portimão é de seiscentos e tal euros, seiscentos e tal é um salário mínimo nacional, a economia é uma economia sazonal que vive de seis meses, os outros seis meses a maior parte das pessoas vão todas para o subsídio de desemprego. É uma cidade que de inverno está às moscas, está abandonada como está na presente data, e eu quando vejo este orçamento assusta-me, assusta-me porquê. Porque nós além de termos a carga fiscal do governo central, ainda temos uma carga fiscal e de taxas a nível local, e depois vêm-nos dizer, sim senhora, há uma diminuição do IMI, há um aumento do IMT, mas se compararmos a percentagem dessa diminuição com o aumento das taxas e das multas, entre outras e hoje vê-se, nós andamos nas ruas de Portimão stressados, porque temos a polícia da EMARP atrás de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nós, a fiscalização terrível para quê? Para quebrar as taxas para superar esta despesa excessiva porque o município durante oito anos, e eu percebo que o município durante oito anos esteve a recuperar uma dívida, mas também esteve numa gestão corrente, uma gestão de mercearia, gestão de mercearia que eu até enalteço-lhe os mercês porque sabem fazer muito bem as coisas, mas não serve para a cidade que nós temos, não serve e isto não pode ser. Eu vou fazer uma declaração de voto por escrito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Vítor **Manuel Campos Couto**, senhor Vice-Presidente, o que eu tenho a dizer, é que não estamos contra os eventos, não estamos contra a publicidade, é lógico que a cultura tem que ter o lugar para ela, é lógico que o cartaz do tempo tem que ser um cartaz efetivo e não um cartaz que fica secundário, com municípios como Silves, como Lagoa, como Faro. É lógico que temos que apostar nisso. Agora, também é lógico que nós não podemos, por exemplo, apoiar as famílias em oitocentos e dezanove mil euros e orçamentar para a publicidade, um milhão e trezentos mil. É lógico senhor Vice-Presidente, que a divisão de desenvolvimento económico que deve apoiar e deve ser o motor deste município na cativação do investimento, teve duzentos e trinta mil euros atribuídos e você atribuir setecentos e noventa e nove mil a eventos, senhor Presidente. é contra isso, contra este desequilíbrio orçamental que nós falamos, mas não é só isso. É por exemplo também olhar para o orçamento do departamento de obras e de gestão de equipamentos, em que está lá inscrito dez milhões e trezentos mil euros e ver que o investimento na aquisição de bens de capital propriamente, o investimento é só cinco milhões, ou seja, só quarenta e nove por cento do dinheiro do departamento de obras, é que é de facto para produzir as obras, o resto vai em estudos, vai em projetos, vai em custos de estrutura, digamos assim.

Depois também lhe dizer que apesar de não ter respondido, penso que o Vai e Vem e o contrato do Vai e Bem esteja atribuído a esse departamento, quando nós temos um departamento de mobilidade, o que me parece um contrassenso. Às tantas, devia estar nesse departamento essa verba, e do lado da receita não falámos muito, porque nos pontos seguintes vamos ter hipótese de abordar isso, mas dizer também que me parece caricato, para não dizer outra coisa, quando vejo aqui orçamentado uma subida de duzentos e trinta e três por cento nas multas de condução e de trânsito em relação ao que estava previsto no ano passado. Será que vai haver uma caça à multa por parte da EMARP? Fico por aqui, obrigado. ---

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que a sua intervenção é mais uma sugestão do que outra coisa, porque os seus colegas de bancada já foram aos pormenores técnicos e a essas questões, e queria dar muito mais uma sugestão do que outra coisa neste sentido. Existe uma coisa que é o estatuto do direito de oposição, e isto é uma sugestão para o Executivo, e nós sabemos que o Executivo geralmente dá cumprimento ao disposto no estatuto através da audição dos representantes dos partidos da oposição eleitos. Todavia, eu sugeria que passassem a colocar no orçamento, neste documento de orçamento, um preâmbulo, um ponto onde fizessem uma síntese das sugestões e temas apresentados pela oposição. Isto permitiria a que todas as forças tivessem acesso às



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sugestões dos restantes grupos partidários e uma melhor noção destas ideias, por um lado, e cumpriria uma boa política e um papel grato para todos nós para um bom funcionamento e melhor cumprimento do estatuto do direito da oposição. Tirando isso, agradeço pelo quadro que temos, que finalmente está acessível, até aqui não tinha tido acesso ao mesmo, obrigada ao departamento informático e por fim, eu fiquei apenas com uma questão que não sei se o senhor Vice-Presidente Álvaro Bila respondeu ou explicou a questão de aumento de despesa neste orçamento com o pessoal, que é bastante maior do que no anterior, há uma diferença substancial. Tenho dito e agradeço a vossa atenção. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que sobre o pavilhão do Arade, gostaria de saber também o que é que têm a receber. De tantos investimentos que fizeram, o que é que têm a receber, ou se só têm a pagar, o que é que têm a receber. Também vi aqui uma rubrica que tinha aqui que era para o jardim da praia da Rocha, e a fortaleza, para quando? Já que estamos a falar numa estratégia e para trazerem investimento, acho que o ex-líbris da fortaleza, uma reabilitação à fortaleza, seria uma mais-valia para a cidade de Portimão.

Também o Bloco de Esquerda tem a preocupação do que está nas custas de tribunal, dos processos que poderão andar, estão lá uns milhões de euros, é bastante impactante neste orçamento. Muitas outras rubricas já foram faladas, e também aqui mais uma vez sobre o ambiente, e o senhor professor falou e disse bem da parte ambiental, da energia circular e da ambiente entre circular, e está muito em voga nos países do centro da europa, pergunto aqui para quando as hortas sociais, e eu sei que as hortas sociais estavam para ser feitas na Cabeça do Mocho, mas parece que foram invadidas por pessoas que estavam a morar lá, por isso as hortas sociais ficaram no esquecimento, e também gostaria de saber que tipo de projeto é este para a zona ribeirinha que está, penso que, junto ao pavilhão Arade. Fico por aqui, sei que já não tenho muito tempo, não sei se me poderá responder a estas questões, obrigado. --

----- Pedi o uso da palavra, o deputado municipal do PAN **Ricardo Cândido**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que gostaria de questionar o Executivo, neste caso na pessoa do Presidente em exercício, Vice-Presidente Álvaro Bila, relativamente qual a estratégia para a área animal no município, considerando que o orçamento não apresenta nada em específico para a área animal sem ser a construção do novo CROA, que já está lançado e que falámos na última reunião. Se na última reunião também falámos devido à apresentação da moção do Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança), ou foi apresentado pelo Executivo, que não se poderia substituir às associações e que deveríamos era sim dar o apoio às associações, no seguimento de todo o trabalho que têm feito até agora, que verbas estão dotadas para esse apoio a essas associações, se existe esse valor, porque não o verifiquei no orçamento. Naquilo que consegui analisar do orçamento não consegui identificar que verbas é que são essas que estão previstas e qual o montante total, ou a forma como é que os mesmos vão ser distribuídos por essas associações. -----

-----Depois também verifico neste mesmo orçamento, que o CROA mantém-se apenas com cinco colaboradores, sendo que em 2021 já estava prevista a contratação



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de mais um técnico que não se verificou, e que atualmente no mapa de pessoal que lá está previsto esse técnico que era previsto contratar em 2021, já não está novamente previsto, portanto pressupõe-se que em 2022 continuará com os técnicos que existem, sendo que é sobejamente conhecido que os técnicos existentes são diminutos, não dão vazão às condições dos animais, ao tratamento dos animais, entre outros. Depois também qual a estratégia ambiental no próprio município. Efetivamente verifica-se a pretensão de fazer várias obras de reabilitação de jardins, de fazer parques urbanos, sendo que alguns para 2023, mas não se consegue perceber qual é que é a estratégia na área ambiental neste orçamento.

Disse, obrigado. ----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a sua intervenção é rápida, porque grande parte já foi dita e não explicada pelo senhor Vice-Presidente da Câmara, porque remete qualquer situação para o programa eleitoral do Partido Socialista e, portanto, isso não é desculpa, não é método de traduzir aqui a uma Assembleia aquilo que o plano e que o orçamento através dos números não nos diz, mas enfim, é uma opção que o Partido Socialista sempre tem feito ao longo do tempo. Mas pela primeira vez este ano, o FAM, vem lembrar que sobre o PAM, ou seja, o plano que foi aprovado para a Câmara no passado por aquilo que, o desfalque, quer dizer não é desfalque, mas que a Câmara, portanto, ficou numa situação financeira débil, incumprida, vem dizer que o plano não foi cumprido pela primeira vez. Portanto, a gente sabe que, e isso é uma questão que eu levanto ano a ano, para que se possa pagar a dívida e o empréstimo que temos e, portanto, este ano resolveram não pagar, passou para o ano seguinte, apesar do resultado da autarquia. Depois dizer também com espanto, que a despesa total prevista para 2022, é uma despesa superior àquela que era prevista pelo PAM, e que depois diz o próprio documento, que é compensada com o aumento das taxas, o aumento das multas e outras penalidades. É assim que o Executivo faz, penaliza os portimonenses, penaliza aqueles que vêm visitar Portimão com todas estas questões. É realmente um contraditório que tanto o governo Socialista, como esta Câmara fazem aos munícipes e, portanto, eu gostava de realçar aqui este pormenor, dito por uma entidade que fiscaliza o plano e que fiscaliza um orçamento no futuro. Tenho dito. -----

-----Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que as suas primeiras palavras, gostaria de as dirigir não para considerações marginais a assuntos que foram abordados ou foram tratados, mas para se cingir exatamente ao orçamento, que é aquilo que efetivamente está aqui em apreço, que é o objeto da nossa apreciação. Independentemente dos conteúdos, da intervenção do senhor professor Américo Mateus a quem felicito, porque efetivamente demonstrou uma presença muito construtiva e salientou inclusivamente o facto de a oposição ter sido consultada aquando da elaboração do orçamento. Eu de facto dirijo-lhe estas palavras absolutamente elogiosas, pelo modo, pela disponibilidade e sobretudo pela sua cultura construtiva, ou seja, não teve um posicionamento de diversidade mental, teve uma abertura de excelência e aproveitou exatamente para exercer a sua crítica construtiva em domínios que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



obviamente sentiu insuficientes. Naturalmente que eu gostaria de começar por não desmerecer a presença do senhor Vice-Presidente da Câmara, alegando a ausência da senhora Presidente. Acho que seria um desmérito fazê-lo, porque o senhor está aí no exercício de uma Vice-Presidência que tem a dignidade institucional que tem e, portanto, folgo muito que o senhor esteja a dar o seu melhor, porque efetivamente é isso que o está a fazer. Nós temos na política uma noção errada de que é possível pilotar a realidade, quando muitas vezes a realidade não é tão pilotável assim, ou seja, é necessário que pensemos neste trabalho como uma baliza oriunda de uma construção provisional que obviamente terá as suas falhas, naturalmente que sim. Todavia, eu gostaria de trabalhar alguns aspetos que nos parecem essenciais e que ajudam a contextualizar a natureza deste orçamento. Desde logo, é um orçamento que se vê condicionado ao FAM, e o FAM obviamente que coloca como perspetivas de trabalho a racionalização da despesa na aquisição de bens e serviços, e isto porquê? Porque obviamente nós continuamos a viver num quadro depressivo, num quadro pandémico e obviamente temos que ter algum encaixe para poder provisionar virtuais despesas que se coloquem no domínio das necessidades mais primárias dos indivíduos. Portanto, digamos que a verba inscrita nas despesas de capital, ultrapassa o montante previsto no FAM. Isto é o que o próprio FAM diz, por muito desejo que nós tenhamos e temos, de que as despesas de capital sejam de outro montante para que os investimentos possam ser efetivamente mais avultados. Portanto, haverá estrangulamentos seguramente na receita prevista, e em face disso, realmente o próprio FAM aconselha uma reserva orçamental nos agrupamentos de aquisição de serviços e aquisição de bens de capital, por forma a garantir um equilíbrio orçamental. Esta matéria de pensarmos num imperativo desenvolvimentista para a cidade, nós estamos plenamente de acordo com esse desejo, é uma perspetiva legítima, é uma perspetiva desejável, mas na política, como na gestão, como na vida, nem tudo aquilo que é desejável, é possível. É um imperativo que pensemos que há de facto aqui nos saldos de gerência, ou nos saldos a transitar, há aqui de facto, tem que haver aqui da nossa parte, uma atenção, um olhar muito especial, e é óbvio que eu suponho que não passaria pela cabeça do Executivo avançar com qualquer proposta de inscrição de verbas resultantes desses saldos, que efetivamente não passasse pela consulta prévia das demais bancadas, não é? Mas vamos dizer que o FAM não só recomenda, como o FAM acompanha e conseqüentemente, portanto, temos aqui uma situação algo condicionada. É óbvio que a questão que se prende com a nossa submissão ao FAM, não diz de modo nenhum da ausência de negociações com esta instituição, obviamente, na exata medida em que alguns aspetos que têm a ver com os empréstimos da ciência financeira tenham sido objeto de alterações a benefício de facto dos munícipes. Eu não vou naturalmente entrar aqui em grandes detalhes, apenas observar que este saldo de vinte a vinte e cinco milhões, tem sido obviamente justificado com uma vontade de não amortização, porquê? Porque nós sabemos e isso é da prática, há elementos empíricos que efetivamente o justificam que os juros têm sido objeto de um decréscimo e com isso o município tem beneficiado, daí a razão de ser desta política, relativamente ao montante do empréstimo. Eu diria que este orçamento, que tem em vista, de facto, aqui uma quebra de impostos, uma redução de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



impostos, no fundo traduz-se essencialmente por alguns eixos de preocupação e virtualmente como o domínio prioritário do social, uma vez que é de bom tom pensarmos que esta situação pandémica está longe de ser endémica, não é, no plano educativo, no plano económico da economia local, portanto digamos que a par de uma visão de sustentabilidade, e agora eu não sei se não faz parte de alguma estratégia, se faz parte apenas de alguma tática, suponho que não, que uma estratégia de sustentabilidade orçamental é em si uma estratégia, valha ela o que puder valer. Claro está que isto é o que na gíria se chama esticar o pé à medida do lençol.-----

Na verdade, eu não vejo aqui grandes discrepâncias neste orçamento relativamente ao orçamento anterior, que dá efetivamente a sensação de ser um orçamento de gestão corrente, não é? É óbvio que ele para além de conter gestão corrente, também contém preocupações de gestão de capital, e consequentemente, portanto, é imprescindível que pensemos que estamos no início de um mandato, naturalmente, do mesmo partido, mas com renovações, com pessoas diferentes e nós não podemos pensar os partidos como entes cristalizados, fossilizados. Portanto, são espaços dinâmicos e naturalmente com isso é preciso que tenhamos de facto também alguma consciência que um ano que não prescinde de um histórico, e esse histórico já foi objeto por várias vezes até de uma autocrítica do Partido Socialista, e o Partido Socialista efetivamente já se confessou em mandatos anteriores acompanhante de uma filosofia de algum despesismo público, que não afetou apenas o Partido Socialista, mas imensos municípios que têm de facto, ou que tinham realmente esse privilégio da governação, portanto era algo que fazia parte de uma certa filosofia política, e enfim, que tinha que ver também com um desejo de investir e de ir além das suas próprias possibilidades. Depois quem viesse atrás que fechasse a porta, e então nós estamos a fechar a porta a nós próprios, isto é, estamos a fechar a nossa porta a aberturas indevidas que no passado nós tivemos e que fomos penalizados por isso, e que nessa circunstância aprendemos de facto a pensar uma estratégia sustentável para o concelho, e a sustentabilidade aqui é colocada desde logo no domínio económico. Quando nós afloramos a questão do programa do Partido Socialista, não queremos necessariamente reduzir esse programa a uma estratégia. O programa do Partido Socialista possivelmente como outros programas, apresentará marcos de execução que dão uma ideia de um plano de preocupações de um conjunto de pessoas que forma em torno de um partido. Agora, é óbvio que procurando ir ao encontro das palavras objeto da intervenção do professor Américo Mateus, é óbvio que os políticos têm que perceber que o seu estádio cultural hoje, não dispensa mais a ciência, que é algo que de certa maneira lhes tem passado ao lado e, portanto, quando nós estamos a falar, digamos, do conhecimento científico, estamos a falar de algo que tem uma preocupação que não é mais a que diz respeito a um saldo de gestão, mas que tem a ver com o próprio saldo da nossa vida. Hoje o que está em causa, é isso mesmo, é a possibilidade de um extermínio do humano e consequentemente as questões de ordem ambiental, da circularidade económica, etc. tudo por aí fora, são questões que a todos nos assolam e que os políticos têm a obrigação de respeitar e de se curvar perante o conhecimento sacrificial, porque é através de sacrifício, do trabalho, que se conhece,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que se chega ao conhecimento. É nesse sentido que nós no Partido Socialista, folgamos porque a oposição foi ouvida, e sabemos que não serão, dispinciendos os tempos que foram trocados nesse diálogo, que é sempre um diálogo salutar. E ninguém se sinta dono da verdade e que tenhamos todos a humildade de aprender uns com os outros, de modo a que Portimão se desenvolva, que Portimão conheça patamares de desenvolvimento como não tem conhecido até aqui, porque se assim fosse, nós tínhamos resolvido a questão e a resolução seria um ato único, e todo o desenvolvimento seria também um ato único, o que não é verdade. É necessário que todos nós tenhamos a humildade de aprender uns com os outros e de não enfileirar, por vezes, por uma certa partidarite aguda com que olhamos e como defrontamos os problemas na cidade e, portanto, é unidos em torno realmente desta adversidade de ideias, que iremos com certeza chegar a bom porto. A oposição fez um trabalho interessante de crítica dessa falta de sustentabilidade na gestão, hoje estamos a recuperá-la e naturalmente só uma certa oposição é que pode ser a milagreira, porque não tendo receitas não pode estar a efetuar despesas, que efetivamente conduzam, ou deem abertura a um horizonte estrutural que o orçamento obviamente não tem no verdadeiro sentido do âmbito estrutural, mas que tem uma estratégia definida, em que passa desde logo pelos eixos que eu acabei de referir e, portanto, o Partido Socialista sente-se identificado com este orçamento. Disse senhora Presidente, obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que volta àquelas perguntas iniciais que eram exatamente estas, e nomeadamente ao senhor Vice-Presidente Álvaro Bila, que era, que medidas é que contempla o orçamento relativamente à atratividade de investidores que o senhor Vice-Presidente falou, que medidas é que este orçamento contempla que visem o desenvolvimento da empregabilidade no concelho e que condições estão contempladas no mesmo orçamento que configuram uma atração fiscal para o concelho, ou seja, de que forma é que existe uma atratividade fiscal que possa atrair pessoas para o concelho, porque eu sinceramente não vejo aqui no orçamento. Basicamente para já eram estas três questões que eu gostava de colocar, aproveito esta intervenção para dizer o seguinte e se me permite comentar aqui esta intervenção do senhor deputado Figueiredo. Eu pasmo com toda a sinceridade, ver tão poucos elogios relativamente ao facto de ter havido uma participação da oposição na elaboração do orçamento, mas depois disso é contraditório perante aquilo que a bancada do PS não permite, a transmissão das mesmas assembleias para os munícipes, ou seja, há aqui qualquer coisa que não bate a bota com a perdigota, e que certamente me deixa completamente admirado. -----

Depois, o senhor deputado Figueiredo, fala aqui das condicionantes do FAM e do PAM, mas com certeza devemos estar a falar aqui de uma realidade completamente diferente. É que esta realidade do FAM e do PAM, condiciona o orçamento do município, mas graças àquilo que foi a gestão do acumular e baseado no acumular de dívidas durante anos, cujo responsável é este Executivo tal e qual como foi em mandatos anteriores. Portanto, não nos podemos esquecer também dessa questão, e para finalizar, outra questão que é, este é mais uma vez um orçamento que está ligado a mais do mesmo face àquilo que é o passado



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e, portanto, para já tecer este comentário e aguardo agora a resposta do senhor Vice-Presidente. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e lembrar que isto é uma Assembleia Municipal não é uma Assembleia legislativa, portanto não temos aqui deputados, embora todos insistam em chamar deputados uns aos outros. De qualquer maneira, também posso referir um ou outro membro da Assembleia, mas não o vou tratar por senhor doutor nem por senhor professor, e juntando ao que o senhor Vice-Presidente disse, o resumo que este orçamento e não é só o orçamento que estamos a discutir, são também as grandes opções do plano, resumem-se ao combate à pandemia, ao apoio à economia local e ao mais apoio social, e isto juntando àquela desculpa há muito dada pelo PS do FAM, e também lembro que o FAM ou o PAM só é condicionalismo, porque o PS quer. Resume que esta é uma estratégia sem tática e com objetivos muito limitados. -----

O Américo Mateus, ainda agora falou numa transição e falou bem do darmos ideias e propormos para melhorar a nossa cidade, economia circular, grandes cidades da Europa, mas eu lembro que no artigo vinte e três da lei setenta e cinco, as atribuições do município na alínea k), que é uma coisa simples, tem lá, uma atribuição do município, ambiente e saneamento básico. Pergunto se é neste orçamento, nestas grandes opções do plano que nós vamos ter os parques naturais que a cidade precisa, ou o grande parque nacional natural que a cidade precisa, se vamos ter uma revisão do trânsito na cidade, se vamos ter, e isto é importantíssimo, saneamento básico para todos os municípios do concelho. Estamos em 2021, há municípios neste concelho que não têm água pública nem têm saneamento básico. Portanto, o que está no papel está no papel, a estratégia não tem tática e os objetivos são muito, mas muito delimitados. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que tinha algumas questões a pôr, mas já foram ditas pelos membros da Assembleia, por isso não se vai repetir. Mas eu acho que nós queremos emprego para a cidade e queremos emprego para a cidade para doze meses não para seis meses como já foi dito aqui, e não queremos ter subsídio-dependentes. Nós queremos ter pessoas com trabalho e que esse trabalho seja bem renumerado, que suba a taxa, como já foi dito aqui, que acho que ronda um bocadinho mais, anda à volta dos oitocentos euros, o ordenado médio aqui em Portimão, e queremos que essa média suba, não queremos subsídio-dependentes, mas também uma estratégia que eu ponho aqui, que já temos falado, que mais uma vez não vem aqui, é o orçamento participativo para que as pessoas estejam mais empenhadas na política, ainda não temos orçamento participativo, mais uma vez. Não é por falta de verbas, porque têm essa verba, têm vinte e cinco milhões transitados, por isso têm verba para isso, e também um projeto que já tem vindo à Câmara e a debate muitas vezes que podia deixar aqui, que era o campo de tiro. A ATP até patrocina, até faz as obras, só precisa de um terreno pequeno para fazer um campo de tiro. Fica aqui um projeto para as próximas GOP, gostava de ter visto nestas GOP, mas não foi possível. Gostava de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ver nas próximas GOP de 2023 o campo de tiro, isso também traz pessoas, também traz turistas para a cidade e também para usufruto das pessoas que vivem em Portimão. Para já fico-me por aqui. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, apenas para fechar o ponto e depois de termos de facto intervindo todos os elementos da bancada e exposto a nossa posição sobre várias matérias orçamentais, estruturais, de planeamento, para dizer que está visto o porquê do voto contra do PSD e que apresentaremos posterior declaração de voto a esmiuçar o porquê desta posição que mantemos após também a reunião de Câmara. Disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, o investimento no espaço público, são obras estruturantes também e que queremos atrativas para a cidade, assim como faço lembrar que o projeto de habitação a custos controlados, é dos projetos mais arrojados que temos a nível nacional, com setenta milhões que vamos pedir para apoio e, portanto, só isto aqui são grandes fases estruturais para a nossa cidade. Depois, também quero só dizer que ninguém está aqui a aumentar as taxas e as coimas como tem sido dito até aqui. Como disse na minha intervenção, foi a média dos últimos vinte e quatro meses, ora se dantes não tínhamos, o ano passado passámos a ter e a média deu esse cálculo e é esse cálculo que está no nosso orçamento. Tenho dito, senhora Presidente. -----

-----Interveio o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer ao Vice-Presidente que quem diz é o órgão fiscalizador PAM, ou FAM, como lhe queiram chamar. Tenho dito. -----

----- Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que do debate que têm estado a assistir, verificam que realmente quando se trata de falar de estratégias, de desenvolvimento local e de intervenção no espaço público, o Executivo do PS tem um conceito que manifestamente não é o conceito que é comumente aceite do que é uma estratégia de ordenamento do território e de desenvolvimento local. Fala-se aqui de obras que são feitas de uma forma, não diria improvisada mas casuística, que não obedecem a um planeamento rigoroso, que não obedecem a uma definição do ponto de vista estratégico daquilo que podem trazer de bom, ou eventualmente até de mau para a cidade e para o concelho e, portanto, no fundo são intervenções desgarradas no espaço público, feitas um bocadinho ao sabor do improvisado e daquilo que algumas pessoas vão dizendo que deve ser feito sem que haja um estudo prévio e uma noção clara do impacto que elas vão ter, quer na economia, quer no espaço do concelho. Isto para dizer, para ir aqui à questão que o senhor Vice-Presidente agora falou da questão dos impostos e das taxas. Os últimos anos têm sido marcados realmente pela carga fiscal pesadíssima sobre os portimonenses, sobre as empresas e famílias, porque além dos impostos praticamente à taxa máxima, temos também a derrama sobre as empresas, que é preciso não esquecer, também iremos votar esse ponto daqui a um bocadinho ou amanhã, e aquilo que o PS apresenta aqui como grande mérito da gestão, das contas certas, do rigor que depois é desmentido pelo documento do FAM e pelos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



alertas e preocupações que são expressas pela comissão executiva do FAM, é no fundo um resultado que é conseguido à custa do sacrifício e do estilhaçar da carteira das famílias e das empresas do concelho. É isso que temos aqui em cima da mesa mais uma vez para o ano 2022 e, portanto, o resultado que vai ser aqui depois para o ano, se deus quiser, apresentado à Assembleia, do exercício que está quase a terminar e a forma de investir esse resultado, é no fundo um resultado que é conseguido em grande medida à custa do esforço permanente e sistemático das famílias e das empresas do concelho. Eu diria que assim é quase sempre mais fácil, para não dizer que é muito simples apresentar resultados positivos e, portanto, voltar aqui um bocadinho à primeira intervenção, para dizer que realmente o documento pese embora os contributos que foram dados pela oposição, e eu tive oportunidade de falar nisso na primeira intervenção, algumas pessoas se calhar não tomaram atenção, não reflete minimamente aquilo que nós veiculamos como preocupações e como prioridades que foram sinalizadas na reunião que tivemos com a senhora Presidente aqui há umas semanas. Nessa medida entendemos que este orçamento, tal qual está aqui plasmado no documento que temos aqui em discussão hoje, e as opções que traduzem aqui as GOP, manifestamente não servem na atual conjuntura os interesses dos portimonenses e das empresas do concelho. Não servem porque não há um apoio efetivo, na medida que era possível fazer, às famílias e às empresas para o relançamento da economia local, não há uma visão estratégica do concelho que queremos nos próximos cinco a dez anos e o PDM tem que ver com isso, senhor Vice-Presidente, quer queiram quer não, o PDM tem que ver com isso, porque o PDM é hoje um documento eminentemente estratégico, e quando não está feito, e os senhores não têm noção sequer do que é que vão fazer na sede de revisão do PDM porque não têm essa noção, é claro que depois disso reflete-se nos documentos provisionais quer no exercício seguinte, quer depois no horizonte dos cinco anos das GOP. Portanto, como alguém aqui disse, é uma gestão não diria corrente, mas é uma gestão que é feita num horizonte temporal do próximo ano, com uma escala mínima e sem uma perspetiva de longo prazo e de ordenamento e estratégia de desenvolvimento local. Portanto, nessa medida, a bancada da Coligação Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança), irá votar contra esta proposta de orçamento e faremos depois chegar uma declaração de voto, onde explicaremos em detalhe as razões do voto contra. Disse. -----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que nesta proposta de orçamento que têm, devia de vir verificado em termos de saldo primário efetivo, e isto é o relatório do PAM, que analisou o orçamento. Portanto, o saldo total apresentado, cumprindo o princípio do equilíbrio orçamental formal é nulo, completamente nulo. Portanto, o orçamento ora em discussão perfará entre vinte a vinte e cinco milhões de euros, para a recuperação económica no âmbito da pandemia. Portanto, não contém obras estruturantes para alavancar a cidade, medidas para promover o emprego, medidas para atrair investimento privado. -----

O equilíbrio orçamental, eu considero que o equilíbrio orçamental não pode ser feito unicamente através do agravamento das cobranças, das multas, taxas e coimas, como está alertado pelo PAM, porque a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



despesa apresentada neste orçamento foi superior ao previsto ao PAM. Despesa essa que já falámos aqui nesta Assembleia Municipal, há algumas despesas desnecessárias com o aumento das despesas necessárias. Embora esta proposta do orçamento não contemple os muitos compromissos eleitorais pela coligação que foi eleita, Portimão Mais Feliz, nomeadamente, é um orçamento sem estratégia, planeamento e visão para alavancar a cidade, quer a nível do comércio local e da economia do mar. Continuam a não existir medidas para implementação a nível da ARU, construção de habitação social, fica muito a desejar. Perante isto, o meu voto iria no sentido negativo contra esta proposta. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para reiterar as perguntas que colocou ao senhor Vice-Presidente Álvaro Bila que ainda não viu respondidas, não sabe se quer, se não quer, se tem resposta, se não tem, aguarda. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, também gostaria de questionar, novamente, o Executivo, se existe alguma resposta às perguntas que fiz anteriormente, e também ressaltar que tal como está no parecer do FAM, este orçamento baseia-se basicamente e tem cumprimento pelo aumento dos impostos sobre os munícipes, algo que também não concordamos, e nesse sentido e considerando que não vemos nem na área ambiental nem na área animal qualquer respaldo naquilo que demos de contributos para a elaboração deste orçamento aquando da reunião com o Executivo, não verificamos aqui praticamente nada daquilo que falámos nessa mesma reunião, apesar de que a reunião foi bastante aprazível, a conversa, não verificamos respaldo neste mesmo orçamento. Portanto, não temos outra opção que não votar contra este orçamento, porque não tem qualquer tipo de evolução nessa área, e que apesar do Partido Socialista se ter apresentado com preocupações ambientais, vemos aqui muito pouca estratégia nessa própria área. Portanto, iremos votar contra esta proposta de orçamento, mas ainda assim gostaria de saber se existe alguma previsão de estratégia na área ambiental e na área animal em concreto. Que valores é que pensa este Executivo atribuir às associações de apoio animal para fazerem o trabalho que na nossa visão, compete ao próprio Estado executar. Portanto, agradecia esse esclarecimento. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que o Bloco de Esquerda neste orçamento não se revê na plenitude. Achamos que este orçamento não deixa de ser uma gestão corrente, baseada nas taxas máximas, apesar de haver um esforço para a baixa do IMI, e nós vamo-nos abster neste orçamento. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu percebo que em ano de eleições, é perfeitamente e é brilhante, mais uma vez, a jogada dos excedentes orçamentais, eu não percebo é como é que os excedentes orçamentais passam de anos para anos, ainda muito mais em responsabilidades públicas como a autarquia de Portimão. É uma coisa que me faz confusão, mas eu à medida que o tempo vai passando vou aprendendo, aliás não se deve passar nada de um ano para o outro, se o dinheiro existe deve ser utilizado, a não ser que eu esteja a ver mal e as minhas parcas noções de contabilidade sejam limitadas, e o partido Chega vai votar contra este



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



orçamento. Aliás, gostaria de começar por dizer duas ou três coisas, que é, a descentralização tem trazido mais dúvidas e discussões sobre as competências descentralizadas e correspondente consequência na melhoria da resposta dos cidadãos e gestão do valor público. Aliás, é certo que as novas atribuições acarretam um aumento da despesa, assim como de condições financeiras para que se possa garantir o desempenho das novas competências. Diria que estamos perante quase um federalismo financeiro. A questão que se observa, é que para além da transferência de competências para a administração local, a mesma não tem decorrido da melhor forma. Aliás, o princípio de financiamento subjacente, não tem sido com as verbas necessárias que a implementação da descentralização para que seja correta, real e justa. Na prática não existe uma coordenação entre o processo e os meios necessários para o implementar, independentemente do que consta da carta europeia da autonomia local sobre a paridade que deve existir entre as atribuições definidas e o respetivo financiamento, direi mais, contudo, por muito que se faça e os factos e as realidades mostram que a autarquia de Portimão só conseguirá a real emancipação, quando tiver ao seu alcance os meios financeiros para poderem desenvolver o verdadeiro serviço público municipal. Nesse sentido, esse objetivo só poderá acontecer quando os recursos financeiros forem estáveis, com maior amplitude temporal e que não estejam dependentes por um lado da administração central, e por outro, de definições políticas e engenharias financeiras e geoestratégicas, tendo como base a conquista permanente do poder municipal. Atualmente o tema continua na ordem do dia, mas a pandemia veio agudizar ainda mais esta problemática de que a autarquia de Portimão está numa verdadeira encruzilhada para dar resposta, quer à crise sanitária que continua por um lado, e responder, por outro, às consequentes emergências sociais e económicas do concelho. Infelizmente a agonia que muitos municípios vivem hoje, são o resultado de uma irresponsabilidade praticada durante muitos anos por parte de muitos autarcas acompanhados da responsabilidade da tutela, cuja falta de controlo, critério e fiscalização permitiu o acumular de dívida sem que esta fosse aproveitada, incluída numa estratégia autárquica de investimento, que quando existia era normalmente sustentada na criação de dívida à banca. Na atualidade, pagamos todos por esses erros e responsabilidade, incúria e falta de responsabilização de quem foi detentor desses cargos públicos. Muitas das necessidades individuais e coletivas estão comprometidas para o futuro, exatamente porque muitos autarcas que até aqui passaram no município de Portimão e que aqui continuam ainda, provocaram a limitação destas leis atuais que tanto apoiaram outrora e se queixam atualmente, como já ouvimos aqui várias vezes. Esta condição ainda acaba por incrementar mais diferenças entre os municípios, entre as próprias regiões, e é curioso o facto de passados tantos anos a diferença face à média europeia nunca diminuiu após tanto investimento requerido e disponibilizado pela União Europeia, nomeadamente para o município de Portimão. No contexto atual e cujos limites entre outras leis da lei das finanças locais, obrigam a que todos sejamos afetados, nomeadamente pelos impostos diretos, o que leva a mais aumento das assimetrias locais e regionais. Neste sentido, este orçamento é um exemplo disso, aliás é mais um exemplo do mesmo, é mais um exemplo daquilo que o concelho de Portimão não



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



necessita, falta aqui muita coisa, sim, porque é necessário colmatar e prevenir que os erros do passado não se repitam, é fundamental regras e transparência na capacidade de investimento e de endividamento, mais do que é fator crítico o exemplo de um bom pagador na assunção de dívidas, e que as mesmas sejam realizadas em função das pessoas e do desenvolvimento local. Tal como as famílias que necessitam de recorrer a empréstimos para adquirir habitação, assumindo e liquidando as suas responsabilidades, a Câmara deve ser um exemplo disso também. As empresas recorrem a financiamento para se desenvolverem, da mesma forma a lógica deve imperar nas autarquias e a utilização dos dinheiros públicos. No entanto, e da mesma forma que as famílias e as empresas não possam recorrer a empréstimos sucessivos, porque existem regras, a mesma lógica deve ser aplicada ainda mais nos gestores da coisa pública, devendo estes pautar-se pelo exemplo, e isto não tem acontecido na autarquia de Portimão nos últimos anos, e tememos que volte a acontecer nos próximos, basta olhar exatamente para este orçamento. -----

Agora imaginemos que o acesso ao crédito e ao endividamento é bloqueado, o que é que a autarquia fazia? Tal e qual a pergunta que se faz às próprias famílias. Sim, porque os indicadores começam a chegar, e de uma nova crise e aumento das taxas e outras coisas parecidas, falaremos mais à frente sobre isso. Sabe-se que a autonomia financeira resulta da habilidade e competência de cada município de gerar receitas para fazer face aos investimentos e despesas próprias. Neste caso ainda, a considerar favoravelmente um município com uma autonomia financeira, é aquele cujas receitas próprias significam cinquenta vírgula um do total, o que não é o caso aqui em apreciação. Este dado além de ser significativo no contexto das autarquias portuguesas e europeias, demonstra a capacidade que a mesma tem de se sustentar sem ter de recorrer a endividamento, ou até a transferências do estado, e a autarquia de Portimão continua a não se habituar a este aspeto. Contudo, os municípios sob a alçada do FAM, como é o caso do nosso, estão muito mais condicionados para fazer face ao conjunto de despesas correntes, e para fazer face a um conjunto de investimento próprio da gestão diária do poder local, e esta questão é de real importância, pois coloca os cidadãos locais em patamares diferentes, quando não deveriam ser responsabilizados pelas condutas impróprias de determinados autarcas incumpridores durante todos estes anos, e tememos que o orçamento venha a continuar nesta senda. Muita da limitação futura foi condicionada por um passado irresponsável, em que a ascensão ou a manutenção do poder, foi o principal objetivo de muitos autarcas e partidos políticos seus representados nesta Câmara teimaram em realizar, por um lado, e incentivar por outro, orçamentos exorbitantes e desajustados fundamentados em investimentos, sem que fosse assumido previamente a capacidade do pagamento posterior, ou até que os próprios investimentos resultassem em obra efetiva de interesse para as populações. -----

Portimão é um dos municípios com maior volume de juros e encargos financeiros pagos até hoje. Se nos situarmos nos censos como eu já tinha dito na última Assembleia, é dos municípios com maior volume total de despesa paga em juros, entre 2010 e 2020. Basta fazer as contas, cada munícipe pagou perto



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de oitocentos euros em juros nos últimos dez anos, para o concelho de Portimão, quase cinquenta milhões de euros só de juros pagos. É um dos municípios com um índice de dívida total superior a um e meio da média da receita corrente dos três anos anteriores, e quem ouve as pessoas do Executivo falar aqui, parece que esta realidade é completamente de outro planeta, com certeza. -----

Este orçamento não melhora a educação e cultura da autarquia. A economia e o turismo são esquecidos, o setor da saúde continua com graves problemas, ao nível dos cuidados de saúde primário e hospitalar. As freguesias continuam com os seus parcos orçamentos, sendo o parente pobre do poder local, quando deveria ser aí o começo do verdadeiro estado de nação. São trocas e mais trocas das atribuições e competências entre freguesias ao sabor do presidencialismo político. Meus amigos, prevê-se neste orçamento um pagamento de qualquer coisa como perto de cinco milhões e amortização de empréstimo, e juros no valor de dois milhões e cem mil euros. -----

O valor para o pagamento do contrato com a Expo Arade, é de mais de um milhão de euros. Enfim, muita coisa haveria por dizer, repito, não se conhece o impacto económico de um elemento estruturante neste orçamento, que é o plano diretor municipal, sobre o ordenamento e planificação de necessidade de investimento para o futuro. -----

Para terminar, o mais caricato é estar orçamentado há vários anos situações que se repetem e repetem e mais uma vez voltam a estar orçamentadas, como é o caso de algumas zonas verdes e alguns jardins. O presente orçamento, dá apenas resposta às necessidades mínimas dos cidadãos. Contudo, o município de Portimão continua atrasado ao nível da manutenção de espaços públicos de políticas de desenvolvimento económico, social e ambiental e de uma nova abordagem para o setor educacional e formativo. O Partido Chega votará contra o presente plano. Tenho dito. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, só para encerrar, gostava de dizer aqui aos membros e aos deputados todos, que o parecer do FAM é genericamente positivo e, portanto, acho que todos leram também e não vale a pena estarmos agora aqui com meias palavras, e depois também não há aumento dos impostos, mas sim um acréscimo da receita com a média dos últimos vinte e quatro meses, e depois do senhor deputado do Chega que trouxe aqui um discurso já feito, não temos nenhum acordo com a Expo Arade e, portanto, não sei no que é que falou. De resto tenho dito, é tudo, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, perante o que eu disse nesta assembleia e nas minhas intervenções, o PAM, realmente, no relatório não diz o que o PS quer pretender, ou que se queira convencer. Portanto, é o PAM que alerta que há um excesso de despesa, e é o próprio PAM que diz que a única forma de compensarem esse acréscimo da receita, foi através do aumento das taxas, de multas e outras penalidades, transferência de capital e ativos financeiros. Portanto, está escrito, mas, no entanto, perante esta minha intervenção e como eu sou nova nisto e ainda por cima estou independente, sou sozinha, não é, depois de ponderar toda esta situação deste orçamento e da situação da cidade, eu



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



noutras circunstâncias o meu voto nunca iria a favor desta proposta. Não voto favoravelmente tudo o que seja contra os interesses dos municípios, e jamais posso estar contra, portanto eu não posso estar a favor do novo aumento das taxas e nova carga fiscal, quer a nível de sobrecarregar os munícipes, como as empresas. No entanto, perante isto, vou-vos dar um voto de confiança, vou abster-me, dando oportunidade de nos próximos meses e nos próximos anos reverem o que se agrava aqui neste orçamento para corrigirem em baixa, nomeadamente, desagravar a carga dos impostos e das taxas, sobretudo aos que impendem sobre os munícipes. Contem comigo para mudar de estratégia, para mudar de paradigma e vamos alavancar esta cidade, esta cidade não precisa de continuar com estes orçamentos, estes orçamentos são contracorrentes. Temos que ter coragem de rever, temos que ter coragem de arranjar um bom planeamento, uma boa visão e uma boa estratégia com colaboração de todos os deputados na Assembleia Municipal, independentemente das cores políticas. É a nossa cidade, a cidade dos nossos filhos e será a cidade dos nossos netos. Portanto, terá de haver planeamentos, não este tipo de planeamento de mercearia, mas sim planeamento a dez e a quinze anos. Obrigada. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-b) Discussão e Votação dos documentos orçamentais e financeiros previsionais que englobam o Orçamento da Receita e Despesa Plurianual e as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2022-2026, nos termos da Proposta - Deliberação nº 923/21**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	0	0	1	3
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	0	1	1	0	12

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz"(CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----**Foi aprovado por maioria, os documentos orçamentais e financeiros previsionais que englobam o Orçamento da Receita e Despesa Plurianual e as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2022-2026.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-c) Discussão e Votação do Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento da Câmara Municipal para o ano de 2022, nos termos da Proposta - Deliberação nº 924/21** -, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que foram solicitados a todos os serviços que lhes dessem as faltas ou as necessidades de pessoal, e também esta necessidade de pessoal tem muito a ver com as novas competências que o Município agora tem a seu cargo e, portanto, neste momento é tudo o que tem a dizer, senhora Presidente. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, relativamente a este ponto, o mapa de pessoal, a proposta que vem aqui, como foi dito pelo senhor Vice-Presidente, traduz as indicações que foram fornecidas pelos serviços, mas se analisei bem aqui a proposta, há pelo menos uma área em que eu tenho conhecimento, pelo menos tenho notícia disso, em que há graves carências no município e que não está aqui refletida em termos de reforço de pessoal, que é no gabinete veterinário municipal. Eu tenho a noção, pelo menos aquilo que me foi chegando, que hoje em dia é premente a contratação de um segundo veterinário municipal, dado o acréscimo de tipo de serviço e dada a manifesta incapacidade, apesar do esforço, da dedicação e da competência do atual veterinário em dar conta do volume de trabalho que vai sendo aqui pedido ao gabinete veterinário. Perguntava numa primeira intervenção, o porquê desse reforço a nível de quadro de pessoal, não estar aqui refletido nesta proposta. Para já, disse.

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, para explicar que no seguimento da mesma pergunta que já fez anteriormente no orçamento, volta a fazer a questão ao Presidente em exercício, Álvaro Bila. Porque a informação que temos quando estivemos com o veterinário municipal, foi que o mesmo nos indicou que o segundo veterinário já estaria na calha para ser contratado, verificamos que não foi contratado. Portanto, não compreendo como é que o próprio serviço possa não ter indicado que necessitava de pelo menos mais um veterinário, e o próprio CROA assim o exige devido ao serviço que se propõe fazer, pelo menos mais um funcionário para garantir o funcionamento, ou o correto funcionamento no período de fim-de-semana e fora de horas. Portanto, não consigo perceber isto, como é que os serviços não pediram esse pessoal, mas já agora agradecia o esclarecimento. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação**, para dizer que a CDU sempre defendeu e defenderá o recrutamento de pessoal através do contrato de trabalho por tempo indeterminado. As autarquias devem criar emprego, se e quando existe essa necessidade. Todos temos consciência que o município de Portimão tem necessidade de contratar trabalhadores nestas áreas todas, e dado que defendemos o recrutamento de pessoal através do contrato de trabalho por tempo indeterminado, não entendemos o recrutamento em regime de contrato a termo na divisão educação, auxiliar de ação educativa, divisão de gestão urbana, arquiteto, penso. Pronto fica só esta dúvida, porquê estes regimes de contrato a termo. Tenho dito. ----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que sobre este ponto há aqui algumas questões. Eu por acaso vendo em conta o ponto anterior, fiquei preocupado, porque pareceu-me que no ponto anterior o Executivo trouxe a cartilha para ler, acho que até já tinha sido lida na reunião de Câmara a dia 22 ou o que foi, e agora vi que não houve leitura e fico preocupado, porque assim creio que, sem o apoio que os estudantes universitários usam muito da cábula, não haverá respostas. No entanto, eu em nome da bancada do PSD após análise e já questionado, e vou manter a fé que vamos ter na mesma resposta,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pode aparecer algum documento para leitura, via naturalmente a necessidade do reforço de pessoal na educação, o apoio como já dissemos também em reunião de Câmara às atividades desportivas, onde não há pessoal auxiliar, mas sobretudo fazia aqui duas questões, e cá está, que é, nós vemos que há um aumento de despesa com o pessoal de apoio ao município, e a primeira questão é se pode haver uma explicação pelo menos quer-se prática, mas meio estratégica se não for pedir muito, de onde será feito esse aumento, e a segunda nota é se já estão a decorrer os concursos, e depois é se os concursos ficarem vagos, que o Executivo diga de imediato o que pensa fazer, para não estarmos depois a repetir daqui a algum tempo as mesmas questões, porque independentemente do tema, há muito dito esta frase, há muitas situações que o Executivo socialista usa como retakes, fazem uma vez, repetem, repetem, e nós agora tivemos o retake da requalificação da lota, do parque da juventude e agora temos o retake dos concursos que ficaram abertos, e então perguntava o que pensam fazer e se entendem que ao ficar aberto, deduz-se, em qualquer um dos trezentos e oito municípios portugueses, que trabalhar neste caso no município de Portimão não é atrativo. O que pensam fazer, qual é a resposta que têm, seguramente pensam, trabalharam, têm estudos, vínculos precários a tempo indeterminado, qual é a visão que têm, porque, ao fim e ao cabo, embora isto seja naturalmente um ato de gestão quase de exclusiva responsabilidade do Executivo, não podemos ver esta matéria que invoca a responsabilização de um Executivo para a vida de portimonenses e de pessoas que escolheram Portimão para viver e para trabalhar, ficar apenas sucumbido a um pequeno vazio, a um pequeno leiam o documento e, portanto, é nisto. Portanto, acho que fui claro, posso depois repetir as questões, a bancada do Partido Socialista tem muito tempo, o Executivo também. Não sei se há documento para lerem, mas gostávamos de saber o que é que pensam. Para já, disse. -----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que o Bloco de Esquerda também se vê a favor do reforço de efetividade nas pessoas para trabalhar na Câmara Municipal de Portimão, e não ao recurso dos POCs, como tem sido recorrente. O mesmo queria saber, como já ouvi e votei no quadro de pessoal na Intermunicipal, que os sapadores florestais têm outra carreira, a carreira de auxiliares, não é bem assim que diz, mas é auxiliares. Gostaria de saber qual era o valor remuneratório agora dos sapadores florestais e para quando também fazerem esse *forcing* com o governo, para que as carreiras sejam revistas, ou seja, os operacionais estão a uma diferença, com o aumento do salário mínimo nacional, uma diferença muito diminuta que os assistentes técnicos, ou seja, nestes dez anos um técnico-profissional tinha uma diferença quase de duzentos euros, e neste momento, os operacionais estão quase a tocar nos assistentes técnicos com o aumento do salário mínimo nacional, que eu acho bom o aumento do salário mínimo nacional, mas os assistentes técnicos não podem ficar a ganhar o ordenado mínimo para o ano, para o ano estão a ganhar praticamente o mesmo ordenado, e aqui também passo para os quadros, um quadro que ganha novecentos euros daqui a pouco tempo está a ganhar o ordenado mínimo também, daqui a cinco anos está a ganhar o ordenado mínimo. Temos que rever as carreiras e acho que o Executivo deve fazer frente ao governo, ainda por cima sabemos o acordo, neste momento está quase



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



extinto, mas deviam fazer força para reverem as carreiras e fico-me por aqui. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que relativamente ao canil municipal e ao veterinário municipal, acha que não podem estar mais de acordo. Portanto, dizer-vos já que estou de pleno acordo, não só com o veterinário, até como também mais gente para ajudar a cuidar dos animais e tratar, o que até aqui temo-nos apoiado muito em voluntários e nas associações, mas queremos também melhorar aquela vertente. Nós, neste momento o Executivo o que quis, foi para fazer a obra do centro de recolha animal e depois sim, criar também condições para pôr lá mais gente e colocar mais gente para trabalhar e, portanto, penso que no quadro de pessoal do próximo ano de certeza que isto já será uma realidade. O grupo do veterinário municipal, realmente ele não pediu mais gente neste momento, mas faz um trabalho extraordinário e muito se deve às custas dele e daquelas pessoas que lá trabalham. Depois, o aumento com o pessoal e grande parte tem a ver com as novas competências, que tem sido esta parte, nós temos utilizado alguns POCs e estamos a querer contratar as pessoas. Acho que este também é um dos pontos em que estamos todos de acordo. Quanto ao senhor deputado Carlos Martins, não estou a perceber quais são os seus comentários, ou o que é que está a querer chegar, mas na certeza, porém, de que esta despesa tem sido sempre controlada, porque também tem fonte de receita, porque nós na área da educação vamos ter o retorno também nessa verba que vamos receber. Quanto aos sapadores florestais, esses cinco lugares já são para a reconversão dos cinco sapadores que temos. Quanto ao salário, não lhe sei dizer, mas vou ver e dir-lhe-ei depois. Obrigado. -

-----Pedeu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, já na última Assembleia, eu tinha intervindo, dizendo que este, provavelmente, era um dos problemas pandémicos da autarquia, que é, a falta de pessoal e a dificuldade de atratividade relativamente a este problema, e na altura eu lembro-me que o senhor Vice-Presidente e senhor vereador Álvaro Bila, disse que este é um dos problemas que a autarquia enfrenta também e reconheceu isso e até lembro-me precisamente de ser contemplador com a sua tristeza, quando na altura referiu isso, e eu volto a colocar a questão que coloquei relativamente à discussão do ponto anterior, que é, está bem que agora se vai necessitar, ou a autarquia vai necessitar de mais pessoas além da falta que existe sem a atribuição das novas competências, nomeadamente da educação, mas o problema continua a ser o mesmo, que é de que forma é que, e que medidas é que a autarquia prevê desenvolver, de forma a resolver o problema da empregabilidade no concelho e de modo a torna-la atrativa e, portanto, eu com certeza que vou adivinhar, ou que adivinho qual é a resposta do senhor vereador, mas aguardo então. Obrigado. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu começava por realçar aqui a preocupação do Bloco de Esquerda com a compressão dos salários dos assistentes técnicos, não é? É que qualquer dia ganham o salário mínimo nacional, mas relembra aqui



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



o senhor deputado Pedro Mota, que esse facto decorre, em grande medida, de medidas que foram aprovadas nos últimos anos com o voto favorável do Bloco de Esquerda, nomeadamente aprovação de orçamentos de Estado e, portanto, estranho que o deputado Pedro Mota tenha andado aqui distraído durante algum tempo e agora venha aqui manifestar essa preocupação. Em relação àquilo que o senhor vereador Álvaro Bila aqui nos trouxe, eu comecei por dizer logo no início que apesar do elogio que é público que foi feito nessa intervenção e que é devido ao senhor veterinário municipal, estarmos aqui a condicionar a admissão de mais pessoal face às necessidades que existem à criação de uma estrutura diferente e com outras condições, parece-me que é errado, porque neste momento o volume de trabalho já existe e, portanto, com ou sem instalações não sei como é que o pessoal que existe neste momento, veterinário municipal e assistentes técnicos, vão conseguir dar conta do recado com boas ou más instalações, porque o volume de trabalho é bastante elevado. Parece-me que eventualmente não devíamos estar à espera pelo menos um ano para que viesse aqui previsto o novo veterinário municipal, e ele já devia estar previsto neste documento. Portanto, estranho a resposta que acabou de dar. Depois, manifestar aqui uma preocupação que já vem detrás também do mandato anterior e que várias vezes aqui já deixei, que se prende com o que vem referido aqui na página dois da informação, que sustenta aqui essa proposta, que fala em dez postos de trabalho respeitantes a cargos dirigentes que atualmente não se encontram ocupados, e perguntava diretamente ao senhor vereador Álvaro Bila, se estão ou não lançados concursos para preenchimento destes lugares de dirigentes, e em caso afirmativo, em que pé é que estão esses concursos, e também saber se no caso de dirigentes do município que estão nomeados em regime de substituição, se o Executivo prevê rapidamente lançar os concursos que já deviam ter sido lançados, porque como sabe, esse regime de substituição em princípio deve vigorar por seis meses, coisa que não tem sido cumprida em Portimão, ultrapassa largamente esse prazo, e repetidamente têm evocado dificuldades no lançamento dos concursos. Portanto, gostava que dissesse de uma forma clara e objetiva, em que pé é que estamos, e para já era só. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer que daquilo que ouviu do Vice-Presidente da Câmara Álvaro Bila, compreende que não é fácil substituir a senhora Presidente de Câmara, mas têm que estudar os documentos, não os podem ler como é evidente, porque as perguntas que podem surgir são perguntas que não estão e depois com uma resposta escrita. O senhor acabou de dizer que provavelmente o veterinário e os outros elementos, irão estar disponíveis durante o ano, mas relembro que neste momento, estamos a aprovar um documento, onde essas pessoas, esses elementos, esse veterinário e todos os outros deveriam estar no mapa. Não estão, portanto, estamos a aprovar uma falsidade de documentos. Dizer também ao senhor Álvaro Bila, porque nós também sabemos, enfim, como somos portimonenses, andamos por aí, falamos com as pessoas, que as associações dos animais têm dado um excelente trabalho, e deram no final deste ano, tanto que serviram para a Câmara e o Executivo distribuir verbas para essas associações, pelo benefício que lhes deram, para que depois o seu apoio através da votação lhe fosse cair, portanto, na



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



vota. Portanto, isto é uma crítica que faço, porque estamos aqui todos em consciência a votar um documento que nos é dito no mesmo dia que as coisas vão acontecer, e que o documento não demonstra esses acontecimentos, principalmente a nível de pessoal. Tenho dito.-----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para responder ao senhor membro da Assembleia do CDS, que o Bloco de Esquerda não anda distraído. Você sabe perfeitamente que nós nos últimos orçamentos votámos contra e uma das causas foi mesmo essa. Em vez do seu partido que retirou os ordenados e baixou as reformas, e isso é que você devia-se lembrar, o Bloco de Esquerda tentou aumentar o ordenado mínimo e conseguiu. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que o senhor deputado Natalino Alves, não deve ter ouvido bem o que é que ele disse. O que eu disse, é que a nossa prioridade neste momento era a construção e no próximo ano iríamos contemplar então mais pessoal, tanto como veterinário municipal, como assistentes técnicos para aquele setor. Foi isso que eu disse e, portanto, não estamos aqui a aprovar nada de ilegal. -----

-----Interveio o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para perguntar: 2023 então? -----Ficou

com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que sim. Então se ouviu bem, se neste ano não, neste ano próximo vai ser a construção, a seguir sim vai ser o pessoal. Portanto, foi isso que eu disse e, portanto, não há aqui nada na manga e foi bem isto que eu frisei. A nossa prioridade neste momento, é a construção, a seguir sim com as pessoas, fazendo eles muita falta e, portanto, esse assunto senhor deputado, olhe eu estou cá há dois meses e esse assunto é muito querido e está sobre a minha alçada e, portanto, desse assunto já estive lá e sei bem o trabalho que as associações têm feito, não só as associações, como os voluntários também e, portanto, acho que frisei bem isto e é isto que queremos fazer. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que esta matéria foi objeto da análise do Partido Socialista, e de facto nós constatámos aquilo que de alguma maneira tem vindo a ser um certo glamour no fundo de todos os membros das assembleias anteriores, e digo isso porquê. Porque realmente este plano de recrutamento para 2022 diz justamente o diálogo que nos é muito querido. Isso tem a ver naturalmente com a composição das próprias necessidades de pessoal, que são por demais evidentes, e é o caso dos cinquenta e quatro por cento que são aqui afluídos, pertencentes à carreira de assistente operacional, nomeadamente para áreas de atividade operária, como sejam pintores, pedreiros, serventes, calceteiros, carpinteiros, cantoneiros de vias, etc... ou seja, há aqui efetivamente um equilíbrio interessante a nosso ver, com quanto a carreira de assistente técnico tem uma representação bem menor, e a carreira de técnico superior então bem menor ainda. Portanto, digamos que no seu conjunto, um grande bolo do recrutamento, dirige-se justamente à atividade operária que é imensamente necessária para a cidade, e que a evidência de que assim é, enfim, está aos olhos de todos presente no quotidiano desta cidade, com as necessidades que



obviamente advêm em resultado daquilo que nós observamos com carências efetivas de melhoramentos do espaço público, e não se compreende que uma cidade como Portimão que é uma cidade turística, não tenha de facto preocupações de excelência, não só num domínio estético, também é óbvio num domínio operativo com o espaço público, e daí que, para além obviamente dos aspetos relacionados com o acréscimo dos indivíduos em resultado da descentralização de competências, nomeadamente com as auxiliares de ação educativa e cozinheiros. Pertencente, justamente, a essa esfera a esfera educativa. Portanto, é este o contexto, nós não nos vamos prender digamos aqui com observações de ordem mais sindical e naturalmente aqui verdadeiramente o que está em causa, é darmos satisfação imediata a essas necessidades de pessoal e depois obviamente numa fase seguinte, teremos oportunidade de nos manifestarmos acerca das suas condições de trabalho e naturalmente também das infraestruturas, neste caso específico do veterinário, apreciando o resultado das infraestruturas, porque obviamente as pessoas também têm que ter condições de trabalho, não é pensar que elas vão trabalhar sem condições. Portanto, parece que neste caso o Vice-Presidente, fez uma opção razoável, apresentou uma argumentação razoável e não destituindo de todo em todo, ou tendo sido sensível a essa necessidade, não a negligenciou. Ela está presente, mas num contexto temporal específico, ou seja, quando realmente da resolução das infraestruturas inerentes ao ambiente de trabalho do próprio veterinário. Disse, muito obrigado pela atenção. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para responder ao deputado Pedro Mota, para dizer que não foi o CDS que aprovou a geringonça e que permitiu que realmente houvesse esta aproximação dos salários a assistentes operacionais, ou aos assistentes técnicos com o não aumento do salário destes últimos, e para dizer que contrariamente àquilo que o senhor deputado Pedro Mota disse, aquilo que foi aprovado entre 2011 e 2015, foi como todos sabemos, aquilo que é o resultado da cobrança do PS, enfim o Bloco de Esquerda tem memória disso. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que depois de ouvir já duas tentativas de explicação, voltava a frisar que, senhor Vice-Presidente, isto é uma grande maldade aquilo que a senhora Presidente lhe fez em deixá-lo aqui a debater esta matéria quando faltam aqui algumas informações. Mas deixava um conselho se me for possível, que se efetivamente e nota-se falta aqui alguma transmissão de informação que porventura os outros vereadores presentes saberão responder, e creio que a senhora vereadora Teresa Mendes até pela experiência e conhecimento que tem, já dito em reuniões e lendo aquela documentação que temos, se calhar saberá responder, até porque aquilo que ouvi sobre o veterinário e eu tenho muito respeito e muita estima pelo PAN e pelos outros defensores da causa animal, mas nós sabemos e reparámos que aqui então não sabe o que é que um veterinário faz, porque o espaço não faz o veterinário e não é no âmbito daquilo que disse, mas depois também ouvi aqui a intervenção da bancada do Partido Socialista que gosto muito e começo logo por uma evidência. O deputado municipal



Figueiredo Santos, professor, disse que teve uma alegação razoável e quando o seu próprio camarada diz isto que só lhe esta a dar nove e meio no exame, quer dizer que nós então damos menos que isso, mas sobre aquilo que vi, se é uma área tão querida dizia, sobre o plano de recrutamento para 2022, e focou nas necessidades de pessoal, os cinquenta e quatro por cento, isso nós sabemos, acho que para uma área tão querida, revela muito pouco conhecimento daquilo que foi aqui questionado. Portanto, eu vou tentar ser claro. Vamos a uma questão, e pedia a resposta ao final de quatro tentativas. Os concursos estão abertos, ponto, então só perguntamos em que fase estão e já estou a dispensar as outras questões, e era isto que gostava que um dos senhores vereadores presentes respondesse e nos desse aqui para ficar em ata, o ponto de situação em que estão. Disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para agradecer as palavras do senhor deputado Carlos Martins, mas dizer que tem físico para aguentar com isto. Portanto, agradeço as suas palavras, mas não tenho problema nenhum em estar aqui, e só direi sempre a verdade e aquilo que sei, portanto não tenho problemas nenhuns com isso. Também ainda agora não tinha respondido ao senhor deputado João Caetano, mas os concursos para os quadros de dirigentes estão abertos. Falta a constituição de alguns júris, mas não queremos ter aqui dirigentes em substituição e, portanto, esses concursos julgo que no primeiro semestre estarão todos concluídos. Tenho dito, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, depois de ouvir aqui estas intervenções, eu quase que humildemente dava a sugestão à autarquia, e até para não desiludir o colega municipal, senhor deputado do PAN, os quais também respeitamos e muito e apoiamos toda a causa, o melhor provavelmente era contratar e depois construir, porque se vamos construir sem contratar, se calhar ainda vamos ter um problema que depois não temos atratividade suficiente para ter pessoas para trabalhar na construção. Porque é que eu estou a dizer isto? Obviamente não é por ser irónico, mas se se olhar para o histórico, o histórico diz-me exatamente isto, que é, se eu tive problemas no passado, estou a ter problemas no presente, a probabilidade de ter problema no futuro é grande, porque medidas que ultrapassem esse problema, não vejo e continuo a não ouvir nenhuma, mas é perceptível e percebo porquê e respeito. De qualquer das maneiras, deixem-me dizer e dar nota do seguinte, é que e eu também percebo que a descentralização de competências, nomeadamente em áreas fundamentais, a saúde e a educação, embora a saúde não seja só o edificado como muitos propagam, mas nomeadamente na educação, eu percebo que há necessidade de contratar ao abrigo da descentralização de competências, nomeadamente pela lei 50/2018, de uma série de colaboradores para a autarquia, mas dá-me a sensação que também a quantidade de colaboradores que se pretende e que está previsto neste mapa, é muito mais do que aquele envelope financeiro que acompanhou a descentralização de competências, nomeadamente da área da educação para pessoal. Ou eu estou a ver mal, ou então não sei ler isto e provavelmente se calhar é isso que poderá acontecer, mas expliquem-me para eu ver se percebo melhor, porque senão



aquilo que eu conluo, é que mais uma vez se está a estender o lençol maior que a cama, ou neste caso se calhar é ao contrário, mas isso é o que me apraz dizer. De qualquer das maneiras, estes valores remetem mais uma vez para uma necessidade inequívoca de implementar uma estratégia futura do desenvolvimento da cidade, para que não seja a autarquia a ter e a resolver estes problemas. É necessário criar postos de trabalho através de um desenvolvimento económico, social e cultural da cidade, mas também através da modernização tecnológica e digital dos serviços camarários, adotando sistemas de modernização administrativa, e outra coisa que se fala aqui, fala-se muito em colaboradores, mas um dia destes, havemos todos de estar a falar é sobre liderança no serviço público e na gestão no serviço público e da motivação das pessoas. Estamo-nos a preocupar e a falar muito sobre as necessidades, mas estamo-nos a esquecer muito pouco daqueles que já cá estão e daqueles que dão o seu melhor, e sabe-se muitas vezes com que sacrifício e muitas vezes não se fala e esquecemo-nos de todos eles. Tenho dito, e nós vamo-nos abster relativamente a este ponto e apresentaremos declaração de voto. Tenho dito. -----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação**, para relembrar a pergunta. No meio de tantos contratos por tempo indeterminado, porque é que aparecem dois, um auxiliar de ação educativa e penso que um arquiteto, contrato a termo. Mais uma questão, a autarquia tem trabalhadores, não tem colaboradores. Mais outra questão, o que faz realmente falta é o aumento do salário, não só do salário mínimo nacional, como o aumento do salário de todos os trabalhadores, ou os senhores conseguem responder se um assistente técnico que não é aumentado há dez anos, se começar a ganhar oitocentos e cinquenta euros vai dizer que é mau, para não dizer um assistente operacional, mas um assistente técnico atualmente se começar a ganhar oitocentos e cinquenta euros, ele vai dizer que não quer, porque é o ordenado mínimo nacional. Não acreditamos nisso. Tenho dito. -----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, para dizer que compreendem esse argumento, porém não o podem aceitar, porque, como também já aqui foi dito, o trabalho já existe e as informações que recebemos diariamente, é que muitas vezes e apesar de todo o empenho e trabalho do veterinário municipal, muitas vezes quando o mesmo ou está de férias, ou está doente, ou necessita de se ausentar, não existe qualquer outra resposta, porque não existe ninguém para o substituir como é completamente normal. Portanto, durante o ano existe pelo menos um mês completo em que não existe veterinário municipal. -----Depois, relativamente aos técnicos, é difícil também de compreender, porque os animais existem e vão continuar a existir até à construção, e é necessário a limpeza, a alimentação e não podemos ter apenas uma pessoa que vai lá ao fim-de-semana uma vez dar comer aos animais, é preciso limpar todas aquelas jaulas, que são jaulas o que temos atualmente, é necessário limpar e fazer esse apoio, porque senão os animais ficam em completo stress e é impossível que eles sejam adotados no estado em que ficam. Portanto, não conseguimos aceitar esse argumento e iremos votar contra este quadro de pessoal, porque simplesmente não temos outra hipótese. Obrigada. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Vila**, só para fechar, mesmo para finalizar. Nós na realidade primeiro temos que dar condições aos que cá estão, se queremos depois ser mais atrativos para que venha gente de fora também, e é isto que temos que fazer, tanto nestas como noutras situações e, portanto, de resto é tudo, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, sobre esta matéria, eu queria dizer o seguinte: dizem muitas vezes que os concursos ficam desertos, que não há lugares, que está tudo aberto, mas que não concorrem as pessoas. Eu estive a fazer uma busca rápida pelo site da Câmara Municipal, onde estão lá plasmados todos os concursos que neste momento estão abertos e então o panorama é este: dos dez cargos dirigentes que deviam ir a concurso, temos quatro abertos. Dos trinta auxiliares de ação educativa que precisamos, temos quinze abertos, quinze lugares, e das dezenas de assistentes técnicos e de assistentes operacionais que precisamos, temos cinco vagas em concurso. Afinal não há gente, ou os concursos não são abertos? É a pergunta que eu deixo. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que lhe estão a fazer uma pergunta daquilo que... bom, o deputado Vítor Couto na realidade vem da Junta de Freguesia também não tinha conhecimento. Muitos destes deputados que estão aqui, já sabem que o Executivo também está limitado na contratação, que não pode exceder o valor do ano anterior na questão de contratação de pessoal e, portanto, também tem que articular isto, e por isso os concursos que estão abertos têm a ver também com isso e, portanto, não vale a pena estarmos aqui, os senhores já estão cá há muitos anos, há várias perguntas que estão aqui a ser feitas, que já sabem disso, não é? -----

O FAM não permite também que vamos contratar as pessoas que queremos, temos que ter um valor máximo e por isso estão concursos abertos a medida do possível e à medida daquilo que conseguimos fazê-lo, mas se quiserem também, eu posso passar a palavra ao senhor vereador Filipe Vital, para vos dizer o que é que tem sido a contratação antes de nós cá chegarmos. Tem sido sempre assim e, portanto, a pergunta do senhor deputado Vítor Couto, não sabe realmente, mas deveria saber, que o Executivo está limitado na contratação, que não o pode fazer das pessoas que quer só com as novas competências, mas vou passar também se calhar ao meu colega Filipe Vital para poder dar mais alguma informação complementar. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Vereador da Câmara Municipal **Filipe Mesquita Vital**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que está a achar verdadeiramente interessante resumirem a discussão do quadro de pessoal do Município de Portimão à discussão sobre a contratação ou não de um novo veterinário municipal, e mais, definir o sentido de voto do quadro de pessoal, porque não está previsto a contratação de um veterinário municipal. Mas esse é um comentário político que eu quero aqui deixar. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



O quadro de pessoal reflete aquilo que os serviços, e foi isso que o senhor Vice-Presidente disse, e bem, aquilo que os serviços acharam que eram as suas próprias necessidades para concretizarem a missão de que estão incumbidos, mas é óbvio e todos sabemos isso e o senhor Vice-Presidente acabou de o dizer e eu quero sublinhar porque isso é muito importante, nós estamos manietados na contratação de pessoal e estamos manietados pelo FAM e por aquilo que o plano de orçamento municipal define. A regra é que nós não podemos gastar mais em salários do que aquilo que gastámos no ano anterior, ou seja, pouco mais podemos fazer do que substituir os funcionários que se vão reformando, ou seja, temos que ser altamente criteriosos nos concursos que abrimos e nas áreas em que abrimos concurso e é isso que temos feito ao longo dos anos. Quando cá chegámos não tínhamos calceteiros, não havia um único calceteiro no município de Portimão há oito anos atrás. Pedreiros, não tínhamos pedreiros, tínhamos falta de canalizadores. O pessoal operário era altamente deficitário e, portanto, tem sido feito um esforço brutal nessas áreas para podermos contratar pessoas e muitas vezes não é fácil, porque de facto o salário de entrada na função pública, é um salário muito baixo, como todos sabemos e, portanto, não é fácil. Os calceteiros são calceteiros que estavam no privado que já estão numa fase da carreira que não é propriamente a fase inicial, que portanto vão dar cinco ou dez anos ao município de Portimão e que depois se vão reformar, e isso de facto não é fácil gerir o tema da contratação, pelos constrangimentos todos que conhecemos e que temos e, portanto, o quadro de pessoal o que nos indica é aquilo que nós achamos que era necessário para cumprirmos de forma cabal a nossa missão, mas temos consciência que não vamos poder contratar as pessoas que estão previstas, porque estamos limitados pelo FAM e pela legislação. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, apenas para dizer à vereação e aos deputados municipais do Partido Socialista, que afinal o que eu luto, que eu digo há quatro anos a esta parte, que haveria necessidade de amortizar o mais rapidamente possível o empréstimo que foi concedido à Câmara pelo FAM, ou pelo PAM, portanto há necessidade disso. Há interesse em que se faça isso para que a Câmara possa fazer a sua gestão normal e não esteja condicionada como agora ouvimos dizer. Criticaram-me pelo facto de eu dizer isso, o senhor Presidente de Câmara criticou-me vários anos pelo facto de eu referir esta situação. Afinal, vim a saber que o empréstimo não sendo liquidado, ou não atingindo valores mais baixos, dificulta a gestão da Câmara e é mais uma desculpa que a autarquia tem, e por isso é que não paga. Obrigado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Vereador da Câmara Municipal **Filipe Mesquita Vital**, só para responder ao senhor deputado Natalino Alves. O senhor deputado Natalino Alves quer ter razão, mas não tem efetivamente, porque mesmo que eu não fizesse investimento público nenhum em Portimão, mesmo que todo o excedente orçamental, não fazendo obras, mesmo que eu amortizasse com esse dinheiro o empréstimo do FAM, ainda assim, eu não atingiria uma vez e meio o limite de endividamento e não sairia do procedimento FAM, ou seja, o senhor deputado municipal tem razão em relação ao princípio que era se amortizasse e saísse do FAM eu já podia contratar, é verdade. O problema é que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mesmo que eu não fizesse investimento nenhum pela cidade, e todos sabemos que a cidade necessita e muito de investimento público e agarrasse nesse dinheiro para amortizar o empréstimo, ainda assim eu não atingiria o limite de endividamento e, portanto, continuaria dentro do procedimento FAM. O senhor deputado Natalino Alves quer ter razão, mas mais uma vez não tem. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que gostaria de interrogar o senhor Vice-Presidente relativamente ao mapa de funcionários que se irão aposentar, quer no presente ano de 2021, 2022 e 2023, eu não consegui ter acesso a esse documento. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que afinal havia uma explicação mais sustentada por parte do Partido Socialista, e que tocou aqui em alguns assuntos e inclusive reforço aquilo que também foi dito, que a questão não se coloca em torno do veterinário, mas percebo o alcance, mas inclusive ver que com a intervenção do senhor vereador Filipe Vital havia aqui outras matérias, inclusive até de FAM falou, portanto acordou, foi tarde no jogo, parece aquele jogador que entra ao minuto oitenta e cinco a tentar fazer de Eder na final do euro. Mas mesmo assim, não teve o tempo necessário, porque e como o nosso tempo está a escoar, há aqui algumas questões, mas reitero para finalizar, há questões que ficam por responder, as nossas questões não foram respondidas relativamente aos concursos, à fase e ao porquê que o Vítor aqui bem expôs estarem abertos, a questão não se prende com o que foi dito pelo senhor Vice-Presidente, e também nesse sentido e vou terminar senhora Presidente, dizer que inclusive as questões de estratégia do Executivo sobre esta matéria nos fazem crer que sendo de exclusiva responsabilidade do Executivo, vamos votar na mesma abstenção como na reunião de Câmara, por entender da mesma liberdade para quem gere e a mesma liberdade de quem não concorda. Disse. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-c) Discussão e Votação do Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento da Câmara Municipal para o ano de 2022**, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 924/21.**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	1	0	0	18
ABSTENÇÕES	0	5	3	2	0	0	0	1	11
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	1	0	1

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Foi aprovado por maioria o Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento da Câmara Municipal para o ano de 2022. -----

-----Atendendo ao horário regimentalmente estabelecido, quando eram Zero horas e cinquenta e cinco minutos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 2ª Reunião



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



da 5ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e um, realizada no dia vinte e sete de dezembro, ficando desde logo agendada a data de 28 de dezembro, no mesmo horário, para a continuação dos trabalhos.-

Ata nº 14/2021

3ª Reunião da 5ª Sessão ordinária de 2021 – 1ª Mandato 2021-2025

Reunião de 28 de dezembro de 2021

Aos Vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em 3ª reunião da sessão ordinária, realizada por videoconferência, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, excelentíssima senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvado por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café** e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente Primeiro e Segunda Secretária da Mesa. ---

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Abílio do Carmo Lima	Partido Socialista
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/PSD - Cidadãos/Aliança)
Cristina Maria de Sousa Velha	Partido Social Democrata
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Pedro Jorge Marques Moreira	Partido Socialista
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/PSD - Cidadãos/Aliança)



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Ricardo Cândido	PAN
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Maria Manuela Santos Trigo	CHEGA
Carlos Alberto Osório	Partido Socialista
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Bruno Candeias	Partido Social Democrata
Pedro Purificação	CDU (PCP/PEV
Maria da Luz Santana Nunes – Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Ivo Miguel Inácio Carvalho– Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes – Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Joaquim Paulino	1	28/12/21	Andreia Filipa Muchacho de Sousa
CDU	Lurdes Melo	1	28/12/21	Joana Quintanova
CDU	Joana Quintanova	1	28/12/21	Pedro Purificação
PAN	Aniela Duarte	1	28/12/21	Ricardo Cândido
PSD	Matilino Alves	1	28/12/21	Raquel Bernardino

----- A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Luis Manuel de Carvalho Carito	Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata

-----Por parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não esteve presente: -----

Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes	Presidente – Partido Socialista
Filipe Mesquita Vital	Vereador – Partido Socialista
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA

-----Quando eram vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta **a 3ª reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2021**, cumprimentando todos os presentes, e informou que iriam entrar no Período da Ordem do Dia, principiando pela abertura da ordem de trabalhos, propondo a discussão conjunta dos **Ponto 4-d) Discussão e Votação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a arrecadar no ano fiscal de 2022, nos termos do nº1 e nº 2 da Proposta - Deliberação nº 887/21; Ponto 4-e) Discussão e Votação da participação variável de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão, a arrecadar em 2022, referente aos rendimentos relativos ao ano de 2021, nos termos do nº3 da Proposta - Deliberação nº 887/21; Ponto 4-f) Discussão e Votação do valor da percentagem da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) para o ano de 2022 relativo ao ano de 2021, nos termos do nº4 da Proposta - Deliberação nº 887/21**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que gostava de propor colocarem logo antes da reunião começar, o horário final termo desta reunião, se faz favor, para depois não ficarem mais meia hora ou mais quarenta e cinco minutos no fim, como ontem. Depois, não tenho nada contra em juntar esta discussão do ponto d) com o ponto e), desde claro que as votações sejam em separado e que haja o tempo definido para cada uma delas. Obrigado. -----

-----A Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, explicou que a sua questão era pertinente, mas acha que devia ser resolvida e votada no momento próprio, que é à meia-noite, se os trabalhos continuam, e se depois à meia-noite e meia, se alguém se opuser, eles não continuam. É a Assembleia que determina, não sou eu. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que quanto a este ponto, se calhar iria falar logo nos três e, portanto, falando no IMI, na participação variável do IRS e na derrama,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e quanto ao IMI, depois da negociação com o FAM, e pensamos que a negociação foi muito produtiva, o que é certo é que vai ficar, são menos quinhentos mil euros ou são mais quinhentos mil euros que vão ficar com as famílias portimonenses e é isto que propomos e propomos para os prédios rústicos zero ponto oito por cento, para os prédios urbanos não avaliados zero ponto oito por cento e a descida aqui para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, para zero quarenta e dois e é aqui e no IMI familiar é que as famílias portimonenses vão ficar com mais quinhentos mil euros. -----

Depois, para o IMI familiar, então propomos uma redução de vinte, quarenta ou setenta por cento, conforme seja o número do agregado familiar e, portanto, por agora ponho-me à disposição senhora Presidente, para as perguntas e para alguma coisa que mais haja para esclarecer. Muito obrigado.

Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que sobre este ponto, aqui na questão do IMI, está a ver que o Executivo está a fazer um esforço para o baixar. Devíamos reduzir mais, se houvesse um abatimento na dívida para conseguirmos que tivéssemos os impostos mais baixos, e o IRS da família também baixou o que também vai ajudar as famílias portimonenses. -----

Na questão do IRS, aí é que estamos mal. Aqui nos concelhos que fazem fronteira com Portimão, só Silves é que tem cinco por cento, porque Lagos tem três por cento, Lagoa três por cento e Monchique dois ponto dois. Por isso neste ponto não estamos de acordo e achamos que a Câmara devia fazer um esforço também para baixar o IRS para as famílias portimonenses. No entanto, fico-me por aqui. -----

Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que começou por cumprimentar todos os presentes, sobre esta matéria dizer que, primeiro uma declaração de interesses sobre a organização, tudo bem discuti-la em conjunto, por acaso tinha ficado com a sensibilidade de que a nível de tempos teríamos então mais tempo para cada um deles, mas também creio que assim como ninguém se pronunciou devemos seguir, mas depois de ouvir aqui esta curta explicação do senhor Vice-Presidente, dizer em primeiro lugar que claro que é meritório e satisfatório termos uma diminuição do IMI que continua a ser, naturalmente, muito superior no comparativo à média nacional. -----

Ouvi com muita atenção a negociação com o FAM, são menos ou mais, depende da perspetiva de facto, meio milhão de euros na conta dos portimonenses, mas já lá irei. Mas sobre a negociação com o FAM, isto vem assim muito ao de leve um assunto tão importante, e eu perguntava desde já sobre esta matéria, se esta negociação e se os compromissos que podem ou não suscitar a outros valores e já lá irei, como IRS ou IRC, pode ter aqui algum comprometimento, se foi escrito, se houve troca de cartas, de fax, se por telefone. Se o FAM não permite baixar mais que isto, e que foi isso o resultado de negociação, porque isso não foi dito, mas que naturalmente era bom e salutar para a democracia local, os partidos e pelo menos, porventura, até dirão quem está em funções camarárias no Executivo camarário, os senhores vereadores terem todos acesso a alguma documentação desta matéria. Mas olhando para o IMI e salientando que é muito importante positivo, e aqui o PSD não é bandeira de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nenhum partido, é de todos, todos defendiam o abaixamento do IMI, mas olhamos para municípios portugueses com o mesmo acordo económico-financeiro de ajustamento como Portimão, e nós estamos a falar aqui por exemplo de Aveiro, hoje em dia, tem um IMI de zero vírgula quatro por cento, e olhamos para Paços de Ferreira, situações idênticas e tem zero vírgula três por cento. O que quero dizer com isto, é que naturalmente são mais quinhentos mil euros para as famílias portimonenses, mas que vemos no comparativo que era possível ter existido um comprometimento maior do Executivo camarário ao longo destes anos, e digo destes anos especificamente porque ouvimos todos os anos que têm vinte milhões de euros de excedente ano após ano e porventura simplesmente esse valor poderia servir para amortizar, para poupar em juros até, mas já lá iremos, e para estarmos aqui pelo menos eu não digo como Paços de Ferreira zero vírgula três, mas como Aveiro zero vírgula quatro, mas pronto isso era uma primeira matéria. -----

Como falamos aqui de IRS, eu olhei, naturalmente não foi dito pelo senhor Vice-Presidente, se calhar esqueceu-se, o IRS o ano passado cifrava-se nos quatro vírgula cinco por cento na variável e aumentou para cinco por cento. Também não sei como foi da negociação, se foi, não disse, não sei. Mas é uma questão muito importante dizer, o ano passado recorde era ano de eleições autárquicas e, portanto, costumamos fixar estes números, e relativamente à derrama, naturalmente que não vou estar aqui a dar lições de ninguém, até porque deve haver professores desta matéria, mas olhando para a derrama, vemos aqui dois pontos e um paradigma muito real de Portimão, que é, Portimão a certa altura vai ter que decidir o que é que quer fazer a nível de atratividade e a nível de diversificação do tecido económico e do que quer aqui atrair. Se continuarmos a olhar para as grandes superfícies, retalhe, emigrantes que vêm para aqui com negócios de sucesso, hotéis, naturalmente que a derrama só toca em quem de facto tem lucros e, portanto, aqui concordaremos todos, não é preciso ser ideológico, é preciso perceber um bocado de economia que não afeta quem não tem e, porque vai aos lucros, mas a questão é, se nós quisermos olhar efetivamente para pequenos negócios ou para negócios mais familiares, ou para start-ups ou iniciais, Portimão hoje em dia continua sem dar resposta e depois vão para os concelhos vizinhos. No entanto, naturalmente que isto carece de pouca discussão, mas para já e fazendo aqui um levantamento de algumas questões que acho pertinentes, tenho dito e continuaremos a avaliar consoante as respostas do Executivo que ainda acho que tem que haver algumas. Disse. -----

Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que realmente gostaria apenas de reforçar, na sequência do seu líder de bancada que já expressou os pontos em geral que os preocupam. Gostaria de expressar e pedir ao senhor Vice-Presidente, que lhes explicasse a razão do aumento para a taxa do IRS prevista, uma vez que no ano passado, a mesma sofreu uma descida para quatro vírgula cinco por cento face ao ano anterior, e agora voltam a propor aumentar para os cinco por cento. Não será se calhar indiferente o facto de o ano passado ter sido um ano eleitoral, e como tal uma descida, e agora volta-se a subir. Portanto, eu gostaria mesmo que o senhor Vice-Presidente me explicasse, porque



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



esta explicação será fundamental para justificar o voto da nossa bancada. Por agora tenho dito, e obrigada. -----

Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente a estes três pontos, enfim, já foi aqui alguma coisa dita. A questão evidente é realmente a subida da participação variável do IRS relativamente ao ano passado, já foi aqui questionado e, portanto, eu também tinha essa questão aqui para formular. -----

Em relação aqui ao IMI, parece-nos que é uma medida insuficiente, claramente insuficiente. Eu relembro que não há aqui, daquilo que eu me apercebi pelo menos, não há aqui medidas claras, no sentido de tentar junto da comissão executiva do FAM trazer o IMI, enfim, uma taxa genérica mais para baixo, o que é de realçar negativamente, e relativamente à derrama, já o ano passado falei aqui nesta questão, é realmente penoso, para não dizer que é desfavorável, no sentido de atrair aqui empresas que se fixem no concelho, taxar e tributar aqui os lucros variáveis dessas empresas que têm sede aqui em Portimão e, embora o argumento depois que vá ser usado é que só paga quem tem lucro, a verdade é que uma empresa pequena ou uma microempresa se tiver lucro, ainda que seja um lucro escasso acima daquilo que é o limite mínimo previsto por lei, vai ter que pagar derrama e, portanto, isso na hora de alguns empresários fixarem em sede as suas empresas, poderá ser um fator que afasta nitidamente aqui os empresários de virem para Portimão. A questão aqui que se põe, aliás, estas três questões não podem ser dissociadas daquilo que discutimos aqui ontem, porque é aqui nestes três impostos que está a chave para aquilo que é apresentado como o mérito orçamental deste Executivo, é aqui na carga fiscal que realmente reside digamos assim, a chave do segredo para os resultados positivos que depois aparecem ano após ano é sobre a carga fiscal que incide sobre as famílias, sobre as empresas. A questão aqui, é saber se o Executivo vai continuar a conformar-se com esta realidade, que é aceitar de uma forma quase passiva que enquanto decorrer aqui a execução do PAM, temos que realmente aceitar com ajustes mínimos estas taxas máximas, ou se realmente vai empreender uma negociação efetiva, mais profunda e mais alargada que possa realmente trazer esta carga fiscal para baixo, e é essa questão que eu deixava aqui ao senhor Vice-Presidente. Disse. -----

Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação**, no que respeita ao IMI, o PCP sempre defendeu a desoneração do imposto municipal sobre imóveis, através de uma alteração global do respetivo código, bem como uma alteração ao regime das finanças locais, com reforço da participação das autarquias nos impostos do estado. Trata-se de aliviar o peso fiscal sobre as famílias, de assegurar uma justa repartição dos recursos públicos entre a administração central e local, e rejeitando um qualquer modelo de fiscalidade local. Lembro que a CDU defende uma taxa máxima de zero vírgula quatro, e que atualmente essa taxa máxima é de zero vírgula quarenta e cinco, por influência do PCP no orçamento de estado de 2016. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



No que concerne à taxa municipal do IMI a aplicar aos imóveis, ou parte dos prédios destinados à habitação própria e permanente do sujeito passivo com determinado número de dependentes, é conhecida a posição contrária da CDU. Recordamos de qualquer maneira as linhas gerais que ditam essa discordância da CDU relativamente à discriminação, porque acentua, atenta, digamos assim, à baixa natalidade do país e ao seu conseqüente envelhecimento. Comungamos que todas as preocupações nesta matéria só podem, contudo, ser ultrapassadas direta e eficazmente com políticas de crescimento da população, de aproveitamento dos recursos nacionais e da eliminação de precariedade laboral e social, conferindo estabilidade aos cidadãos e às famílias. É uma solução que se aplica a qualquer família, com um ou mais filhos, mas que a todos beneficia sem se vincular ao conteúdo do princípio de igualdade material, que manda tratar diferente o que é diferente, isto é, uma família de um desempregado daquela que não é, ou a família de um trabalhador, ou de um banqueiro, digamos assim. -----

Nós vamos discutir a derrama, não vou falar sobre a participação variável do IRS. Sobre a derrama, quanto ao lançamento de uma derrama sobre empresas na atual lei das finanças locais, a derrama figura uma forma de financiamento próprio dos municípios, incidindo sobre o lucro tributável sujeito e não isento e imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas. A sua fixação é facultativa, sendo que as taxas aplicáveis variam de município para município, podendo atingir o máximo de um vírgula cinco por cento. Porém, os municípios podem aplicar uma taxa reduzida aos sujeitos passivos com um volume de negócio igual ou inferior a cento e cinquenta mil euros e mesmo isentá-los. -----

Ora, tendo em conta a necessidade crescente de angariar novos investimentos para o nosso concelho, algo que a Câmara não nega, deveria isentar-se as empresas com volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros, de forma a que incentivássemos a instalação de novas empresas e protegêssemos aquelas pequenas e médias, que já cá se encontram instaladas. Não esqueçamos que nos concelhos vizinhos, Lagoa, Lagos e Silves, apresentam esta isenção. -----

A Câmara Municipal de Portimão, na sua proposta, defendeu o contrário, que as grandes empresas paguem a mesma taxa que uma empresa pequena. Tenho dito, senhora Presidente. -----

Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu ontem quando questionei o senhor Vice-Presidente sobre quais eram as condições fiscais, ou quais eram as condições e o conjunto de atratividade que havia relativamente ao conjunto de medidas que pudessem atrair, não só famílias, como empresas para o concelho, e fiquei sem resposta mais uma vez por parte do senhor Vice-Presidente, eu olhando para este conjunto de aplicação de impostos para o ano 2022, começo a ter alguma certeza sobre exatamente as medidas e o pacote atrativo, quer para as famílias, quer para mais pequenas, grandes, médias, microempresas, para se fixarem neste concelho e, portanto, enfim, já várias coisas foram aqui faladas e eu começo a perceber, mais uma vez, a engenharia e os truques dos excedentes orçamentais, que servem muitas vezes e suportados enfim, é mais uma vez esta engenharia que aqui está, tiram com uma mão e dão com a outra. Até fica mal se eu não disser, até como representante aqui eleito pelo partido Chega, dizer que isto é uma vergonha, é mais uma



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



vergonha que nos estão a impingir e eu diria a pedir para deliberar. Obviamente isto vai ser deliberado favoravelmente, por condições obviamente maioritárias da representatividade do PS, mas isto é mais do mesmo, e obviamente esta negociação com o FAM só não foi mais além porque não se quis, esta negociação com o FAM não foi bem mais ambiciosa porque não se quis, e a redução e a carga fiscal para os portimonenses e não só para os que cá estão mas que são de fora, também não é maior porque não se quer. Aliás, já vários exemplos foram dados aqui e, portanto, eu quase que me atrevia... há reduções aqui que quase que são significativas de um café e um pastel de nata ou de um medronho quase, para determinadas famílias, mas direi algo mais em breve aguardando por alguma resposta dos representantes do governo local aqui presentes. Tenho dito. -----

Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, aqui sobre a derrama, o Bloco de Esquerda em tempos tinha pedido uma recomendação para que cobrássemos derrama, mas nós na nossa recomendação que até foi chumbada pelo PS, vê-se como é que são as coisas, chumbam uma moção de uma derrama e depois põem aqui a derrama para todos, e a nossa proposta, era que só era cobrado derrama a partir dos cento e cinquenta mil euros, ou seja, uma grande parte dos pequenos comerciantes e pequenas e médias empresas portimonenses não pagavam derrama, e sendo assim, agora com esta proposta do PS, todos vão pagar, como já foi dito aqui. É só mais este alerta e nós neste ponto vamos votar contra. -----

Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, como tal, também há aqui muitos assuntos que tive que ir perguntar e tive que ir à fonte para saber e, portanto, do IRS que tanto se tem falado aqui, não é possível e não aumentámos o IRS e, portanto, o IRS no ano passado queríamos aumentar, só que com uma alteração legislativa é que conseguíamos aumentar porque o FAM não permitiu e, portanto, está o Dr. Pedro Pereira que se quiserem pode falar sobre isso, e não foi possível baixarmos mais e, portanto, é isso também, acho que isto aqui é suprapartidário, todos gostávamos de poder baixar mais os impostos, mas neste momento e com a dívida que temos e que queremos pagar e que queremos pôr as contas em ordem e, por isso é que não foi possível. No entanto, para o elemento Carlos Martins e como não quero aqui criar nenhum constrangimento com o senhor deputado Carlos Martins, eu passaria a palavra ao meu colega Filipe Vital, senhora Presidente se me dá licença, que é para ele responder então ao senhor deputado Carlos Martins que acho que assim fica melhor. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Vereador da Câmara Municipal **Filipe Mesquita Vital**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que de facto acha que é consensual e todas as bancadas e todos os partidos concordarão que há uma necessidade grande de em Portimão reduzirmos a carga fiscal e nas suas várias componentes. No património, através do IMI e como propomos este ano com os zero, vírgula, um. No lucro tributável das empresas, também acho que é consensual que perdemos competitividade face aos municípios vizinhos pelo facto de termos derrama, e também no IRS, sobre o rendimento das pessoas, se pudéssemos baixarmos o IRS. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Acontece que estes dois últimos impostos, a lei não nos permite mexer neles, nem o FAM nos permite mexer neles. O único que permite, ao contrário do que pensávamos o ano passado, o ano passado de facto estávamos convencidos que no IRS se podia mexer, mas a lei é clara e quer o IRS, quer a derrama, são fixos e são sempre à taxa máxima. Onde existe de facto disponibilidade e está na nossa disponibilidade mexer, é no IMI e aí nos últimos dois anos passámos de zero vírgula quarenta e cinco para os zero, vírgula, quarenta e três, que propomos este ano. Mas dizer ao senhor deputado Carlos Martins que falou do exemplo de Aveiro, porventura haverá exemplos diversos em sentido contrário de câmaras em situações semelhantes, mas que continuam com o IMI à taxa máxima dos zero vírgula quarenta e cinco, se calhar ainda há algumas com os zero vírgula cinquenta. Isso eu não posso assegurar porque não tive tempo de fazer a pesquisa, mas se calhar se fizesse uma pesquisa chegávamos lá, mas dizer que isso também depende das condições da infraestrutura pública de cada um dos municípios. Nós consideramos que a infraestrutura pública em Portimão, o estado dos nossos jardins, o estado das nossas estradas, o estado dos nossos equipamentos, está de tal forma a necessitar da intervenção pública e a necessitar de dinheiros públicos que nós não podemos e não devemos ter a ousadia nesta fase para já, baixar mais o IMI. Estamos a dar sinal, o sinal vai no sentido certo e esperamos ao longo do mandato poder concretizar quer as obras que por exemplo os senhores votaram ontem, quer poder ir um bocadinho mais longe na baixa do IMI, que acho que é o que todos desejaríamos, porque não há nenhum político que não goste de baixar impostos e isso os senhores de certeza também concordam comigo. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, aquilo que nos apraz dizer, e agradecendo já agora a explicação do senhor vereador Filipe Vital, ele tem razão naquilo que diz, de facto nós não podemos baixar a derrama nem baixar a devolução do IRS, mas podemos tocar na parte do IMI, e voltando ao exemplo de Aveiro, o que é que Aveiro fez. Aveiro fez uma reformulação quer orgânica, quer financeira da Câmara e conseguiu liquidar, abater na sua dívida cinquenta milhões, e com isso ganhou maneira de conseguir negociar junto do FAM a baixa do IMI para zero vírgula três. O que nós não percebemos, é porque é que Portimão não faz igual, porque Portimão tem excedentes orçamentais de cerca de vinte milhões já há vários anos consecutivos, que sempre que se passa os resultados transitados são na ordem dos vinte milhões e têm crescido, porque é que não se pega numa parte desse dinheiro e abate-se, e com o dinheiro que se poupa nos juros não se faz a redução depois no IMI. É isso que nós não percebemos. Nós, por exemplo, ao longo dos últimos anos, assim umas contas muito por alto, ao longo dos últimos cinco anos, se nós tivéssemos abatido os vinte milhões, dava qualquer coisa como um milhão vírgula dois, que nós podíamos ter poupado e que tivemos esses custos a nível de juros quando às tantas não valia a pena, e esse dinheiro podia ter sido devolvido aos portimonenses, e é essa a pergunta que o PSD faz, porque é que não devolver uma parte do excedente orçamental que se tem para abater a dívida e beneficiar os portimonenses. Muito obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente a este ponto, têm duas coisas a apontar relativamente à parte do IMI. Se somos obviamente a favor da diminuição do IMI, não há dúvida nenhuma e se somos também a favor do agravamento do IMI para os prédios devolutos, não nos podemos esquecer de dar alternativas ou incentivos, para que os proprietários dos prédios devolutos façam a recuperação desses mesmos prédios e não apenas através do aumento dos impostos, ou seja, havia aqui uma necessidade de criar um apoio financeiro para a recuperação em caso de necessidade, desses mesmos imóveis. Sendo assim, podemos correr o risco de existirem proprietários de imóveis que não conseguindo pagar o IMI, terão que os vender ao desbarato, simplesmente porque não conseguem pagar o IMI e não havendo uma alternativa não nos parece justo. Depois, relativamente ao IMI familiar, também nos parece que não é justo que uma mesma família só porque tem mais filhos, mas se tiver muito maiores rendimentos, tenha a mesma isenção que uma família que necessita dessa mesma isenção, porque tem um maior agregado, há maiores despesas, que seja igual para todos, porque não é igual para todos. Cada agregado familiar tem um rendimento e também deveria haver um teto máximo para esta mesma isenção, senão parece-nos que é indiscriminado. -----

Relativamente à derrama, e agradeço a explicação do vereador Filipe Vital, porque efetivamente sou novo aqui nestas andanças, mas tinha a ideia de que relativamente ao IRS e à derrama, que seríamos obrigados a mantê-los nas taxas máximas. Ainda assim, deixar aqui o nosso ponto de vista, de que logo que possível deverá existir no mínimo, senão a eliminação desta taxa anteriormente e logo que possível a isenção para as empresas até cento e cinquenta mil euros, como já é apanágio noutros municípios, considerando que no próprio Algarve somos o único município que tem esta derrama e que conheço várias empresas que simplesmente retiraram a sede social de Portimão para Lagoa, para Lagos, para Monchique, simplesmente para não terem que pagar esta derrama, porque para as pequenas e médias empresas que são o fundo do nosso tecido empresarial, ainda que diminuto, é um impacto que este imposto tem. Disse. Obrigado.-----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria aqui notar que o senhor vereador Álvaro Bila, não respondeu àquilo que ele questionou na primeira intervenção, que era a questão de saber se o Executivo iria ou não lançar mãos aqui a uma negociação efetiva e mais abrangente sobre a questão dos impostos municipais com a comissão executiva do FAM, mas o senhor vereador Álvaro Bila, disse aqui uma coisa que é uma verdade *la palice* e que é fantástico. Ele disse aqui numa Assembleia que o Executivo quer pagar a dívida, mal seria se não quisesse, pois isso já sabíamos nós que quer pagar e tem que pagar a dívida. A questão não é essa senhor vereador, a questão é saber se vai pagar a dívida nos prazos que estão aqui contemplados pelo PAM, ou se eventualmente vai antecipar pagamentos para ganhar margem de negociação com a comissão executiva, e depois tivemos aqui uma intervenção que foi inesperada, esta jigajoga entre o senhor Vice-Presidente e o senhor



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



vereador Vital é interessante de observar, que o senhor vereador Vital falou aqui, por um lado, disse que não podiam baixar porque a comissão executiva do FAM não deixa, mas depois descaiu-se a dizer, bom, se calhar também não podemos baixar porque temos investimentos para fazer. Portanto, acabou por reconhecer de uma forma expressa que é uma opção deliberada, política e ponderada deste Executivo não baixar mais os impostos, porque há que financiar as obras, e disse até que não há político nenhum que não goste de baixar impostos. Bom, eu acrescentaria não há nenhum que não goste de baixar, mas há alguns que preferem mantê-los na taxa máxima exatamente por aquilo que discutimos ontem em sede de orçamento. É porque é conveniente e é cómodo para o Executivo ter impostos à taxa máxima e no ano de eleições baixar aqui uns pozinho para convencer os eleitores, porque depois é fácil financiar obra, até quando se tem quase vinte e cinco milhões e meio de euros no banco a prazo e a seis meses da alteração ao orçamento, não se sabe bem o que é que se vai fazer com eles. Portanto, isto é aqui a quadratura do círculo, ou a circulatura do quadrado, ainda não percebi bem, em que por um lado diz que se dá umas migalhas às pessoas e depois fazem-se notícias e parangonas nos jornais a dizer que se está a baixar a carga fiscal, e por outro lado aqui nas assembleias depois diz-se, bom, enfim, não podemos baixar mais porque há que fazer obra e enfim, é com o imposto que é pago e as taxas que são pagas ao máximo pelos portimonenses e pelas empresas do concelho que podeis fazer essa obra. Vamos votar contra estas três deliberações. Disse. -----

Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, para reiterar os seus cumprimentos e aproveitar para cumprimentar o vereador Filipe Vital, com o qual é sempre um gosto trocar ideias pela sua elegância, pela sua clareza e pela sua competência. Agora, eu vou insistir aqui um pouco na questão do IRS, porque não percebi e não percebi a justificação que me foi dada, ou seja, falou-se no FAM, que o FAM obriga às taxas máximas, esta conversa já ouvimos no mandato anterior e já sabemos. Então se é assim, porque é que no ano passado houve uma redução, porque é que no ano passado a taxa de IRS para Portimão foi estabelecida em quatro vírgula cinco por cento e coincidindo com o ano eleitoral, e agora já não é possível e toca a ir outra vez para o máximo. Peço desculpa eu não percebi e creio que não foi respondido nem foi justificado este ponto. Se calhar o que falta a esta Câmara, a este Executivo e aos anteriores, é a capacidade de reestruturar a orgânica, reestruturar a Câmara, poupar na despesa, se calhar ter menos funcionários, menos encargos, poupar na despesa, começar a pagar os encargos da dívida para realmente poder libertar e aliviar a carga fiscal dos portimonenses. Tenho dito, peço apenas que me expliquem cabalmente a razão da descida do ano passado e da subida deste ano. Obrigada. -----

-----Pediu o uso da palavra, a deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que realmente depois de tudo o que ouviu nesta Assembleia Municipal, pouco lhe resta colocar. Começando aqui logo pela questão da Dra. Cristina Velha e bem, eu gostava que o vereador Filipe Vital, justificasse essa discrepância, qual foi a justificação do ano passado conseguir baixar o IRS em quatro vírgula cinco e agora este ano temos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que mantê-lo em cinco por cento, na taxa máxima. Se houve alguma alteração à lei, o que é que se passou. Isto é a primeira questão que eu faço. A segunda questão é em relação ao IMI. Em relação ao IMI, eu tenho aqui uma certa dúvida em relação aos IMI aqui na deliberação, tenho algumas dúvidas, na alínea e) em que esta seja majorada em trinta por cento em relação aos prédios degradados. Eu questiono esta Câmara, que medidas é que estão a pensar em tomar em relação aos proprietários para solucionar esta situação, porque muitos prédios degradados existem, porque durante muitos anos existiam as rendas dos prédios arrendados congeladas, muitos proprietários fizeram, ou substituíram-se à ação social que o Estado e o dever de habitação com rendas baixíssimas através do congelamento que provocou degradação dos prédios. O que eu vejo aqui em Portimão, eu vejo muitos prédios degradados, mas também não vejo em Portimão como vejo nos outros municípios, medidas para reabilitação urbana, medidas de incentivo, informação aos proprietários desses prédios degradados, quais são as soluções. Eu acho que já não é deste mandato, é do mandato anterior, já estamos a fazer oito anos, que existia um gabinete de reabilitação, que iria haver um gabinete de reabilitação à parte canalizado para essas situações dos prédios, dos arrendamentos, a informar quais eram os incentivos que os proprietários tinham, inclusivamente os fundos que estariam dispostos a fundo perdido, ou a comparticipação de empréstimos para os proprietários arranjam estes prédios ou reconverterem estes prédios. Nós temos aqui uma situação de uma casa que está aqui mesmo ao lado do meu escritório onde eu estou, que era para ser um gabinete de reabilitação urbana por estarem em formação e já passaram quatro anos e continua fechado. Portimão é o único município em que não existem políticas de reabilitação. Em relação à derrama, considero que o município tem capacidade pela receita que apresentou, pela receita que vai cobrar aos municípios através das taxas e das coimas, tem toda a possibilidade de isentar este imposto às empresas até cento e cinquenta mil, pois se não o faz é porque não o quer. Eu gostava que o senhor vereador Filipe Vital respondesse a alguma questão que eu coloquei, nomeadamente porque não há a reestruturação da dívida. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, respondendo ao senhor deputado João Caetano, o IMI, com certeza que o Executivo tem mesmo que negociar novamente para tentarmos baixar ainda mais e, portanto, também à medida que vamos pagando a dívida, vamos tendo condições para poder baixar. Quanto à senhora deputada Cristina Velha, o ano passado foi proposto a redução do IRS, no entanto em junho de 2021, penso que foi isto, veio da autoridade tributária a resposta que não poderíamos baixar e, portanto, manteve-se o mesmo IRS, senhora deputada, e é este o esclarecimento que tenho para dar. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, sobre aquilo que ouvi, tinha aqui a dizer um conjunto de considerações. Em primeiro lugar, é que aquilo que ouvi falar do senhor Vice-Presidente Álvaro Bila, é que, portanto, não baixar a carga fiscal nem a despesa, aquilo que foi visto aqui, portanto é uma escolha política, não é? E temos que assumir que é uma escolha política tão legítima como qualquer outra, mas é uma escolha política. Dizer que continuo sem entender



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e creio que os demais participantes, a negociação com o FAM efetiva, e ficaram aqui alguns esclarecimentos por dar, inclusive à parte em que como foi delineada e com que comprometimento e compromisso foi executada. -----

Também tinha aqui uma nota, e agradecendo sem interpelar diretamente, se ele não quiser, ao senhor Vice-Presidente em exercício hoje, o Filipe Vital, que se há taxas ou impostos que não é possível baixar, porque razão então não tem uma estratégia efetiva para compensar naqueles que podem baixar, porque foi aquilo que faltou dizer, e porque há municípios com IMI substancialmente mais baixo que Portimão sob a alçada do FAM, então porque é que continuamos a usar o argumento sempre que o FAM não deixa baixar mais, e por fim dizer que a Câmara pode sempre procurar outras fontes de financiamento, já ontem falámos nas grandes opções do plano sobre isso, entendi pela não resposta que não sabiam bem do que se estava a falar da página vinte e três do orçamento, mas volto a relembrar que ela está lá e, portanto, aqueles dez milhões teóricos que vai haver ano após ano de investimento e captação por fundos comunitários e capitalização da chamada bazuca que o Partido Socialista também usou na campanha autárquica e nos trezentos e oito municípios está disponível e, portanto, pode-se financiar assim, e para já tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que, naturalmente, que estas discussões já lhes são familiares, até pela circunstância mesmo de que se trata de um problema sensível de todos nós, quem é que não gosta de pagar menos, construindo expectativas altas relativamente ao Estado, ou seja, o desejo de cidadania expressa-se justamente aqui e a oposição tem naturalmente aqui o seu espaço de debate que é de todo em todo interessante, sobretudo pelas sugestões que dá. Todavia, importa observar e, isto aqui sem desculpabilizar um passado que é o nosso, importa observar que, de facto, estas medidas estão sujeitas aos constrangimentos tributários que lhe são inerentes, consequentemente nós não acreditamos a qualquer título que haja uma negligência negocial por parte do Executivo relativamente ao FAM, ou que pura e simplesmente haja uma despreocupação e uma falta de sensibilidade com os sacrifícios que os portimonenses fazem. -----

Na verdade, esta tem sido uma política face ao histórico, que tem sido compreendida pelos portimonenses que têm feito sacrifícios, mas que também compreendem, ou têm compreendido simultaneamente que o Executivo camarário tem feito de facto esforços no sentido de superação dessas dificuldades e, portanto, caminhámos para um sistema de saneamento financeiro, naturalmente com as suas contrapartidas, com os seus compromissos, e é perante isso que nós aqui estamos. Estamos por um lado perante o equacionamento que pode ou não ser feito dos excedentes orçamentais, mas vi que o Executivo a seu tempo já teve efetivamente oportunidade de justificar pela flutuação dos juros e consequentemente digamos pela perda de valores, se essa matéria não é negociada em fase própria. Por outro lado, há uma progressão no sentido do abatimento da dívida, e também progressivamente de uma tentativa de alívio da carga fiscal dos portimonenses. Portanto, vamos dizer que ela não é tão



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



expressiva assim que a devíamos ter quase simbólica, como aliás isso já foi observado. Todavia, eu confesso com alguma humildade, eu estou a falar em nome da bancada do Partido Socialista, não é em meu nome próprio, confesso que estarmos aqui a avaliar do ponto de vista analítico outros espaços políticos, neste caso municipais por comparação com aquilo que é este caso singular da Câmara de Portimão, não me parece muito prudente, porque não acredito de modo algum que as negociações, porque são negociações tenham balizas à partida tremendamente rígidas, tremendamente fixas e, portanto, que sejam aplicadas de igual forma a todos os municípios, ou seja, cada município será um caso, faz um acordo específico e naturalmente também as abordagens negociais terão que ser diferentes. Para nós isso é um imperativo. Portanto, diríamos que podemos pensar os juros da dívida em termos absolutos ou em termos relativos. Portanto, se falarmos num quantitativo um milhão de contos, etc. por aí a fora, não irá agilizar grandemente esta discussão. -----

Uma outra vertente desta discussão que me pareceu também muito interessante, mas que, todavia, faz-se o entendimento que há um regime específico próprio, regime jurídico para a reabilitação, a reabilitação dos espaços, as chamadas ARUS, as áreas de reabilitação urbana, têm programas próprios que não vêm ao caso aqui misturarmos, porque é preciso separar bem as coisas para unir. Se porventura tivéssemos assistido a reuniões anteriores da Assembleia Municipal, perceberíamos que vários foram os casos que vieram à apreciação na Assembleia justamente nesse domínio, pugnando por isenções que foram concedidas pela Assembleia Municipal. Digamos que há aqui um estatuto próprio para esta discussão, não podemos realmente confundir os planos, e bom, realmente dizer-se, bem as tributações deverão ter lugar a partir de cento e cinquenta mil euros, também me parece de alguma maneira arbitrário, porque é que hão-de ser cento e cinquenta mil e não hão-de ser cem mil ou cinco mil. -----

A questão aqui está em pensarmos na universalidade desta aplicação, e como na verdade nós estamos a trabalhar, designadamente a derrama, não é, de que falo agora, estamos a falar em função de um lucro tributável, ou seja, nós estamos aqui perante uma tributação progressiva que é só aplicada a quem tem lucro, mas no seio de quem tem lucro, naturalmente que é uma tributação progressiva. Portanto, eu diria que seria muito interessante nós pensarmos de facto no lucro em termos concorrenciais, de livre mercado e naturalmente pensar justamente na livre iniciativa, mas pensar paralelamente a essa livre iniciativa, portanto pensar em como, ou qual a função social de uma empresa, e pensar o lucro em função disso mesmo, em função das funções sociais da empresa, se é que esta política deveria ser pensada e discutida entre nós de um modo sério e profundo, isto porquê. Porque se nós aplicamos um quadro de protecção a esta matéria que diz respeito aos prédios degradados e não analisamos a questão da degradação urbana em função das leis do mercado e da livre iniciativa, depois numa ordem de valores seguinte já achamos que deverá haver isenções num espaço inferior, portanto, é o montante referido aos cento e cinquenta mil euros. Digamos que estas questões não são simples, nós partilhamos dos anseios da oposição, partilhamos naturalmente do desejo de que Portimão evolua rapidamente para um potencial urbanístico, social, económico e que possa de facto ombrear com Faro, como já esteve nesse



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



eixo de desenvolvimento. Agora, é óbvio que neste contexto, não se tratando de negligência negocial, tratando-se de pensar constrangimentos tributários, naturalmente que o Partido Socialista, não pode ser sensível a tentar, digamos, perscrutar os equilíbrios que se pretendem aqui gerar e gerir e, portanto, e é só nessa conformidade e não por ser o partido que governa a Câmara legitimamente por demanda democrática da população portimonense, mas o Partido Socialista naturalmente faz as suas análises de uma forma independente, ou que considera vigoroso, e simultaneamente compreensivo para com o contexto das dificuldades subjacentes àquele que efetivamente está em pauta e, portanto, e é só nessa conformidade. Portanto, não se trata de uma posição por arrastamento, trata-se de uma posição pensada, calculada, que alguém tem, em função desses constrangimentos e obviamente do contexto preciso do nosso tempo e do nosso espaço político, no caso concreto de Portimão, que é efetivamente um município com compromissos de endividamento a que terá que dar satisfação, mas simultaneamente deverá procurar aligeirar a carga fiscal dos portimonenses. Nós Partido Socialista somos portimonenses, nós também estamos sujeitos a esses mesmos sacrifícios, e conseqüentemente se o fazemos, ou se aprovamos este pacote, seguramente que não será por masoquismo. Nós temos uma consciência própria daquilo que é, ou do que são as dificuldades de governo local que presidem à atual conjuntura, e é um pouco isso. Muito obrigado pela vossa paciência em ouvir-me. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo Leonor da Conceição Mateus**, só queríamos esclarecer, foi aqui colocado pelo vereador Filipe Vital, que os exemplos que nós trouxemos, e lembramos que é zero, vírgula, quatro, e zero, vírgula, três, a negociação de IMI, foram com dados objetivos e métodos objetivos. São os únicos concelhos dos nove, que têm um número de habitantes e um valor de dívida comparável minimamente àquilo que é o que acontece em Portimão e, portanto, não foi por fazer aso ao nosso argumento, são dados absolutamente inequívocos que pela dimensão e pelo valor da dívida, são os que mais se aproximam e, inclusive, têm explicação da negociação e dos resultados da negociação. Era só isso que queríamos transmitir, procurando o equilíbrio que muito bem foi colocado pelo deputado Figueiredo e o nosso contributo é nessa procura. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, apraz-me concluir, mediante algumas coisas que já ouvi aqui por parte dos responsáveis da autarquia que, realmente, se tivessem sido bem mais ambiciosos, nomeadamente na negociação, certamente os benefícios relativamente a este conjunto de medidas fiscais para os munícipes teria sido bem melhor e correspondendo à expectativa com certeza que teriam, e inclusive e principalmente quem votou nesta bancada PS. De qualquer das maneiras, eu creio que o IRS pode ser obviamente e deve ser negociado em função daquilo que é a ambição e os objetivos que lhes são apresentados e podem ser de vinte e quatro em vinte e quatro meses e, portanto, tudo isso e há bons exemplos com certeza neste país relativamente a isso, mas de qualquer das maneiras, independentemente disso, nomeadamente do IMI, não nos podemos esquecer aqui de duas ou três coisas simples. Aliás, os procedimentos para a elaboração orçamental municipal para 2022, quer dizer, pressupõem um conjunto de procedimentos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



administrativos, sabemos muito bem, mas também mais uma vez, eu volto a aplicar aqui uma frase que se calhar já me estou a repetir, que é uma engenharia financeira enorme e a aplicação e a proposta de aplicação destes mesmos impostos municipais para 2022, obviamente que está condicionado a um conjunto eu diria de externalidades, de acordo com o regime jurídico de recuperação financeira municipal, mas também sabemos que então se olharmos para os dois mandatos anteriores, é mais do mesmo, continuamos mais do mesmo, continuamos a ouvir mais do mesmo, e eu apesar de ser novo nesta casa continuo a ouvir aquilo que já ouvia e agora por dentro. Mas acima de tudo, isto depende de uma boa gestão, porque se a autarquia quisesse ser mais ambiciosa poderia, mas também depende de uma boa gestão da coisa pública e para ganhar margem na negociação, o problema é como aqui já foi dito, não têm margem na negociação, porque provavelmente o histórico poderia e deveria ter sido muito melhor face àquilo que esta governabilidade do PS nos tem trazido quer a nível nacional, quer em termos locais durante muitos últimos anos. -----

Agora, o partido Chega, vota contra por não se encontrarem suficientemente justificadas este conjunto de propostas de deliberação aqui apresentadas. A nossa posição e a do partido, é que este imposto sobre os imóveis, nomeadamente o IMI, é provavelmente o imposto mais caricato que existe, e eu diria quase e permitam-me a expressão, ridículo, porque eu oiço aqui muito bem, e o senhor deputado municipal Figueiredo fala em consciência própria, mas consciência própria sobre um imposto que é dos impostos que geram mais injustiça social. Eu não percebo e continua a não me fazer sentido e senão vejamos, as pessoas adquirem os seus bens, ou através dos seus capitais, ou de empréstimos e depois ficam com aquilo que é uma ligação para a vida com uma prestação anual à Câmara Municipal e não se consegue entender onde é que está a justiça social desta medida e então quando grande parte destas medidas orçamentais são à conta deste imposto, eu ainda menos percebo, mas com certeza não serei o primeiro nem serei o último a referir isso, ainda mais quando há uma série de medidas e uma série de situações orçamentadas que têm como fundamento agravar as famílias relativamente a este tipo de imposto e, portanto, não vale a pena dizer que este local também não tem competência para extinguir o IMI por causa do FAM e do PAM, porque também sabemos que é da responsabilidade da tutela. Agora, que as autarquias podem ter a ambição e nomeadamente esta que é intervencionada para ir ao máximo, e enquanto esta autarquia não tiver o máximo de IMI permitido que é os zero vírgula três, nós votaremos sempre contra, porque isto que aqui está é uma medida que não serve de maneira nenhuma quem nós representamos e, portanto, se este imposto é ridículo e que as populações não deveriam suportar, ainda por cima com as moratórias a cair numa fase em que era preciso incentivar ainda mais as empresas e as famílias e, portanto, num ano em que se quer de retoma económica. Nós vamos votar contra, com declaração de voto. Tenho dito. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-d) Discussão e Votação das taxas de Imposto Municipal sobre**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Imóveis (IMI), a arrecadar no ano fiscal de 2022, nos termos do nº1 e nº 2 da Proposta - Deliberação nº 887/21, tendo sido obtido o seguinte resultado:-----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	0	2	0	0	1	23
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	3	2	0	1	0	0	6

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

----- Foi aprovado, por maioria, no âmbito da definição da política de Impostos Municipais relativos ao ano de 2021 e a arrecadar no ano de 2022, o seguinte conjunto de medidas: -----

1. No âmbito do disposto no artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), a aprovação das seguintes taxas de IMI do ano 2021, a arrecadar em 2022: ----

a) Prédios Rústicos – 0,8%; -----

b) Prédios Urbanos não avaliados: - 0,8%; -----

c) Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,42%; -----

d) Que as taxas previstas nas alíneas b) e c) sejam elevadas, anualmente, ao triplo, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas; -----

e) Que seja majorada em 30%, a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens; -----

2. No âmbito do disposto no n.º 1, do artigo 112.º-A do CIMI, no caso de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes que, nos termos do código do IRS, compõem o agregado familiar, seja aprovada uma redução de 20,00€, 40,00€ e 70,00€, para respetivamente, 1, 2, 3 ou mais dependentes a cargo (IMI familiar). -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o Ponto 4-e) **Discussão e Votação da participação variável de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão, a arrecadar em 2022, referente aos rendimentos relativos ao ano de 2021, nos termos do nº3 da Proposta - Deliberação nº 887/21, tendo sido obtido o seguinte resultado:-----**

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	1	0	0	16
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	1	1	2
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	2	0	0	0	12

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Foi aprovado, por maioria, no que concerne à participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Portimão, a participação máxima de 5% a ser arrecadada em 2022 referente aos rendimentos relativos ao ano de 2021. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o Ponto4- f) **Discussão e Votação do valor da percentagem da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) para o ano de 2022 relativo ao ano de 2021, nos termos do nº4 da Proposta - Deliberação nº 887/21**, tendo sido obtido o seguinte resultado:-----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	1	0	0	18
ABSTENÇÕES	0	5	3	2	0	0	0	1	11
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	1	0	1

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Foi aprovado por maioria o lançamento, para o ano de 2022 relativo ao ano de 2021, de uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), gerado na área geográfica do Município.-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, os Ponto 4-g) **Discussão e votação da Manutenção da suspensão da aplicação do faseamento do valor das taxas municipais em vigor, nos termos da primeira parte da Proposta - Deliberação nº 915/21; Ponto 4-h) Discussão e votação da fixação do percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar para o ano de 2022, nos termos da segunda parte da Proposta - Deliberação nº 915/21**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer que esta intervenção é mais um pedido de esclarecimento ao Executivo. Como está plasmado no documento que nos fizeram chegar, no artigo vinte e um do regulamento de taxas, vem lá a dizer que as atualizações estão feitas com base na taxa média de inflação, mas depois nós verificamos que em vez de usarem a taxa média da inflação, usam a taxa de variação homóloga, o que não é igual, ou seja, a taxa média da inflação é zero vírgula sessenta e dois no mês de setembro, e a taxa de variação homóloga é um, vírgula, quarenta e oito. Eu gostava de perceber o porquê de terem usado uma outra taxa? Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que na realidade aquilo que estão a utilizar, é o índice de preços ao consumidor. Depois eu passarei a palavra ao Dr. Pedro Pereira também para esclarecer o senhor deputado. Agora, o que estávamos aqui a pedir, é a atualização automática dos valores das taxas do município, sendo que, como vem também referido no mesmo documento, nós no primeiro trimestre temos em estudo os novos cálculos para as novas taxas do município e, portanto, este documento vai ser um documento com um prazo muito curto, porque queremos no primeiro trimestre apresentar ainda a esta Assembleia as novas taxas e, portanto, é tudo senhora Presidente. No entanto, se puder o Dr. Pedro Pereira está na reunião.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Foi concedido o uso da palavra, ao Diretor de Departamento de Serviços de Suporte **Pedro Miguel da Cunha Pereira**, que explicou que aquilo que utilizaram foi a taxa homóloga de um vírgula quarenta e oito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, eu volto a dizer que o que está no regulamento, é a taxa média da inflação e não a inflação homóloga. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que neste documento confia nos técnicos e, portanto, é um documento técnico e com a confiança que temos e é isso que o Executivo também aprovou. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, eu nesta matéria gostaria de pedir ao Executivo, que nos esclarecesse quanto àquilo que estamos efetivamente a discutir e eventualmente a aprovar, porque o que vem aqui para aprovação é um documento que, por um lado, determina o valor percentual a utilizar para a atualização das taxas municipais, e depois no segundo momento, no mesmo momento, na mesma deliberação, decide-se suspender, ou seja, manter a suspensão já verificada nos anos anteriores do aumento faseado das mesmas taxas. Portanto, embora por um lado se esteja a cumprir um formalismo que consiste em dizer este ano vamos aumentar em um, vírgula, quarenta e oito, e a questão colocada pelo meu colega de bancada é muito pertinente, qual o fator utilizado, por outro lado, no mesmo passo, embora se cumpra essa formalidade, vem-se deliberar a suspensão e não há efetivamente na prática nenhum aumento das taxas. É nisto que eu quero que me esclareçam e se é isto que estamos efetivamente a votar ou não. Por outro lado, o senhor Vice-Presidente Álvaro Bila, disse-nos que estão a trabalhar na revisão do regulamento das taxas. Então peço ainda que esclareçam, se essa revisão consistirá num novo documento com taxas mais elevadas ou taxas mais baixas. Qual é a vossa previsão, o que é que estão a trabalhar. Por agora tenho dito e agradeço os esclarecimentos. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente às taxas, no documento que lhes foi dado, nomeadamente na informação, diz-se aqui que o município tem em curso um estudo feito por uma entidade externa que abrange o cálculo das taxas a aplicar pelo município, em função da atual estrutura de custos. Eu gostaria de saber quem é a entidade externa que tem a cargo este trabalho e qual foi o valor desta adjudicação, presumo eu que seja uma adjudicação, porque o documento não nos informa, e depois diz-se ainda que este trabalho espera-se que esteja concluído no primeiro trimestre de 2022. Quero que de facto o Executivo confirme se de facto é durante o primeiro trimestre de 2022, será no fim do ano, ou será a perder de vista como já estamos habituados? Disse. -----

-----Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, queria salientar que isto é muito simples, mas que ao validarmos o ponto dos direitos de passagem, estamos a



aumentar, ou melhor, são mais os impostos que os portimonenses estão a pagar, que calculo que fica sempre bem ter uma verdade *la palice* destas, mas dizer que não estamos a aplicar com a devida taxa como dissemos e isso deixa aqui alguma questão e não estou, e queria que ficasse bem claro este ponto, que não estou a colocar qualquer questão subadjacente ao trabalho dos técnicos da autarquia que muito estimamos e que tem uma mais valia e uma qualidade grande, mas de facto esta questão surgiu e o Executivo que preparou este ponto, se pudesse para finalizar antes da votação, pode ter influência na votação das bancadas, elucidar ou se quiser ver se é mesmo assim como está, ou se é como foi questionado e depois foi respondido e bem, com aquilo que está a ser usado, nós, pelo menos a bancada do PSD agradecia para podermos avaliar de melhor forma, mais concretamente, os pontos que estão aqui em discussão. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, neste ponto da taxa de direitos de passagem, o Bloco de Esquerda em tempos também já tinha trazido aqui uma recomendação sobre este ponto, mas temos que no fim de contas isto não recai só nas empresas, que no fim de contas as empresas é que vão pagar, a Câmara vai recolher o imposto, mas quem vai pagar no fim de contas é o consumidor final, que somos todos nós. No fim de contas é mais um imposto, apesar de nós acharmos que é um imposto que é favorável, porque dá constrangimentos à população, na sua construção e na sua manutenção dos próprios cabos, e todas essas obras que nos trazem grandes transtornos. Acho que eles devem pagar imposto, mas, no entanto, fica aqui ciente como já foi dito, que isto no fim de contas, quem vai pagar somos todos nós, o consumidor final é que vai pagar. Neste momento, ficamos por aqui. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação**, para dizer que fica mesmo na dúvida sobre a manutenção da suspensão de aplicação do pagamento das taxas, como o senhor Vice-Presidente disse, virá à discussão muito brevemente. A ideia é, o que é que se pretende com isto, e qual é a orientação política sobre isto. Pronto, sobre o que se passa em relação ao Covid, se há algum plano definido a maior prazo, digamos seis meses, digamos três meses, para que todos saibamos quando vamos pagar taxas ou não. Sobre os direitos de passagem, é justa a reivindicação dos Municípios sobre este assunto, mais nada podemos dizer, a taxa já não é diretamente implicada no consumidor, mas sim nas operadoras, pronto e sabemos os lucros que as operadoras têm. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que na realidade o que vão querer, é taxas mais equilibradas, e respondendo à senhora deputada Cristina Velha, na realidade, as taxas vão subir conforme o que está aí sobre o método de cálculo utilizado e, portanto, só são estes valores. Não queremos é que as taxas subam mais do que este valor, e é isto que estamos a propor para este ano. Depois também à deputada Marta Caetano, quem está a fazer o estudo é a empresa PWC, o valor não sei, mas irei ver e direi à senhora deputada. Neste momento, também é só. No entanto, lembro que o que queremos, é atualizar as taxas,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



não é aumentar as taxas, queremos também tirar, ainda na outra reunião o senhor vereador João Gambôa diz que há muitas taxas que já estão desatualizadas e já não deveriam estar aqui e, portanto, pôr também as taxas para as novas competências que a Câmara assumiu, e é isso, é o estudo que queremos apresentar aqui no primeiro trimestre do ano que vem. É tudo, senhora Presidente. -----
----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, só para frisar aqui na sequência desta última intervenção do senhor vereador Álvaro Bila, que o Executivo pretende atualizar, mas não aumentar. Portanto, eu presumo que seja para baixar algumas taxas, uma atualização em baixa se calhar, porque é uma coisa que, enfim, não deixa de ser surpreendente, porque aquilo a que estamos habituados é que normalmente as atualizações sejam sempre para cima, mas registo aqui que o senhor vereador disse que a atualização não implica necessariamente um aumento. Veremos quando chegar essa proposta aqui à Assembleia no primeiro trimestre de 2022, se será realmente assim ou não. Depois, deixar aqui um alerta ao Executivo, embora a entidade que acabou de ser referida que estará a elaborar essa proposta seja um *player* conhecido no mercado nesta área de atividade e que seja à partida uma empresa idónea para fazer o trabalho, há que ter atenção aqui a uma questão que já foi em tempos aqui muito discutida a propósito de um regulamento que aplicava uma taxa em Portimão, que é a fundamentação económico financeira das taxas a aplicar e, portanto, muito cuidadinho com essa questão, que normalmente dá aqui dores de cabeça, quer aos órgãos Executivos que propõem à Assembleia, quer depois à própria Assembleia e muitas vezes depois gera conflitos e litigância nos tribunais administrativos em relação a essa questão. Eu antes de terminar, não posso deixar de notar que em relação aqui à taxa de passagem, que o montante que está aqui previsto na proposta corresponde ao máximo e não sei se efetivamente esta fixação no máximo é mais uma vez, presumo que sim, uma exigência da comissão executiva do FAM e perguntava essa questão ao senhor vereador, ou se é uma opção também política, conforme já discutimos no ponto anterior, da parte deste Executivo. O que é facto, é que é mais uma taxa entre outras que está fixada no máximo e que diretamente não onera os consumidores, mas indiretamente acaba por ser depois refletida nos serviços que os operadores depois prestam aos consumidores finais, porque como já foi aqui dito, as operadoras normalmente não perdem dinheiro e se têm que pagar esta taxa, depois de uma forma ainda que indireta acabam por refletir esse custo na faturação que fazem e que fazem incidir sobre os consumidores. -----
-----Relativamente aqui à suspensão da atualização das taxas, eu fiquei na dúvida, e questionava diretamente o senhor vereador Álvaro Bila sobre isso, se essa suspensão é até à atualização do regulamento das taxas e tarifas, cuja elaboração está em curso, ou se irá- manter-se durante o ano 2022 mesmo com o novo regulamento, porque vejamos, a realidade que temos hoje em dia em Portimão e no país todo, enfim, diria de muitos países para não dizer a generalidade dos países fruto da pandemia e do impacto financeiro que a pandemia tem tido e continuará a ter, é de uma retração em termos de economia e de alguma forma refrear o aumento da carga fiscal, pelo menos indo de encontro às



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



dificuldades que muitos operadores económicos, empresas, empresários em nome individual e famílias têm para fazer face aqui às dificuldades e ao decréscimo de rendimentos, fruto da pandemia e, portanto, eu espero e perguntava diretamente ao senhor vereador Álvaro Bila, que esta suspensão da atualização das taxas não seja até ao novo regulamento aparecer aqui na Assembleia Municipal. Espero que ela se mantenha ainda com o regulamento, em função de uma realidade social e de conjuntura adversa, na sequência aqui dos interesses negativos que a pandemia tem provocado e infelizmente irá continuar a provocar na nossa economia e na economia das nossas famílias. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada da bancada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que tem uma questão a colocar, nomeadamente em relação à atualização das taxas em vigor, talvez ao senhor Vice-Presidente. Se a atualização da taxa em vigor, é uma obrigação que resulta do FAM, imposta pelo FAM. Antes de avançar, gostava que me respondessem a esta questão.-----Pedi o uso da palavra, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Portimão **Maria da Luz Santana**, para explicar que só pedi a sua intervenção para perguntar ao senhor deputado do Bloco de Esquerda, se estes direitos de passagem se ele está recordado, se calhar não, porque não pertencia à Assembleia Municipal na altura, mas há uns anos atrás quando a Luísa Penisga e o João Vasconcelos estavam na Assembleia, até foram eles que levaram a questão dos direitos de passagem numa moção à Assembleia para ser votada, porque achavam eles que se deveria ter os direitos de passagem. Portanto, é só isso que tenho a comentar. Obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, respondendo diretamente, não é uma obrigatoriedade do FAM, o aumento. Temos é que manter as taxas, que isso estava no programa e isso temos que manter. Agora, o deputado João Caetano. Nós aqui o que estamos a aprovar, a suspensão senhor deputado, é por um ano. Portanto, tudo aquilo que lá aparecer vai vir à Assembleia senhor deputado, e isso com sinceridade e já nos conhecemos também há muito tempo, nós com estes problemas todos sociais que temos em Portimão, como é óbvio, também vamos querer manter a suspensão das taxas, senhor deputado. É tudo, senhora Presidente. ----- Pedi o uso da palavra, o líder do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer à senhora Presidente de Junta, que foi isso mesmo que ele disse, que o Bloco de Esquerda já tinha trazido esta moção à discussão e por isso nós achamos que essa moção naquela altura era conveniente. Neste momento, não nos parece tão conveniente e, no entanto, é como eu já disse, no fim de contas quem vai pagar é o consumidor final, somos todos nós e é mais um aumento de impostos. Por isso logo verão a nossa intenção de voto. -----

----- Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para agradecer desde já a resposta há pouco do Dr. Pedro Pereira, em que se afirmou que a taxa que foi usada para a atualização das tabelas constantes do ponto quatro g), foi a taxa de variação homóloga do índice de preços do consumidor. Eu volto a fazer a pergunta ao Executivo que ainda não vi respondida, estando no artigo vinte e um dito que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



é a taxa média da inflação em função do índice de preços de consumidor, ou seja, uma taxa diferente, vai ser corrigida a tabela ou não.-----Pedi o uso da palavra, a deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que perante o esclarecimento do senhor Vice-Presidente, considera que a receita efetiva prevista neste orçamento é superior a cerca de três milhões à constante do PAM. Considerando que a boa recuperação financeira do município perante a realidade das famílias agravadas com a pandemia, entendo que o município pode e tem a obrigação de não onerar as famílias com mais impostos, de mais atualização de taxas. Já basta a recomendação que nós temos aqui nesta situação, aqui no PAM, para assegurar o cumprimento das medidas da maximização da receita, multas, taxas e outras penalidades com o aumento de cerca de um milhão face à previsão do PAM para 22 através das coimas e da penalidade. Nós temos uma cidade, estamos num ano de pandemia, há dois anos que as famílias estão numa situação difícil, a situação económica agravada com a pandemia que ainda está atual, e considero que todos nós reunimos, portanto, que o município reúne condições ao abrigo do artigo vinte e dois do regulamento das taxas, a não atualização desta taxa, mantendo a taxa que vinha nos anos anteriores. Por isso mesmo, eu não posso votar a favor desta deliberação quanto ao aumento das taxas. Portanto, o meu voto será contra e não opto pela atualização destas taxas, já basta a carga fiscal que os contribuintes ou os munícipes têm nesta cidade e virão ser agravadas e irão ser agravadas com as coimas, com as contraordenações e com as multas, inclusivamente aliás até há recomendação do PAM para dar conhecimento ao FAM das deliberações adotadas quanto às taxas e impostos municipais, bem como das respetivas notificações nos casos aplicáveis. O que isto provoca, é que muitas contraordenações que serão aplicadas e que andam a ser aplicadas, as famílias têm uma carga fiscal, além de terem a carga fiscal vão ser interpeladas certamente, através das ações executivas, para pagar estas coimas e estas multas, que são carga fiscal, para cobrar uma receita, alguma despesa. Portanto, perante isto, não posso concordar com a atualização desta taxa. ----- Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que estranhamente, mas também já passaram por situações similares em termos interpretativos, estranhamente não estão a compreender efetivamente o que está em causa. Verdadeiramente o que está em causa, é uma deliberação de suspensão da aplicação de um faseamento de valor das taxas, portanto, no fundo estamos aqui a congelar e, portanto, formalmente estamos a pugnar pela atualização, substantivamente estamos a propor a manutenção da suspensão. Portanto, isto é muito claro, naturalmente que a manutenção da suspensão terá que ser por um ano, naturalmente que sim, não podia ser de outra forma, não poderíamos a meio do ano civil, ou do ano económico, ou o que quiserem, estarmos aqui tentando ir ao encontro de outro tipo de posicionamentos, que não, o que já adotámos aqui em início de ano. Portanto, para nós é absolutamente claro que se trata de uma proposta benigna, digamos assim, para os munícipes. Muito obrigado. ----- Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que na realidade o que estão a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aprovar é a suspensão do faseamento das taxas, não é aquela tabela. No entanto, vou aprofundar com o que o deputado Vítor Couto disse, e se assim for, nós vamos ver com o regulamento que é o regulamento que está em vigor, iremos ver e depois se for necessário, levaremos então à reunião de Câmara, mas não é isso que estamos aqui a aprovar, não é esta tabela, mas se o senhor deputado com os técnicos da autarquia se tiver razão, não teremos qualquer problema em depois levar à reunião de Câmara aquela tabela. Mas repito. Não é a suspensão do faseamento das taxas, que é isto que estamos a aprovar nesta Assembleia. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, para dizer que ficou com uma dúvida e está a tentar esclarecê-la e vai tentar que lha esclareçam de forma clara. É que o regulamento das taxas, este regulamento no seu texto no artigo vinte e um, diz que as taxas previstas na tabela serão utilizadas anual e automaticamente de acordo com a taxa média da inflação em função do índice de preços ao consumidor e, portanto, a taxa média de inflação embora em função daquele índice de preços, é um nulo valor, e o valor da inflação que é referido no texto da deliberação que nos é agora apresentada, é mais elevado efetivamente e é esse que está a ser aprovado na deliberação. Eu estou consciente que não estamos a aprovar isso, o que estamos aqui a discutir, é a suspensão daquela atualização faseada, etc., mas é importante para nós entendermos e para o nosso sentido de voto, perceber... imagine quando a suspensão terminar, que os valores que deverão ser aplicados são os valores que resultarem destas atualizações que foram suspensas. Eu espero estar a fazer-me entender, e também o pedido de esclarecimento do meu colega de bancada Vítor Couto era neste sentido, percebermos isto, se isto foi um lapso, se isto foi um erro e se realmente a taxa média é que devia ter sido aplicada, que é bastante mais baixa e nós precisamos de esclarecer esse ponto. Obrigada, tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, ó senhora deputada, isto tem sido sempre o método de cálculo utilizado, pelos vistos, sempre em todos os anos nesta Câmara, ou nesta Assembleia. O que eu disse aqui com a chamada de atenção do senhor Vítor Couto, é que na realidade tendo ele razão, iremos analisar com os técnicos e se possível levaremos à reunião de Câmara, mas não é isto que estamos a aprovar aqui nesta Assembleia. Foi isto que eu disse senhora deputada. -

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação **o Ponto 4-g) Discussão e votação da Manutenção da suspensão da aplicação do faseamento do valor das taxas municipais em vigor, nos termos da primeira parte da Proposta - Deliberação nº 915/21**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	2	2	0	1	0	25
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	1	4



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	1	0	0	1
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	----------

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

----- Foi aprovado por maioria a aprovação da manutenção da suspensão da aplicação do faseamento do valor das taxas. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o Ponto 4-h) **Discussão e votação da fixação do percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar para o ano de 2022, nos termos da segunda parte da Proposta – Deliberação nº 915/21**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	1	1	0	19
ABSTENÇÕES	0	0	3	2	0	0	0	1	6
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	0	0	0	5

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

----- Foi aprovado por maioria a fixação do percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% (n.º 10 do artigo 9.º da tabela), para vigorar para o ano de 2022. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o Ponto 4-i) **Discussão e votação, da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, bem como para a sua reprogramação, que resultem de projetos, ações ou de outra natureza, constantes das Grandes Opções do Plano, da competência da Assembleia Municipal, prevista da al. c) do nº1, do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21/02 (Compromissos Plurianuais), nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 12º do Dec. Lei nº127/2012, de 21/06, nos termos da Proposta – Deliberação nº 926/21**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que em relação a este ponto, a exemplo do que já aconteceu no passado, consideram que esta proposta não tem grande sentido e que configura um esvaziamento das competências da Assembleia Municipal. Porquê? Porque a lei diz que é competência da Assembleia Municipal aprovar despesa plurianual, ou seja, despesa que tenha incidência mais que o exercício orçamental. O que o Executivo aqui pretende no fundo, é uma espécie de cheque em branco, aquando da votação das GOP. Relativamente às obras em que haja incidência orçamental em mais que um exercício, o Executivo pode aprovar essas obras sem precedência de discussão e aprovação em Assembleia Municipal, limitando-se depois a dar mero conhecimento à Assembleia dessa opção. Ora, isso para nós além de ser de legalidade mais que duvidosa, e estou a ser benévolo, configura realmente um desrespeito e um esvaziamento do papel da Assembleia enquanto órgão que fiscaliza, porque aplicando esta proposta, na realidade o que se verifica, é que a Assembleia deixa de ter uma competência fiscalizadora, analisando previamente a assunção dessa despesa mais do que o exercício orçamental, para passar a ter uma competência «de mero conhecimento» a quem é dado conhecimento de que a decisão já foi tomada. E nessa medida, votamos contra esta proposta, e aliás, eu aproveitava para perguntar ao Executivo, isto é uma pergunta recorrente sempre que vem aqui este tipo de propostas, qual a razão de ser deste tipo de pedido de autorização genérica, porque eu não conheço



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nenhuma situação em que tivesse havido necessidade de reunir a Assembleia, nomeadamente por questões de celeridade e que não tivesse sido possível. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que acha que quem está eleito neste órgão, na Assembleia Municipal, e fazendo aqui um ponto de ordem, entende que é mais confortável, e sem entrar aqui em juízos de valor depreciativos disto ou esconder, mas para o Executivo, de facto, dispensar este, aqui o podem considerar, eu não concordo, como um formalismo. Mas efetivamente, isto é, o esvaziar de uma das várias competências deste órgão fiscalizador. Da mesma forma que nós sabemos, da mesma forma que, se calhar, vamos ter que o fazer para continuar esta quinta sessão ordinária, que convocações deste órgão não é a coisa mais difícil do mundo e que já tivemos reuniões em que os temas até eram menores do interesse ao município portimonense e de menor impacto nas suas vidas e, portanto, mantemos a posição que em Assembleia Municipal tivemos desde sempre que o Executivo trouxe este ponto aqui a discussão, somos contra, reiteradamente contra, entendemos que fomos eleitos para fiscalizar, para ter que vir a quantidade de vezes que sejam necessárias a este órgão, cumprindo as nossas obrigações, cumprindo escrupulosamente com respeito aquilo que os portimonenses querem, que é, e atenção a este parênteses, pode até ser um assunto que seja unânime, favorável e fácil, não há assuntos fáceis mas pode ser, mas entendemos que deve vir à Assembleia Municipal. Podemos ver isto como disse e bem o deputado municipal João Caetano, que é um cheque em branco, e como isto anda e como os cheques perderam um bocado de credibilidade nos últimos anos, nós nem em branco e sinceramente nem de outra forma e, portanto, não os damos, mantemos a mesma posição e gostávamos que todos os deputados municipais entendessem com frontalidade aquilo que aqui vem, mesmo que para isso às vezes se tenham que fazer votos contra aquilo que o Executivo pretende, porque foram eleitos para uma função diferente daquela que o Executivo está. Para já, disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda, **Pedro Miguel Sousa da Mota** para dizer que o Bloco de Esquerda também entende que é um esvaziamento das competências da Assembleia Municipal, mas, no entanto, vê-se que também temos que agilizar os processos concursais da Câmara e outros processos, mas aqui pedimos também que a Câmara já que vai ter este cheque em branco, o que o Bloco de Esquerda pede, é que use mais os concursos públicos e diminuir os ajustes diretos. Fico-me por aqui. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, para dizer que gostaria de questionar o Executivo, no que é que difere esta deliberação à deliberação da última Assembleia, e achar neste mesmo sentido e que aparece num ponto mais à frente para ser retificado relativamente ao valor. Não vejo qual é que é a diferença de uma para a outra e a necessidade do aparecimento aqui, mas novamente sou novo aqui nestas coisas, agradecia o esclarecimento. Obrigado.

-----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que gostava só de insistir, de ver aqui, o senhor deputado João Caetano, disse



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aqui de carácter duvidoso.... eu gostava de afirmar que todos os processos foram aprovados em Assembleia, as grandes opções do plano e todos estes processos também têm ido a Tribunal de Contas e isto tem sido ao longo dos anos sucessivamente aprovado, senhor deputado. Portanto, quando fala aqui de carácter duvidoso, é só isso que eu acho, que a Assembleia deve ter conhecimento de tudo e o que é certo, é que é um órgão fiscalizador e fiscaliza se o Executivo está a cumprir ou não com aquilo que fez das grandes opções do plano e, portanto, acho que neste assunto estamos esclarecidos. O que é que difere? O que difere, é o modo de agilizar e estas já não são só, não é até aos cem mil euros, é até como temos aqui para retificar, aos noventa e oito mil e qualquer coisa, respondendo ao deputado Ricardo Cândido, e é tudo, senhora Presidente. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que esta já não é e só se houver alteração no valor é que terá que vir novamente à Assembleia Municipal. Desde que haja alteração no valor tem que vir na mesma à Assembleia Municipal, se não houver e como está definido na GOP, já não precisa de vir à Assembleia Municipal, é isso que estamos aqui a pedir para agilizar os processos. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação**, lembro que no mandato anterior, nós fizemos umas belas dezenas de reuniões de Assembleias Municipais Extraordinárias. Não temos necessidade nenhuma de autorizar esta proposta da Presidente, porque podemos bem reunir, dando os poderes plenos à Assembleia Municipal como órgão independente de colocar com a Assembleia Municipal, as alterações no plurianual, mais uma vez refiro e, parece impossível, mas estou de inteiramente acordo com o Caetano. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria dizer o seguinte, respondendo àquilo que o senhor vereador Álvaro Bila disse. Eu limitei-me a dizer que a legalidade, isto é a minha opinião, a legalidade desta proposta é duvidosa, independentemente da decisão que o Tribunal de Contas tome sobre isto. Como o senhor vereador Álvaro Bila saberá, o direito não é uma ciência exata nem matemática, dois e dois não são necessariamente quatro e independentemente da decisão que o tribunal tome, eu tenho dúvidas se esta proposta respeita ou não a delimitação de competências e de atribuições entre os órgãos, neste caso a Presidente de Câmara e a Assembleia Municipal, e depois dizer o seguinte também. Esta proposta, a ser aprovada, é tanto mais um esvaziamento de competências, ou desta competência da Assembleia, que vejamos bem, com o ponto seguinte que está aqui na ordem do dia, se esta deliberação já tivesse sido aprovada não viria aqui, e agora perguntam-me, bom, ainda bem, era menos uma coisa que tínhamos para discutir. Não, ainda mal, porque é assim, a Assembleia tem toda a legitimidade e deve ter todo o direito a discutir e a fiscalizar se determinado concurso, se determinado projeto e determinada decisão de adjudicação a determinada entidade, foi ou não devidamente acautelado o interesse público, e se foi ou não respeitado aqui os procedimentos. Não tem que ter conhecimento, tem toda a legitimidade e nós enquanto membros da Assembleia temos toda a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



legitimidade, todo o direito aqui a discutir esses assuntos, na medida em que isto tem um impacto mais acentuado em termos orçamentais e, portanto, é nessa medida que eu não compreendo como é que se possa dizer que isto é um procedimento normal e que vai agilizar a decisão na Câmara. Portanto, eu não consigo entender como é que se pode aqui invocar a agilização de procedimentos, quando não há um único exemplo que eu me consiga recordar, um único que seja, em que a Câmara tivesse a necessidade de tomar uma deliberação e não tivesse a concordância, ou pelo menos a colaboração institucional da Assembleia. -----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que na verdade, este pedido sugere um contexto de trabalho muito específico, que se insere na lei dos compromissos, ou seja, na lei dos constrangimentos e naturalmente esta lei dificulta uma gestão corrente mais fluida e naturalmente, enfim, que suponha procedimentos mais céleres. O que acontece naturalmente, é que todos nós, ou pelo menos, digamos, a maior parte, somos críticos em relação a estes espaços de êxtase burocrático, que parecem mais as gaiolas de ferro do Max Weber que outra coisa qualquer. Portanto, é no sentido de nos subtrairmos a essa gaiola de ferro e de criarmos uma maior agilização de procedimentos que, enfim, esta filosofia de trabalho surge. A nossa fiscalização não cessa, e a nossa fiscalização não cessa tanto mais quanto está em causa uma invariabilidade de valores, ou seja, qualquer mudança no montante do valor, ela será objeto de proposta à Assembleia. Agora que, por vezes, há a necessidade de fazer alguma reengenharia desses valores, obviamente que sim e porque se trata de quê, trata-se de contratos plurianuais, ou seja, de compromissos que constituem uma obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico. Portanto, digamos que são aspetos que não têm a ver com decisão de teor político propriamente dito, não é, que estão aqui em causa, mas sim com aspetos de ordem burocrática face, no fundo, à necessidade de fluidez e só quem gere e com os constrangimentos que já tem e as câmaras, é que efetivamente sabe dar valor ao imperativo desta legitimação pela Assembleia, porque não é uma questão de direito que aqui se trata. Na verdade, a experiência acumulada também nada nos desaconselha nesta matéria, não tem havido até hoje qualquer fenómeno que de uma maneira ou de outra dê sintomas de que a pretensão é a de fuga ao controle da Assembleia, e conseqüentemente é nessa base, respeitando naturalmente a posição da oposição que nós compreendemos também, percebemo-la perfeitamente e valia-nos melhor se não estivéssemos perante a lei dos compromissos. Naturalmente é neste contexto que o Partido Socialista se pronuncia e só neste contexto, porque se de facto nós estivéssemos numa situação de prática política normal, não num contexto muito preciso como é este, destes constrangimentos sugestivos desta lei, naturalmente aí poderíamos equacionar aqui uma postura diferente, não é o caso. Mas também compreendemos perfeitamente o posicionamento da oposição, não vemos aqui qualquer adversidade nisso, nós temos plena confiança no Executivo nesta matéria, já nos deu sobejas provas disso, conseqüentemente iremos votar favoravelmente. Obrigado. -----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Gonçalves Marques Caetano, para fazer um pedido de esclarecimento ao senhor deputado Figueiredo Santos. É muito simples, eu gostava, ouvi com atenção o senhor deputado Figueiredo Santos como oigo sempre, e saúdo agora que foi mais breve e mais expedito na intervenção que fez o que às vezes é agradável, mas fiquei aqui um bocadinho perplexo quando ele usou aqui uma expressão relativamente a uma competência própria da Assembleia, que foi a expressão gaiola burocrática, e eu fiquei curioso porque como a Assembleia tem várias competências e atribuições, eu gostava que o senhor deputado Figueiredo Santos dissesse aqui à Assembleia já agora e nos esclarecesse a todos, sobre que competências naquele elenco que vem na lei, é que ele acha que não são gaiolas burocráticas, porque era interessante saber e isso clarificava de alguma forma aqui a visão que o Partido Socialista, pela voz do senhor deputado Figueiredo Santos, tem do exercício do mandato da Assembleia Municipal relativamente à ação do Executivo, e interessava saber afinal de contas que competências, das que estão previstas na lei, é que não são gaiola burocrática. Aprovaram o orçamento também numa gaiola burocrática? Votar aqui a eleição da mesa não é uma gaiola burocrática também no início do mandato? Enfim, que competências é que não são burocráticas do ponto de vista do senhor deputado Figueiredo Santos? Era só isto, muito obrigado.-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, de certa forma, muita da limitação futura relativa à gestão autárquica que temos e que continuamos a assistir, foi, e eu volto a tocar neste ponto, por um passado irresponsável em que a ascensão ou manutenção do poder foi o principal objetivo, e muitos autarcas e partidos políticos e os seus representantes teimaram em realizar por um lado e incentivar por outro orçamentos exorbitantes e ajustados e, portanto, esses orçamentos exorbitantes e ajustados foram fundamentados em investimentos sem que fossem assumidos previamente a capacidade do pagamento posterior, ou até, que os próprios investimentos resultassem de obra efetivamente de interesse para as populações e, portanto, esta lei de compromissos e pagamentos em atraso, veio de certa forma moralizar e definitivamente acabar por impor regras, contribuindo, por um lado, para mais ética e boa conduta financeira e económica. Aliás, mais ainda, vem contrariar o laxismo e a falta de respeito pelos munícipes na execução dos orçamentos, e esta execução dos orçamentos continua a ser aqui um ponto fulcral e fundamental, porque se houvesse execução de orçamentos não havia excedentes orçamentais. Agora, outra questão, o objetivo principal do normativo, é uma disciplina financeira, por um lado, e equilíbrio das contas públicas, por outro. Aliás, nesse sentido, a realização da despesa deixa de estar sujeita apenas ao cabimento prévio, como sabemos, com base na existência de dotação orçamental, porque senão esta questão levava a passar e estar também sujeita à existência de fundos disponíveis na fase do compromisso. Contudo, interessa analisar outra fase e nesta matéria, as autarquias em geral e a de Portimão em particular com este passado veem a sua atuação de certo modo limitada pela falta de flexibilidade para poder fazer face ao dilema imposto, que é muitas vezes os interesses cruciais, se a restrição dos direitos coletivos em consonância com o princípio da proibição do excesso, e estas dimensões mais relevantes, quer a necessidade, adequação e proporcionalidade ou então a estabilidade



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



financeira na limitação do endividamento, a redução da despesa e o condicionamento dos empréstimos. Portanto, é certo que a primazia política está comprometida com esta lei que é o foco nas populações. Mais uma vez é aos cidadãos que cabe o papel de vítimas neste processo, pois as suas necessidades coletivas ficam em inferioridade, face ao objetivo do governo local, que é a redução de dívida e do défice. Aliás, penso que não existem muitas dúvidas sobre a necessidade de efetivamente se alterar a forma de fazer política autárquica cortando com as metodologias que perigam definitivamente com o futuro de todos, mas deve existir cuidado entre o cego interesse público em contraponto com a limitação da ação fundamental deste poder local, quer na implementação de políticas e estratégias que beneficiam positivamente todos sem exceção. Isto para dizer e para concluir, penso que a intenção subjacente à lei é positiva, deve existir uma alteração que permita a flexibilidade na conjugação dos interesses das autarquias e que não condicionam essas autarquias no pressuposto que é a sua ação de resolver as dificuldades e necessidades de proximidade dos cidadãos. Por isso iremo-nos abster, com o ponto de vista de continuar a fiscalização, e quer em relação a esta matéria quer ao Executivo em relação ao ponto. Tenho dito. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação **o Ponto 4-i) Discussão e votação, da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, bem como para a sua reprogramação, que resultem de projetos, ações ou de outra natureza, constantes das Grandes Opções do Plano, da competência da Assembleia Municipal, prevista da al. c) do nº1, do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21/02 (Compromissos Plurianuais), nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 12º do Dec. Lei nº127/2012, de 21/06, nos termos da Proposta – Deliberação nº 926/21, tendo sido obtido o seguinte resultado:-----**

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	2	0	0	1	6
VOTOS CONTRA	0	5	0	2	0	1	1	0	9

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Foi aprovado por maioria a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, bem como para a sua reprogramação, que resultem de projetos, ações ou de outra natureza, constantes das Grandes Opções do Plano, à exceção dos casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa, ao abrigo do disposto no artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho na sua atual redação; Que, os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo desta autorização prévia que ora se aprova, ou a sua reprogramação, sejam remetidos para conhecimento do órgão deliberativo nas reuniões ordinárias imediatamente a seguir à sua assunção. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-j) Discussão e votação da autorização do Compromisso Plurianual relativo ao Contrato do para a "Execução Museográfica do Centro Interpretativo do Salva-**



Vidas de Alvor”, nos termos da Proposta - Deliberação nº 889/21, - declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, com efeito este ponto, sendo em princípio uma proposta, enfim a realização deste concurso, o objeto do mesmo é algo que elogiamos e consideramos pertinente. Temos aqui alguns pontos para o qual pedimos esclarecimento. Verificamos que durante o concurso, a classificação final do mesmo foi impugnada por um dos concorrentes, a EDIGMA. Essa documentação está junta aqui ao processo. O que nós queremos esclarecer antes de mais, é, qual é a posição atual da EDIGMA e deste concurso, ou seja, uma vez que a EDIGMA exerceu o direito de audiência prévia em junho de 2021, e que o relatório final que relega esta reclamação, ou esta impugnação da EDIGMA, estabelece a decisão final de adjudicação à outra empresa, é de 6 de setembro de 2021, a minha questão é, já decorreu o prazo dos noventa dias para a EDIGMA impugnar administrativamente esta decisão final, ou a decisão final foi comunicada posteriormente, enfim, encontra-se neste momento a correr contra o município alguma ação administrativa interposta pela EDIGMA, ou se já decorreu o prazo respetivo para o exercício desta impugnação ou reclamação administrativa. Para já é o que eu preciso de esclarecer para depois podermos decidir melhor e pedir mais esclarecimentos. Obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, o que vamos aprovar aqui é a despesa plurianual, os relatórios do júri e tudo, o júri reuniu, está aí, não tenho esses dados, se a empresa, se o prazo de contestação já veio se não, poder-me-ei informar, mas, no entanto, com o relatório do júri aquilo que queremos é a despesa plurianual e isso é que estamos aqui a trazer para a Assembleia para aprovar. Todas estas perguntas da senhora deputada vamos ver e vamos-lhe dizer, responderemos a seguir. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que parece óbvio, parece inequívoco que este compromisso plurianual se destina à construção de um espaço museográfico, portanto, um centro interpretativo, que curiosamente corresponde a um esforço de patrimonialização, enfim, tendente realmente à consolidação deste património para fins turísticos, para fins óbvios. Naturalmente, parece consensual que a nossa história, a nossa memória, o nosso património deva ser objeto de interpretação, porque só assim é objeto de valorização e é nesse contexto que não só nós aprovamos esta despesa, como aplaudimos a natureza da mesma, os objetivos que estão aqui subjacentes à elevação da potenciação turística da região. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, antes de mais, os meus cumprimentos ao meu colega deputado Figueiredo, gostei da sua intervenção e naturalmente que concordo completamente com a bondade deste objetivo, com este magnífico EDAE da conservação do património, aplaudimos e subscrevemos, a nossa bancada subscreve totalmente, que não restem dúvidas. As nossas questões colocam-se com a parte concursal, porque quando estamos a aprovar aqui uma medida plurianual, é para um concurso que foi neste momento, tem



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



uma adjudicação que está a ser pelo menos aparentemente contestada. Portanto, o que queremos aqui, é entender esta questão global, saber o pé deste concurso. Não está em causa de maneira nenhuma o objetivo fantástico, que é o da criação deste museu, mas sim perceber se este concurso neste momento está inquinado, ou tem alguma irregularidade, ou tem algum problema, para nos precavermos e percebermos a questão total, porque este investimento plurianual tem a ver com a adjudicação ou não, a esta empresa, ou a respetiva impugnação e eventualmente judicial. Obrigada.-----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que ficou sem perceber realmente da resposta do senhor vereador Álvaro Bila, quando é que esta questão que foi aqui colocada e bem, vai ser esclarecida. Não sei se estão à espera que votemos aqui a deliberação e eventualmente com os votos do PS ela seja aprovada, pelo menos do PS, e depois, enfim, logo se verá se haverá impugnação ou não, e depois também acho fantástico que se venha aqui brandir aqui a bondade da proposta e da medida em si. Quer dizer, o que está aqui em causa manifestamente e a intervenção que iniciou aqui o debate é sintomática e eu concordo com ela, não está aqui em causa a bondade da obra que vai ser feita, no sentido, portanto, de Alvor e na antiga lota. Essa aí estamos todos de acordo. -----

-----A questão prende-se, realmente, com as questões do procedimento concursal e, nomeadamente, com a evocação por parte dos concorrentes que ficou em segundo lugar, do impedimento que eventualmente irá e está aqui a recair sobre o concorrente que ficou em primeiro lugar, é essa questão que nos interessa discutir, porque, lá está, como dizia aqui o senhor deputado Figueiredo Santos, caímos aqui na gaiola burocrática, mas é o que temos e é isso que nos interessa discutir sem pôr em causa a bondade aqui da medida de dignificação do património da vila de Alvor e de promoção turística, como é evidente todos estamos de acordo. Agora, o que a nós nos interessava e era isso que eu esperava do senhor vereador Álvaro Bila, é que nos dissesse aqui taxativamente que realmente a questão que foi aqui suscitada por um dos concorrentes está definitivamente arrumada, ou não, porque não vá acontecer a mesma coisa que aconteceu aqui com uma deliberação que foi tomada há dois meses, creio eu, ou há um mês e tal, que era com a empreitada do largo da igreja matriz, em que o concorrente a quem ia ser adjudicada a obra parece que estava em situação de pré-insolvência, não teria capacidade, aquilo foi aprovado e agora, enfim, subsistem dúvidas que são atendíveis, sobre se realmente vai ter capacidade do ponto de vista financeiro e do ponto de vista organizativo, para executar a empreitada, ou seja, nós estamos aqui a aprovar uma despesa plurianual que depois, aqui neste caso não por falta de capacidade mas eventualmente por questões jurídicas, uma eventual impugnação do concurso, depois não tenha tradução na prática e, portanto, eu agradecia que o senhor vereador Álvaro Bila aqui esclarecesse à Assembleia porque não é indiferente estarmos aqui a votar a despesa plurianual sem sabermos aqui a questão que foi colocada ou não, faz toda a diferença. Disse. -----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, conforme o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



relatório que está aí, o que nos dizem é que não aceitaram a pronúncia, mas eu irei passar a palavra à minha colega Teresa Mendes. -----Ficou com o uso da palavra, a Vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente a este assunto, apesar de ter sido analisado pelo departamento das compras, vem dizer que questionou um dos elementos do júri acerca desta pronúncia que um dos concorrentes fez, sendo que lhe esclareceram na altura verbalmente e depois acabaram também por pôr na informação, que a questão do concorrente, era que a REALIZASOM tinha feito o estudo prévio, e como tal, ele entendia que não podia ser adjudicado a esta empresa. No entanto, o júri entendeu, depois da leitura do regulamento e a leitura do caderno de encargos, que nada impedia, consideraram que após análise da referida pronúncia que devia ser aprovado o relatório final e elaborado pelo júri, e como tal devia ser adjudicado e feito o contrato escrito. Por isso ficou resolvido, foi comunicado a ambos, não houve, entretanto, mais nenhuma comunicação, portanto entende-se que se reuniram as condições para adjudicar e se fazer a despesa. Disse, senhora Vice-Presidente. -----
---Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria agradecer o esclarecimento da senhora vereadora Teresa Mendes, que foi realmente muito clarificador, e se estava com eventuais dúvidas sobre a forma de votar isto, na parte que lhe toca deixou de as ter. Porque não deixa de ser curioso que um concorrente que foi admitido ao procedimento concursal, que elaborou o estudo prévio, depois vá ser o concorrente que vai elaborar aqui depois o trabalho que vai ser aqui adjudicado. Portanto, se isto não é um conflito de interesses e se dalguma forma não levanta aqui alguma espécie de suspeição em relação à forma como foi feita aqui a adjudicação, eu não sei o que é que será conflito de interesses e, portanto, parece-me que é de toda a pertinência a alegação aqui da concorrente que foi preterida, dizendo que esta entidade, a REALIZASOM, se não me falha a memória, nem devia ter sido admitida ao procedimento, porque se elaborou o estudo prévio, parece-me a mim que é evidente que estará impedida depois de participar no procedimento, porque tem dados e tem uma posição claramente vantajosa relativamente aos outros concorrentes. Isto é claríssimo e, portanto, eu tenho receio que realmente estejamos aqui a aprovar um compromisso plurianual, podemos muito bem estar aqui a aprovar, enfim, quem quiser votar a favor, esta deliberação e a despesa plurianual e depois daqui a poucos dias eventualmente isto cair sobre a alçada dos tribunais administrativos, e dar-se aqui eventualmente o caso do tribunal dar razão aqui ao concorrente preterido, e depois pergunto se for esse o caso e se isso se confirmar eventualmente, e qual é a posição em que as pessoas que votaram a favor desta deliberação ficarão. Enfim, parece-me que é no mínimo pouco avisado, isto ser aqui submetido à Assembleia sem que haja a certeza que eventualmente aqui a questão está completamente arrumada do ponto de vista da possibilidade de impugnação, para não ficarmos aqui nesta incerteza e, portanto, nesse sentido vamos votar contra. Disse. -----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dar o seguinte



esclarecimento. Quando este assunto veio para agendamento, eu tive dúvidas, não nos termos em que estão a ser colocadas, mas dúvidas relativamente àquela deliberação que nós tínhamos feito na sessão anterior, na sessão extraordinária, relativamente à questão dos noventa e nove mil euros que vêm agora para retificação, e na altura, eu tive dúvidas, uma vez que este contrato era na ordem dos oitenta e nove mil euros e eu considerava que ele estava coberto pela outra delegação de competência na senhora Presidente, e tive dúvidas e solicitei o esclarecimento e foi-me dito que vinha à Assembleia Municipal, porque os serviços financeiros entendem que, portanto, é o valor do capital acrescido do IVA e, portanto, como o valor do capital acrescido do IVA excedia a competência delegada na ordem dos noventa e nove mil euros, teria que vir aqui à Assembleia Municipal e, portanto, fica só esse esclarecimento, eu pedi na altura porque tive dúvidas, mas era isso que queria só clarificar relativamente à deliberação que nós tínhamos, anterior. -----

-----Interveio o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que é a tal gaiola burocrática, no fundo é isso, como alguém diria. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, interveio para dizer que não é a questão da gaiola, é uma questão de, como eu sabia que tinha uma deliberação que dava cobertura a esta autorização plurianual, achei que ou haveria alguma redundância, ou algum aspeto que eu não tinha percebido e, portanto, é a questão do IVA que acresce ao valor do capital e, portanto, excederia o valor dos noventa e nove mil euros que nós tínhamos aprovado na altura, delegação de competências. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, para dizer que efetivamente quer esclarecer desde já a posição tendencial da bancada do PSD, que é a seguinte. Temos aqui as dúvidas relativas ao conflito de interesses, muito bem exposto o nosso colega João Caetano, que subscrevemos. Portanto, existe aqui um hipotético e provavelmente forte conflito de interesses que pode inquinar este concurso. Por outro lado, não sabermos quando é que a EDIGMA foi notificada da decisão final, impede-nos de avaliar se está ainda em preâmbulo para eventualmente ir administrativamente a decisão final, o que também nos suscita dúvidas. Além disso, apenas um pequeno esclarecimento. Reparem que não é indiferente em termos de valor, virmos aprovar um compromisso plurianual para quem defende aqui que estamos a aprovar despesa plurianual, e não o concurso em si, ou a adição, ou seja o que for, o facto é que é diferente, porque se são propostas de diferente valor, se o concurso for impugnado e o tribunal vier a dar razão à ENIGMA no futuro, o valor também vai ser completamente alterado e já não será este o valor que nós aprovámos. Portanto, o nosso voto tendencialmente será pois contra, e com estes três tópicos fundamentais para a nossa posição. Obrigada.-----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, para dizer que gostariam apenas de destacar que esta já é a segunda despesa plurianual que vem para aprovação nesta Assembleia, neste mandato, em que os concursos vêm com algumas dúvidas, sendo que o anterior vinha com dúvidas da parte administrativa da própria Câmara Municipal, que foi isso que ressalvámos e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que depois nos foi respondido que não poderia ser avaliado atempadamente e depois, posteriormente, a senhora Presidente, dá a entrevista a dizer que o concurso foi cancelado porque a empresa não tinha condições para executar a obra e que teria que ser aberto novo concurso para executar a obra da envolvente da igreja matriz, e agora novamente temos aqui um concurso que vem com sérias dúvidas relativamente ao vencedor. Portanto, é a segunda vez que acontece, é a segunda na segunda vez que cá aparece. Portanto, tem sido sempre algo deste género. Depois, enquanto técnico que também elaboro concursos, não faz grande sentido a empresa que elabora as peças faça um concurso, porque como disse o deputado João Caetano, obviamente tem toda a vantagem porque tem todo o conhecimento e mais algum face aos restantes concorrentes. Portanto, parece-nos que há aqui... para nós é estranho estes concursos todos virem com todas estas dúvidas, mas talvez seja porque somos novos nisto e cria-nos aqui alguma confusão. Portanto, iremos abster-nos nesta votação, esperando que não venha daqui a dois ou três dias uma nova entrevista da parte do Executivo a dizer que afinal estiveram a ver melhor e o concurso também vai ser suspenso porque foi impugnado. Disse, obrigado.-----

-----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, só para complementar que segundo a chefe da divisão de compras, não existe razão nenhuma para não adjudicar e, portanto, estou aqui a dizer palavras da chefe da divisão de compras, temos que confiar nos nossos técnicos e é isto então que quero afirmar aqui e, portanto, não há aqui nada que queremos esconder, ou alguma coisa que queremos escamotear e, portanto, se os técnicos fizeram o relatório, se é isto que dizem, é isto que trazemos aqui. Tenho dito, senhora Presidente.-----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo Leonor da Conceição Mateus**, para dizer que aqui o que gostariam de clarificar é o seguinte. Portanto, sem dúvida que a obra peca até por tardia, portanto é algo que é importante, mas também devemos ser prudentes, ou seja, primeiro confiar naquilo que o senhor Vice-Presidente está a dizer e confiar nos técnicos da Câmara, mas também sabendo que estamos a falar de concursos, estamos a falar de uma grande empresa que é a EDIGMA, portanto de várias experiências de impugnação de concursos a nível nacional e que realmente pode ser até prudente até para a própria execução da obra termos isto em atenção portanto, e, queria expressar que da bancada do PSD, não há nada contra o projeto, não há nada contra os técnicos, há aqui talvez um alerta para uma prudência necessária, visto estarmos a falar de uma empresa que faz destes concursos a vida dela e, portanto, tem vários historial de impugnação de concursos. É este alerta que queremos dar, é-nos colocada a situação de passar e dizer sim senhora, está aprovada a verba, implicitamente aprovando o processo. Portanto, acho que isto tudo merece alguma cautela na atuação e talvez essa cautela até seja de salvaguarda da boa execução da obra e da obra não ter que parar, exatamente pela importância que a obra tem. Gostaria só de esclarecer também aqui da relação com os meus colegas da preparação, como calculam que temos para estas questões, que é este o nosso posicionamento e nada contra a obra em si, nem contra aquilo que nos é apresentado e nos argumentários que nos são apresentados. Disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, para dizer que, de facto, quando leram o edital ficaram com muito boa vontade e ficaram muito entusiasmados por ver esta alínea no edital e a ser votada. Mas depois, de facto, enquanto esta discussão ia acontecendo, ao escamotear a documentação que nos foi enviada, de facto há muitas dúvidas, levantam-se muitas dúvidas aqui com os pontos que foram com muita pertinência levantados pelos colegas da oposição. Eu acho que seria avisado o Executivo se calhar retirar este ponto, até porque levanta muitas dúvidas, eu volto a repetir. Não retirando, a nossa boa vontade não chega para acompanhar o ponto e iremos votar contra. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

-----A Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que queria intervir só num sentido que é meramente pedagógico e nada mais do que isto. Portanto, o senhor Vice-Presidente disse que isto tem a ver com a autorização da assunção do compromisso plurianual. Nós sabemos que um processo administrativo é uma sucessão de atos processuais e, portanto, há um ato processual que depende da Assembleia Municipal, que é a autorização prévia para a assunção de compromissos. Depois sucedem-se outros atos e, portanto, pode suceder até que chega a uma altura em que o Executivo municipal entenda não fazer a adjudicação final. Neste momento há um ato que é o ato do compromisso plurianual que depende desta Assembleia, deste órgão municipal e, portanto, sendo certo que provavelmente não fazendo ou não autorizando este ato, que é a autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual, o concurso deste não tem essa autorização, não pode continuar e não saberemos nunca se tem ou não condições para a adjudicação. Foi dito pelo senhor Vice-Presidente que nos termos técnicos, portanto, por quem respondeu que não haveria qualquer problema. A senhora vereadora também disse isso. O que eu quero apenas e relatar, é, há um ato sem pôr em causa a competência da Assembleia Municipal nesta matéria. Há um procedimento administrativo, um procedimento administrativo é uma sucessão de atos processuais no tempo. Este é um deles, portanto agora a Assembleia é soberana, entenderá da melhor forma aquilo que deverá fazer. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que não sabe se ouviu bem, mas o senhor Vice-Presidente acabou de afirmar que foi a chefe da divisão de compras que deu o parecer em relação a este contrato? -----

-----Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, para dizer que foi isso que o senhor Vice-Presidente disse. O senhor Vice-Presidente poderá responder, mas o que disse foi que a senhora chefe de divisão de compras terá dito que não há neste momento qualquer óbice a que o procedimento continue. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que não existe óbice legal para a não adjudicação. -----

----- Interveio a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que agora o senhor Vice-Presidente deixou-a bastante confusa e baralhada. Então, mas a formalidade dos contratos, e o cumprimento dos contratos e as adjudicações ao abrigo da legislação dos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



contratos públicos, bem como o cumprimento do código de procedimento administrativo, é avaliado pela chefe do departamento de compras? É que face ao adiantado da noite, eu apercebi-me disso e isso se eu estava aqui com algumas dúvidas, agora fiquei um bocado preocupada, porque nós estamos a falar de contratos públicos, estivemos a falar de concursos. Se estamos a falar em prazos de impugnação, procedimentos administrativos que poderão dar origem a que o município seja condenado a pagar indemnizações, eu tenho uma resposta que foi a chefe da divisão das compras que informou. Será que eu percebi mal? Senhor Vice-Presidente poderia esclarecer-me, se faz favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para que não haja aqui dúvidas nenhuma, temos estado aqui a trocar algumas mensagens com os nossos técnicos para verem da base legal deste assunto, para podermos aqui melhor esclarecer a Assembleia. Não havendo aqui unanimidade e acho que isto é um assunto que devia haver unanimidade entre todos e, portanto, podemos retirar este assunto e depois trazemos noutra Assembleia, senhora Presidente, não vejo qualquer problema e assim ficamos logo todos esclarecidos. Portanto, acho que não há problema aqui nenhum nisto e com o parecer depois do nosso departamento jurídico, traremos aqui o assunto de novo. É tudo, senhora Presidente. -----

----- Interveio a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para felicitar a posição do senhor Vice-Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação**, senhora Presidente, sugiro que por muito pedagógica que seja a sua opinião, limite-se a organizar e a conduzir os trabalhos da Assembleia e não dê base para diálogo, é só uma sugestão. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que perante a posição do senhor Vice-Presidente e perante agora a tomada sugestão de retirar este ponto da ordem de trabalhos e que afinal o técnico que deu esta informação não foi o técnico do departamento jurídico, à cautela, porque estamos aqui a lidar com o dinheiro do contribuinte e não vale a pena estarmos a correr riscos, eu concordo que deve ser retirado da ordem de trabalhos, nisso concordo plenamente com o senhor Vice-Presidente e felicito a humildade com que teve de assumir algum erro, ou algum problema de maior que poderia surgir no futuro. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação**, para sugerir à senhora Presidente da Assembleia Municipal, que coloque à consideração da Assembleia a retirada do ponto anterior. Porque só ouvimos o membro Ângela Venâncio.

----- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, para esclarecer que se o Executivo retira, foi o Executivo que mandou agendar, é o Executivo que tem o poder de retirar, nós não temos que nos pronunciar. A partir do momento em que o Executivo através do senhor Vice-Presidente, que representa o Executivo, mandou retirar, a partir daí a Assembleia já não



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



tem poderes para se pronunciar relativamente a essa matéria. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação**, para dizer que ouviu o Vice-Presidente dizer, nós podemos retirar. -----

----- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, para dizer que não é nós, é o Executivo. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação**, para dizer que o nós para o Vice-Presidente representamos a Câmara e não ouviu nenhuma opinião, e da senhora Presidente não ouviu dizer que se retira o ponto a pedido do Executivo. De qualquer forma, ouvi uma opinião de que se podia retirar o ponto, visto existir essa opinião, o que coloco é, se a senhora Presidente considera à Assembleia retirar o ponto. É só uma questão formal. -----

-----Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que percebe isso, mas entendeu que o senhor Vice-Presidente retirava o ponto e que viria na próxima Assembleia e iria solicitar a informação, nomeadamente um parecer aos serviços jurídicos relativamente às questões suscitadas. Para mim pareceu-me claro e, portanto, eu entendo que retirou e é o poder do Executivo, ele tem esse poder. -----

-----**Ponto 4-j) Discussão e votação da autorização do Compromisso Plurianual relativo ao Contrato do para a "Execução Museográfica do Centro Interpretativo do Salva-Vidas de Alvor", nos termos da Proposta - Deliberação nº 889/21.** -----

-----**O Ponto 4-j) foi retirado pela proponente Câmara Municipal de Portimão.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate o **ponto 4-l) Discussão e votação da Adenda ao Contrato de Gestão Delegada para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos a celebrar entre o município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão EM., SA., nos termos da Proposta - Deliberação nº 761/21**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o diretor da EMARP **Pedro Romão**, para dizer que esta matéria aqui relativamente à adenda ao contrato de gestão delegada, tem essencialmente a ver com a necessidade de ver a trajetória tarifária da gestão de resíduos, no que diz respeito ao projeto piloto candidatado ao POCUR. Portanto, ou seja, as entidades gestoras operam como meros intermediários financeiros, quando estão perante uma subvenção, neste caso uma subvenção europeia, e no caso em concreto, havia um determinado investimento inicial, a cargo da entidade gestora, neste caso da EMARP, cerca de trezentos mil euros para implementar o projeto. Entretanto, em sede de candidatura e abrindo o concurso POCUR para o projeto dos bio resíduos, foi estimado o montante de cerca de quatrocentos e oitenta mil euros, portanto mais cento e oitenta e dois mil euros do que o valor inicial. Este projeto foi aprovado por este montante, os quatrocentos e setenta e nove, com um cofinanciamento de setenta e cinco por cento, ou



seja, o mesmo é dizer que foi de aproximadamente trezentos e sessenta mil euros o valor da comparticipação, ou seja, a EMARP passava a suportar cento e dezanove mil, portanto aproximadamente cento e vinte mil euros com este projeto. No contrato de gestão delegada inicial, estava previsto duzentos e noventa e seis mil euros, de fundos próprios da EMARP para fazer o projeto. Assim, fazendo a subtração entre os duzentos e noventa e seis mil euros iniciais do investimento a cargo da EMARP para os cento e dezanove e oitocentos no âmbito do projeto cofinanciado, significa que há aqui um desagravamento da parte da EMARP em cento e setenta e seis mil euros. Ora, esses cento e setenta e seis mil euros dão origem a um lucro excessivo por parte da EMARP. Nessa medida, é preciso tirar ao proveito estimado por via tarifária, o montante correspondente a esta diferença, portanto, e a operação que aparece aqui sujeita a parecer da ERSAR, é precisamente fazer a redução da tarifa num montante equivalente à diferença entre o investimento inicial da EMARP e o investimento final, o que corresponde a setenta e cinco por cento. Portanto, é este o mecanismo que está por detrás da necessidade da revisão do contrato de gestão delegada. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que não sabe se já é do adiantado da hora, mas da intervenção do engenheiro Pedro Romão, que desde já agradece, ficou na dúvida se esta alteração vai ou não implicar aqui um agravamento do tarifário que incide sobre os consumidores. Pedia que clarificasse esta questão, que lhe parece que é fundamental para que possam votar em consciência aqui este ponto. Muito obrigado.-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, eu realmente tenho algumas dúvidas e estive a analisar a documentação o melhor que posso e eu gostaria que o Executivo, ou o senhor Pedro Romão da EMARP, se assim o entender o senhor Vice-Presidente, me explique, se possível, ou me responda às minhas dúvidas. Ou seja, o que eu estou a perceber aqui é, o tal financiamento, houve um vale de financiamento a setenta e cinco por cento, um subsídio ou o que é, para a implementação deste projeto, que me interessou bastante, porque estamos a falar de bio resíduos e de coleção de bio resíduos e acho isto extremamente importante. Uma das minhas bandeiras em termos ambientais, é a implementação deste tipo de projetos e, portanto, isto eu fiquei muito contente. O que eu percebi, é que há uma alteração em relação ao tal valor inicial, e eu quero que me expliquem porquê e de onde é que resultou a alteração dos valores iniciais que submeteram, que foram aprovados e que foram subsidiados, de onde é que vem esta alteração, o que é que a justificou, se há um erro inicial na previsão do tal projeto, ou se resultou de outros fatores, quais. Por exemplo, temos aqui valores que passam de duzentos e noventa e seis mil seiscentos e noventa para quatrocentos e setenta e nove, que é quase o dobro, vejam isto na página quinze por exemplo. Os contentores domésticos são menos, mas mais caros, é o que resulta da tabela que está implementada, por exemplo os contentores públicos de superfície passam de cento e cinquenta, peço desculpa não estou a ver agora, mas mais ou menos trezentos e tal, que é mais do dobro. Que alterações são estas, porque é que há estas alterações particulares no número de



contentores, se isto era um projeto porque é que foi alterado. Depois, eu verifico que há aqui na página dezasseis, fala-se de uma redução de tarifa, portanto isto também tem a ver com a questão colocada pelo João Caetano, isto resultou do subsídio ou não, ou desta revisão. Fala-se aqui que esta tarifa passa de 0,81 para 0,79 em 2022 se não estou enganada, espero que me expliquem isto. Depois, verifica-se aqui que não há, parece do documento, página quarenta e cinco, que não haverá realmente uma atualização das tarifas e que só os consumidores de escalões mais elevados ou empresariais, é que serão afetados por esse aumento de tarifa. O que eu gostaria, de um modo simples, me explicassem em que é que consiste este projeto piloto, como bem disse, ou seja, como é que ele vai funcionar na prática, que tipo de contentores vão ser colocados, por exemplo vão ser colocados contentores de superfície para um quarteirão, para um bairro ou para uma rua, ou se certos prédios em certas situações residenciais poderão ter um contentor para recolha em cada prédio, etc., e se calhar já é muito, mas agradecia que me explicassem o possível. Obrigada. -----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que são uns contentores muito giros, mas queria pedir a palavra para passar ao Dr. Pedro Romão. -----
-----Ficou com o uso da palavra, o diretor da EMARP **Pedro Romão**, respondendo à questão colocada pelo Dr. João Caetano, efetivamente há um desagravamento na trajetória tarifária, que é aquela que resulta da diferença entre o valor inicial do investimento que estava a cargo da EMARP, que era duzentos e noventa e seis mil euros, portanto a diferença dos duzentos e noventa e seis com os cento e dezanove que é agora o valor final do investimento a cargo da EMARP, ou seja, há um desagravamento em cento e setenta e seis mil euros na tarifa. Portanto, o desagravamento é nesta ordem de grandeza. Relativamente às questões colocadas pela Dra. Cristina Velha, portanto isto vai implicar com cerca de catorze mil fogos que são sujeitos a uma recolha de proximidade, ou seja, os contentores serão instalados onde estão neste momento as ilhas ecológicas, ou os contentores de superfície. Vai haver um contentor dedicado nesta área de intervenção para a recolha dos bio resíduos, e depois há um conjunto de estabelecimentos que estão nesta área de intervenção que são sujeitos a uma recolha porta a porta, portanto, e, neste momento é isso. Aliás, nos documentos que foram entregues, há uma breve síntese do projeto que foi submetido ao POCUR, são as últimas páginas do caderno que foi entregue. Relativamente à dissonância da quantidade dos contentores, isto tem a ver com a afinação do projeto em termos de candidatura. Uma coisa é projetar de uma forma global e, portanto, quando é projetada esta quantidade não estamos só a projetar este projeto, estamos a projetar mais trinta milhões de investimento e é natural, faz parte do processo em termos de afinação, em concreto de cada um dos projetos, que aqui e ali possa haver algumas dissonâncias. Tratando-se de projetos cofinanciados, pode acontecer que esta afinação tende a ser para cima em vez de tendermos a ser mais económicos. -----
-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, para dizer que será breve. Eu só queria acabar o meu pedido de esclarecimento com duas perguntas basicamente, porque no fundo já estou esclarecida quanto à questão que recai



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



financeiramente sobre os contribuintes ou consumidores. Eu gostava mesmo era que, se fosse possível, me dissessem para quando a implementação física concreta deste projeto, ou seja, quando é que vão começar a implementar a recolha dos bio resíduos junto dos consumidores, nomeadamente através da colocação dos coletores para a recolha etc. nos fogos, nos prédios, ou nos de grande superfície. Essa é a primeira pergunta. A segunda, também como é que vão ser posteriormente tratados, se já têm uma ideia de como é feita a recolha e depois sobretudo o tratamento, o destino destes resíduos, como é que vão ser realmente tratados, de que forma. Obrigada. -----

-----Atendendo ao horário regimentalmente estabelecido, quando eram zero horas e cinquenta e cinco minutos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 2ª Reunião da 5ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e um, realizada no dia vinte e oito de dezembro, ficando desde logo agendada a data de 29 de dezembro, no mesmo horário, para a continuação dos trabalhos. -----

-----Ata nº 14/2021-----

-----4ª Reunião da 5ª Sessão ordinária de 2021 – 1ª Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 29 de dezembro de 2021 -----

-----Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em 4ª reunião da sessão ordinária, realizada por videoconferência, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, excelentíssima senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvado por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café** e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente Primeiro e Segunda Secretária da Mesa. ---

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Abílio do Carmo Lima	Partido Socialista
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	oligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/N Cidadãos/Aliança)
Cristina Maria de Sousa Velha	Partido Social Democrata
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Pedro Jorge Marques Moreira	Partido Socialista
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/M Cidadãos/Aliança)
Ricardo Cândido	PAN
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Maria Manuela Santos Trigo	CHEGA
Carlos Alberto Osório	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Bruno Candeias	Partido Social Democrata
Ricardo Viana	Partido Social Democrata
Pedro Purificação	CDU (PCP/PEV
Maria da Luz Santana Nunes – Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Ivo Miguel Inácio Carvalho– Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes – Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Joaquim Paulino	1	29/12/21	Andreia Filipa Muchacho Sousa
CDU	Lurdes Melo	1	29/12/21	Joana Quintanova
CDU	Joana Quintanova	1	29/12/21	Pedro Purificação
PAN	Daniela Duarte	1	29/12/21	Ricardo Cândido
PSD	Natalino Alves	1	29/12/21	Raquel Bernardino
PSD	Raquel Bernardino	1	29/12/21	Bruno Candeias
PSD	Vítor Manuel Campos Couto	1	29/12/21	Ricardo Viana

----- A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Luis Manuel de Carvalho Carito	Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata

-----Por parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não estiveram presentes: -----

Ílida Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes	Vice-Presidente – Partido Socialista
Luís Filipe Mesquita Vital	Vereador – Partido Socialista
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA

-----Quando eram vinte e uma horas e seis minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **4ª reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2021**, cumprimentando todos os presentes, e informou que iriam entrar no Período da Ordem do Dia, retomando os trabalhos no **Ponto 4-I)** Discussão e votação da Adenda ao Contrato de Gestão Delegada para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão EM., SA., nos termos da Proposta - **Deliberação nº 761/21**, – declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra, pois os tempos regimentalmente estabelecidos ainda não haviam sido esgotados. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ontem ficaram algumas perguntas para responder à senhora deputada Cristina Velha e, portanto, ia pedir, se me dá licença, para passar ao Dr. Pedro Romão, que é para responder às perguntas que ficaram por responder. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o diretor da EMARP, **Pedro Romão**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que tanto quanto se recorda, tinha ficado de ser respondido quando é que se dava início ao projeto, qual era o fim dos bio resíduos e que se falasse um bocadinho do projeto. Portanto, estamos a apontar o início do projeto para abril. Tem havido um conjunto de constrangimentos relacionados com o setor industrial, portanto na dificuldade em entregar um conjunto de materiais desde o camião de recolha até à construção das estruturas que vão envolver os contentores de superfície. Portanto, face a estes constrangimentos, isto tem andado um bocadinho... parece-nos que estamos em



condições no princípio de abril de termos a operação no terreno. Sob o ponto de vista do tratamento, portanto, é uma função que está a cargo da ALGAR e, portanto, aqui na central de Portimão. Portanto, a ideia é a transformação dos bio resíduos em composto. Sob o ponto de vista daquilo que pediu, que se abordasse um bocadinho do projeto. Portanto, para se ter uma ideia da fração indiferenciados, quarenta e oito por cento são bio resíduos, portanto sendo que trinta e cinco vírgula seis são resíduos alimentares e treze por cento são resíduos verdes. Portanto, digamos que há aqui um potencial de captura de dez mil toneladas de resíduos alimentares e quatro mil de verdes. Portanto, o objetivo é no ano 2023 estarmos a capturar três mil toneladas e chegarmos ao final da década com sete mil e quatrocentas toneladas de taxa de captura destes bio resíduos. Portanto, o projeto piloto, este que arranca em abril, vai abranger catorze mil alojamentos, cerca de vinte mil habitantes, o que corresponde mais ou menos a trinta e cinco por cento da população. Portanto, para já, não sei se será necessário acrescentar alguma coisa, a senhora deputada dirá se ficou isto esclarecido ou não. Para já era isto. -----

-----Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Candeias**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que estiveram a analisar este projeto e é um projeto que os deixa bastante animados, para além de concordarem com o mesmo. Acharmos que é uma obrigatoriedade, leva-nos para um bom caminho e estamos muito satisfeitos em ver que finalmente vai avançar. Ao analisar a documentação, observamos que a ERSAR coloca aqui algumas questões, há alguma informação em falta que é necessário enviar e há também a menção a uma taxa de atualização que teve forma de cálculo diferente. A EMARP calculou de uma forma diferente da ERSAR, e gostaria de saber se estas alterações e este pedido de retificação do plano já estão a ser contemplados pela EMARP. Disse, obrigado. -----

-----Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, para dizer que o senhor diretor respondeu efetivamente às questões que tinha colocado, e está satisfeita. Pronto, eu queria apenas realmente manifestar o regozijo que temos com este projeto, que tem ainda alguma modéstia no seu arranque, mas que enfim tem que se começar por algum lado, incentivamos e já vimos que a nossa bancada é favorável a este projeto e à sua implementação e, portanto, para além de agradecer as respostas dadas, espero que o projeto venha a crescer num futuro próximo, e realmente gostaríamos de esclarecer este ponto levantado pelo meu colega Bruno Candeias, para termos o esclarecimento cabal quanto à forma de cálculo e ao que está. Muito obrigada. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o diretor da EMARP, **Pedro Romão**, para dizer que a resposta é sim. Portanto, foi tudo vertido no documento aquilo que foram as recomendações da ERSAR. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-I) Discussão e votação da Adenda ao Contrato de Gestão Delegada para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas e**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Resíduos de Portimão EM., SA., nos termos da Proposta - Deliberação nº 761/21,, tendo sido obtido o seguinte resultado:-----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	2	2	0	1	0	25
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	1	4
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	1	0	0	1

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

---- **Foi aprovado, por maioria, a Adenda ao Contrato de Gestão Delegada para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão EM., SA., nos termos da Proposta.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o **Ponto 4-m) Discussão e votação do Contrato Programa Isenção das Taxas de Ocupação de Via Pública e Publicidade a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM, SA, nos termos da Proposta - Deliberação nº 917/21,** - declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra.

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que a sua intervenção prende-se com um ponto de ordem à mesa, porque, da documentação que lhes foi remetida relativamente a este ponto e ao próximo, encontra-se aqui, portanto, o contrato programa referente aos preços sociais da água para o ano 2022. Portanto, está incluída na documentação que nos foi remetida, mas não está agendado, não está incluído como ponto na ordem de trabalhos, portanto, e queria interpelar a mesa nesse sentido, portanto, se irão corrigir a ordem de trabalhos que nos foi remetida, porque de facto essa documentação referente aos preços sociais, está até penso eu, incluída aqui no ponto quatro n). Quando tem o contrato programa relativo à instrução e decisão das contraordenações rodoviárias por infrações leves relativas a estacionamento, seguidamente vem o contrato programa, que prevê, portanto, a tal transferência dos cem mil euros dos preços sociais para a EMARP, e isso é um ponto que habitualmente é agendado na última Assembleia anual, portanto para vigorar no ano civil em curso, portanto, e gostaria de facto que a mesa tomasse esse ponto em consideração, se de facto corrigimos aqui esta ordem de trabalhos, ou então se isto será agendado numa próxima Assembleia, uma vez que vem incluído na documentação. -

----- A Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, interveio para agradecer a intervenção da deputada municipal Marta Caetano e dizer que não tinha detetado essa situação. Portanto, o que nós temos da deliberação de Câmara, a minuta da adenda do contrato de gestão delegada, é isso que nós temos, a Câmara delibera aprovar a minuta da adenda do contrato de gestão delegada na prestação de serviços, a não ser que essa matéria seja um anexo ao contrato de gestão delegada. Eu não estou em condições de responder. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para explicar que não se está a referir ao ponto quatro l). refiro-me ao quatro m) e ao quatro n). Portanto, no quatro m) e no quatro n) é que há documentação em comum e se reparar há uma carta da EMARP datada de 16-11, em que remete conjuntamente esses três pontos, a isenção das taxas de publicidade, a instrução e decisão dos processos de contraordenação e os preços sociais. -----

-----A Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, interveio para questionar se essa questão é no quatro m) e no quatro n) que se põe? -----

-Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que sim, e pensa inclusive que o contrato programa dos preços sociais está na documentação quatro n), se não lhe falha a memória. -----

-----Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para pedir ao senhor Vice-Presidente que solicitasse ao Dr. Pedro Romão que esclarecesse melhor relativamente a essa matéria de onde é que os preços sociais estão incluídos. ----- Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que a dos preços sociais vem noutra Assembleia, que ainda tem que ir à Câmara também, portanto não fica nesta Assembleia senhora Presidente. Está digitalizado neste processo, mas não vem a esta Assembleia. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que o que queria dizer inicialmente, é um pouco na linha do que a deputada Marta acabou de dizer. A nossa bancada e eu pessoalmente, fiquei um pouco confusa quando li esta documentação, tanto que estava a pensar que as tarifas sociais também vinham a ser discutidas e levei algum tempo para perceber os pontos que estão aqui em apreciação. Já estou esclarecida também quanto a este ponto e, portanto, no ponto m) estamos então a discutir o contrato programa relativo à compensação, lembre-me senhora Presidente é isso, não estou enganada, à compensação pela isenção das taxas de ocupação da via pública. Pronto, então nesse sentido, a minha bancada entende que isto é um cumprimento de um dever social do próprio município e, portanto, esta compensação faz todo o sentido no âmbito do funcionamento da empresa municipal e da Câmara, mas fico por aqui por agora. -----

-----A Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, interveio para mencionar que podiam fazer essa recomendação, que o ofício da EMARP, possa quando assim for, isso é uma questão que o Executivo pode, mas que dividisse os assuntos para ser mais fácil, provavelmente quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal depois escrutinarem as diferentes deliberações. Realmente os preços sociais é uma matéria muito importante para ser deliberada. -----

-----Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



relativamente a este ponto, portanto, este contrato programa de isenção de taxas de ocupação da via pública e publicidade, vemos que é aqui previsto um valor de cem mil euros, e temos aqui o parecer do ROC que nos diz que este valor, esta compensação, está adequadamente calculada. Eu gostaria de saber qual é a base de cálculo para estes cem mil euros, qual foi o valor que foi tomado em referência, se é aquilo que habitualmente a Câmara, ou a EMARP costuma arrecadar com as taxas, ou se foi calculado de uma outra forma, e deixar aqui uma nota, que este contrato programa está aqui previsto para vigorar até 31-3-2022, dado o período pandémico que vivemos, e penso que se calhar este prazo será curto, muito provavelmente e como diz a documentação, teremos que voltar a deliberar esta questão, porque infelizmente a pandemia parece longe de ser debelada, e por enquanto disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que na realidade é como a deputada Marta Caetano disse, foi calculado com o cálculo que a EMARP recebe anualmente e, portanto, foi esse o cálculo e na realidade com certeza que vai ser necessário depois para o outro trimestre e teremos novamente a Assembleia. Portanto, é tudo, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, apenas para completar o raciocínio de há pouco. Porque por princípio o que estamos aqui, e a necessidade deste contrato programa prende-se com, realmente, a necessidade de intervirmos neste momento no auxílio aos cidadãos e nomeadamente ao pequeno comércio e daí a tal isenção das taxas de ocupação pública que representam uma medida simples, mas realmente que pode ajudar em muito estes cidadãos e estes comerciantes que tanto têm sofrido com a pandemia e com todo o circunstancialismo existente. Eu gostaria de esclarecer que por princípio esta ideia da comparticipação de compensações e a forma como as mesmas são calculadas, não parece ser um mecanismo muito claro porquanto faria parte o funcionamento natural e da função social da Câmara em cobrir estas despesas, mas entende-se que sendo a EMARP uma empresa à parte, uma empresa municipal, portanto são duas pessoas jurídicas embora dependentes mas distintas e, portanto, a necessidade de cobrir esta perda de receitas para garantir o funcionamento contabilístico da empresa, e aliás está justificado o parecer junto pela entidade fiscal competente e, portanto, nós não estamos contra, embora seja uma situação excecional e que como tal, a bancada não se irá naturalmente opor à mesma.-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José**

Manuel Figueiredo Santos, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que na verdade, o PS pensa que esta é uma matéria absolutamente pacífica, conquanto trata-se realmente de perceber os fundamentos de uma política emergencial, fruto da calamidade presente. Naturalmente que ela tem uma projeção até 31 de março de 2022, oxalá não tenhamos que renovar, não é seguro que assim aconteça, supostamente. Em termos do seu rigor, óbvio que nós damos por boa a opinião da sociedade de revisores oficiais de contas, de que o valor está adequadamente calculado, pelo que não temos qualquer hesitação em aprovar, em votar favoravelmente esta proposta. Muito obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que sobre este assunto, o BE vai votar favoravelmente. Eu acho que a despesa está cabimentada, penso eu, através dos documentos que eu vi, através de um fundo de apoio aos empresários que é um fundo de dois milhões, eu acho que deve estar cabimentada nesse ponto. Por isso o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente e apoiamos este tipo de iniciativas e apoiaremos novamente se for necessário e se houver fundos para isso. Tenho dito.-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Candeias**, para dizer que sobre a forma de cálculo do reequilíbrio, foi dito pelo senhor Vice-Presidente que era em função de receitas anteriores. Eu estive aqui a notar que na minuta que nos apresentam, prevê no ponto I) que o reequilíbrio é feito mediante comparticipação das despesas gerais de realização das mesmas atividades, ou seja, estamos a falar de coisas diferentes. Peço que esclareça por favor. -----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que não têm nada contra a isenção das taxas aos munícipes, muito menos aos comerciantes com área inferior a quatrocentos metros quadrados. O que esta proposta diz, é para a Câmara Municipal dar o dinheiro da compensação para a EMARP, e relativamente a isso, esta proposta não se encontra minimamente fundamentada. Em momento algum entendemos se a prestação do serviço público será mais eficiente se for realizada pela EMARP ou pelo próprio município, nós já discutimos isso noutras situações, basicamente a situação da passagem desta competência para a EMARP. Não se encontra minimamente justificado que os custos de prestação do serviço sejam menores praticados pelo município, do que pela empresa EMARP. Em momento algum explica-se que esta atividade terá ganhos e eficiência, nem a EMARP diz, nem sequer a Câmara questiona. Aliás, não se entende a razão desta transferência apenas com a justificação da decisão do município, de isentar as taxas municipais de ocupação da via pública e para estes estabelecimentos com área inferior a quatrocentos metros quadrados. Senão vejamos, a exploração desta atividade deve cobrir os custos administrativos. Ainda não se sabe quais são os custos neste exercício. Este subsídio não pode ser para cobrir quebras das receitas, aliás, esta situação só pode ser aferida em sede de prestação de contas anual. Após a EMARP apresentar a sua prestação de contas anual, poderá aí sim haver necessidade de o município cobrir essas perdas globais, ou seja, de todas as atividades da EMARP e não por setores como vem explanado nesta proposta. Não sei até, sendo que esta empresa, a EMARP, já financiou muito, ou acabou por financiar muito a Câmara Municipal, agora precisa de ser subsidiada por esta. Tinha razão a CDU na altura, quando questionou várias vezes a delegação de tarefas à EMARP. Nós defendemos e sempre defendemos que a água é um bem público, um serviço essencial que deve ser gerido por órgãos públicos. Obrigado. -----Ficou com o uso da palavra, o diretor da EMARP **Pedro Romão**, em relação à questão colocada pelo deputado Bruno Candeias, queria alertar só para a cláusula quinta do contrato, que diz em termos genéricos que a comparticipação é no máximo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cem mil euros, e é operacionalizado em função do deferimento, ou da comunicação prévia, dependente da situação da ocupação da via pública em concreto. Portanto, não é pegar em cem mil euros e transferir para a EMARP, portanto tem a ver com cada um dos processos de licenciamento, e a operacionalização faz-se desta forma, portanto enviando uma listagem para o município, juntando todos os processos que são deferidos, ou as comunicações prévias que estão associadas a uma determinada ocupação. Portanto, na altura em que isto foi feito, isto foi feito em novembro e havia uma expectativa que a evolução da pandemia ocorresse de determinada forma, o que não veio a ocorrer, mas de qualquer maneira ficou aqui, como foi dito pela Dra. Marta Caetano, já previsto a possibilidade de fazer esta renovação, portanto sobe o ponto de vista global, a estimativa de receita associada à ocupação da via pública, é cerca de quatrocentos mil euros. Portanto, o que se fez foi uma operação simples, dividir por trimestre e corresponder cem mil euros ao primeiro trimestre. Relativamente à questão colocada pelo deputado Pedro Purificação, tirando o posicionamento ideológico, sobre o ponto de vista da segregação das atividades, é preciso notar que há um conjunto de atividades que são reguladas, portanto as águas, as águas residuais e a gestão de resíduos, cujos objetivos e a rendibilidade está prevista precisamente no contrato da adenda que foi ainda há um bocado aprovado, portanto, e não pode haver aqui uma subsidiação cruzada daquelas atividades que são atividades reguladas com as outras atividades que são complementares, portanto daí a necessidade da celebração deste contrato. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-m) Discussão e votação do Contrato Programa Isenção das Taxas de Ocupação de Via Pública e Publicidade a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM, SA, nos termos da Proposta - Deliberação nº 917/21, - tendo sido obtido o seguinte resultado:-----**

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	0	2	0	1	0	26
ABSTENÇÕES	0	0	0	2	0	0	0	1	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	1	0	0	1

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----**Foi aprovado por maioria, o Contrato Programa Isenção das Taxas de Ocupação de Via Pública e Publicidade a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM, SA, nos termos da Proposta.**-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o **Ponto 4-n) Discussão e votação do Contrato Programa Instrução e Decisão de Procedimentos Contraordenacionais Rodoviários por Infrações Leves Relativas a Estacionamento a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP - Empresa Municipal**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de Águas e Resíduos de Portimão, EM, SA, nos termos da Proposta – Deliberação nº 918/21, -
declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que tem algumas questões que se lhe levantam nesta questão. Aqui fala-se num valor de onze euros e trinta e quatro por contraordenação, e aqui levanta-se esta dúvida, isto é, por cada auto de contraordenação, ou esta cobrança fica dependente depois de haver uma instrução e a pessoa inclusive até pode ser absolvida da contraordenação e não há cobrança de qualquer coima, o valor é pago pelo município à EMARP ou não, ou o valor a pagar é automaticamente por cada auto de contraordenação levantado. Outra questão que se me coloca, quando o município transfere competências e delega competências na EMARP, se fosse o município a cobrar e a fiscalizar, teria cem por cento desse valor. Se fosse um órgão de polícia criminal, uma força de segurança, a coima seria repartida entre setenta por cento para o município, trinta por cento para a força de segurança. A questão é, e como estamos a falar de contraordenações leves, vamos pegar por referência o valor de uma contraordenação leve, são trinta euros. Trinta por cento de trinta euros são nove euros, portanto fica mais caro ao município estar a delegar competências, porque irá pagar onze euros e trinta e quatro por cada auto de contraordenação. Isto de resumo assim de repente, é o que me leva a dizer. Há aqui apenas, a talho de foice, no anexo um, o valor que está calculado por contraordenação, está onze euros e trinta e quatro, mas se somarmos as parcelas dá onze euros e trinta e três. É só um pequeno pormenor. Muito obrigado. -----

----- Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que isto faz-lhe recordar o trabalho moroso e um trabalho bastante gravoso do ponto de vista financeiro para o concelho e para o Executivo, que foi a extinção da Portimão Urbis, com as graves consequências que arretou para o erário público. Parece-me que nós estamos novamente a criar aqui uma superempresa que é a EMARP, a EMARP, cujo objetivo é a gestão e tratamento de águas e águas residuais. Eu não compreendo como é que a EMARP agora tem pelouros como a cultura, e agora esta da contraordenação. Eu não compreendo como é que a EMARP consegue alocar assim em si este tipo de competências, e porque é que o município não tem esta competência, que como foi elencado aqui pelo membro anterior, de facto era bem mais proveitoso do ponto de vista financeiro do que estar aqui a delegar esta competência à EMARP que vai ser até do ponto de vista financeiro, não muito vantajoso. Portanto, o Bloco de Esquerda não tem má vontade, mas nós não concordamos com esta delegação de competências, senhora Presidente. Para já é só. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, na sequência aqui da intervenção do deputado Ricardo Viana aqui em substituição, bem-vindo Ricardo e antes ainda de entrar na questão que ele bem abordou, logo o que me saltou à vista, foi aqui relativamente ao subsídio e



encargos financeiros deste contrato programa, nas cláusulas quinta e sexta, os montantes, se formos somar este valor fixo sete mil setecentos e oitenta mais o valor variável de onze euros e trinta e quatro até doze mil contraordenações, este valor não dá cento e quarenta e três mil, mas cento e quarenta e três mil quatrocentos e sessenta. Portanto, como diz o outro, é fazer as contas, mas eu penso que isto, antes de mais, antes de entrar na questão que o Ricardo bem apontou e que é uma questão de facto que merece reflexão, antes de mais, penso eu que nem o valor que está aqui previsto para este contrato programa está correto, porque na realidade deveria ser cento e quarenta e três mil quatrocentos e sessenta e por agora disse. -----Ficou com o uso da palavra, o diretor da EMARP **Pedro Romão**, para dizer que talvez começando pelo fim, no anexo um, simulação de encargos, o do quadro, portanto o produto de doze mil vezes onze vírgula trinta e quatro, aparentemente fiando-me aqui nos valores, portanto dá cento e trinta e seis mil e vinte, adicionando os sete mil trezentos e oitenta dos encargos fixos, portanto dá os tais cento e quarenta e três mil e quatrocentos. Portanto, aparenta que a conta está bem feita. Voltando ao princípio, portanto, e ao deputado Ricardo Viana, o valor dos onze e trinta e quatro é por coima, resultante de um processo de contraordenação. Talvez esclarecer que esta participação quando o processo é instruído, portanto é iniciado pela GNR, ou pela PSP, em que há uma participação, em que há uma divisão diferente do valor da coima, portanto dizer que o que nós estamos aqui a tratar não é de fiscalização. Portanto, estamos a falar de instrução e da decisão e tanto a PSP como a GNR, não têm o poder de instruir e decidir. Portanto, quem tem este poder, é a ANSR, portanto, e por via da alteração legislativa, portanto no âmbito desta descentralização de competências, foi uma competência que passou para os municípios com a capacidade de subdelegar nas empresas municipais. Portanto, relativamente ao valor, o valor é aquele que resulta do processo administrativo que lhe está associado. Tenho dito. ----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, para dizer que compreendeu o que o senhor diretor disse. A questão é, em caso de impugnação da coima, as custas do processo são alocadas digamos, e em caso de indeferimento, ao infrator. Portanto, não terá lógica o município estar a pagar à EMARP o valor que é cobrado ao infrator no caso de não lhe ter sido dada razão. Portanto, estes onze euros e trinta e quatro e continuo aqui a minha dúvida que posso ter percebido mal, é por contraordenação. No momento em que o fiscal passa a coima, automaticamente a EMARP recebe onze euros e trinta e quatro? É esta a questão clara que eu quero fazer, ou é os onze euros e trinta e quatro, porque a pessoa pode ser coimada e pode voluntariamente proceder ao pagamento da coima, e não há, digamos apenas há o ato administrativo e fiscal passar a coima e nada mais há, porque a pessoa pagou a coima voluntariamente e, portanto, hoje já não há custos administrativos nem há nenhum processo de instrução de contraordenação. É a questão que eu coloco. Obrigado. -----
-----Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ora, o meu forte não é a matemática, mas isto são contas relativamente simples de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



multiplicar, e eu estive aqui a fazer a continha e realmente há aqui uma divergência, não é uma coisa bastante acentuada, mas são sessenta euros de diferença entre o valor que aparece aqui, que são os cento e quarenta e três mil e quatrocentos e a contagem, ou a multiplicação dos sete mil trezentos e oitenta pelo resultado da operação, onze trinta e quatro vezes doze mil contraordenações. Portanto, há aqui uma divergência de sessenta euros. Dir-me-ão bom, sessenta euros são *peanuts* em inglês correto, que não o inglês de uma pessoa que é conhecida aí, mas é uma questão de rigor e, portanto, se estamos aqui a votar e a discutir um documento que carece de rigor técnico, sessenta euros faz diferença. Depois, há aqui uma questão de fundo que realmente já foi aqui de alguma forma aflorada em várias intervenções aliás, e que se calhar é a mais importante. O interesse do município em delegar este tipo de competências numa empresa municipal, resulta necessariamente da competência, de ser melhor prosseguida em termos de decisão, de instrução dos processos e em termos de custos, do que ficar no município, isto numa relação de custo benefício para o erário público. Quando se verifica, ou pelo menos quando se levantam dúvidas se realmente essa relação custo benefício é prejudicial para o erário público, se calhar temos que questionar se vale a pena fazer essa delegação de competências. Ora eu tenho muitas dúvidas e nomeadamente tenho dúvidas se não valeria a pena, com os recursos próprios do município, fazer este tipo de instrução e decisão dos processos. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação,** senhora Presidente, voltamos nós aqui à ideologia. Esta proposta embora pouco fundamentada, não consegue de todo, o desenvolvimento desta atividade é mais eficaz e eficiente se for desenvolvido pela EMARP do que pelos serviços municipais. Nós não nos podemos esquecer que ainda ontem nos fartámos de falar do PAM, e temos em memória muito viva o que foram empresas municipais neste concelho. A CDU sempre defendeu que o estacionamento público a ser pago, deveria ser assegurado pelo município e não apenas com objetivos de ordem financeira, como se a Câmara fosse uma empresa destinada a dar lucro. Pois isso a CDU sempre se opôs, como é óbvio. Aliás, esta forma de subsidiação há-de suscitar na empresa EMARP uma tendência para a caça à multa, que deve de todo ser condenada. Para a defesa do ordenamento do território e do espaço público, para uma política de mobilidade que ajude o dia-a-dia da população e de quem nos visita, devemos apostar sim numa atitude pedagógica e não de penalização. A CDU defende a criação de parques de estacionamento na periferia, uma rede de transportes públicos que sirva todos aqueles que vivam e trabalham na cidade. Para já fico por aqui. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha,** com efeito, a minha intervenção pretende neste momento, fazer um pequeno resumo e fundamentar a nossa posição, porque com efeito, a nossa bancada entende que este tipo de delegação de competências não está fundamentado, não nos faz sentido, não se mostra justificado. Entendemos que a EMARP está neste momento a ser um saco para o qual a Câmara até pode despejar tudo aquilo que não lhe interessa por algum motivo exercer diretamente, e assim assistimos a uma EMARP a



acumular funções que ultrapassam aquilo que entendemos ser o seu escopo inicial, torna-se neste momento, e está aqui provado pelas intervenções anteriores que se torna desvantajoso para o município, que se torna mais oneroso por exemplo, portanto, para além da falta de fundamentação do próprio contrato programa tal como vem que parece um contrato feito assim quase em cima do joelho, tirado a uma chapa igual aos anteriores sem haver uma fundamentação declarada e profunda. Até compreendemos alguns dos argumentos apresentados agora pelo meu colega Pedro Purificação, na ótica de que realmente por ele ditam o historial das empresas municipais e a necessidade ou não. Apesar das diferenças ideológicas, compreendemos alguns desses argumentos, e é neste sentido que entendemos que este atual contrato programa não se mostra justificado, carece da tal fundamentação e como tal, não podemos acompanhar uma votação favorável ao mesmo. Por agora tenho dito, obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que a sua pergunta refere-se exatamente com esta questão das doze mil contraordenações. Eu não consigo perceber qual é o critério do aparecimento deste número aqui e gostava que me respondessem. Obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, a nossa intervenção sugere a apreciação de vários eixos, e nós deixaríamos de facto para uma reflexão final as questões de ordem ideológica. Na verdade, estamos aqui perante aspetos, designadamente perante valores que suscitam questionamento, porque realmente e o deputado Paulo Canha acabou há pouco de colocar, porque exatamente este valor limite, portanto um valor regular, não é, fixado aprioristicamente, não é, porquê este valor. Supostamente presume-se que possa ser, e se estiver enganado façam favor de nos esclarecer, supostamente será um valor negocial em que a dívida, enfim, como limite razoável aceitável, mas seria importante perceber qual a lógica de sentido interno deste valor. Agora, claro está, estamos a falar de uma empresa municipal, mas nós não estamos a falar de uma empresa municipal qualquer, e não podemos obviamente contornar ideologicamente as experiências diversas das empresas, porque se em empresas nós estivemos mal sucedidos, essa não é de facto a situação da EMARP, que é uma empresa de prestígio a nível nacional. Portanto, estamos obviamente a laborar num erro quando pretendemos sobrepor-nos ideologicamente àquilo que é efetivamente a prestação de serviços de qualidade da EMARP, que seguramente todos, ou uma parte crítica de nós reconhece, mas associado a esta matéria da gestão, eu penso que a questão ideológica está redimida, caso não, voltaremos a ela, porque afinal é a Câmara que é a detentora da empresa. Portanto, há aqui questões que de facto dizendo respeito à gestão, lançam, eu diria alguma reserva mental sobre os cidadãos e naturalmente sobre todos não, e isto é fazer um pouco o papel de advogado do diabo, mas convém que efetivamente esta questão fique esclarecida, ou seja, se nós temos de facto aqui valores fixos e temos valores variáveis, isto é, por multa, a associação que se faz à caça à multa, ou seja, o que é que é isto da caça à multa, será que o indivíduo vai ser penalizado por uma transgressão que não cometeu? Não é disso que se trata. Pode tratar-se de um excesso de zelo, mas aí obviamente que importaria que esta situação ficasse clara,



porque ela é sempre uma situação fantasmagórica. Portanto, importa observar realmente a razão de ser destes custos variáveis, porque no domínio dos custos fixos nós temos imputações de ordem administrativa, portanto trabalhadores que exercem estas funções, que aliás o senhor diretor há pouco já mencionou. Portanto, há aqui alguns aspetos que nós sentimos que constituindo a EMARP uma opção política da Câmara e de todo o direito e constituindo ainda uma empresa de sucesso e de referência a nível nacional, importaria de facto provocar uma segmentação analítica e não confundir alhos com bugalhos. Portanto, eu diria que coloco aqui algumas reservas não porque haja da nossa parte qualquer reserva em votar favoravelmente. Agora, gostaríamos sim de obter esses esclarecimentos que nos parecem basilares e que no fundo eles povoam o nosso imaginário, porque não é uma nem a segunda nem a terceira vez que um próprio deputado menciona esta tendência para a caça à multa, etc. ou seja, importaria perceber como é que de facto esta matéria parece uma matéria da justiça social e não que diga respeito a um certo policiamento da cidadania, e para isso estamos absolutamente seguros que o diretor da EMARP, irá elucidar-nos com certeza para isso. Se não tiver tempo, o Partido Socialista dar-lhe-á o tempo necessário para produzir uma argumentação que ajude a clarificar algumas apreensões, algumas névoas mentais, ou reservas mentais que possam surgir. Muito obrigada, senhora Presidente.

-----Pedeu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, para dizer que de facto, depois de ouvir o caríssimo deputado Figueiredo Santos, não podem ao abrigo ou debaixo do guarda-chuva da qualidade que a EMARP transpira, atirar para cima dela competências que não lhe são devidas. Quer dizer, tudo bem é uma empresa de excelência, mas daí agora também fazer contraordenações e sei lá e se calhar daqui a nada entregar pizzas, não sei que tipo de qualidade é que a gente quer atribuir à empresa EMARP. Eu acho que nós devíamos ter uma postura mais pedagógica, como foi aqui falado já anteriormente e penso que estamos a construir um bocado a casa pelo telhado, porque eu acho que o Executivo devia-se debruçar um pouco sobre a pressão urbanística que as viaturas exercem na cidade, sim senhora, tentar dar aos cidadãos algumas respostas nesse sentido, do que estar aqui a tirar competências que não são minimamente da EMARP para fazer policiamento e depois é vir a caça à multa, que embora o deputado Figueiredo Santos não goste, mas efetivamente vai haver uma caça à multa, porque vai haver zonas *premium* onde vai haver muito zelo e depois vai haver outras zonas que vão ficar ao deus dará. Senhora Presidente, lamentavelmente nós não iremos acompanhar esta alínea. Muito obrigado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o diretor da EMARP, **Pedro Romão**, há aqui uma questão de fundo sobre a qual não direi nada, porque tem a ver com as competências do município no âmbito da delegação de poderes na empresa municipal. Portanto, o que é certo, é que neste momento, houve uma alteração estatutária, essa primeira alteração estatutária teve a ver com a fiscalização do estacionamento, e no momento a seguir, houve uma alteração estatutária no sentido para que fosse possível a instrução e decisão dos processos, portanto, e o que é certo é que este facto acontece, está delegado, tem associado um conjunto de custos, portanto não estamos a falar dos custos com a fiscalização, estamos a falar dos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



custos com o processo de decisão e instrução do processo, e esses custos foram calculados portanto, e, de facto, resultam naquele valor. De facto, acontece que efetivamente há uma competência que é delegada, há uma competência que tem custos associados, que tem custos fixos e que tem custos variáveis e é uma coisa que dá uma trabalhadora administrativa fenomenal, e nessa perspetiva, portanto é necessário compensar a empresa pelos custos que tem por esta operação, sendo que o produto das coimas pertence ao Município. Relativamente à questão da caça à multa, portanto há aqui várias formas de avaliarmos qualquer coisa, portanto, e se usamos como método de avaliação um processo de comparação, quando comparamos uma coisa que existe neste momento com uma coisa que não existia, portanto naturalmente que vai parecer que é uma coisa excessiva, mas a verdade é que não havia fiscalização neste domínio, portanto, e não havendo fiscalização neste domínio qualquer coisa que se faça há-de sempre parecer que é excessivo. Portanto, agora de facto o que se verifica, é que é contínuo, é um trabalho que tem que ser aprofundado, um trabalho que merece melhoria contínua, portanto, mas os resultados estão à vista, no sentido de devolver ao peão um conjunto de zonas, um conjunto de áreas, um conjunto de espaços públicos que não era possível fruir, porque pura e simplesmente estavam ocupados, e para já tenho dito. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que realmente isto é uma trabalhadora administrativa, e diz trabalhadora citando o diretor geral da EMARP, para não dizer outra coisa. Eu continuo sem perceber como é que se diz aqui na cláusula sexta que a título de subsídio de exploração, o valor máximo a pagar à EMARP serão cento e quarenta e três mil e quatrocentos euros, mas fazendo as contas do que está na cláusula quinta, poderá dar cento e quarenta e três mil quatrocentos e sessenta. Realmente é uma trabalhadora, já fiz aqui a conta três ou quatro vezes e dá-me sempre aqui esta divergência. Depois, esta questão da tão discutida caça à multa, já existe, quer dizer não é novidade nem vai ser novidade com a passagem das contraordenações, porque existe com o estacionamento tarifado. Basta ir à praia da Rocha no verão e ver aquilo que se passa já hoje em dia. Portanto, este argumentário que o senhor diretor geral aqui usou de que não há histórico para compararmos, enfim, eu não sei em que concelho é que viverá, mas aqui já existe, e basta ir ver aquilo que se passa noutros concelhos, enfim, toda a gente conhece o histórico da EMEL em Lisboa, que é o caso extremo da caça à multa e, portanto, não vale a pena estarmos aqui a tapar o sol com a peneira. Quando há aqui uma componente variável em termos de número de processo, é claro que vai haver caça à multa e vai haver aqui uma instigação quase a que se autue e que se multe os munícipes. Portanto, eu pedia uma resposta concreta em relação a esta questão da divergência de valor. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, senhor deputado Figueiredo, é uma caça à multa é, e eu que o diga que não me dão sossego. Senhor deputado, quando o orçamento aqui apresentado diz que a despesa total prevista é superior ao previsto pelo PAM e que será compensada



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pelo acréscimo de receita essencialmente originada pelo aumento das taxas, multas e outras penalidades, não restam dúvidas que irá ser, aliás, já é uma caça à multa e eu até sugeria que contratassem uns funcionários mais simpáticos, ou dessem formação. É uma caça à multa sim e vai ser uma caça à multa, porque os senhores têm um orçamento, as despesas estão cobertas, a maior parte das receitas por estas multas e por estas penalidades. Não vale a pena estarmos a dizer que não, que não é, está bem explícito neste documento. Se lermos e se fizermos um raciocínio, não restam dúvidas que vai ser uma caça à multa e mais, é o próprio FAM que alerta para o cumprimento para promover junto da AT a cobrança das multas não pagas, senhor deputado Figueiredo, isto irá ser uma perseguição ao munícipe ou contribuinte, nunca vista, aliás já é, senhor deputado. Se o senhor deputado tivesse ido à rua do comércio durante este natal, via o que se estava a passar na rua do comércio, é que é vergonhoso, porque é uma caça à multa, porque os senhores em vez de fazerem prevenção, não há prevenção, é multa, multa, multa e multa, porque os senhores precisam dessa receita e está bem explícita aqui neste documento, para compensar as despesas que são superiores às previstas para o PAM, e a única forma de o fazer, será através de caça à multa de taxas e taxinhas a onerar o município e o contribuinte. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, e depois temos dois Portimão, temos o Portimão que é a caça à multa como já foi dito aqui e já tive essa experiência também, quem é que não teve em sítios onde está o estacionamento tarifado, e depois ao lado, na rua ao lado que não é tarifado, os carros pernoitam em cima das passadeiras, pernoitam em rotundas... houve aqui uma situação que é de conhecimento geral, que houve um incêndio nem o carro de bombeiros conseguia entrar porque a rotunda estava cheia de carros, nada é feito. Noutra rua ao lado, que é também de conhecimento geral, os carros em cima dos passeios e em cima dos jardins, que rebentaram com a relva e com os extensores para rega. Há dois Portimão e é isso também que nos revolta um bocado aqui e revolta também os portimonenses, e eu tenho auscultado os portimonenses nesse campo. Não é só o pagamento de multas, acho que deve ser tratado o trânsito como deve ser, conforme as regras de trânsito, mas em dois regimes diferentes, e como já foi dito na praia da Rocha é um regime, junto à zona Ribeirinha é outro regime, mas depois nas ruas adjacentes já não acontece nada, os carros podem estar em cima das passadeiras, os carros podem estar nas rotundas, os carros podem estar em cima dos jardins que nada é feito, e fico-me por aqui, dou aqui só esta achega, tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que volta a insistir na questão que colocou há um bocado que ainda não consegue ter esclarecimento, qual é o porquê destas doze mil contraordenações. Obrigado. -----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente a este ponto, são obviamente a favor que exista o ordenamento e que os passeios sejam devolvidos aos peões e que exista algum controlo de trânsito que efetivamente não



existia no município e era tudo um pouco assim à balda, cada um fazia aquilo que queria. Porém, a minha questão é se este controlo vai ser feito de igual forma ao longo do ano, porque aquilo que também temos visto ao longo do tempo, é que se chega a uma altura do verão e que parece que a caça à multa como já aqui foi referida desaparece, porque simplesmente precisamos dos turistas, mas não pode haver uma regra para os turistas e uma regra para os portimonenses. Portanto, o município como já disse anteriormente noutras iniciativas, tem que ser para os portimonenses, portanto temos que também pensar para os portimonenses, não podemos só fazer a caça à multa porque ela existe e inclusive posso dizer que já tenho visto fiscais da EMARP com cronómetros para ir multar porque está quase a acabar, então deixa-me pôr aqui o cronómetro, com vários cronómetros, não foi um nem uma nem duas vezes, portanto isso existe em Portimão, a caça à multa existe, agora será o tempo inteiro, ou seja, ao longo de todo o ano será igual, essa caça à multa será igual e a fiscalização será igual ao longo do ano para portimonenses e para quem nos visita? Eu gostaria que sim, gostaria que sim que fosse igual não que existisse a caça à multa, como é óbvio. Deve haver primeiro uma ação de consciencialização, deve haver parte pedagógica e não apenas a caça à multa. Neste ponto iremo-nos abster. Muito obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que começou por cumprimentar todos os presentes, sobre esta matéria, em primeiro lugar, realçar que houve uma questão da bancada do PSD colocada pelo deputado municipal Ricardo Viana que aguarda aqui um esclarecimento contabilístico, não sei se ao registo de Mário Centeno, ou ao registo ideológico das contas certas dos partidos mais de centro-direita, mas gostava de ver esclarecido. Mas sobre esta matéria, colocar logo aqui um ponto de ordem à mesa, político, que é, percebe-se a excessiva, no entendimento da maioria, delegação de competências do município para a empresa municipal, porque colocam a decisão política e o encargo de resposta estratégico no senhor diretor Pedro Romão, que eu digo-lhe, grande maldade que lhe fizeram, é a maldade da senhora Presidente não cá estar outra vez na discussão mais importante do ano e que coloca o senhor Vice-Presidente em maus lençóis e agora é o Executivo que o coloca a si. Parece que o senhor diretor é que tem a decisão política e estratégica sobre as matérias que aqui ouvi, e gosto quando lhe dizem o senhor diretor que responda, mas pronto já vi que inclusive o Executivo afinal vai falar outra vez, o que é sempre um bom sinal, mas dizer da seguinte forma. A matéria que aqui vem plasmada e quando nós olhamos de facto, são contraordenações. O que eu gostava de ver, e um partido, como todos, tenho o maior respeito por todos os que aqui estão, que é sério, deve procurar que o Executivo, quem tem liderança governativa do concelho, chegue-se e diga desta forma, não é caça à multa porque nós temos uma estratégia de mobilidade que vai fazer um escoamento e o estacionamento deixa de ser indevido porque nós temos uma estratégia para não acumular viaturas no centro, mas eu não oiço nada, eu não sei se mantém-se a lei do senhor vereador Filipe Vital que está doente e, portanto, deve estar no banco de suplentes ainda, mas era aquilo que queríamos neste ponto, mais do que a caça à multa e desculpem-me todos os demais, mais do que o estacionamento indevido,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aquilo que gostávamos de ver, é, olhem eu só posso falar por mim, é aquilo que o PSD por exemplo fez, apresentar um plano estratégico e um eixo que assegure quer da mobilidade das ecovias, como é que podemos não utilizar usando o veículo de transporte urbano, o Vai e Vem, isto gostava de ver neste ponto, porque não me digam que não tem nada a ver, porque quem o diz está muito limitado, não ideologicamente mas estrategicamente, e aquilo que eu estou a ver é, a maior transferência de competências que o Executivo neste ponto deu, foi a decisão política, resguardou-se em cem por cento para o passa culpas à EMARP que, como foi dito e bem pelo deputado municipal Figueiredo Santos, é uma empresa municipal de prestígio que tem funcionários de excelência e que está muito bem dirigida e muito bem assessorada nos últimos anos e temos o maior respeito, mas gostava de ver o Executivo que é quem decide politicamente, chegar-se à frente e não passar a palavra para quem não tem que decidir nem tem que vir defender ideologia, porque um diretor da EMARP não é ideológico, é um técnico que aqui trabalha para o município e para todos os portimonenses, não trabalha para o Partido Socialista e era isto que eu queria aqui deixar e gostava de ver o Executivo passar a palavra a quem quiser, mas falar um pouco mais do que passar o ponto. Disse, para já, e fico a aguardar, já vi que o Executivo vai falar, que diga alguma coisa mais do que a caça à multa e do que a EMEL e do que o poucochinho. O poucochinho até é um apelido muito querido nessa casa, mas não é aquilo que eu queria dizer aqui, mas, portanto, espero que digam algo mais do que o pouco que disseram. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que gostava de frisar bem aqui, que feliz é o município em ter uma empresa de excelência como a EMARP e, portanto, isso aqui que fique bem assente. Depois, na realidade, acho que é fácil todos compreendermos porque é que passa para a EMARP esta competência, o município não pode contratar e a fiscalização é uma coisa chave na nossa sociedade e, portanto, neste ponto, é uma decisão política que foi bem tomada no seu tempo devido para que os passeios por exemplo passassem a ser libertados, o estacionamento é tarifado e eu não compreendo qual é a caça à multa que existiu neste natal no comércio local, quando o comércio tarifado foi gratuito e, portanto, quem estaciona mal vai ter que pagar, porque senão continuam a estacionar mal. Outra das coisas que vamos ter que regulamentar também, é as cargas e descargas, e quando fala em cronómetro não é cronómetro. Nós instalámos um sistema nas cargas e descargas para ver quantos minutos é que uma viatura está lá parada e, portanto, estamos neste momento em testes para que depois quem está estacionado nas cargas e descargas mais do que meia hora tem que ser autuado. Isto não é caça à multa, isto é querer ter o estacionamento bem regulado, assim como e concordo com o deputado Pedro Mota, que na realidade a EMARP não vai poder ser só para algumas zonas, temos que ir alargando as zonas, temos que ir pondo mais fiscalização, porque na realidade vai ser necessário, porque muitas vezes infelizmente, eu também não gosto dos pinos por exemplo na cidade, mas se não tivermos pinos todos os passeios vão estar ocupados por viaturas, assim como se não tivermos estacionamento tarifado, quem mora ou quem lá fica, leva com o dia inteiro e eu nisto vou ser muito frontal. Na praia da Rocha, no verão, são



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



os próprios comerciantes a nos pedirem para que a fiscalização ande lá mais para os lugares serem rotativos. Na última reunião que tivemos com a associação comercial aqui da nossa cidade, também foi pedido, que até nalgumas zonas e nalgumas alturas aumentássemos o estacionamento tarifado para que o próprio estacionamento pudesse ter mais utilidade e não com viaturas paradas o dia inteiro e, portanto, isto é uma opção política e é assim que vamos continuar, porque é assim que acho que vamos no caminho certo. De resto, quero passar a palavra também ao meu colega Filipe Vital. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o Vereador da Câmara Municipal **Filipe Mesquita Vital**, para dizer que quer agradecer ao senhor deputado Carlos Martins o desejo de melhoras que lhe dedicou, e dizer-lhe também que estas inscrições, quer a sua, quer a do senhor Vice-Presidente já estavam feitas antes da intervenção dele. Só dar aqui uma achega do ponto de vista histórico ou da história da EMARP, que a EMARP já tinha o estacionamento tarifado, e quando a competência da fiscalização do estacionamento passou para a autarquia, fazia todo o sentido tendo a EMARP já fiscais na rua, tendo a EMARP fiscais com formação e com certificação da NSR, fazia todo o sentido que a EMARP pudesse ficar com esta competência, sendo que a receita como já aqui foi dito várias vezes, é uma receita do município e não é com a receita das coimas que o município espera ter saldos excedentários, nada disso. O produto das coimas não serve, eu bem sei que não podemos ter despesa consignada, mas eu apetecia-me dizer que todo dinheiro das coimas será aplicado por exemplo na construção de parques de estacionamento. Do ponto de vista do orçamento isso não pode existir, não existem receitas consignadas, mas de qualquer forma parece-me que esse pode ser o princípio político a seguir por este Executivo sem problema nenhum e fica desde já aqui assumido, todo o dinheiro das coimas será investido em parques de estacionamento para permitir que as pessoas tenham condições para estacionar em Portimão. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, para dizer que é uma simples questão e aqui em resposta ao senhor Vice-Presidente. eu penso que dentro do concelho de Portimão continua a haver forças policiais e que essas também podem coimar, até parece que deixaram de existir forças policiais em Portimão. É tudo. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para pedir que esclareçam a questão que pôs da divergência de valores. Ninguém quer responder a isso? É que vamos votar um documento que tem valores divergentes, eu, enfim, gostava que o Executivo se pronunciasse sobre isso. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, perdoem-me a teimosia ou persistência, como entenderem, mas eu continuo à espera que me expliquem o critério das doze mil contraordenações. Muito obrigado.----- Ficou com o uso da palavra, o diretor municipal da EMARP, **Pedro Romão**, para dar razão ao Dr. Caetano, porque de há aqui de facto uma divergência, a tal divergência dos sessenta euros, mas segundo o ponto de vista da execução do contrato é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



perfeitamente irrelevante, na medida em que as doze mil coimas, portanto são um valor estimado por excesso numa situação de pico, portanto em que há uma grande atividade na cidade, portanto, mas acho que estamos longe de chegar a esse valor. Portanto, a título de exemplo, julgo que vamos acabar este ano com cerca de seis mil e seis mil e quinhentas contraordenações, portanto não chegaremos àquele valor que é um valor estimado por excesso. Portanto, eu penso que assim respondo quer ao deputado Paulo Canha, quer ao Dr. Caetano. -----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, citando alguém que já falou aqui nesta Assembleia sobre este assunto, não temos histórico comparativo para trás e dizer-se que, bom até ao momento são seis mil coimas ou seis mil processos de contraordenação neste ano, não me garante nem garante a ninguém nem pode garantir que não atinjamos no próximo ano as doze mil, e a questão aqui é muito simples, se realmente atingirmos o tal pico das doze mil, o valor é discrepante. Podem- dizer-me, bom sessenta euros é uma diferença marginal, mas é uma diferença, e eu volto a dizer uma coisa muito simples, retribuindo aqui o gáudio que o senhor vereador Bila me endereçou, o gáudio aqui senhor vereador, é no rigor, os senhores é que se reclamam das contas certas. Quando os senhores vêm com um documento aqui que diz que é um valor máximo e esse valor é ultrapassado, ou eventualmente ultrapassável, enfim, eu não vejo onde é que estão as contas certas e onde é que está o rigor. Portanto, era isso que eu queria que fosse explicado e já agora, pegando naquilo que foi dito aqui também pelo deputado Carlos Martins, gostava que fosse o senhor a explicar, o senhor passa sempre a bola, ou passa para o vereador Vital, ou passa para o diretor geral, passa sempre a bola para alguém. Enfim, não sei se está com vergonha, se ainda não está por dentro dos dossiês. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que não percebeu muito bem. Temos aqui um termo comparativo de seis mil e quinhentas contraordenações, é lançado o valor de doze mil contraordenações, mas isto nem sequer é um médio, nem sequer é uma estimativa, isto doze mil contraordenações é o que os senhores estimam para cobrir a receita? Isto é um objetivo? É que seis mil e quinhentas para doze mil contraordenações, parece que estamos a aumentar, neste orçamento vamos aumentar muitas contraordenações, isto não tem lógica. Se os senhores prometem fazer mais parques de estacionamento, não percebo, eu sinceramente não percebo. Vocês precisam destas doze mil contraordenações para executar os parques? É esse valor que vocês irão despender na execução dos parques de estacionamento? Eu não percebo qual é este critério e qual foi o estudo económico que serviu para os senhores referirem as doze mil contraordenações. Termina. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação**, senhora Presidente, oiço atentamente a discussão da Assembleia Municipal que já não parece tanto um fórum e percebo o seguinte. Primeiro, dá muita discussão a suposta caça à multa que só fantasmagoricamente pode existir, porque foi aprovado nesta Assembleia noutro mandato, o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



estacionamento pago no concelho. Segundo, o estacionamento já está a ser executado, ponto final, é facto. Agora, a receita é ou será curta, então lá vai novamente a Câmara ceder mais cento e quarenta mil euros. De grão a grão, a empresa nacionalmente prestigiada vai perdendo prestígio. Tenho dito. ---
-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que gostava de acrescentar isto que é o seguinte, muitas vezes há aqui uma troca semântica entre aquilo que são atribuições e aquilo que são competências e às vezes até a confusão que existe nestes concelhos, há uma coisa que é preciso relevar e considerar, que é a vocação que existe ou não para exercer determinada competência, e parece que enfim, e até no seguimento daquilo que o senhor deputado municipal Carlos Martins disse aqui, embora o PSD ultimamente não esteja muito alinhado com as ideias do Partido Chega, mas neste caso o Partido Chega até está alinhado com as ideias do senhor deputado Carlos Martins do PSD, é que há aqui uma falta de estratégia enorme, e esta falta de estratégia enorme relativamente a esta questão, culmina exatamente com aquilo que foram as declarações do senhor vereador Filipe Vital com este *insite* que teve estratégico, relativamente ao aproveitamento e às ideias que surgiram daqui para a construção de mais estacionamento. Portanto, neste caso, acaba por ser interessante esta lógica, no fundo isto são atos de gestão que são atos políticos, mas não só e, portanto, nesse aspeto, tenho dito.-----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-n)** Discussão e votação do Contrato Programa Instrução e Decisão de Procedimentos Contraordenacionais Rodoviários por Infrações Leves Relativas a Estacionamento a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP - Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM, SA, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 918/21**, - tendo sido obtido o seguinte resultado:-----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSI	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	1	0	4
VOTOS CONTRA	0	5	0	2	2	1	0	1	11

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----**Foi aprovado por maioria o Contrato Programa Instrução e Decisão de Procedimentos Contraordenacionais Rodoviários por Infrações Leves Relativas a Estacionamento a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP - Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM, SA, nos termos da Proposta.**-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o **Ponto 4-o) Discussão e Votação da retificação da Deliberação nº 819/21, relativa à delegação na Sra. Presidente da Câmara da competência referida na alínea c) do nº1 do artigo 6º da LCPA, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 6º da LCPA, por remissão para da al. b) do nº1 do art. 22º do Dec. Lei 197/99, de 08/06, nos termos da**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Proposta – Deliberação nº 925/11, - declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era só para dizer que a exemplo do que dissemos na reunião em que este assunto foi votado, mantemos a mesma posição e reiteramos que entendemos que esta medida é desnecessária, além de ser de legalidade duvidosa é desnecessária e que configura, conforme já foi aqui dito também anteontem a propósito de outra alteração genérica, configura um esvaziamento desta competência de fiscalização da Assembleia, além de que daquilo que eu me recorde e já ando aqui há alguns anos, não há memória dalguma situação em que o Executivo tivesse necessitado de uma aprovação da Assembleia para um assunto deste tipo e não a tivesse tido em tempo útil. Portanto, esta proposta carece de qualquer fundamento, é mais uma vez um atropelo àquilo que é uma competência própria da Assembleia Municipal de fiscalização que deixa de a ter através da aprovação desta medida, seja com o acerto do valor, seja sem o acerto do valor e, portanto, cabe-nos denunciar isso aqui, lamentar esta atitude do Executivo que insiste e persiste nesta tomada de posição tentando aqui esvaziar a Assembleia de uma competência e também, enfim, pelo menos do Partido Socialista aqui na Assembleia, que acolhe candidamente aqui este tipo de postura e aceita que à Assembleia seja retirada esta competência. Terminava só dizendo, portanto, para reiterar que vamos manter o sentido de voto contra e dizer também que embora seja um erro de conversão, é aquilo que discutimos no ponto anterior, é a questão do rigor que às vezes falta ao Executivo aqui na preparação dos assuntos quando os traz, quer a reuniões de Câmara, quer depois aqui à Assembleia. Vão dizer-me bom, mas o engano aqui é um valor mínimo, pois é uma falta de rigor, é essa que é a questão e estamos a lidar, penso eu com assuntos suficientemente sérios para que deva haver sempre essa preocupação com rigor e que os documentos venham de uma forma correta e realmente acertada aqui à Assembleia. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, não obstante aquilo até que foi dito anteriormente e de já termos discutido este ponto, vou voltar a dar algumas notas, até porque se eu cada vez que o ponto vem deixasse de o dizer, como já o discuti no mandato anterior, também depois forçava-me a não o discutir, mas efetivamente e para recapitular, é aquele ponto que naturalmente cria, acredito eu, desordem de pensamento e votação em provavelmente quem está no Executivo camarário e quem está num outro órgão autárquico local, nomeadamente a Assembleia Municipal, que tem competências díspares que escuso de dizê-las, mas aquilo que acho, é que a melhor forma de honrarmos os compromissos para os quais somos eleitos e recordava e reforçava isto, a todos os vinte e sete membros da Assembleia Municipal, é quando conseguimos fazer esta destriça e mais uma vez e hoje não me vou alongar, seguramente não vou gastar os dez minutos neste ponto porque já muitas coisas disse, mas mantenho a coerência, é que a bancada dos deputados municipais do PSD mantêm a consciência de que todo e qualquer assunto tem viabilidade para vir a esta casa ser discutido, fiscalizado e novamente auscultado



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



em conjunto com os membros da Assembleia, com os senhores vereadores, com os membros das assembleias de Freguesia, com as comissões políticas partidárias, com a sociedade civil, como entendermos, mas que o mais bonito que podemos fazer é ter a consciência plena do local em que estamos e enquanto membros da Assembleia Municipal, esta bancada tem plena consciência que só pode novamente votar contra e é aquilo que queria alertar novamente todos os outros, sendo que a maioria dentro da diversidade é contra este tipo de proposta, a minoria que é maioritária dentro deste fórum, será a favor, porque tem de ser. Para já disse e naturalmente o PSD vai votar novamente contra esta proposta que aqui vem. -----Pedi o uso da palavra, o

líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que o Partido Socialista nesta matéria tem uma visão algo diferente das que já foram manifestadas. Na verdade, estamos perante uma postura política a nosso ver da maior dignidade, tanto mais que ela reflete uma humildade própria de quem ao errar, não é, e errar humano é gíde, quem ao errar vem junto do órgão para a sua retificação e, portanto, trata-se de um processo que já havia sido objeto de aprovação na Assembleia, embora por esta minoria discutível que acabou de ganhar as eleições e que tem um Executivo, enfim, composto de forma supostamente não minoritária, mas isto para dizer que de facto nos parece aqui e agora um processo linear, que visa no fundo o quê, a confirmação rigorosa de uma nota contabilística e que tem a ver ao fim ao cabo com esta conversão que foi feita ao nível desta interpretação e naturalmente que foi objeto da reconversão justamente pelos reparos que foram feitos no seio do órgão. Com isto, vale dizer que nós no Partido Socialista temos tomado uma posição que não é de modo algum de descarte das nossas responsabilidades e da nossa função obviamente de fiscalização da Assembleia, mas que estamos efetivamente perante compromissos plurianuais, e obviamente que o que nos move em matéria de adesão para esta proposta, é o que tem a ver justamente com a celeridade processual de uma Câmara que é um espaço muito pesado do ponto de vista burocrático e obviamente que não contendo aqui valores que no fundo contradigam aquilo que é a proposta na sua substância, não vemos como é que a Assembleia se está a descartar da sua responsabilidade fiscalizadora. Portanto, a nosso ver, é uma questão de facto de alinhamento num conjunto de ideias que não estão padronizadas propriamente do ponto de vista político, mas estão sensibilizadas ao nível da gestão. Portanto, para nós é uma questão absolutamente oriunda do domínio gestor, não do domínio político nem do da redução da diminuição ou da exacerbação de competências do órgão que se mantém absolutamente intactas. -----Pedi o

uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, só para responder a esta última intervenção. Eu acho que o senhor deputado Figueiredo Santos, e digo isto com toda a amizade e todo o respeito que tenho por ele, aqui no meio desta, já não será gaiola será uma jaula burocrática em que estamos aqui metidos, o senhor deputado Figueiredo Santos perdeu aqui de alguma forma o norte, quando diz que não vê como é que a Assembleia deixa de exercer as suas competências de fiscalização, pois é evidente como é que deixa senhor deputado, é evidente. A partir do momento em que estes assuntos, estes compromissos



plurianuais até este montante deixam de vir previamente à Assembleia para serem discutidos e aprovados e passam a vir posteriormente para conhecimento, é óbvio e é evidente, enfim, entra pelos olhos a dentro até para quem está aqui enredado na tal jaula_burocrática, eu diria mais, até amarrado e agrilhado aqui a essa jaula de burocracia, é evidente que a Assembleia perde essa competência fiscalizadora, isto é inequívoco, enfim, só se andarmos aqui à procura talvez de coisas que não existem ou tentar aqui baralhar os factos, é que se pode dizer que não se percebe como é que a Assembleia perde uma competência. É evidente que perde e aquilo que me causa estranheza é que pessoas responsáveis como o senhor deputado Figueiredo Santos, aceitem isto de uma forma cândida e natural, como se fosse uma imutabilidade, e ainda para mais brandindo aqui supostos argumentos que é preciso acelerar a tal celeridade administrativa, deve ser para fugirmos da jaula, porque realmente estamos aqui tão enredados que isto, enfim, não há nada como aligeirar procedimentos, aligeirar competências para tentarmos aqui escapar da jaula. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que se na primeira deliberação sobre esta matéria absteve-se, hoje não vai fazer abstenção pelo simples facto, nós tivemos uma conferência de líderes que demonstrou bem a boa vontade, o que é a nossa boa-fé para celeridade administrativa se for necessário. Portanto, nós vamos marcar uma reunião, marcamos uma reunião com cinco dias de antecedência, cinco dias úteis, houve colaboração de todos, eu dia 5 inclusivamente tinha uma diligência na polícia judiciária de Lisboa e amanhã sem dúvida farei um telefonema perante a vossa deliberação, farei um telefonema para dar sem efeito a diligência para estar presente, para assumir o sentido de responsabilidade que assumi perante o eleitorado. Portanto, perante esta posição e depois da conferência que se realizou hoje a demonstrar que realmente existe bastante celeridade administrativa por parte dos membros da Assembleia e de boa vontade, só me leva nesta sessão a alterar o meu voto e votar contra.

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que na verdade ouviu com muita atenção a argumentação do senhor deputado João Caetano e confessa que se sentiu seduzido em realmente responder-lhe, porque de facto verificou que não produziu nem menosprezou esta reflexão e tão pouco desconsiderou aquilo que ela tem de cândido. Na verdade, eu compreendo e aceito perfeitamente a posição de quem está na oposição e isso é desejável e é absolutamente razoável, portanto isso não está em causa. O que está em causa aqui, é pensarmos que obviamente a burocracia é um dado factual, não é, nós inclusivamente já tivemos um ministério da simplificação administrativa, continuaremos a produzir com certeza essa simplificação por conta da complexificação a que os procedimentos têm estado sujeitos. Naturalmente, portanto, não estamos em relação a isto, penso que não em relação a isto, como pensar, não estamos a tentar aligeirar esta gaiola que refere, não, ela existe, é patente, sabemos que são órgãos pesadamente burocráticos, naturalmente que sim. Portanto, não vale apenas escamotearmos esta matéria. Agora vamos dizer, bem, mas mesmo assim essa reflexão que o senhor está a fazer não é adequada ao momento, ou seja, não é adequada



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



porquê? Porque nós ao nível da Assembleia, perdemos o controlo da decisão, e eu aí permito-me discordar com todo o respeito que me merecem as suas reflexões, que é um intelectual sério, embora às vezes abusando das suas metáforas, é um intelectual sério que temos que levar em consideração, e neste caso o que está aqui efetivamente em causa é, por exemplo, pensar num seio destas transações o problema das compensações, o problema dos ajustes, portanto toda uma engenharia financeira e disse algo que me pareceu absolutamente interessante que foi isto, é que depois os senhores apenas se obrigam a dar conhecimento posterior. Ora, se obrigam a dar conhecimento, é porque há uma matéria que está regulada e que nós Assembleia Municipal, não nos destituímos da nossa capacidade interventiva neste domínio, ou seja, nós não temos dificuldade rigorosamente nenhuma em caso de não cumprimento da Câmara, em não abonar mais este tipo de procedimentos que a nosso ver e de uma forma cândida, insisto, têm permitido, tem dito a experiência isso mesmo, agilizar procedimentos no quadro ou no seio de um espaço burocrático denso. Sejamos honestos, nós sabemos que assim é. Vejamos até pela nossa própria Assembleia, no nosso poder fiscalizador aquilo que nós coamos muitas das vezes até de cêntimos, não é? E que foi o que fizemos e justamente ali no ponto anterior, onde inclusive estávamos a avaliar uma questão de orçamentação e passámos dessa questão de orçamentação, enfim, que tinha sugerido pontos de equilíbrio etc. para a flexibilidade do trânsito, para questões do senso comum como é a questão da caça às multas e etc. por aí fora, a falta de pedagogia do pessoal, etc. Ou seja, já estávamos a avaliar a prática de gestão que aí realmente saímos claramente do domínio da avaliação orçamental, ou seja, isto para dizer o seguinte. Esta Assembleia, tem um grande lastro político e conseqüentemente não é esta delegação de competências com valores precisos, com valores objetivamente destinados, que nos vai ferir nas nossas faculdades fiscalizadoras. Portanto, é um ponto de vista respeitável o vosso e agradecemos obviamente de todo em todo que também respeitem o nosso, porque é cândido como digo, nada tem, mas nada tem de fuga, não é, não há aqui uma situação em que se possa dizer que há aqui uma pretensão de fugir ao que quer que seja, porque o controlo mantém-se e o conhecimento é um imperativo legal. Agora o que eu gostaria, porque eu raramente gosto de entrar em interlocução com os colegas de bancada, mas o que gostaria que de facto alguém me dissesse face a estas reservas mentais, o que é que é uma legalidade duvidosa, ou é legal ou é ilegal, agora uma ilegalidade duvidosa eu não sei o que é, por amor de deus, quer dizer, é que esta é uma terminologia que surge constantemente associada a um pretexto para votar contra, as pessoas estão no seu direito. Agora, o que eu acho é que os conceitos muitas das vezes que os suportam é que são duvidosos, porque, sinceramente, eu não tenho, nem tenho pretensões a ter, formação jurídica. Agora, há coisas que até o próprio senso comum é sensível a elas, quer dizer permitir-se não investir ou investir contra-alegando uma legalidade duvidosa. Eu sinceramente acho que isto é uma forma de despeito em relação a uma proposta que vem aqui e que é crível que seja legal, porque caso assim não é e se nos demonstrarem isso, nós seremos os primeiros a renunciar a nossa posição inicial, seremos os primeiros se nos disserem que ainda não é legal, ou se temos bases legais para sustentar ou não temos. Pronto eu peço imensa desculpa pela minha emoção,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



suponho ter sido urbano e delicado e pronto e é esta a nossa postura. Muito obrigado pela atenção, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, hoje como já foi dito, ficou provado que em cinco dias úteis conseguimos ter uma Assembleia Extraordinária para dar cotação ao que é pedido pelo Executivo, mas no entanto o Bloco de Esquerda, não quer aqui também ficar com o impeditivo de agilizar processos, mas no entanto mais uma vez fica aqui que queremos também que o Executivo vá mais para os concursos públicos e deixe as consultas prévias e os ajustes diretos e nós vamos manter a votação que tivemos anterior e vamos abster-nos neste ponto. -----

----- Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação**, para dizer que ao ler esta deliberação, não deixa de ser curioso a senhora Presidente ter a honra de propor à Assembleia Municipal esta delegação de competências, quando nós não conseguimos ter a honra de a ter presente nas reuniões deste órgão. De qualquer forma e como já a eleita Ângela Venâncio disse, já foi provado que de ontem para hoje se fez uma reunião de representantes em menos de vinte e quatro horas e marcou-se uma reunião extraordinária numa semana. Portanto, sem dúvidas legais e de uma forma cândida, a CDU vota contra esta deliberação.-----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, bom, eu não querendo incomodar o senhor deputado Figueiredo Santos com as minhas metáforas exageradas, também não tenho a pretensão de seduzi-lo, muito menos com a minha argumentação, mas queria aqui dizer o seguinte. É claríssimo que esta competência é perdida pela Assembleia e eu questionava diretamente o senhor deputado Figueiredo Santos como é que a Assembleia vai exercer a sua competência fiscalizadora relativamente a um ato que já está aprovado e que já está a ser executado, porque a Assembleia só vai ter conhecimento desse ato que foi aprovado e já está em execução. Portanto, como é que a Assembleia vai fiscalizar esse ato, e depois dizer-lhe o seguinte. Portanto, eu não sou contra a celeridade e a simplificação administrativas, antes pelo contrário sou favorável a isso. Contrariamente àquilo que acontece consigo, entendo que esses objetivos não podem ser prosseguidos nem conseguidos à custa do esvaziamento de competências da Assembleia Municipal, esse é que é o problema, é que o senhor entende que a celeridade administrativa e a simplificação podem e devem neste caso ser conseguidas à custa da Assembleia Municipal e de uma competência própria. Eu entendo que isso não pode ser assim, há outros mecanismos de simplificação administrativa, aliás eu hoje ouvi na conferência de representantes como o senhor ouviu, que aquela reunião que vamos ter no dia 5 de janeiro, a urgência é porque houve aqui atrasos na deliberação do Executivo. Portanto, quer dizer querem esvaziar a competência da Assembleia para simplificar e agilizar procedimentos, mas depois a montante no Executivo da Câmara, muitas vezes o atraso vem daí não é da própria Assembleia. Portanto, entendamos,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



quer dizer, não é à custa de competências nossas que são próprias da Assembleia que se tem que atingir essa celeridade e simplificação administrativas. Disse. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4 o)** Discussão e Votação da retificação da Deliberação nº 819/21, relativa à delegação na Sra. Presidente da Câmara da competência referida na alínea c) do nº1 do artigo 6º da LCPA, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 6º da LCPA, por remissão para da al. b) do nº1 do art. 22º do Dec. Lei 197/99, de 08/06, nos termos da Proposta – **Deliberação nº 925/11**, tendo sido obtido o seguinte resultado:-----

VOTAÇÕES	PS PPD/PS	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU PCP/PE	PAN	DEPUTADA INDEPENDEN	TOTAL
VOTOS A FAVO	15	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	2	0	0	0	2
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	1	1	1	13

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----**Foi aprovado por maioria** a retificação da Deliberação nº 819/21, relativa à delegação na Sra. Presidente da Câmara da competência referida na alínea c) do nº1 do artigo 6º da LCPA, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 6º da LCPA, por remissão para da al. b) do nº1 do art. 22º do Dec. Lei 197/99, de 08/06, nos termos da Proposta. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o **Ponto 4-p) Eleição de um Representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação de Portimão**, informando que foi apresentada como proposta dos senhores presidentes de Junta, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Portimão, Maria da Luz Santana para integrar o Conselho Municipal de Educação de Portimão. -----

-----Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-p)** Eleição de um Representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação de Portimão, - tendo sido obtido o seguinte resultado: -

-----**Foi aprovado por maioria**, a eleição da representante, Presidente da Junta de Freguesia de

Lista Apresentada:	
Presidente da Junta de Freguesia de Portimão – Maria da Luz Santana	
Votos a favor	19
Votos contra	6
Abstenção	5
Total	30

Portimão – Maria da Luz Santana. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o **Ponto 4-q) Eleição de dois Representantes dos Presidentes das Juntas de Freguesias para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais**, tendo sido apresentada como proposta dos senhores presidentes de Junta, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Portimão Maria da Luz Santana Nunes e o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande, José Vitorino Nunes. Portanto, são dois representantes, dois presidentes de Junta para integrar a comissão municipal de gestão integrada de fogos rurais. Assim, declarou abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação**, para dizer que percebeu, e nós não podemos fazer uma contraproposta? -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, explicou que são dois presidentes de Junta e esta é uma proposta discutida pelos três Presidentes de Junta, eles aceitaram que fosse esta a proposta. Portanto, não sei se o senhor deputado quer apresentar uma proposta alternativa.

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação**, para dizer que pensa que a Presidente da Junta de Freguesia de Portimão já vai integrar uma comissão e assim sendo com esta proposta, como são dois representantes, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Portimão irá integrar as duas comissões. Nós temos três freguesias, é justo que se há três presidentes de Junta de Freguesia envolvidos em comissões, possa ser dividido o trabalho pelos três, digo eu. -----

-----A Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que percebe isso. Agora, os senhores presidentes de Junta têm lugar por inerência na Assembleia Municipal, entre eles decidiram. O representante no congresso da Associação Nacional de Municípios foi o senhor Presidente da Junta de Freguesia em Alvor, eles têm autonomia, decidiram desta forma, eu penso que é uma questão até de respeito institucional relativamente aos senhores Presidentes de Junta. Agora, se o senhor deputado quiser apresentar uma proposta, portanto apresenta uma proposta. Agora, eu penso que se os três estão de acordo e se eles formalizaram estas duas propostas, obviamente discutiram-na entre eles e sabem porque é que decidiram assim e, portanto, facilita a vida à Assembleia Municipal e nós respeitamos, são três presidentes de Junta eleitos diretamente por sufrágio direto e universal, têm lugar aqui por inerência, tomaram essa opção e eu penso que é perfeitamente compreensível respeitar o seu sentido. -----

----- Pediu o uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvor **Ivo Miguel Inácio Carvalho**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que agradece desde já uma vez mais a preocupação do senhor membro da Assembleia Pedro Purificação com os presidentes de Junta, mas não sabe qual é que seria a legitimidade da proposta do senhor membro da Assembleia, visto que a lei é clara. Relativamente a esta questão, isto é um assunto que diz respeito aos presidentes de Junta e sempre funcionou muito bem relativamente à apresentação das propostas e à discussão entre os presidentes de Junta. Tal como a senhora Presidente já explicou e muito bem relativamente à Associação Nacional dos Municípios Portugueses, ou seja, o qual eu representei as três juntas de Freguesia por acordo entre os presidentes de Junta, aconteceu nomeadamente para a comissão anterior, no Conselho Municipal de educação, e entendemos por bem também ser o colega José Vitorino por uma razão óbvia e lógica, no âmbito da comissão que representa, do conselho municipal que representa, assim como a colega Maria da Luz como primeira suplente nesse conselho. Obviamente que recebemos com bom agrado uma vez mais possibilidade do senhor membro da Assembleia Pedro Purificação dar voz aos presidentes de Junta, mas assim como virão outros conselhos e seremos chamados a integrar, estaremos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cá novamente nós presidentes de Junta, legitimados para tal discutir e apresentar o nome à votação desta Assembleia. Disse senhora Presidente, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para perguntar o que é que estão a discutir que ainda não percebeu? Isto é tão claro, quer dizer então, mas o PC é que vai dizer quem são os presidentes de Junta que vão integrar aqui a comissão dos fogos rurais? É o PCP que manda nessa questão? Eu não percebo. -----

-----Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para apelar a que pudessem realizar de imediato a votação dos dois representantes dos Presidentes de Junta que já fizeram a proposta e que respeitam a sua vontade, e pensa que o princípio da autonomia dos presidentes de Junta eleitos diretamente confere-lhes essa legitimidade. -----

Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins Purificação**, senhora Presidente perdoe-me, mas antes de votar, que informação chegou da Assembleia Municipal para nós verificarmos estas votações? Digo nomeadamente porque é que num conselho é indicado um representante e no outro conselho é indicado dois representantes. Eu digo é a informação que recebi da Assembleia Municipal para poder votar em consciência. -----

-----Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, para esclarecer, porque do Conselho Municipal da educação é só um Presidente de Junta e na comissão municipal de gestão integrada de fogos rurais são dois presidentes de Junta e, portanto, é isso que essas comissões preveem, e é isso que estão a votar, estão a cumprir aquilo que essas comissões que têm um enquadramento jurídico propõem. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins Purificação**, para dizer à senhora Presidente que não foi essa pergunta que fez. Eu perguntei que informação veio dos serviços da Assembleia Municipal que diz exatamente isso que a senhora disse.

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, explicou que são os regulamentos que lá estão. Eu tenho-os aqui, foram distribuídos pelo grupo municipal e penso que os senhores deputados também têm. Portanto, o Conselho Municipal da Educação tem uma informação dos serviços de informação subscritos pela senhora vereadora Teresa Mendes. Olhe, divisão da educação, tenho aqui a proposta e tem o regimento anexo, que estabelece as regras. Tenho aqui depois outra informação, esta até está com o despacho da senhora Presidente e este aqui é da comissão municipal de gestão integrada de fogos rurais, constituição, também tenho o despacho da senhora Presidente de Câmara a remeter para mim própria na qualidade de senhora Presidente da Assembleia Municipal e, portanto, os documentos estão juntos à documentação que foi remetida aos senhores deputados para a votação. Relativamente à informação dos senhores presidentes, veio também uma informação dos senhores presidentes a dar essa informação. Se o senhor deputado não concordar, exercerá o voto que entender. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins da Purificação**, o que eu perguntei senhora Presidente, é que no edital, na convocatória, todos os assuntos, todos os pontos têm no final uma deliberação com o número. Eu não acho nestes pontos a deliberação com o número, logo não consegui visualizar nos documentos enviados pela Assembleia Municipal o regulamento destes pontos. Eu visualizo nos documentos da Assembleia Municipal o documento de informação a dizer Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Juventude, mas não consigo visualizar o nome deste documento que é dos fogos florestais, daí gostava de ler ou passar os olhos pelo documento antes de votar. É só isso, senhora Presidente. Vou agora votar, não tenho objeções nenhuma à proposta, simplesmente achei estranho serem dois representantes. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, a única coisa que eu sei e a informação que lhe posso dar, é que a senhora deputada Lurdes Melo pediu a documentação em fotocópia. Portanto, além da documentação que foi enviada pelos meios normais, foi pedido também a documentação fotocopiada, portanto eles são muitos documentos. Eu sei que esses documentos foram distribuídos. De qualquer forma já verbalizei aqui qual é a proposta e, portanto, a proposta está em cima da mesa. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU **Pedro Filipe Martins Purificação**, para agradecer a preocupação de todos e dizer que sabe ler, só queria saber o porquê. ---

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, explicou que compreendem a sua pergunta e não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-q) Eleição de dois Representantes dos Presidentes das Juntas de Freguesias para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

Lista Apresentada:	
Presidente da Junta de Freguesia de Portimão – Maria da Luz Santana	
Presidente da Junta de Freguesia da Mex. Grande – José Vitorino Nunes	
Votos a favor	20
Votos contra	7
Abstenção	3
Total	30

----- **Foi aprovado por maioria**, a eleição dos representantes, Presidente da Junta de Freguesia de Portimão – Maria da Luz Santana e Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande – José Vitorino Nunes. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o **Ponto 4 -r) Designação de um representante da Assembleia Municipal para integrar o ACES Barlavento - Agrupamento de Centros de Saúde Barlavento**. Explicou que existem duas propostas previamente apresentadas. A proposta do Partido Chega, propõe o senhor deputado municipal Paulo Canha e a proposta do Partido Socialista, que propõe o deputado municipal José Figueiredo Santos. Portanto, há duas pessoas propostas para integrar o conselho consultivo do ACES do



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Barlavento, que é um conselho consultivo, em que cada Assembleia Municipal que integra o ACES do Barlavento indica um representante e, portanto, são o Município de Lagoa, Portimão, Monchique, Vila de Bispo, Aljezur e Lagos. Portanto, serão esses que votarão um representante. Neste sentido, questionava se existem mais propostas. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, para dizer que gostaria de propor, ou indicar, o deputado Carlos Martins para essa posição. Obrigada. ---

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, indicou a constituição das listas, ficando assim: Lista A, proposta do partido Chega, Paulo Canha; lista B, proposta do Partido Socialista, Figueiredo Santos e lista C, proposta do PSD, Carlos Martins. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto4-r)** Designação de um representante da Assembleia Municipal para integrar o ACES Barlavento - Agrupamento de Centros de Saúde Barlavento, - tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

-----**Foi aprovado por maioria**, a designação do representante da Assembleia Municipal para integrar

Listas Apresentadas			Abstenção	Total
Lista A • CHEGA – • Paulo Canha	Lista B • PS – • José Figueiredo santos	Lista C • PPD/PSD – • Carlos Martins	5	30
5	14	6		

o ACES Barlavento - Agrupamento de Centros de Saúde Barlavento – José Figueiredo Santos. -----

-----Em seguida, a senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Cristina Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate o **ponto 4-s) Designação de um representante de cada uma das forças políticas para integrar o Conselho Municipal de Juventude de Portimão**. -----

-----**Foram indicados os seguintes representantes:** Rui Algarve – PS; Maria Manuela Trigo – CHEGA; Raquel Bernardino – PPD/PSD; Daniela Duarte – PAN; Afonso de Lousada – Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança); João Moreira Bárbara – BE; Joana Quintanova - CDU(PCP/PEV). -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate o **ponto 4-t) Votação da Comissão para a revisão do Regimento da Assembleia Municipal**. Dado não existir quaisquer pedidos de intervenção, foi submetido à votação o **Ponto 4-t) Votação da Comissão para a revisão do Regimento da Assembleia Municipal, - tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----**Foi aprovado por unanimidade** a Comissão para a revisão do Regimento da Assembleia Municipal. -----

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram Zero horas e cinquenta minutos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 4ª Reunião da 5ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e um, realizada no dia vinte e nove de dezembro, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento. De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, não foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. -----

-----E eu, Vanda Germano _____ Técnica Superior, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(*Isabel Andrez Guerreiro*)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(*Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café*)

2º Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

(*Sheila Gassin Tomé*)



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO





DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIALISTA

Assembleia Municipal – 22-12-2021

Moção do Bloco de Esquerda: “Transmissão Online e disponibilização de áudio e vídeo da Assembleia Municipal de Portimão”

CDS, NOS, Aliança e Portimão Mais Feliz: “Pela Transmissão de Som e Imagem em Direto das Sessões da Assembleia Municipal”

Os meus cumprimentos à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros da Assembleia e a todos os presentes.

Venho responder, em nome do grupo do Partido Socialista à Moção do Bloco de Esquerda, e ainda sobre a mesma matéria, e caso não se oponham à apreciação conjunta por se tratar da mesma matéria, à apresentada pelo CDS, NOS, Aliança e Portimão Mais Feliz, sobre a questão da Transmissão em direto, online, e disponibilização de áudio e vídeo das sessões da Assembleia Municipal de Portimão.

A temática da gravação das sessões e o acesso e disponibilização dessas gravações, bem como da sua qualificação como documento administrativo, tem de ser apreciada no seu conjunto e em conformidade com a legislação que rege este órgão autárquico.

O regimento da AM nada dispõe sobre as referidas gravações.

Todos sabemos que tal transmissão poderá extrapolar os limites de um debate racional e político e acabar por transmitir apenas, e tão só, opiniões ou estados emocionais que são improvisos, onde se fazem apreciações e/ou



juízos de valor, emitidos pelos oradores sobre a sua própria pessoa ou sobre a pessoa de outros Membros da Assembleia, perfeitamente identificáveis.

Ainda nesta ordem de ideias, os debates gravados podem, se descontextualizados, conter afirmações ou expressões pessoais, proferidas por qualquer membro, que poderão conduzir a interpretações erradas e dar origem a situações perigosamente sensíveis.

Temos ainda dúvidas que a utilização das gravações para outros fins, que não o da elaboração e conferência das atas, não careça de autorização expressa dos membros intervenientes nas sessões.

Por outro lado, tais gravações virão a ser, ou não, classificadas como documento administrativo, nos termos da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, também designada por Lei de Acesso aos Documentos da Administração (LADA), e nessa medida terão de estar regulados enquanto tal, tanto no seu arquivo, como o respetivo acesso aos mesmos.

É certo que as sessões da Assembleia Municipal são públicas, as sessões são gravadas e qualquer munícipe a elas tem acesso, mas os meios de audiovisual têm diferente impacto na sua publicidade.

Defende o PS que a implementação da disponibilização online das Assembleias Municipais deve ser tratada com cautela em benefício do equilíbrio entre os valores da transparência, da espontaneidade, da participação democrática, da liberdade de expressão e da boa-fé, que terá de passar necessariamente primeiro pela revisão do regimento.

Assim, vale dizer que é inapropriada, porque não se trata de uma matéria relativa a competências da Assembleia, mas tão só ao seu modo de funcionamento. Isto é, de natureza puramente regimental, pelo que requer



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



uma análise estruturada no âmbito de um trabalho de reforma regimental e não de uma proposta avulsa.

É no contexto de um pensamento estruturado sobre o regimento da assembleia que o PS está disponível para discutir a difusão dos trabalhos nas tecnologias de informação e comunicação.

Esta matéria não se reveste de simplismo, dizendo respeito aos direitos, liberdades e garantias dos indivíduos (nomeadamente proteção de dados) e no órgão não intervêm apenas os seus membros, mas também munícipes.

Por isso, deve ser analisada no recato de uma comissão de revisão do regimento da Assembleia Municipal, que consta da agenda de trabalhos de hoje.

Remete-se, pois, o assunto para o seu espaço de análise próprio, e o PS vota, não necessariamente contra o conteúdo da proposta, mas contra o espaço inapropriado desta discussão.

Portimão, 23 de Dezembro de 2021

Assinado por : **MARINA DE CARVALHO COSTA**
SANCHES ESTEVES
Num. de Identificação: 08478473
Data: 2021.12.23 12:08:12+00'00'





Declaração de voto

Deliberação 887

5ª Sessão Ordinária de 2021

Assembleia Municipal de Portimão

Proposta "DE APLICAÇÃO DE IMPOSTOS PARA O ANO FISCAL 2022"

Importam referir que os procedimentos para a elaboração do orçamento municipal para 2022, pressupõe um conjunto de procedimentos administrativos. A proposta de aplicação de impostos municipais para o ano 2022, está condicionada ao conjunto de externalidades de acordo com o Regime Jurídico de Recuperação Financeira Municipal.

É conhecida o posicionamento do Partido CHEGA sobre alguns impostos nomeadamente o IMI, que é o imposto mais "ridículo" que existe, e que deveria ser extinto. Se não vejamos, as pessoas adquirem através dos seus capitais próprios ou até de empréstimos o seu imóvel, e depois ficam com que uma ligação para a vida, com uma prestação anual à camara municipal, não se conseguindo entendera justiça do mesmo. Onde está a justiça social desta medida e deste imposto e a sobrecarga que se dá aos cidadãos. Nem a justificação que a Assembleia Municipal não tem competência para extinguir o IMI, porque essa responsabilidade é da tutela estatal, é nosso entendimento que uma redução é sempre uma redução, mas esta redução de uma décima é muito pouco ousada, e que não passa de uma medida de "marketing político" e que obviamente deveria ser reduzida à taxa mínima de 0,3, a qual está prevista na autonomia municipal.

Sabemos que existe o Fundo de Apoio Municipal (FAM) e o correspondente Programa de Ajustamento Municipal (PAM), mas poderia e deveria ter sido reduzida através de negociação como esses respetivos programas, com alternativas orçamentais que beneficiassem mais os municípios e as famílias, quer através de redução e pagamento de mais dívida, assim como um incentivo ao investimento local. Por isso, sendo este imposto imoral e que as populações não deveriam suportar, no ano que se quer de retoma económica, o conjunto de impostos fiscais previstos para o ano de 2022 ora propostos pelo executivo autárquico do PS, não são mais um "embuste" de um conjunto de medidas que consubstanciam um agravamento da carga fiscal para os municípios.

O paradigma da gestão autárquico continua o mesmo, assente numa receita baseada em impostos municipais, que por sua vez servem para uma estratégia de governação que em nada promove o desenvolvimento das famílias e empresas do município e respetivas freguesias. Baste analisar os dados contabilísticos do passado mais recente e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cruzar com estratégias políticas adotadas ao longo dos anos, para verificar que muitas dessas políticas estão aqui consubstanciadas à custa dos impostos locais.

Portimão, 3 de janeiro de 2022



Declaração de voto

Deliberação 923

5ª Sessão Ordinária de 2021

Assembleia Municipal de Portimão

Se a descentralização tem trazido mais dúvidas e discussões sobre as competências descentralizadas e correspondente consequência na melhoria da resposta aos cidadãos e gestão do valor público. É certo que as novas atribuições acarretam um aumento da despesa, assim como de condições financeiras para que se possa garantir o desempenho das novas competências, diria que estamos perante um federalismo financeiro.

A questão que se observa, é para além da transferência de competências para a administração local, a mesma não tem decorrido da melhor forma, o princípio de financiamento subjacente não tem sido com as verbas necessárias para que a implementação da descentralização seja concreta, real e justa. Na prática, não existe uma coordenação entre o processo e os meios necessários para o implementar, independentemente do que consta na carta europeia de autonomia local sobre a paridade que deve existir entre as atribuições definidas e o respetivo financiamento.

Contudo, por muito que se faça, os factos e a realidade, mostram que a autarquia de Portimão só conseguirá a real emancipação, quando tiver ao seu alcance os meios financeiros para poderem desenvolver o verdadeiro serviço público municipal. Nesse sentido, esse objetivo só poderá acontecer quando os recursos financeiros forem estáveis, com maior amplitude temporal e que não estejam dependentes por um lado da administração central e por outro de definições políticas e engenharias financeiras e geoestratégicas, tendo com base a conquista do poder municipal.

Atualmente, o tema continua na ordem do dia, a pandemia veio agudizar ainda mais a problemática de que a autarquia de Portimão está numa encruzilhada para dar resposta à crise sanitária que continua por um lado, e responder por outro às consequentes emergências sociais e económicas. Infelizmente a agonia que muitos municípios vivem hoje, são o resultado duma irresponsabilidade praticada durante muitos anos por parte de muitos autarcas acompanhados de responsabilidade da tutela; cuja falta de controlo, critério e fiscalização, permitiu o acumular



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de dívida sem que esta fosse aproveitada/incluída numa estratégia autárquica de investimento, que quando existia era normalmente sustentada na criação de dívida à banca.

Na atualidade pagamos todos pelos erros, irresponsabilidade, incúria e falta de responsabilização de quem foi detentor desses cargos públicos, muitas das necessidades individuais e coletivas estão comprometidas para o futuro exatamente porque muitos autarcas que aqui passaram provocaram a limitação das leis atuais que tanto apoiaram outrora e se queixam atualmente. Esta condição ainda acaba por incrementar mais diferenças entre os municípios e entre as próprias regiões, curioso é o facto de passados tantos anos a diferença face à média europeia nunca diminuiu após tanto investimento requerido e disponibilizado pela EU. No contexto atual e com os limites que a LCPA (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso) e FFL (lei das finanças Locais) obrigam que todos sejamos afetados, nomeadamente com os impostos diretos, o que leva a mais aumento das assimetrias locais e regionais.

A lei das finanças locais (Lei.73/2013), obrigou a uma alteração de paradigma, entre muitas alterações ao orçamento, acabou com a possibilidade de “truques” muitas vezes “irreais” alinhados em “alienação” de património que nunca se executavam. Apesar de muitas considerações negativas que lhes possamos apontar, a legislação é o que é, e tem de ser cumprida e vai com certeza trazer orçamentos ainda “mais realistas, no que se refere à sua estruturação e execução, no entanto, pouco refletivos, na maioria dos casos, das necessidades das populações. E este orçamento é um exemplo disso!

Sim é necessário colmatar e prevenir que os erros do passado não se repitam, é fundamental regras e transparência na capacidade de investimento e endividamento, mais que tudo é fator crítico o exemplo de “bom pagador” na assunção de dívidas, e que as mesmas sejam realizadas em função das pessoas e desenvolvimento local e regional. Tal como as famílias, que necessitam de recorrer a empréstimos para adquirir habitação, assumindo e liquidando as suas responsabilidades.

Sabe-se que a autonomia financeira, resulta da habilidade e competência que cada município de gerar receitas para fazer face aos investimentos e despesas próprias. Neste caso ainda, a considerar favoravelmente, um Município com autonomia financeira é aquele cujas receitas próprias significam 50.1% do total. O que não é o caso aqui em apreciação.

Este dado além de ser significativo no contexto das autarquias portuguesas e europeias, demonstra a capacidade que a mesma tem de se sustentar sem ter de recorrer a endividamento, ou até de transferências do Estado. Contudo, os municípios sob alçada do FAM como é o caso do nosso município, estão muito mais condicionadas para fazer face a conjunto de despesas correntes e de investimento próprio da gestão diária do poder local, esta questão é de real importância pois coloca os cidadãos locais em patamares diferentes, quando não deveriam ser responsabilizados pelas condutas impropriadas de determinados autarcas incumpridores durante anos.

Muita da limitação futura foi condicionada por um passado irresponsável em que a ascensão ou manutenção de poder foi o principal objetivo, muitos autarcas e partidos políticos seus representados nesta camara teimaram em realizar por um lado e incentivar por outro,



orçamentos exorbitantes e desajustados, fundamentados em investimento sem que fosse assumido previamente a capacidade do pagamento posterior ou até, que os próprios investimentos resultassem em obra efetivamente de interesse para as populações.

Portimão é um dos Municípios com maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos. Se nos situarmos nos censos 2021, É dos Municípios com maior volume total de despesa paga em juros entre 2010 e 2020 e uma simulação desse custo indica-nos que cada habitante de Portimão pagou só em juros 779,7€, o que perfaz desde 2010 até 2020 mais de 46,5 milhões de euros pagos em juros. É dos Municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores

Este orçamento não serve às pessoas, às famílias, às empresas!

Este orçamento não melhora a educação e cultura da autarquia, a economia e o turismo são esquecidos, o setor da saúde continua com graves problemas que ao nível dos cuidados de saúde primário e hospitalar, as freguesias continuam com os seus parques orçamentos sendo o parente pobre do poder local, quando deveria ser ai o que começa do verdadeiro Estado-nação, são trocas e mais trocas das atribuições e competências entre freguesias sabor do presidencialismo político.

A "PROPOSTA DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA

2022 A 2026.", neste orçamento está condicionada pelas restrições do acordo celebrado com o FAM. Com sabemos o FAM é um mecanismo de recuperação financeira dos municípios portugueses, mediante a implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e, subsidiariamente de assistência financeira. O Município de Portimão sendo um dos treze municípios com programa de assistência financeira é dos que mais endividado continua. O peso dos empréstimos sobre as disponibilidades financeiras é elevado, fruto de políticas de endividamento em serviços e bens não produtivos anteriores ao ano 2013. Terá peso sobre futuros orçamentos até ao ano 2045.

A transição de obras e/ou derrapagens temporais das mesmas, do orçamento de 2021 para 2022, promove o subdesenvolvimento das funções públicas do poder local.

Deverá o Município rever os preços base das obras de empreitada, a seriedade dos prestadores de serviços, e cumprimentos dos prazos de execução de obras, por forma a minimizar os custos associados à crise estrutural da económica regional.

Falta no presente orçamento estratégia municipal integrada e ligação das ações do município com outros setores. Não existe uma estratégia ao nível do comércio tradicional local, de Portimão, Alvor, Mexilhoeira Grande e Figueira, continua a imperar a política de licenciamento sem a conjugação entre a micro e macroeconomia.

O abandono da política de desenvolvimento do comércio tradicional, do projeto RUA DAS LOJAS, inserido na estratégia da A.R.U. - Centro Histórico, está por implementar.

O sector do Turismo, necessita de um Plano Municipal, como instrumento vital para o desenvolvimento local e uma política orientadora da ação do sector público e privado.

Não há estratégia para o sector da economia Azul, o Mar e as Zonas Ribeirinhas necessitam de estratégia económico-social de desenvolvimento local e regional.

Não se conhece o impacto económico do PDM - Plano Diretor Municipal de Portimão em elaboração, sobre o ordenamento e planificação e necessidades de investimento para o futuro.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Não se prevê no presente orçamento, a reabilitação das zonas verdes, entre muitas permanentemente orçamentadas há anos e com elaboração dos respetivos projetos. Mas caricato é estarem orçamentado há vários anos com respetivas dotações diferentes!!! tal como mais este orçamento.

O presente orçamento não dá resposta às necessidades mínimas dos cidadãos. O município de Portimão continua atrasado ao nível da manutenção dos espaços públicos, de políticas de desenvolvimento económico, social e ambiental, e de uma nova abordagem para o sector educacional e formativo.

Portimão, 3 janeiro de 2022



Declaração de voto

Deliberação 924

5ª Sessão Ordinária de 2021

Assembleia Municipal de Portimão

O Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento da Câmara Municipal de Portimão para o ano 2022, é uma mera previsão de futuras ações de contratação de quadros para as funções que o Município desempenha. O défice de recursos humanos é alarmante, é constante a falta de recursos em todos os sectores. Está por atribuir em procedimento concursal várias chefias de divisão do organograma municipal. O impacto das necessidades tem um enorme peso na rubrica de despesas de pessoal ao nível orçamental. A delegação de competências do Estado Central para os Municípios cria hiatos de despesas que não são ressarcidas, criando peso na despesa do poder local. Os contratos programas de delegação de competências devem ser revistos com a agravante do documento não informar o mapa de funcionários que irão aposentar-se no presente ano de 2021, 2022 e 2023. Tal como o PAM refere, existirá aumento da despesa com pessoal em 2milhoes de euros. No que se refere à despesa corrente, existe um aumento significativo nas despesas com o pessoal (11,1%). Prevê-se que a despesa com pessoal se situe na ordem de 19,1 milhões de euros, para 2022, com um crescimento face ao inicialmente previsto para 2021, de 921,6 mil euros (+ 5,1%), justificado com o acréscimo de pessoal nos quadros do Município, decorrente das transferências de competências no âmbito da Lei nº. 50/2018, de 16 de agosto, nomeadamente na área da educação e da saúde. Importa referir, que a Despesa com Pessoal é a de maior relevância na estrutura de custos do Município, com um peso de 29,4% das Despesa Totais, para o ano 2022. Nesse sentido este rácio situa-se próximo dos 32%, estes valores remetem para uma necessidade de implementar uma estratégia urgente e futura do desenvolvimento da cidade que para que não seja a autarquia o maior empregado local. É necessário criar postos de trabalho através do desenvolvimento económico, social e cultura da cidade, mas também através da modernização tecnológica e digital dos serviços camarários adotando sistemas de modernização administrativa.

A deliberação em causa reflete por um lado uma ausência total de uma estratégia de atratividade no futuro para o emprego público, não se observando medidas para ultrapassar um grave problema que transita de anos anteriores, e por outro, a falta de respostas por parte do executivo continuam a refletir um "status quo" de incapacidade



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



para resolver “o problema” da necessidade urgente de recursos humanos nas mais variadas valências e setores, nem refletem uma política de “liderança positiva” do serviço público autárquico dos atuais quadros.

Portimão, 3 de janeiro de 2022



Declaração de voto

Deliberação 925

5ª Sessão Ordinária de 2021

Assembleia Municipal de Portimão

Muita da limitação futura relativa à gestão autárquica que temos e continuaremos a assistir foi condicionada por um passado irresponsável em que a ascensão ou manutenção de poder foi o principal objetivo, muitos autarcas e partidos políticos e seus representados teimaram em realizar por um lado e incentivar por outro, orçamentos exorbitantes e desajustados, fundamentados em investimento sem que fossem assumidos previamente a capacidade do pagamento posterior ou até, que os próprios investimentos resultassem em obra efetivamente de interesse para as populações.

A recente Lei de Compromisso e Pagamentos em Atraso (LCPA) veio de certa forma, moralizar e definitivamente acabar por impor regras, contribuindo para mais ética e “boa conduta” financeira e económica, contrariando o “laxismo” e falta de respeito pelos munícipes na execução de orçamentos. O objetivo principal do normativo, é uma disciplina financeira por um lado e equilíbrio das contas públicas por outro, neste sentido, a realização de despesa deixa de estar sujeita apenas ao cabimento prévio com base na existência de dotação orçamental para passar a estar também sujeita à existência de fundos disponíveis na fase do compromisso, por forma a garantir a real capacidade de efetuar o respetivo pagamento”.

A alteração de paradigma orçamental estabelece foco na assunção de responsabilidade e do compromisso de acordo com a disponibilidade financeira da autarquia, para assumir a despesa com o correspondente pagamento. Nesse sentido, esta maior accountability orçamental define um quadro de atuação que obriga os autarcas locais e ao governo local “a ajustar” os seus objetivos à sua disponibilidade financeira, não se gastando o que não se tem e obrigando a priorizar políticas e a estabelecer novas formas de entendimento. A LCPA é clara “se não há fundo disponível, qualquer contrato, protocolo ou acordo é nulo e não produz efeitos. Só se podem assumir compromissos para os quais exista fundo, não podendo ultrapassar as receitas disponíveis.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Existe a necessidade de efetivamente se alterar a forma de fazer política autárquica, cortando com metodologias que perigam definitivamente o futuro de todos, mas deve existir cuidado entre o “cego” interesse público em contraponto com a limitação de ação fundamental do poder local na implementação de políticas e estratégias que beneficiem positivamente todos sem exceção.

Pensamos que a intenção subjacente à lei é positiva, deve é existir uma alteração que permita flexibilidade na conjugação dos interesses das autarquias e que não condicione a sua autonomia no pressuposto, que é a sua ação de resolver as dificuldades e necessidade de proximidade dos cidadãos.

Por conseguinte, não iremos passar a legitimar algo “contranatura”, que é a essência fiscalizadora e deliberativa da Assembleia Municipal, nomeadamente dando autonomia com a aprovação que o executivo pretende. Tal como sempre aconteceu, o grupo municipal do Partido Chega demonstra total disponibilidade para reunir e deliberar sempre que for necessário, mesmo que para tal seja necessário apreciar medidas propostas com carácter urgente, não abdicando da função para o qual fomos eleitos. Assim, iremos continuar a fazer uma fiscalização no sentido de perceber exatamente que atos de gestão irão ser executados ao abrigo desta deliberativa aprovado com a maioria do PS, contra a nossa opinião e posição.

Portimão, 3 de janeiro de 2022



Declaração de Voto

Assembleia Municipal de Portimão

5ª Sessão ordinária

22 de Dezembro 2022

Ponto 4-b) Discussão e Votação dos documentos orçamentais e financeiros previsionais que englobam o orçamento da receita e despesa plurianual e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2022 – 2026, nos termos da proposta – Deliberação nº 923/21.

O Bloco de Esquerda considera que o Orçamento que a Câmara apresenta para 2022 revela uma evolução positiva (tendo em conta a os apoios financeiros no âmbito da Pandemia), com um orçamento de 64.803 milhões apesar que o passivo ronda os 100 milhões de euros,

Refira-se que isto só é possível à custa de muitos constrangimentos e dificuldades para os munícipes. E a continuação dessas dificuldades para o próximo ano e seguintes irão verificar-se, com os impostos nas taxas máximas, sendo que os Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI passou de 0,43% para 0,42% e a introdução do IMI familiar que vai aliviar as famílias numerosas do Concelho, mas foi majorada em 30%, a taxa aplicável a prédios urbanos degradados.

O recurso ao Fundo de Apoio Municipal – FAM, para pagar as dívidas contraídas, envolvendo muitos milhões de euros, da responsabilidade de vários Executivos PS.

O Orçamento para 2022 e as GOP'S 2022/2026, aponta algumas medidas negativas como por exemplo, para somente para Ação Social uma verba 888 500€, positivas e até vai de encontro com algumas propostas defendidas pelo Bloco de Esquerda, como



por exemplo: Habitações a custos controlados, requalificação do parque habitacional do município, requalificação do Jardim Gil Eanes e passadiço da Praia da Rocha, construção do novo cemitério, requalificação das vias de comunicação e infra-estruturas do concelho, muitas delas executadas e começadas em ano de eleições.

Um Orçamento sem um plano de fundo e estratégico para a cidade de gestão corrente.

A inexistência do Orçamento Participativo.

A Câmara com as novas competências no âmbito da descentralização, as competências mais problemáticas será no âmbito da saúde e educação e em que as verbas nunca serão suficientes, além de significar uma municipalização de serviços sociais de acesso universal. E pelos vistos não haverá verbas suficientes para as outras competências descentralizadas. Iremos assistir a um agravamento das dificuldades financeiras da Câmara, a uma degradação dos serviços e possivelmente a sua privatização.

Nesta conformidade, o Bloco de Esquerda abstêm-se no Orçamento do Município de Portimão para o ano de 2022 e GOP'S 2022/2026

O Grupo Municipal de Bloco de Esquerda

Assinado por: **Pedro Miguel Sousa da Mota**
Num. de identificação: 09815695
Data: 2022.02.25 00:26:12+00'00'

